



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG
Campus Avançado “Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia” – CAMEAM
CURSO DE PEDAGOGIA

PROJETO PEDAGÓGICO

CURSO DE PEDAGOGIA CAMEAM / UERN

PAU DOS FERROS – RN
2019

Reitor

Prof. Dr. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitora

Prof.^a Dra. Fátima Raquel Rosado Moraes

Chefe de Gabinete

Prof. Dr. Zezineto Mendes Oliveira

Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof.^a Dra. Francisca Maria de Souza Ramos Lopes

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. José Rodolfo Lopes de Paiva Cavalcanti

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Dr. Emanuel Marcio Nunes

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas

Prof. Dr. David de Medeiros Leite

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

TNM. Esp. Erison Natécio da Costa Torres

Pró-Reitor de Administração

Prof. Me. Tarcisio da Silveira Barra

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças

TNS. Me. Iata Anderson Fernandes



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Campus Avançado “Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia” – CAMEAM
CURSO DE PEDAGOGIA- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO (DE)

CURSO DE PEDAGOGIA

Prof.^a Dra. Ciclene Alves da Silva (Chefe do Departamento)
Prof.^a Dra. Diana Maria Lopes Saldanha (Subchefe do Departamento)

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

Prof.^a Dra. Sheyla Maria Fontenele Macedo (Coordenadora)
Prof.^a Ma. Lívia Sonalle do Nascimento Silva (Vice-Coordenadora)
Prof.^a Dra. Ciclene Alves da Silva (Chefe do Departamento)
Prof.^a Ma. Francicleide Cesário de Oliveira (Orientadora Acadêmica)
Prof.^a Dra. Maria da Paz Cavalcante (Membro)

Alterações na estrutura curricular: Novembro / 2019
Versão atual: Novembro / 2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	6
1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO.....	8
1.1 Missão da UERN.....	8
1.2 Histórico da UERN.....	9
2. PERFIL DO CURSO.....	13
2.1 Identificação do curso de graduação.....	13
2.2 Local de Funcionamento do Curso.....	14
2.3 Dados sobre o curso.....	14
2.4 Mecanismos de ingresso no Curso.....	14
2.5 Demanda profissional.....	15
3 HISTÓRICO DO CURSO.....	20
4 OBJETIVOS DO CURSO.....	29
5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO.....	30
6 COMPETÊNCIA E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS.....	35
7 PRINCÍPIOS FORMATIVOS.....	36
7.1 Relação teoria e prática.....	37
7.2 Contextualização.....	38
7.3 Interdisciplinaridade.....	39
7.4 Democratização.....	41
7.5 Flexibilização.....	42
7.6 Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.....	43
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	44
8.1 Eixos Formativos.....	45
8.2 Duração e Carga horária do curso.....	48
8.3 Núcleos de Estudos e Curricularização.....	49
8.3.1 Núcleo de Estudos de Formação Geral.....	53
8.3.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional.....	57
8.3.3 Núcleo de Estudos Integradores.....	69
8.3.4 Curricularização das atividades de extensão.....	71
8.4 Exames nacionais ou estaduais obrigatórios, instituídos por órgãos competentes.....	73
9 MATRIZ CURRICULAR.....	74
9.1 Matriz Curricular por períodos.....	74
9.2 Distribuição de Carga Horária Total.....	79
10 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM.....	84
11 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS.....	86
11.1 Recursos humanos disponíveis.....	86

11.2 Recursos humanos necessários.....	89
11.3 Política de capacitação.....	90
11.4 Política de Inclusão.....	91
12 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA.....	92
12.1 Estrutura física e equipamentos.....	92
12.2 Laboratórios.....	94
12.3 Acervo Bibliográfico.....	95
13 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	96
13.1 Política de gestão.....	96
13.2 Políticas de Avaliação interna e externa.....	99
13.3 Políticas de pesquisa e extensão.....	100
14 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS.....	114
15 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO.....	116
16 RESULTADOS ESPERADOS.....	118
17 EMENTÁRIO DO PROJETO 2019.....	119
I - PRIMEIRO PERÍODO.....	121
II - SEGUNDO PERÍODO.....	126
III - TERCEIRO PERÍODO.....	132
IV - QUARTO PERÍODO.....	139
V - PERÍODO.....	146
VI - PERÍODO.....	152
VII - PERÍODO.....	158
VIII - PERÍODO.....	163
REFERÊNCIAS.....	185
APÊNDICE.....	190
- REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA.....	190

APRESENTAÇÃO

O processo de reestruturação curricular do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN iniciado no ano de 2002, através de estudos, debates, palestras e demais encontros acadêmicos adquiriu um ritmo mais intenso no ano de 2007, tendo sua reestruturação se consolidado nesse contexto, na medida em que se adotou uma metodologia de trabalho que possibilitasse discussões concomitantes entre as 04 (quatro) propostas formativas da UERN para o futuro profissional da Pedagogia, nas diversas unidades acadêmicas: Mossoró, Pau dos Ferros, Patu e Assú.

Na ocasião, as dificuldades e a complexidade para atender às exigências legais revelaram-se através dos seguintes elementos: situação paradoxal das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN's) para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura, consubstanciadas nos Pareceres de n.º 05 de 2005 e n.º 03 de 2006 e na Resolução n.º 01 de 2006 (todos do Conselho Nacional de Educação - CNE), cujo documento reflete a peculiaridade inerente à formação do pedagogo na UERN, haja vista a necessidade de perspectivar aos 04 (quatro) cursos componentes de caráter universal, mas, ao mesmo tempo, possibilitando uma identidade formativa própria às condições e demandas de cada local.

Hoje, novas adequações precisaram ser realizadas no Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (PPCP) diante da Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015, e que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura). Portanto, este PPCP é o resultado de um processo contínuo de estudos, pesquisas, discussões e negociações envolvendo professores, alunos e dirigentes dos cursos de Pedagogia (*Campus Central e Campi Avançados*), cuja meta central esteve em construir uma proposta pedagógica que se aproxime das contemporâneas necessidades formativas requeridas ao pedagogo.

O PPCP proposto aponta um perfil profissional de pedagogo que tenha significativo domínio de conhecimentos dos campos de sua atuação e, ao mesmo tempo, de modo que o profissional compreenda que esse conhecimento necessita ser redimensionado diante de situações específicas, o que lhe exigirá competências pedagógicas e metodológicas para o saber fazer docente.

Compreendemos que as inovações para a formação do pedagogo aqui propostas são passíveis de elevar a qualidade do curso e, conseqüentemente, influir positivamente no atual quadro de ensino e gestão dos processos educativos na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, bem como nos múltiplos contextos dos espaços não escolares. Contudo, para potencializar a apreensão e implantação desta proposta no cotidiano formativo do corpo docente, faz-se necessário que a unidade acadêmica desenvolva o processo de

acompanhamento e avaliação num contínuo processo dialógico entre todas as pessoas envolvidas.

Desse modo, considerando que o PPCP é um processo dinâmico e em constante (re) construção, e que o documento em pauta se construiu, também, em razão da necessidade de adequação ao processo de renovação de reconhecimento do curso de Pedagogia, é que realizamos dois tipos de ajuste: a) *atualização*; b) *alteração*, em decorrência das atuais exigências legais.

No que concerne às atualizações, pontuamos as seguintes: a) inclusão de 06 (seis) novos componentes curriculares optativos, não repercutindo, nesse caso, em ampliação de carga horária, sendo estes - Avaliação Educacional; Educação Ambiental e o Processo Educativo; Ética profissional do Pedagogo; Literatura Infanto-Juvenil; Paulo Freire e a Educação; Prática Pedagógica em Educação Inclusiva; b) revisão do texto; c) revisão de referenciais bibliográficos de todos os componentes curriculares; d) revisão do texto sobre os mecanismos de ingresso no curso tomando como referência o novo Regulamento dos Cursos de Graduação nº 26, de 28 de junho de 2017 (RCG); e) revisão, ampliação do texto sobre a demanda profissional; e) contextualização do histórico da UERN e do Curso de Pedagogia; f) de dados sobre o quadro docente, projetos de pesquisa e extensão por grupos de pesquisa; g) criação de novos textos, tais como sobre o acompanhamento dos egressos e política de inclusão; h) revisão dos recursos físicos adquiridos; i) revisão de textos sobre políticas em geral (gestão, avaliação, inclusão, etc.); j) do aspecto formal do texto de acordo com padrão da UERN as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No que se refere ao quesito alteração, que justifica a mudança em nossa matriz curricular, temos que: a) Ampliação de carga horária dos componentes curriculares de horas de prática já existentes, e exatamente nos seguintes: Estudos Acadêmicos Introdutórios III (de 15h/a para 30h/a); Práticas Pedagógicas Programadas I, II e III (de 45 horas para 60 horas cada); Ampliação da carga horária do Núcleo de Estudos Integradores, de 100h para 200h, atendendo as exigências da Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015.; b) Revisão de cargas horárias de Estágio Supervisionado I e III - Estágio Supervisionado I (antes com 150h/a, agora 165 horas/aula; Estágio Supervisionado II, se mantém como antes (165 horas/aula); Estágio Supervisionado III (antes com 165 horas/aula, agora com 150 horas/aula).

Importante ainda mencionar que está previsto no projeto, para o ano letivo de 2020, a projeção da *Curricularização*, que trará um acréscimo de 10% da carga horária total do Curso. (UERN, 2017a).

1 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

. INSTITUIÇÃO MANTENEDORA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUERN
CNPJ: 08.258.295/0001-02

Rua Almino Afonso, 478 – Centro. CEP: 59610-210 – Mossoró – RN

Fone: (0xx84) 3315-2148 Fax: (0xx84) 3315-2108

Home page: www.uern.br

E-mail: reitoria@uern.br

Presidente: Prof. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Espécie Societária: Não lucrativa

. INSTITUIÇÃO MANTIDA: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN

CNPJ: 08. 258.295/0001-02

Rua Almino Afonso, 478 – Centro. CEP: 59610-210 – Mossoró – RN

Fone: (0xx84) 3315-2148 Fax: (0xx84) 3315-2108

Home page: www.uern.br

E-mail: reitoria@uern.br

Reitor: Prof. Pedro Fernandes Ribeiro Neto

Vice-Reitor: Fátima Raquel Rosado Moraes

Ato de Credenciamento: Portaria nº 874/MEC, de 17/06/1993

1.1 Missão da UERN

É missão da UERN promover a formação de profissionais competentes, críticos e criativos, para o exercício da cidadania, além de produzir e difundir conhecimentos científicos, técnicos e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável da região e do País. (UERN, 2015).

1.2 Histórico da UERN

A história da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) denominação atual que data de 15 de dezembro de 1999, teve início em 1968 através da Lei Municipal nº 20/68, de 28/09/68, que a criou, com a Fundação Universidade Regional do Rio Grande do Norte (FURRN). Localizada no município de Mossoró-RN, nasce da aglutinação de quatro faculdades isoladas, criadas a partir de 1943, a saber: Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Serviço Social, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Escola Superior de Enfermagem.

Em 1987, a Universidade é estadualizada e passa a ser denominada Universidade Regional do Rio Grande do Norte (URRN). A estadualização da Universidade mudou o perfil da Instituição. A realização de concurso público para docentes, a elaboração de planos de carreira para docentes e técnicos administrativos e a institucionalização de um plano de capacitação docente, configuraram, a partir de então, um novo cenário acadêmico e profissional na Universidade.

No início dos anos de 1990, na forma do Parecer nº 277/93 do Conselho Federal de Educação, a IES obteve o ato de reconhecimento como Universidade pública de direito, outro marco importante na sua trajetória acadêmica. Em 1997, passa a se chamar Universidade Estadual do Rio Grande do Norte, mantendo a sigla URRN e, em 1999, adotou o nome de Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Essas mudanças se deram em função dos contextos políticos que marcaram o seu percurso histórico. A princípio, mantida pelo poder municipal local, destituída da autonomia desejada, não conseguiu manter-se gratuita e cobrava mensalidade dos alunos. Os professores trabalhavam em regime de hora-aula, sem a devida profissionalização para o nível superior. A emissão de diplomas dependia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – e a criação de cursos, do Conselho Federal de Educação – CFE.

A expansão da UERN, no Rio Grande do Norte, resulta da consolidação da infraestrutura do *Campus* Central em Mossoró (1974), da criação do *Campus* de Assu (1974), seguido do *Campus* de Pau dos Ferros (1977) e do *Campus* de Patu (1980). Passadas duas décadas de expansão geográfica, a UERN chega também à capital do Estado e à cidade de Caicó, com a estrutura de *Campus*, criados, respectivamente, em 2002 e 2006.

Até o reconhecimento pelo Conselho Federal de Educação, em 1993, a UERN ofertava os cursos de Pedagogia, Letras, História, Geografia, Matemática, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Serviço Social, Educação Física, Direito e Enfermagem. Após o reconhecimento antes mencionado, novos cursos foram criados, a exemplo de Física, Química, Biologia e, mais tarde, Ciência da Computação.

Em sua trajetória histórica, a UERN, objetivando consolidar-se como Instituição de Ensino Superior, tem concentrado esforços no sentido de estruturar-se administrativa e academicamente, de forma que, sensível às demandas advindas do acelerado avanço tecnológico e das transformações econômico-sociais em curso na sociedade contemporânea, viabilize sua missão institucional, comprometendo-se com o desenvolvimento do homem, da ciência, da tecnologia e do Estado do Rio Grande do Norte, através do fortalecimento das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, impulsionada pelos desafios postos pela sociedade e, especialmente, pela reforma educacional em vigor, com implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional (LDBEN) nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a UERN tem concretizado iniciativas que permitem avançar no aprimoramento da qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A partir de 2002, novas áreas do conhecimento e novos cursos foram criados e outros já existentes foram interiorizados. A área da Saúde criou os cursos de Medicina e de Odontologia. A área de Ciências Sociais Aplicadas passou a ofertar os cursos de Turismo e de Gestão Ambiental; a de Ciências Sociais, os cursos de Ciências da Religião e Comunicação Social; a de Ciências Humanas, Filosofia, Música e uma habilitação em Língua Espanhola no curso de Letras. Recentemente, foi aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão – CONSEPE – o curso de Ciência e Tecnologia para o *Campus* de Natal. A UERN, durante os anos de 2007, 2008 e 2009 obteve índice Geral de Cursos (IGC) na faixa três, passando para a faixa quatro no ano de 2010.

A expansão geográfica da UERN é acompanhada pelo incremento na oferta de cursos e, em 2011, após 43 anos de existência, essa IES ofertou 31 cursos de graduação diferentes, entre licenciaturas e bacharelados. Considerando que alguns deles são ministrados em mais de uma unidade acadêmica, contabilizam-se 79 opções distribuídas no *Campus* Central, *Campi* Avançados e Núcleos de Educação Superior. Majoritariamente, os cursos são voltados para a formação de professores da educação básica. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), em 2008, a UERN contava com quase 12.000 alunos de graduação e pós-graduação.

Já em 2011, a UERN contava com um quadro de 801 (oitocentos e um) docentes efetivos. Destes, 162 (cento e sessenta e dois) são Doutores, 378 (trezentos e setenta e oito) são mestres, 225 (duzentos e vinte e cinco) especialistas e 36 (trinta e seis) graduados.

Outro ponto a ser enfatizado é de que, ao longo dessa história, tem se apresentado de forma considerável o avanço na consecução do tripé formativo ensino-pesquisa-extensão.

Na Pós-Graduação, em 2011 contava com 5 (cinco) Cursos de Mestrados Institucionais e 22 (vinte e dois) Cursos de Especialização; os quais são constituídos com base nos 68 (sessenta e oito) grupos de pesquisa, destacando o investimento em iniciação científica, em projetos de pesquisas e em publicações de livros, por meio das Edições UERN ou captando recursos de órgãos como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Norte (FAPERN), dentre outros. Em 2010, foi contemplado com o Programa Ciência sem Fronteiras, o qual viabiliza, através de cotas de bolsa para graduação-sanduíche, a ida de estudantes das áreas prioritárias do Programa para excelentes universidades no exterior.

No que se refere à Extensão, desenvolvia 84 (oitenta e quatro) Projetos e Programas que envolvem a Instituição e a Comunidade, através dos quais são realizadas ações classificadas em programas, projetos, cursos, assessorias, programas radiofônicos, produções acadêmicas e eventos, dentre outros. Considerando a necessidade de inserção da UERN no seu entorno social, através de ações que se avaliam como mais carentes para um impacto significativo das suas ações, a Pró Reitoria de Extensão (PROEX), com aprovação do CONSEPE, através da Resolução nº 001/2000, instituiu eixos temáticos norteadores de suas ações, dentre eles: Educação Básica; Desenvolvimento da cultura; Capacitação e qualificação de recursos humanos e de gestores de políticas públicas.

Quanto ao ensino de graduação, até o ano 2011, a UERN ofertava 32 (trinta e dois) tipos de cursos, dentre eles Pedagogia (na modalidade Licenciatura), com ênfase nos processos de formação de professores para a Educação Básica, aos quais tem dedicado uma atenção especial, por entendê-los como área estratégica e de fundamental importância para o progresso da sociedade local e regional. Nessa perspectiva, com o propósito de atender à demanda da formação inicial de professores em exercício, tem desenvolvido programas especiais de formação como o Programa Especial de Formação Profissional para a Educação Básica (PROFORMAÇÃO), o PEDAGOGIA DA TERRA e o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), este último que se mantém até os dias de hoje.

O ano de 2018 foi um marco emblemático para a UERN, em razão de seu aniversário de 50 anos. Na ocasião a UERN conquistou o credenciamento institucional do *Campus* Central em Mossoró e seus *campi* localizados em Natal, Assú, Pau dos Ferros, Patu e Caicó. O Decreto nº 27.902, de 23 de abril de 2018, ratificou o parecer do Conselho Estadual de Educação (CEE/RN), que legitimou todo o trabalho desenvolvido pela Universidade. Realizou-se a entrega do diploma de credenciamento da UERN feita durante a Assembleia de aniversário de 50 anos, em setembro deste ano. (MORAIS, 2018).

Alguns avanços podem ser registrados, tais como a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), que otimizou o atendimento voltado aos servidores da Universidade. Ambas foram o resultado do desmembramento da então Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Assuntos Estudantis (PRORHAE).

Outro marco histórico da UERN diz respeito à inclusão, em que a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte aprovou o projeto de lei que institui o sistema de cotas da UERN e o argumento de inclusão regional nos processos seletivos de vagas iniciais da UERN. A cota étnico-racial será destinada a candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escolas públicas. Esse

percentual será definido com base no índice populacional informado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (MORAIS, 2018).

Algumas ampliações foram realizadas, em que de acordo com Moraes (2018), registram-se a inauguração do Núcleo de Atenção Materno Infantil (NAMI), que funciona no prédio da Faculdade de Enfermagem (FAEN), e realiza atividades de estimulação precoce e reabilitação para crianças com microcefalia em Mossoró. Também foi marcante a inauguração no mês de novembro de 2018, da Biblioteca Setorial Pe. Sátiro Cavalcanti Dantas, no *Campus Avançado* Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), em Pau dos Ferros. O prédio da biblioteca foi construído com recursos de convênios formalizados entre a UERN e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) através dos editais CT-INFRA 2009 e CT-INFRA 2014. Os convênios 01.12.0494.03 FINEP/FUERN e 01.16.0016.01 FINEP/FUERN custearam a obra de mais de R\$ 1,3 milhão. A biblioteca atende e beneficia diretamente uma comunidade de quase duas mil pessoas. É local adequado e confortável de estudo e pesquisa para milhares de estudantes, servidores técnico-administrativos e professores, além de se tornar uma biblioteca pública para toda a comunidade do Alto Oeste potiguar.

No ano comemorativo aos 50 anos da UERN, o avanço da pesquisa e da pós-graduação na Universidade foi resultado de esforços docentes nos últimos anos. Como marco dessa evolução, foi entregue na ocasião o milésimo diploma de pós-graduação ao mestrando Dweynny Rodrigues Filgueira. Hoje, a Instituição conta 21 cursos de Mestrado e quatro de Doutorado. Dois destes cursos de Doutorado foram aprovados este ano: em Física e Astronomia da UERN e o curso de Doutorado Interinstitucional em Letras (DINTER), do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), do *Campus Avançado* em Pau dos Ferros. (MORAIS, 2018).

O ano 2018 marcou a formação dos primeiros doutores *uernianos*. A primeira tese de doutorado foi defendida pela aluna do Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Bioquímica e Biologia Molecular (PMBqBM), Maria Lúcia de Lira Andrade. Os efeitos da *Dysphania ambrosioides* – popularmente conhecida como mastruz – contra a leishmaniose, tema da primeira tese defendida. (MORAIS, 2018).

A UERN também ampliou os cursos de Ensino a Distância (EaD), sendo aprovados o Curso de Licenciatura em Pedagogia; Curso de Licenciatura em Língua Inglesa; Curso de Licenciatura em Educação do Campo; Curso de Licenciatura em Letras/Libras e Curso de Bacharelado em Educação Física, Graduação em Letras/Língua Portuguesa; Licenciatura em Música e Especialização em Mídias na Educação. Além de cursos nas áreas de Letras/Libras, Letras/Inglês e Educação do Campo, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (CONSEPE/UERN). (MORAIS, 2018).

Registra-se que novos canais de divulgação científica foram lançados, através de parcerias entre a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEG), Agência de

Comunicação (AGECOM) e a UERN TV. O blog científico UERN Ciência, por exemplo, reúne informações sobre a produção científica; o programa quinzenal “Ciência Interativa”, transmitido pela UERN TV, Canal 6 da TCM; e o quadro “Eu Cientista”, onde os pesquisadores da UERN poderão falar sobre suas pesquisas através de vídeos de até 60 segundos. Além disso, a Agência de Comunicação da UERN lançou o UERNCast – o *podcast* quinzenal da UERN. (MORAIS, 2018).

Por tudo que representa para o Estado do Rio Grande do Norte, o marco de 50 anos da UERN será sempre uma data a ser comemorada.

2. PERFIL DO CURSO

2.1 Identificação do curso de graduação

Denominação

- Nome: Pedagogia
- Tipo: Graduação
- Modalidade: Licenciatura
- Área de Conhecimento: Ciências Humanas e Sociais

2.2 Local de Funcionamento do Curso

- Campus Avançado “Profª. Maria Elisa de Albuquerque Maia”
- Endereço: Br 405, Km 153 – Bairro Arizona, CEP 59.900.000, Pau dos Ferros-RN
- Fone: (84) 3351-2560 / 3351-2275
- Fax: (84) 3351-3909
- Home page: www.uern.br e-mail: de_pferros@uern.br / pferros@uern.br

2.3 Dados sobre o curso

- Ato de Criação: Resolução 126/66 – CEE, de 16/11/1966
- Início de Funcionamento: 19/12/1976 (Instalação oficial do <i>Campus Avançado</i> de Pau dos Ferros com os Cursos de Pedagogia, Economia e Letras)
- Ato de Reconhecimento: Decreto Federal: 72.263/73 de 15/05/1973
- Ano da última Reformulação Curricular: 2007
- Ano da última Atualização Curricular: 2013
- Data e conceito da última Avaliação externa do CEE: 11 de novembro de 2014 – Conceito 5
- Carga horária total: 3.365 h - A partir de 2020.1: 3.740h (acréscimo de 375h/a da Curricularização)

- Formas de acesso:
. Sistema de seleção Unificada (SISU)
. Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais Disponíveis (PSVNID)
. Transferência <i>Compulsório</i>
- Tempo médio de integralização curricular: 04 anos
- Tempo máximo de integralização curricular: 06 anos
- Número de vagas iniciais: 46 (pelo SISU)
- Turno de funcionamento: Noturno
- Número máximo de alunos por turma: 50
- Regime: Sistema de créditos com matrícula semestral

2.4 Mecanismos de ingresso no Curso

As formas de ingresso para o ensino de graduação, segundo o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN (Resolução nº 26/2017) se dão de duas formas: regulares e especiais. As formas de ingresso regulares são aquelas que estabelecem vínculo com o curso de graduação e se dão da seguinte forma: a) Processo Seletivo de Vagas Iniciais (PSVI); b) Processo Seletivo de Vagas Não Iniciais (PSVNI); c) Transferência compulsória.

O PSVI objetiva a classificação de candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, para o preenchimento de vagas iniciais, e é deflagrado mediante publicação de edital próprio da Pró-Reitoria de Ensino (PROEG) regulamentado por resolução do CONSEPE e suas normas têm validade apenas para o ano a que se referem. (UERN, 2017b).

O PSVNI são preenchidas mediante processos seletivos e contempla os seguintes processos: a) *Transferência Interna*, destinada a aluno regular da UERN que pretenda remanejamento entre *Campus*, turno ou curso pertencente à mesma área de conhecimento; b) *Transferência Externa*, destinada a aluno proveniente de outra Instituição de Ensino Superior (IES) de origem nacional que pretenda dar sequência aos estudos; c) *Retorno*, destinado a portador de diploma de graduação reconhecido pelo Conselho competente, para obtenção de novo título ou nova habilitação de curso concluído. Também é destinado a ex-aluno da UERN cujo desligamento tenha ocorrido por uma das seguintes hipóteses: I. Abandono de curso; II. Decurso de prazo máximo para conclusão do curso; III. Ato voluntário do aluno. E que deseje dar continuidade ao curso de graduação ao qual foi vinculado. (UERN, 2017b).

A transferência compulsória de aluno da UERN ou de outra IES congênera, para cursos de graduação da UERN, será concedida a servidor público federal ou estadual no âmbito do Rio Grande do Norte, civil ou militar, ou a seu dependente estudante, se requerida em razão de

comprovada remoção de ofício, que acarrete mudança de domicílio para município localizado em área de atuação da UERN, ou para localidade mais próxima. (UERN, 2017b).

As formas especiais de ingresso são aquelas que permitem que os alunos se vinculem à UERN para cursarem componentes curriculares isolados como aluno especial, sem que tenham vínculo a curso de graduação. Poderão ingressar na respectiva condição: I. Graduado em curso superior legalmente reconhecido; II. Aluno regular de curso de graduação legalmente reconhecido ou autorizado e vinculado a outra IES legalmente reconhecida, fora da área de atuação da UERN, e que pretenda garantir, temporariamente, a continuação de seus estudos; III. Aluno regularmente matriculado em outra IES, nacional ou estrangeira, que deseje prosseguir seus estudos na UERN, amparado por força de convênio de cooperação técnica, científica e educacional. (UERN, 2017b).

2.5 Demanda profissional

Analisamos a demanda formativa, no contexto deste documento, sob a seguinte ótica: em primeiro lugar, a necessidade do profissional pedagogo, mediante o debate que vem se dando, nos últimos anos, sobre a ampliação do campo de atuação do pedagogo, consoante com a LDBEN, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia, licenciatura (DCN's), e ainda a Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015, que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Em segundo lugar, a demanda reprimida de formação, constatada nos gráficos 01 e 02, expressa através dos dados referentes a concorrência da Comissão Permanente de Vestibular (COMPERVE) nos anos de 2012 a 2014 e o Sistema de Seleção Unificada (SISU) nos anos de 2015 a 2018.

As discussões advindas da LDBEN nº 9.394/96, com vistas a atender às demandas da sociedade contemporânea no que tange à formação do educador, implicam na construção de uma visão de homem, historicamente situado e uma concepção de educador comprometido com a realidade do seu tempo e com o projeto de uma sociedade justa e democrática. O que remete, num movimento sistemático e dinâmico, a uma desestruturação/reestruturação da educação superior e, nesse contexto, da formação do pedagogo, visando a atender a reivindicações históricas do movimento dos educadores por melhor nível e qualidade na escolarização brasileira, mas também à distinção inédita estabelecida para o ensino superior brasileiro e, em particular, à pedagogia – licenciatura, ampliando o campo de atuação desse profissional para a docência da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos e na gestão dos processos educativos, em espaços escolares e não escolares

que impliquem um trabalho de natureza pedagógica, propiciando o diálogo entre a área pedagógica e as demais áreas do conhecimento.

Pesquisas referentes à demanda reprimida no ano de 2018, consideram ainda existir um *déficit* de formação em nível de graduação, que segundo o Instituto Nacional Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP):

Em 2018, foram registrados 2,2 milhões de docentes na educação básica brasileira. A maior parte desses docentes atua no ensino fundamental (62,9%), onde se encontram 1.400.716 docentes. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 78,5% têm nível superior completo (77,3% em grau acadêmico de licenciatura e 1,2% bacharelado), 6,3% estão cursando o ensino superior e 11,0% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,3% com nível médio ou inferior. (INEP, 2018).

A situação ainda se apresenta como recorrente, isso porque, o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, vigente entre os períodos de 2014-2024, explicita na meta 15, quanto à formação inicial de professores que é preciso:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do Art. 61 da Lei nº 9.3942 , de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (BRASIL, 2014, p. 78, grifos nossos).

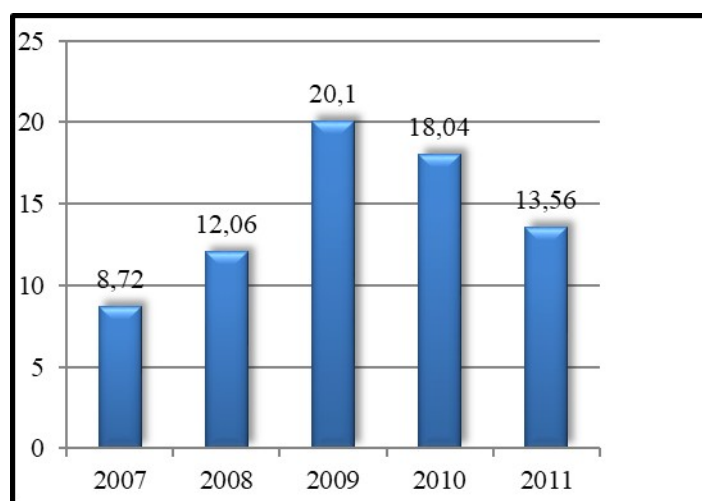
A referida meta vai ao encontro da realidade do Rio Grande do Norte, especialmente, a do Alto-Oeste Potiguar, na qual se localiza o CAMEAM, observa-se uma região que, à semelhança de outras regiões brasileiras, tem se caracterizado, historicamente, pelas desigualdades e pela exclusão social e econômica, resultando no baixo nível de acesso aos direitos fundamentais das pessoas e, dentre esses, o de uma educação pública e gratuita, com qualidade social, ofertada pelas suas redes/sistemas de educação pública, apontando, assim, imensos desafios com vistas à necessária problematização e reflexão acerca da garantia do direito à educação e, nesse contexto, sobre a formação de educadores/as.

A UERN tem assumido, ao longo de sua história, a oferta de cursos de graduação como sua atividade principal de educação superior. Os cursos ofertados objetivam atender às

exigências de formação profissional e de acesso a outros níveis de educação superior, conforme as demandas de qualificação profissional no universo de atuação da universidade.

O Curso de Pedagogia tem ofertado ao longo dos seus trinta e quatro anos de existência, a média de 46 (quarenta e seis) vagas anuais, com atendimento apenas no turno noturno. O Departamento de Educação acompanhou os números que revelavam a concorrência dos PSVs, no período de 2007 a 2009, conforme dados divulgados pela COMPERVE/UERN, a relação candidato/vaga subiu de 8,75 para 20,1 ocasionando um acréscimo na demanda na ordem de 11,35%, passando para o terceiro curso mais concorrido no vestibular do CAMEAM, tendo sido superado apenas pelos Cursos de Administração e Enfermagem. Registre-se, aqui, que, apenas nos PSVs 2010 e 2011, houve um decréscimo na relação candidato/vaga, não alterando, contudo, a forte demanda existente pelo curso de Pedagogia na UERN e, em particular, no CAMEAM.

GRÁFICO 01 – Concorrência do Curso de Pedagogia / CAMEAM nos anos de 2007 a 2011- cotistas e não cotistas

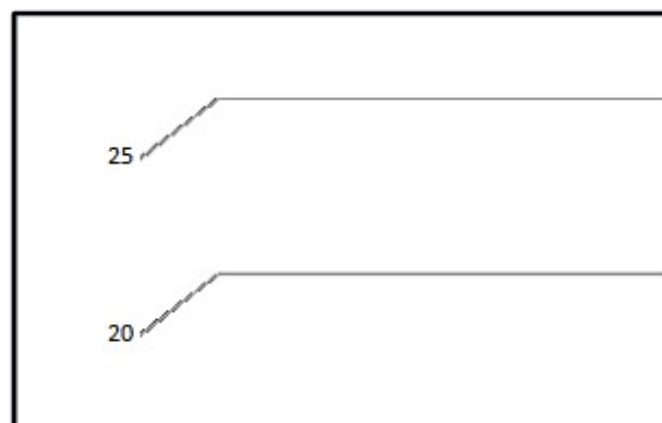


Fonte: COMPERVE/UERN

Ano base: 2012

A relevância do curso pode ser comprovada em virtude da demanda existente, a qual vem aumentando consideravelmente, durante os últimos 06 anos (2012 a 2017). Esses dados se revelam nos índices de concorrência dos Processos Seletivos Vocacionais (PSVs) divulgados pela COMPERVE/UERN e o Sistema de Seleção Unificada - SISU/UERN. Para melhor visualização, identifiquemos o que mostra o gráfico seguinte:

GRÁFICO 02 – Concorrência do Curso de Pedagogia de CAMEAM nos anos de 2012 a 2018



Fonte: Concorrência COMPERVE -2012 a 2014/ e SISU -2015 a 2018. (UERN, 2019).

A relação candidato/vaga subiu de 11,69 em 2012 para 20,01 em 2015, ocasionando um acréscimo na demanda da procura pelo curso da ordem de 8,32. Registre-se, aqui que, no ano de 2016, segundo ano de implementação do SISU, houve um decréscimo na relação candidato/vaga, que atribuímos à nota de corte solicitada aos candidatos nessa ocasião e que chegou em primeiro término a: 645.41 aproximando-se de cursos de elevada concorrência na universidade. O ano de 2017 foi marcado por uma greve de professores, que durou quase 6 meses, provocando significativo atraso no início do ano letivo, sendo um dos prováveis fatores que justificaria o decréscimo da concorrência do curso no primeiro semestre do ano de 2018.

Nesse sentido, chamamos atenção para uma luta histórica do Departamento de Educação, que é a ampliação de vagas mediante a implantação da semestralidade do Curso de Pedagogia do CAMEAM/UERN. Esse anseio já pleiteado desde 2009, põe-se mais uma vez em pauta na agenda de discussões, por entendermos que a construção de uma oferta formativa do ensino superior deve acompanhar a dinâmica de mudança organizacional, pedagógica e institucional do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia vigente. Isso porque, desde 2007, período em que se materializou o redimensionamento curricular do curso, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, licenciatura (DCN's) consubstanciadas nos Pareceres de n.º 05 de 2005 e n.º 01 de 2006 e na Resolução n.º 01 de 2006, todos do Conselho Nacional de Educação (CNE), outras questões se acrescentaram, intensificando essas demandas, tais como:

- A existência de vários componentes curriculares, cuja viabilidade só é possível com um número de, no máximo, 30 (trinta) alunos por turma, a exemplo de Estudos Acadêmicos Introdutórios, Práticas Pedagógicas Programadas e Seminários Temáticos sobre o Ensinar e o Aprender, dentre outros;
- A diversificação e ampliação do campo de estágio, na medida em que este atende, hoje, além dos anos iniciais do Ensino Fundamental, a Educação Infantil, a modalidade de Educação de

Jovens e Adultos e na Gestão de processos educativos, em ambientes escolares e não escolares;

a ampliação da oferta de 46 para 60 vagas, nos turnos vespertino e noturno, ao mesmo tempo em que se reduzirá a quantidade de graduandos por turma, favorecendo, efetivamente, o melhor acompanhamento na formação, aspecto esse já comprovado pelas pesquisas como fundante na qualidade de ensino ofertada.

- A concorrência no SISU comprova a relevância do curso para a região e aponta para a necessidade de ampliação das vagas existentes.
- A procura de egressos do Curso, que já atuam na profissão, por componentes curriculares que complementem formação profissional demandada na contemporaneidade.
- A otimização da permanência do aluno, no curso, vez que a taxa de evasão no curso é inexpressiva, o que demonstra a premente necessidade de formação de pedagogos.

A existência do curso de Pedagogia ofertado pelo PARFOR no mesmo *Campus*, que no semestre 2019. 1 mantém quatro turmas com a média de 20 alunos em cada uma. Dado o fato, consentimos que esse fenômeno se materializa como uma “demanda reprimida” de alunos que intencionam realizar o curso, mas que por fatores diversos, dentre eles a reduzida oferta, ficam à margem desse.

O atendimento a essas demandas é considerado, pela Congregação do Curso, de extrema relevância, no sentido de garantir, respeitadas as condições de acesso, permanência e de funcionamento do curso, condições adequadas à construção, na cotidianidade da formação do profissional da educação, de uma maior dinamização de suas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, de forma que estas se deem integradas e interdependentes, formando um profissional apto a atuar na diversidade dos contextos educativos.

3 HISTÓRICO DO CURSO

O *Campus* Avançado de Pau dos Ferros foi criado pelo Decreto nº 15\76, de 28 de setembro de 1976, sancionado pelo Prefeito Municipal de Mossoró Jerônimo *Dix-Huit* Rosado Maia com o objetivo de instalar o Ensino de Nível Superior, na região do Alto Oeste Potiguar. O primeiro grupo de trabalho para análise das condições objetivas de desenvolvimento das atividades de ensino superior chega a Pau dos Ferros em 1º de Maio de 1976. Nessa visita foram observados os prédios escolares e as bibliotecas, centralizando essas ações na Escola Estadual *31 de Março*, atual Escola: *Dr. José Fernandes de Melo*. Esse grupo de trabalho em suas conclusões considerou a cidade de Pau dos Ferros como um polo de desenvolvimento, em função de seu espaço geográfico, econômico e cultural se constituir num indicador de tendências e perspectivas de crescimento. Dadas essas características, esse grupo propõe à Universidade

a criação de Cursos nessa cidade como forma de dinamizar o desenvolvimento da região do Alto Oeste Potiguar.

A luta pela implantação da Universidade nesta região atende aos anseios da sociedade *pauferrense*, e também ao projeto político-social de expansão da URRN. Assim, em 19 de dezembro de 1976 foi oficialmente instalado o *Campus* Avançado de Pau dos Ferros, com os cursos de Letras, Pedagogia e Economia.

O primeiro vestibular ocorrido em janeiro de 1977 contava com 234 (duzentos e trinta e quatro) candidatos que preencheram 135 (cento e trinta e cinco) vagas distribuídas na ordem de 45 por curso.

O espaço físico para o funcionamento esteve disperso em várias escolas da cidade até o início do segundo semestre de 1983, quando foi inaugurada a sua sede própria contando com a instalação inicial de 13 (treze) salas de aula, além das dependências administrativas. A biblioteca foi construída em 1986 na administração de Pe. Sátiro Cavalcanti Dantas recebendo, inclusive, o seu nome. A ampliação da estrutura física do *Campus* se deu na gestão do prof. Antônio de Farias Capistrano quando foram construídas 03 (três) salas para funcionamento das administrações acadêmicas dos cursos, 01 (uma) sala para as habilitações de Pedagogia e 01(um) auditório com capacidade para 200 (duzentas) pessoas.

Estava assim consolidada a presença física do *Campus* Avançado de Pau dos Ferros, embora com uma estrutura administrativa bem dependente respaldada numa centralização financeira e pedagógica que, inclusive, aliada ao quantitativo de cursos oferecidos e de professores, justifica uma ausência, durante vários anos, de uma vida departamental, de fato.

A sua estrutura organizacional só veio a ser regulamentada através da reformulação do Estatuto e do Regimento Geral da UERN que passaram a referir-se, em parte especial, aos Campi Avançados.

As lutas que se seguiram para legitimação de suas ações tiveram um espaço significativo quando o *Campus* vivenciou, juntamente com a FURRN e seus segmentos acadêmicos, o processo de estadualização consolidado em 1987 e o reconhecimento desta instituição pelo Conselho Federal de Educação, em 1993.

O *Campus* Avançado de Pau dos Ferros passou, através da Portaria 129\95 GR-FURRN, de 22 de dezembro de 1995, a ter a denominação de “*Campus* Avançado Prof^a. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, em homenagem a sua primeira coordenadora.

Atualmente, o *Campus* beneficia uma significativa clientela, abrangendo 34 (trinta e quatro) municípios do Rio Grande do Norte, contemplando também, municípios do Ceará e da Paraíba.

No tocante a Graduação, oferece os cursos de Administração, Ciências Econômicas, Educação Física, Enfermagem, Geografia, Letras (Língua portuguesa), Letras (Língua Inglesa),

Letras (Língua Espanhola) e Pedagogia. Bem como, oferece um Programa Especial de Formação Profissional – PARFOR, que conta com cursos de primeira licenciatura e segunda licenciatura e vários cursos de Pós-graduação oferecidos pelos cursos elencados. Atuando também, significativamente na pesquisa e extensão.

Na sua existência acadêmica, o *Campus Avançado* Prof^a. Maria Elisa de Albuquerque Maia, procurou sempre nortear-se pelo propósito de desenvolver um ensino de boa qualidade e marcado pelo empenho em atender às necessidades sociais e culturais da região do Alto-Oeste Potiguar. (PPCP, 2000)

O Curso de Pedagogia ofertado pelo Departamento de Educação do CAMEAM/UERN teve sua origem concomitante à luta pela implantação do CAMEAM, como resultado da premente necessidade de implantação da Universidade nesta região, atendendo aos anseios da sociedade e, também, ao projeto político-social de expansão da Universidade Regional do Rio Grande do Norte – URRN, como era denominada na época.

O *Campus Avançado* de Pau dos Ferros foi criado pelo Decreto nº. 15/76, de 28 de setembro de 1976, sancionado pelo prefeito municipal de Mossoró, Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia, com o objetivo de instalar o Ensino de Nível Superior na região do Alto-Oeste Potiguar, tendo sua instalação oficial em 19 de dezembro de 1976.

O Curso de Pedagogia constituiu-se numa extensão do que já era oferecido pela Faculdade de Educação no *Campus* Central, criado em 16 de novembro de 1966, através da Resolução nº. 126/66 – CEE, e reconhecido pelo Decreto Federal nº. 72.263/73 de 15 de maio de 1973.

O currículo original do Curso, com uma carga horária mínima de 2.775 horas, equivalente a 185 créditos, formava o especialista em educação nas habilitações: administração escolar; supervisão escolar e ensino das disciplinas e atividades práticas das Escolas Normais.

Desde o primeiro vestibular, ocorrido em janeiro de 1977, vinha apresentando uma oferta de 45 vagas anuais, acrescidas em 2004, com mais uma vaga, em virtude de adequação à proporcionalidade estabelecida pela Lei Estadual nº. 8.258, de 27 de dezembro de 2002, que destina 50% (cinquenta por cento) das vagas iniciais para alunos que tenham cursado Ensino Fundamental e Médio em Escola Pública (candidatos cotistas).

No processo de implantação do *Campus Avançado* de Pau dos Ferros, a demanda pelo Curso de Pedagogia já justificava sua oferta, na medida em que se registrava uma grande necessidade de profissionais de nível superior para atuar na educação e, mais precisamente, com formação nas habilitações já especificadas, as quais foram ofertadas até 1994, quando o currículo passou por um processo de reestruturação.

O redimensionamento da proposta curricular resultou na oferta da habilitação *Magistério em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental*, cujo processo de

implantação foi iniciado no ano de 1995, justificado pela articulação ao quadro nacional que revelava deficiência no atendimento à escolaridade infantil na faixa de 03 a 06 anos pelos profissionais formados nos Cursos de Magistério de 2º Grau e a necessidade de superação dessa profissionalização estreita, por uma habilitação que possibilitasse uma formação crítica, pautada em pressupostos epistemológicos, pedagógicos, éticos e políticos.

Em face da habilitação “Magistério em Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental” concorrer para o desdobramento de duas habilitações e, dada a exigência legal decorrente da LDBEN que institui o cumprimento de 300 horas de atividades didáticas, o que tornava inviável, na prática, a realização de 600 horas de estágio, a habilitação ficou delimitada apenas a “Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental”, cujo processo de reformulação consolidou-se no ano de 1998.

Mesmo diante dessa supressão, a expressiva demanda pela habilitação Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental veio assegurando a continuidade de sua oferta no *Campus* de Pau dos Ferros.

Considerando os princípios norteadores (formação teórico-metodológica, articulação teoria e prática, democratização da sociedade e da escola e interdisciplinaridade), bem como os pressupostos político-pedagógicos que nortearam a proposta de reestruturação do curso, expressos em seus objetivos gerais, o novo currículo estruturou-se através das seguintes áreas de conhecimento: Fundamentos da Educação, Instrumentalização Pedagógica e Formação Profissional.

Diante dessa estrutura curricular do Curso de Pedagogia, dividida em três grandes áreas e, pelo modo como as disciplinas foram organizadas no currículo, o qual se constituiu em formato de grade, alocando, em sequência, disciplinas de base conceitual e de aprofundamento, preparando, assim, o formando para as práticas, que se concentram na área de formação profissional localizada no último ano do curso.

A implementação dessa nova proposta, apenas como quadro curricular, a partir de 1995, deveria ser acompanhada por estudos e reuniões sistemáticas entre todos os envolvidos. Essas reuniões, no entanto, funcionaram apenas nos dois primeiros anos, implicando em reorientações em relação ao fluxo curricular, que não puderam ser realizadas, tendo em vista a interrupção, sem explicação, dos estudos e discussões com vistas ao acompanhamento.

Uma retomada das discussões e estudos veio se efetivar com a elaboração do Projeto Pedagógico do curso, no ano 2000, em atendimento às exigências internas da instituição, refletindo as necessidades legais e os debates por parte de entidades e educadores, em geral, em torno da formação de professores para a educação básica no contexto nacional.

De forma mais sistemática iniciamos nossas discussões a partir de 2005, através de encontros com a Comissão de Estudos Curriculares, estudos teóricos em grupos de estudos, e

realização de seminários. Essa comissão vem desde 2005.¹ coordenando os estudos para a reestruturação do currículo do curso de pedagogia do CAMEAM, através de encontros semanais. Inicialmente foi planejado e realizado pelos membros da referida comissão, o I Seminário de Estudos Curriculares do Curso de Pedagogia, envolvendo o coletivo de professores/as, através de grupos de estudos, constituído de quatro seminários temáticos: Fundamentos Curriculares Expressos nas Propostas Oficiais, Fundamentos Curriculares Expressos nas Propostas da Sociedade Civil, Formação do Pedagogo na Visão dos Especialistas, e Fundamentos Teóricos Sobre o Currículo. (NASCIMENTO; ANDRADE, 2007).

Nesses seminários foram levantadas questões que possibilitaram aos participantes refletirem sobre a realidade nacional do curso de pedagogia, bem como sobre as potencialidades locais de construir um currículo mais flexível, que possibilitasse a construção de um curso mais aberto, que atendesse a diversidade e que fosse capaz de articular o global e o local. Ainda, paralelo aos seminários, eram realizados encontros semanais com o coletivo de professores e representantes de cada período do Curso de Pedagogia em torno do atual Projeto Pedagógico, através do debate do processo histórico da construção do mesmo e discussões de propostas levantadas por professores.

Os debates desencadeados nesse processo foram permeados de muitas dúvidas e inquietações por parte de professores e alunos, uma vez que a construção de um currículo mais flexível requer de todos os conhecimentos teóricos e práticos, e, sobretudo, o desafio de mobilizar o coletivo nessa construção permanente. Dessa forma, as questões levantadas nos seminários, desencadearam novas reflexões e a necessidade de novas discussões, agora voltadas especificamente para a organização do currículo do Curso de Pedagogia, e que foram debatidos através de vários referenciais, tais como a organização do currículo: por eixos temáticos, ciclos etc.

Muitas das inquietações desses estudos e debates se concentraram em alguns pontos básicos: Qual o perfil a ser definido para o Curso de Pedagogia? Qual concepção de docência a ser desenvolvida no curso? Qual o campo de atuação do pedagogo? Como tornar mais flexível o currículo? As respostas a essas questões foram construídas pelo coletivo dos envolvidos nessa discussão (professores e alunos), pois muitas eram as posições e questionamentos postos a esses aspectos. Entretanto, nesse estágio inicial, o coletivo compreendeu que havia, ainda, muitas dúvidas e indefinições, muitas delas provenientes da incipiente produção científica do grupo nessa área, embora este venha participando dos encontros e congressos envolvendo essa temática. A partir dessas análises alguns encaminhamentos foram tomados como a sistematização do II Seminário de Estudos Curriculares e a aplicação e análise de instrumental com docentes e discentes para formulações de novas proposições.

Nesse contexto, e considerando as inúmeras variáveis existentes durante esse processo, a reestruturação curricular do Curso de Pedagogia no DE/CAMEAM/UERN encontra-se desde 2007.1 em fase de implementação de uma nova proposta curricular. Desde sua implantação, e até hoje, os estudos e seminários vêm sendo realizados com vistas a avaliação e acompanhamento do processo de implementação desta proposta, que apontaram alguns avanços e algumas limitações. No quesito avanço, os componentes das práticas pedagógicas são citados pelos alunos como importantes para aproximação com a realidade, embora o planejamento, as orientações dessas atividades ainda requeiram melhor sistematicidade e definições teórico-práticas. Na questão das limitações, são apontados a pouca flexibilização curricular, principalmente, porque os componentes optativos estão localizados no final do curso. Há, ainda, questionamento sobre o trabalho monográfico, que se dá de forma concomitante aos componentes optativos e no último período do curso, o que sobrecarrega e compromete o desenvolvimento de ambos. Essas análises preliminares apontam para a necessidade de estudos para novas adequações curriculares.

Em 2010, de forma sistemática, novas discussões foram realizadas sobre o PPCP, visando o processo de atualização do projeto em função da renovação e reconhecimento do curso, incorporar reflexões acerca de algumas teorizações e práticas sobre o desenvolvimento do currículo, problematizando, nesse contexto, os âmbitos apontados por Sacristán (2000): o da função social do currículo, como um plano educativo – pretense ou real –; como expressão formal e material desse plano; como um campo prático e como uma atividade discursiva acadêmico-pesquisadora.

Relevante informar que, nesse panorama, o Departamento de Educação instituiu e manteve desde o processo de construção do PPCP a Comissão de Estudos Curriculares (CEC) com o objetivo de sistematizar, acompanhar e avaliar a implantação da proposta pedagógica. Para tanto, o Departamento de Educação estabeleceu de acordo com a legislação vigente, a Resolução nº 22, de 08 de agosto de 2012 (CONSEPE), uma carga horária semanal de 2h para cada membro da CEC e para o Coordenador da CEC carga horária de 8h, de modo a viabilizar a real efetivação das atividades.

A função destinada à CEC, não pode ser confundida com atividades de ordem burocrática, embora esse aspecto permeie todas as ações propostas. O significado maior para a existência da CEC estava em:

- Mobilizar todos os integrantes do Departamento de Educação para a necessária apreensão e efetivação desta proposta pedagógica;
- Propor parceria de trabalho entre o Departamento de Educação e campos de Estágio;
- Provocar vínculos de pesquisas entre a prática formativa, o Curso de pós-graduação *lato-sensu* e os Grupos de Pesquisa do Departamento de Educação;

- Divulgar resultados avaliativos e experienciais da implementação curricular;
- Propor o aperfeiçoamento da proposta curricular, à medida que possíveis deficiências forem surgindo.

A CEC juntamente com a Congregação do Departamento buscou tentar pautar o acompanhamento e avaliação do currículo nas discussões de alguns indicadores tendo por base o diagnóstico da avaliação institucional do curso obtido por meio dos relatórios e seminários realizados pela Comissão Setorial de Avaliação, conforme elencados a seguir:

- Contexto: perfil do aluno ingressante; demandas de trabalho; tendências na evolução das áreas do conhecimento.
- Finalidades: objetivos, metas e diretrizes de trabalho; programas institucionais, políticas públicas; publicações.
- Funções: a) Administrativas: proposta de gestão, planos e programas, avaliação institucional, mecanismos de controle; b) Apoio: serviços de atendimento ao aluno, instalações, equipamentos, materiais; c) Base: processo de ensino-aprendizagem, relações professor-aluno, programas de ensino, avaliação do rendimento escolar.
- Resultados: a) padrão de desempenho terminal dos alunos; b) acompanhamento dos alunos formados; c) evasão (índices e causas); d) reprovações (índices).

No ano de 2012, mediante o percurso de atualização do PPCP, de reconhecimento do curso e com o propósito de atender aos instrumentos de avaliação institucional e melhorar o acompanhamento da proposta, a CEC ao mesmo tempo em que continuou suas atividades, esteve a se preparar para assumir um novo formato. O Departamento passou então a discutir a constituição do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que deveria ser formado por um grupo permanente de docentes com atribuições de formulação e acompanhamento da proposta pedagógica do curso.

Ainda no ano de 2012, continuaram as atividades para atualização do PPCP a fim de dar continuidade ao processo de renovação de reconhecimento de curso. Com isso, foram realizadas reuniões e seminários sobre as novas demandas de formação do pedagogo e mapeamento do projeto em curso para atualização de acordo os dispositivos legais. Os resultados apontaram, portanto, para novos (re) direcionamentos no que se refere aos aspectos teórico-metodológicos e a sua organização curricular, dentre outros aspectos que, para além dos contextos legais, potencializem a concretização da intencionalidade político-pedagógica do curso de formar profissionais aptos a atuarem na docência da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e na Gestão de processos educativos, em ambientes escolares e não escolares.

Enquanto o Departamento de Educação aguardava a institucionalização do NDE pelos colegiados superiores da UERN, a CEC dialogou ainda com a congregação sobre o papel e a

composição do NDE no processo de acompanhamento e avaliação curricular. Foi comum entendimento, conforme estabelecia o Parecer CONAES de 14 de junho de 2010 e a Resolução nº 1 de 14 de junho de 2010/CONAES/MEC, qual seria o grupo de docentes que iria compor esse núcleo e que poderia contribuir para construir a identidade do curso, seu desenvolvimento e consolidação.

Foi partir do ano de 2013 que o NDE foi implementado no Departamento de Educação, assente na Resolução nº 59, de 11 de dezembro de 2013 (CONSEPE/UERN) e ainda em acordo com os instrumentos avaliativos institucionais. Oficialmente, o NDE precisa manter os seguintes componentes: I) O Chefe do Departamento ou Coordenador do Curso; preferencialmente. II) O Orientador Acadêmico do Curso; III) O Coordenador de Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso; IV) No mínimo, dois professores do Curso que não exerçam função administrativa, sendo um para assumir a coordenação do NDE e outro a vice coordenação. (UERN, 2013). Dos critérios e trâmites necessários para a sua composição:

Art. 6º Os membros do NDE deverão ser eleitos em plenária do Departamento e, necessariamente, terão que pertencer ao quadro de professores efetivos da UERN, com o mínimo de três anos de atividade no curso e em regime de tempo integral.

§ 1º O mínimo de 60% (sessenta por cento) dos professores do NDE deverá ter titulação *stricto sensu*.

§ 2º O NDE deve ter, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos membros professores com formação acadêmica inicial na área do Curso.

§ 3º O NDE de cursos novos será composto na medida em que os professores forem sendo contratados, de forma a atender aos critérios estabelecidos. (UERN, 2013).

No entanto, é importante destacar que para além do cumprimento dos percentuais apresentados, para compor o NDE do curso, a escolha dos professores terá de obedecer aos critérios de liderança acadêmica, presença efetiva no curso nas diferentes dimensões que o compõem, ter produção científica significativa (UERN, 2013). Logo, o perfil docente para constituir o NDE terá de considerar a presença efetiva no DE para o desenvolvimento dos objetivos traçados pelo Curso e a consolidação do PPCP, o que nos remete que o professor seja um profissional comprometido e de elevada experiência na área de formação do Curso.

Com a criação do NDE, o Departamento de Educação passou a revigorar as discussões sobre as temáticas relativas à concepção de curso, a buscar o alinhamento em direção a que os materiais curriculares ou materiais de desenvolvimento curricular constituam-se em referências e critérios para a tomada de decisões, tanto no planejamento quanto na intervenção direta no processo de realização do ensino/pesquisa/extensão e em sua avaliação na formação do pedagogo.

Faz-se importante registrar que também nesse período esforços foram realizados pelos professores do Departamento de Educação em direção à criação do Programa de Pós-

Graduação em Ensino (PPGE), e que se concretizou no ano de 2013. O Programa oferece o Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino (CMAE) e é ofertado pela UERN, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e com a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). (UERN, 2019b). Hoje o PPGE tem a missão de formar um perfil profissional que:

[...] possibilita compreender o processo ensino-aprendizagem e nele intervir, numa efetiva interação e articulação com as áreas do conhecimento e diferentes níveis e modalidades da Educação Básica. Na perspectiva de intervir nos estudos e nas práticas educativas, o egresso o fará mediado por novos referenciais teóricos e metodológicos voltados para o desenvolvimento de habilidades criativas e inovadoras do processo didático-pedagógico e para sua aplicação nas áreas das ciências, das humanidades e das linguagens. (UERN, 2019b).

Importante mencionar que o Departamento de Educação também possui extenso histórico que retrata o seu compromisso pedagógico e ético com a formação a nível *lato sensu*. Desde a criação do Curso de Pedagogia até o momento, o Departamento ofertou os seguintes cursos: Curso de Especialização em Educação com as temáticas: Alfabetização, Formação do Professor e Gestão do Sistema de Ensino (2001); Curso de Especialização em Educação com área de concentração em Formação do Educador (2003); Curso de Especialização em Formação do Educador, (2004); Curso de Especialização em Formação do Educador (2006) e Curso de Especialização em Formação do Educador (2007); Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos (2009); Curso de Especialização em Educação e Linguagens para a Multiculturalidade (2012); Curso de Especialização em Políticas e Práticas da Educação Escolar (2018 – em andamento).

Sobre este último, foi no ano de 2017, que se buscou construir mais um complemento necessário à formação continuada na esfera da pós-graduação *lato sensu*. Nesse sentido, as discussões foram ao encontro da intenção de habilitar profissionais da educação escolar e áreas afins com competências necessárias a uma análise crítica dos fenômenos educativos na contemporaneidade, surgindo então o curso de *Especialização em Políticas e Práticas da Educação Escolar*, do Departamento de Educação (CAMEAM). O curso se organiza a partir da oferta de dois tópicos temáticos, a saber: 1) Formação e Práticas Pedagógicas para a educação escolar, e 2) Políticas Educacionais e Gestão dos Sistemas Educacionais e da Escola. Esses tópicos temáticos foram definidos com base nas linhas de pesquisas que pertencem aos grupos de pesquisa, vinculados ao DE/CAMEAM, contemplando as atividades de ensino, pesquisa e extensão deste Departamento. Além desses elementos norteadores para a construção do curso, se torna relevante por contribuir com a qualificação dos professores, gestores de sistemas e de escolas, coordenadores pedagógicos, administrativos e financeiros, técnicos, bem como,

egressos do curso de Pedagogia e portadores de diplomas de cursos de licenciaturas, e áreas afins. Desse modo, surge a partir das motivações de formação continuada dos alunos egressos, assim como da necessidade de maior inserção dos professores do Departamento de Educação (UERN/CAMEAM) em atividades de pós-graduação.

Atualmente as discussões promovidas no Departamento de Educação já sinalizam que é preciso construir novos arranjos em direção a debates com seus pares para abrir os caminhos quanto aos novos paradigmas que surgem, dentre eles: discussões sobre dispositivos pedagógicos e metodologias inovadoras; embates acerca do currículo e o seu grau de coesão com as demandas sociais; a didática, diante da necessidade da revisão de novos saberes e práticas; e finalmente, a materialidade do vir a ser *pedagogo*, e que nos remonta a revisão do olhar humanista diante da formação.

4 OBJETIVOS DO CURSO

GERAL:

Formar pedagogos para atuarem na docência da Educação Infantil, dos anos Iniciais do Ensino Fundamental, da Educação de Jovens e Adultos e na gestão dos processos educativos, em espaços escolares e não escolares que impliquem em trabalho de natureza pedagógica.

ESPECÍFICOS:

1. Estabelecer o diálogo entre a área pedagógica e as demais áreas de conhecimento, com o propósito de favorecer o planejamento, a execução, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação de atividades, projetos e experiências educativas próprias da atuação docente;
2. Desenvolver o processo de compreensão sobre a criança, o jovem e o adulto inseridos no contexto social e cultural, de forma a contribuir para seu desenvolvimento humano nas dimensões física, psicológica, intelectual, ética, cultural, social, dentre outras;
3. Estimular o comprometimento com a ética profissional e a organização democrática da sociedade, com a finalidade de desenvolver estratégias interventivas frente aos problemas socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade de ensino e medidas que visem à superação da exclusão social;
4. Orientar o desenvolvimento de metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação de maneira a beneficiar a produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional;
5. Propiciar uma formação do pedagogo por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo a apropriação e a produção do conhecimento, inerentes à natureza das práticas educativas escolares e não-escolares.

5 PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

Traçar o perfil do profissional que se pretende formar no Curso de Pedagogia da UERN requer, entre outras necessidades, a consideração de várias décadas de debate, bem como de lutas por mudanças necessárias e pelo enfrentamento de questões do nosso tempo promovido, essencialmente, pela velocidade dos acontecimentos e pela competitividade neles anunciada. No que concerne ao aspecto da luta e da discussão, é impossível negligenciarmos, aqui, a contribuição efetiva de duas instituições, a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) e o Fórum de Diretores de Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas Brasileiras (FORUMDIR).

Assim sendo, a fundamentação para o presente projeto tende a configurar-se a partir dos pilares que concretizam, tanto a contribuição das citadas instituições, como as diretrizes teóricas que emanam do campo da epistemologia da prática docente, sobre os quais se norteia o cotidiano do processo educacional, seja na escola, em especial, seja em outros lugares onde o saber da prática educativa se faz necessário e se realiza como *práxis*.

Tais pilares dizem respeito, inicialmente, aos conceitos que caracterizam a educação enquanto campo científico e, em seguida, ao profissional que lhe dá efetividade. Em outros termos, eles devem apontar, tanto para a dimensão teórica quanto para a dimensão prática da ação pedagógica.

Desta maneira, ao concebermos a Pedagogia como a base do que move o processo educacional no cotidiano, estaremos em acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia, licenciatura, compreendendo o saber-fazer do profissional da Educação, ou seja, do pedagogo, como uma construção situada e organizada em função dos contextos de interação entre seres humanos no seu processo de socialização.

Isto significa, em outros termos, uma formação que permita a esse profissional atuar educacionalmente em várias instituições onde sejam possíveis essas interações, sendo a escola a mais óbvia delas, mas também as indústrias, os hospitais ou clínicas, as agências de turismo e outros espaços quaisquer em que se necessite da intervenção educacional.

Sendo, pois, teoria e prática duas vertentes integradas e inseparáveis nesse contexto, a compreensão sobre o ato educativo caminha na direção transformadora de uma *práxis*, de caráter intencional e que se manifesta na concretização de um *trabalho* voltado, essencialmente, para a emancipação profissional e humana dos sujeitos envolvidos. Desse modo, a reflexão na e sobre a prática educativa será aqui considerada, paralelamente à docência, como a base da formação e da identidade do pedagogo, sem, no entanto, restringir a última unicamente à aprendizagem sobre a sala de aula no ambiente escolar, visto que a preocupação com o humano, que é característica da Pedagogia, e a natureza filosófica do curso nos convidam a

repensar a função educativa, a partir de uma educação também para o cuidar da alma de forma dialógica, onde quer que haja interação humana.

De acordo com o artigo 4.º DCN's, que define a finalidade do Curso de Pedagogia e, obviamente, as competências profissionais que deverão ser perseguidas na formação do egresso, o perfil desse sujeito sinaliza para a capacidade de ele realizar o exercício integrado e indissociável entre a docência, a gestão dos processos educativos escolares e não-escolares, bem como o da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Art. 4.º - O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares. (BRASIL, 2006).

Nesse sentido, o presente projeto entenderá a formação do licenciado em Pedagogia como uma ação que deve se basear no *trabalho pedagógico*, realizado tanto em espaços escolares como não escolares e que tem também como alicerce à docência.

Por esta razão, compreenderemos a docência como uma ação educativa intencional que buscará como fim maior o desenvolvimento da autonomia dos educandos. Ao mesmo tempo, tratar-se-á de um processo pedagógico construído a partir das relações sociais, étnico-raciais e produtivas que exercem influência sobre os conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia. Isto implica dizer que a docência, tanto em processos educativos escolares como não-escolares, não se confunde com a utilização de métodos e técnicas pretensamente pedagógicos, descolados de realidades históricas específicas. Constitui-se na confluência de conhecimentos oriundos de diferentes tradições culturais e das ciências, bem como de valores, posturas e atitudes éticas, de manifestações estéticas, lúdicas, laborais (BRASIL, 2005, p. 7).

Portanto, o sentido da docência será tratado aqui de modo amplo, “[...] uma vez que se articula à ideia de *trabalho pedagógico*, a ser desenvolvido em espaços escolares e não-escolares” (AGUIAR, et al., 2006, p. 830). Por isso, a formação do pedagogo na UERN deverá ter como foco principal a *práxis*, desencadeando processos de aprendizagem que devem estar

pautados por interações desse sujeito no contexto de uma cognição situada (THERRIEN; LOYOLA, 2001; 2003).

Isto se justifica porque a noção de *práxis*, como ação e reflexão do ser no sendo, põe em destaque as finalidades do trabalho a ser realizado pelo pedagogo, as quais visam à mediação para a construção reflexiva de saberes (THERRIEN, 1997).

Desse modo, a formação é considerada como processo de aprendizagem de uma função eminentemente profissional, situada no campo científico da Educação, e que buscará fomentar a compreensão por parte do formando, em seu fazer, sobre a ação pedagógica como uma construção permanente da emancipação social e profissional do ser humano. Logo,

[...] para a formação do licenciado em Pedagogia é central o conhecimento da escola como uma organização complexa que tem a função social e formativa de promover, com equidade, educação para e na cidadania. (...) Também é central, para essa formação, a proposição, realização, análise de pesquisas e a aplicação de resultados, em perspectiva histórica, cultural, política, ideológica e teórica, com a finalidade, entre outras, de identificar e gerir, em práticas educativas, elementos mantenedores, transformadores, geradores de relações sociais e étnico-raciais que fortalecem ou enfraquecem identidades, reproduzem ou criam novas relações de poder (...). Finalmente, é central a participação na gestão de processos educativos, na organização e funcionamento de sistemas e de instituições de ensino, com a perspectiva de uma organização democrática, em que a corresponsabilidade e a colaboração são os constituintes maiores das relações de trabalho e do poder coletivo e institucional, com vistas a garantir iguais direitos, reconhecimento e valorização das diferentes dimensões que compõem a diversidade da sociedade, assegurando comunicação, discussão, crítica, propostas dos diferentes segmentos das instituições educacionais escolares e não-escolares (BRASIL, 2005, p. 6).

Nesta direção, aspiramos a formação de um profissional que seja capaz de dominar determinados saberes e que possa transformar esses saberes, reconfigurando-os a cada contexto em que suas funções sejam requisitadas, sempre por meio de uma postura ética, a qual deverá ser a sustentação da sua *práxis*. Assim, o *domínio de saberes*, a *transformação de saberes* e a *atuação ética* constituir-se-ão elementos essenciais no processo de uma formação de qualidade desse profissional no âmbito da UERN, haja vista a busca pelo desenvolvimento consciente da ação e da reflexão sobre a realidade educativa.

Vale salientar que, embora a noção de qualidade seja passível de muitas significações, estamos convictos de que é possível estabelecer princípios, tais como democracia, flexibilidade, contextualização, reflexão-ação, interdisciplinaridade, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, para determinar a qualidade da formação do pedagogo na UERN. Nesse sentido, buscaremos ainda tomar como base a intencionalidade presente nos espaços educativos onde atuará o futuro pedagogo, a fim de estabelecer, com ele e com os atores que compõem esses

espaços, a construção e o aprofundamento de uma compreensão sobre o agir educativo, tal como sugerem as próprias DCN's/Pedagogia.

Assim sendo, ao tentar estabelecer um significado entre o que aprenderá no Curso de Pedagogia e o que fará dentro e fora da escola, o pedagogo deverá ser capaz de ressignificar essa aprendizagem em função de sua atividade junto aos outros sujeitos com os quais estabelecerá uma relação profissional e educativa. Esperamos, desse modo, que tal ressignificação tenda a ser influenciada pela diferença entre as lógicas da prática, com suas relações e sentimentos, e as lógicas controladoras das técnicas e planos educacionais. Por isso, o curso deve também promover uma reflexão sobre a condição de sujeito ético do profissional da Pedagogia, sobre o que o move para sua atividade e em que condições ele irá desenvolvê-la. Isto se justifica porque o direcionamento dado aos processos de gestão pedagógica e de ensino-aprendizagem, ao abarcar tomadas de decisões e intervenções de caráter político-ideológico, é suscetível de afetar a concepção de vida e mundo dos sujeitos neles envolvidos (THERRIEN; THERRIEN, 2000; THERRIEN; MAMEDE; LOYOLA, 2005).

Portanto, o pedagogo é um sujeito que, em seu saber-fazer, deparar-se-á sempre com uma autonomia relativa, haja vista os limites de sua ação profissional esbarrarem na normatividade ética, a partir da qual é possível promover a emancipação do indivíduo humano. É nesse sentido que a tríplice relação com o saber que buscaremos operacionalizar – *o domínio de saberes, a transformação de saberes e a atuação ética* – tece as características eminentemente profissionais do trabalho do pedagogo, sistematizada como segue:

- Atuação na docência da Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, nos estabelecimentos públicos e privados de ensino;
- Empreendimento da pesquisa científica, principalmente nas áreas básicas de sua formação, docência, gestão educacional e áreas correlatas, incorporando criatividade e coletivamente os produtos desse processo reflexivo a outras instâncias sociais onde a educação transita;
- Atuação no âmbito da Gestão Educacional, de modo a subsidiar os Sistemas de Ensino no que concerne ao planejamento, coordenação, organização, avaliação e implementação de programas e projetos educativos, mediante as demandas dos contextos locais;
- Articulação entre a escola e a sociedade, analisando e executando projetos educativos advindos das parceiras com Sistemas de Ensino, Empresas, Escolas e outras instituições que se caracterizem como espaços não escolares.

Diante dessas características, parece tornar-se mais evidente o reconhecimento da Pedagogia como a ciência da Educação, haja vista seu alcance extrapolar a prática escolar e adentrar toda e qualquer prática educativa. Assim, seu objeto de estudo aponta para as práticas educativas, configuradas a partir das relações com o aprender e o saber, bem como o contexto sócio histórico no qual a educação está envolvida.

Logo, o curso de Licenciatura em Pedagogia da UERN tem como meta formar o Pedagogo de modo integrado para atuar na docência da Educação Infantil, dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, bem como na gestão dos processos educativos, escolares e não-escolares, e na produção e difusão do conhecimento do campo educacional.

Para atuar nos mais diferentes espaços e momentos relativos à prática da Educação, sejam esses formais ou não-formais, sua experiência deve se tornar sempre uma referência para a reflexão. Em outras palavras, e como já dissemos acima, esperamos que a prática desse profissional não esteja dissociada da teoria e, por isso, deverá ser *práxis*, cujo princípio de formação precisa estar pautado por uma constante epistemologia dessa prática.

Desse modo, o perfil do pedagogo formado pelo CAMEAM/UERN implicará que ele seja um profissional dedicado à reflexão sistemática acerca do campo da Pedagogia e não mais “[...]um bacharel que deve adquirir algumas técnicas e noções de ensino” (THERRIEN, 2006, p. 15). Essa assertiva se torna pertinente neste projeto na medida em que a prática de formação por ela expressa, contraditória aos reais princípios de formação do pedagogo, além de ter limitado a aprendizagem desse profissional sobre sua função aos espaços eminentemente escolares, contribuiu para que seu campo de atuação fosse, social e gradativamente, sendo minimizado.

Assim, ao assumir a reflexão na e sobre a prática educativa como base para a formação do pedagogo, o presente projeto corrobora a pertinente busca de muitos atores sociais por uma identidade do profissional da Pedagogia que garanta a unidade dialética entre teoria e prática.

6 COMPETÊNCIA E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Em conformidade com as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, licenciatura, em seu Art. 5º, o egresso do Curso de Pedagogia da UERN, deverá estar apto a:

- I - Atuar com ética e compromisso, visando à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- III - Trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

- IV - Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos, nas suas relações individuais e coletivas;
- V - Aplicar modos de ensinar diferentes linguagens – Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças;
- VI - Relacionar as linguagens dos meios de comunicação aplicadas à educação nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VII - Promover e facilitar relações de cooperação entre a escola, a família, a comunidade e outras instituições educativas;
- VIII - Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, dentre outras;
- IX - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, dentre outras;
- X - Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XI - Participar da gestão das instituições em que atuem enquanto estudantes e profissionais, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XII - Participar da gestão das instituições em que atuem planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais em ambientes escolares e não-escolares;
- XIII - Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre seus alunos e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e aprender em diferentes meios ambientais/ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre a organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- XIV - Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- XV - Estudar e aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais as quais lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

7 PRINCÍPIOS FORMATIVOS

A concepção aqui atribuída a princípios formativos refere-se às proposições básicas que fundamentam a formação do pedagogo, as quais servem de alicerces e parâmetros para orientar

e inspirar a organização do Curso de Pedagogia, bem como seu processo de implementação e acompanhamento. Nesse sentido, estabelecemos como princípios formativos: a relação teoria e prática; a contextualização; a interdisciplinaridade; a democratização; a flexibilização e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

7.1 Relação teoria e prática

Esta proposta curricular rompe com a clássica proposição de que a teoria precede à prática, assumindo um enfoque globalizado no currículo e uma concepção da relação entre teoria e prática, atribuindo-se à *práxis* sua categoria fundante. A partir da *práxis*, a prática é compreendida como ponto de partida e de chegada do trabalho intelectual, mediada pela ação educativa que integra estas duas dimensões (FREIRE, 1998).

A docência é uma profissão que se aprende desde que se entra na escola pela primeira vez, através da observação do comportamento dos professores. O aluno, quando chega ao processo de formação inicial, leva não somente seus conhecimentos prévios sobre a prática docente, como também uma epistemologia, da qual irá utilizar-se para construir seus conhecimentos sobre a sua profissão. Neste sentido, “[...] a pretensão de integrar ambos os conhecimentos em um só tipo escolar, ou a de fazer o conhecimento escolar substituir o cotidiano, dificilmente dará resultado, além de ser muito questionável”. (RODRIGO, 1998, p.235).

Um dos pontos centrais desse debate está em conceber os programas formativos como espaços legítimos das relações sociais e formas de socialização de conhecimentos, desafiando o futuro profissional do ensino, como agente privilegiado na formação dos processos educativos intencionalmente adotados pelas escolas, a rever, de forma reflexiva e crítica, sua *práxis* docente, enquanto um dos mecanismos para garantir seu desenvolvimento profissional.

Lucarelli (2001) alerta que a articulação teoria e prática como inovação na formação inicial do professor manifesta-se na prática profissional, bem como em estratégias pedagógicas. Na prática profissional, através da resolução de problemas significativos presentes no cotidiano docente, cujo desafio está em reconhecer determinadas características da profissão em diferentes condições históricas. Isto possibilita identificar e refletir o quanto as práticas pedagógicas *tradicionais* fazem-se ainda presentes no cotidiano, ao mesmo tempo em que se evidenciam a distância, na maioria dos casos, de características pedagógicas que expressem uma atuação docente numa perspectiva mais emergente.

As estratégias pedagógicas para articular teoria e prática emergem de momentos relativos à construção de conhecimentos interdependentes, num verdadeiro processo dialético: destaca-se a alternância de espaços dedicados ao tratamento teórico dos temas, com outros em

que a análise da realidade e a prática sobre ela também geram reflexões, indagações e questionamentos teóricos.

Requer a inclusão de espaços curriculares e situações de ensino e aprendizagem em que ocorra a *reflexão na ação*, se propicie a realização do *prático-reflexivo*, o aluno assumirá o perfil profissional em função da incerteza que lhe apresentará o futuro na realidade de trabalho, a fim de que possa entender a partir de situações diversificadas como pensam os profissionais quando atuam.

Segundo Freire (1979), conhecer os níveis de pensamento dos alunos, suas habilidades, seus sentimentos, pode favorecer um ensino efetivo, uma vez que a *práxis* resgata seus problemas em torno de temas geradores da sua vida cotidiana (aqui especificamente problemas relacionados ao ensinar e ao aprender) e em função dos Estudos Acadêmicos, o conteúdo de ensino é apurado dialogicamente com os alunos, relacionando o epistemológico à realidade.

Nessa perspectiva, a articulação teoria e prática na formação inicial do professor aponta para formas alternativas da didática. Uma simples atividade de exemplificação pode desencadear um significado diferente para os alunos, desde que o conteúdo e o tipo de aprendizagem que se pretende estejam sintonizados com o desenvolvimento de determinadas estruturas do processo de cognição humana (ensinar e aprender conceitos, por exemplo, requer estratégias didáticas diferentes para o ensinar e o aprender procedimentos ou habilidades de estudo): estas estruturas inserem-se em outras mais complexas, como a resolução ou a produção de situações problemas, ou a análise crítica de outras produções, promovendo, assim, situações de aprendizagens mais complexas, que demandam o pensamento crítico e reflexivo do aprendiz.

Esses pontos em comum, que estabelecem a relação teoria e prática relativa ao ensinar e o aprender na universidade, constituem-se enquanto essência deste Curso, uma vez que a Pedagogia é compreendida como a teoria da prática educativa.

7.2 Contextualização

A formação do pedagogo, na perspectiva do profissional da Educação anunciada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia (BRASIL, 2006), pressupõe, segundo Aguiar *et al.* (2006), a solidez de uma formação teórica, “[...] alicerçada no estudo das práticas educativas escolares e não-escolares e no desenvolvimento do pensamento crítico, reflexivo fundamentado na contribuição das diferentes ciências e dos campos de saberes que atravessam o campo da pedagogia” (p. 832-833). Nesse sentido, o currículo do Curso e sua

organização precisam ser repensados de modo a integrar disciplinas, situar saberes e abrir inúmeras possibilidades para a construção efetiva do conhecimento na área.

Ao tomarmos o princípio da contextualização como alvo de nossa reflexão, podemos dizer que ele é o responsável por orientar a organização do currículo na devida adequação dos conteúdos às características regionais e locais onde se desenvolve. Essas características são importantes na medida em que guardam relações com a vida dos formandos, permitindo que o currículo se transforme em um confronto saudável entre os saberes: tanto os dos estudos básicos quanto os do aprofundamento e diversificação de estudos. Por conseguinte, é a contextualização que nos permitirá pensar o currículo com base em uma ideia distante daquela em que o mundo está organizado pela certeza do conhecimento, pela medida e definição precisa das coisas, fugindo à experiência confusa, vaga e incerta do sujeito humano.

Com base nessa orientação, o princípio da contextualização leva-nos a entender também que o Curso de Pedagogia, ao invés de considerar a docência como um fim, toma-a como base para ampliar o desenvolvimento profissional do pedagogo. Isto se explica pelo fato de que a aprendizagem do sujeito é situada e, por isso, o futuro profissional precisa entender, tal como sugere Oliveira-Formosinho (2007), a *pedagogicidade* existente tanto nos espaços quanto nos materiais com os quais se irá trabalhar.

Nesse sentido, a escola torna-se, para o educador em formação, mais que um espaço físico: ela constituir-se-á em um contexto social no qual circulam metas, memórias, valores e intencionalidades múltiplas. Ora, se a cultura é inseparável do contexto, como nos diz Oliveira-Formosinho (2007), então este mesmo contexto funciona como elemento constituidor dessa cultura, por isso, torna-se também espaço de formação. Assim sendo, quanto mais relações forem estabelecidas pelo currículo entre os espaços educativos e os futuros educadores, melhores poderão ser vislumbradas as possibilidades de desenvolvimento profissional desses sujeitos. Além da criação desses significados, o princípio da contextualização preocupa-se com o fato de que o formando deve ser capaz de ampliar suas ações para outros espaços que vão além do chão da sala de aula.

7.3 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade é uma categoria em definição e em processo de elaboração. É complexa e seu entendimento requer que se alicerce nas mais íntimas inter-relações, porque a interdisciplinaridade, como diz Fazenda (1993), é busca, é pesquisa, é comunicação, é síntese. O enfoque interdisciplinar, compreendido como uma busca da construção de uma visão holística e dialética da realidade – esta vista como dinâmica e em permanente vir a ser, manifesta-se no contexto da educação como uma contribuição para a reflexão e o encaminhamento de solução

às dificuldades relacionadas ao ensino e à pesquisa. No campo da pedagogia, Luck (2003, p. 59) compreende que o enfoque interdisciplinar “[...] emerge da compreensão de que o ensino não é tão somente um problema pedagógico e sim, um problema epistemológico”. Este se apresenta como possibilidade de promover a superação da dissociação das experiências escolares entre si, como também delas com a realidade social e com o que é discutido nas universidades.

No campo da produção do conhecimento científico, a interdisciplinaridade é chamada a contribuir para superar a dissociação do conhecimento produzido e para orientar a produção de uma nova ordem de conhecimento. E no ensino constitui uma das condições para a melhoria da sua qualidade, por orientar-se na perspectiva da formação integral do homem. Posto isso, pesquisa e ensino contribuem para que o indivíduo assuma uma postura crítica perante os desafios sociais, por meio de uma abordagem interdisciplinar entre o conhecimento acumulado e as situações do cotidiano.

Desvendar a realidade é, então, o compromisso do pesquisador. Na prática, tal constatação abre espaço para o debate sobre o papel do educador para além da natureza social de sua profissão, resultante da transformação de sua *práxis* e dos diversos saberes instituídos. Para tanto, a formação do educador pesquisador depende necessariamente de “[...] saber modificar velhas concepções e procedimentos inadequados que impedem o rigor teórico-prático, desvirtuando as análises dos fenômenos sociais, culturais e políticos” (CALAZANS, 2002, p. 60). Nessa perspectiva, educar e pesquisar ultrapassam a noção de diálogo apenas como instrumento de trabalho. A finalidade do aprendizado é resultado da interação entre as pessoas. Nesse caso, passamos da ideia de ensinar o que se sabe, para descobrir o que não se sabe, de forma a pensar na possibilidade de fazer com que o professor e o aluno convertam-se em aprendizes permanentes. Aqui, professor e aluno partilham da mesma experiência: descobrem e criam o que aprendem.

Há uma necessidade de preparar os alunos para serem produtores e criadores de conhecimentos, de maneira que a educação, como partilha na construção de saberes, perceba o momento de ousar. Isso requer desde cedo uma formação e aceitação da pesquisa educacional que oportunize o desenvolvimento da capacidade crítica, em que o aluno, ao encontrar um problema, seja capaz de formular e avaliar as hipóteses, dado o estímulo das novas descobertas.

Na verdade, é reforçar quão prazeroso é desvendar o mundo, o outro, a experiência interativa do cotidiano. A pesquisa, a fundamentação teórica, a coleta e o tratamento das informações, o compromisso e o interesse do pesquisador traduzem um processo formal e sistemático de desenvolvimento da prática investigativa, importante ao aluno na sua iniciação científica, na graduação.

7.4 Democratização

O formando em Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades que deverá estar pautado em princípios possibilitadores de consolidar o exercício da profissão, dentre os quais se destaca a democratização. Entendemos esse princípio como a possibilidade de oferecer ao formando as condições adequadas para a participação na gestão do processo educativo, considerando-se a compreensão de seu papel como sujeito que se insere numa dada realidade de maneira crítica, participativa e transformadora.

Democratizar o ensino no Curso de Pedagogia exige uma compreensão mais ampla, de acordo com as DCN's, direciona-se para a formação de um profissional habilitado para: o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigação de interesse da área educacional; a participação na gestão de processos educativos que envolvam o trabalho pedagógico e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

A abrangência do documento leva ao entendimento de que o princípio da democratização permite ao formando em Pedagogia compreender a educação em sua dimensão formadora e transformadora, a qual resulta no acesso às possibilidades de desenvolvimento integral do homem, tendo em vista os aspectos individual e social que encontram na escola o *lócus* de preparação do sujeito que a sociedade tecnológica requer, ou seja, um cidadão crítico, reflexivo e capaz de transformar a realidade.

A competência do pedagogo que pretendemos formar deve estar pautada em princípios de ética democrática que revelem a dignidade humana, a justiça, o respeito mútuo, a participação, a responsabilidade, o diálogo e a solidariedade que permitam ao indivíduo atuar tanto como profissional quanto como cidadão.

Esse entendimento é revelador de que a universidade só tem sentido se ela tiver, efetivamente, uma prática social interventiva na realidade, firmada no compromisso de transformá-la. Na avaliação de Graciani (2006), não há mais sentido para as universidades somente construir grandes teses, num país de analfabetos. Segundo a autora, é preciso atentar para a importância do compromisso social com a formação, com a investigação, para que isso possa realmente se reverter na mudança que a sociedade precisa, pois possibilita conhecer de perto a realidade em que o pedagogo vai atuar.

A formação do pedagogo que atuará nessa sociedade deve estar voltada para a conscientização de que “[...] a escola é uma instituição social que apresenta unidade em seus objetivos (sócio-políticos e pedagógicos), interdependência entre a necessária racionalidade no uso dos recursos (materiais e conceituais) e a coordenação do esforço humano coletivo” (LIBÂNEO, 2004, p. 78). Consideramos, então, que a formação do pedagogo não pode divergir

dos objetivos básicos da escola e da educação, os quais dizem respeito à construção do conhecimento e ao desenvolvimento de capacidades intelectuais, sociais, éticas e afetivas.

7.5 Flexibilização

Segundo Ferreira (1999), a flexibilização é o ato de tornar algo flexível, ou seja, algo que se adapta às circunstâncias, que não é rígido.

As mudanças ocorridas no mundo contemporâneo, através do processo de globalização colocam às universidades algumas questões fundamentais para a formação dos profissionais desse novo milênio: além de formar profissionais que venham atender às mudanças nas relações de trabalho e de produção, é preciso que estes estejam aptos a intervir e contribuir na mudança da realidade, buscando a construção de uma sociedade mais justa e democrática; exige o princípio da flexibilização enquanto mecanismo para acompanhar as mudanças vigentes e as demandas advindas da sociedade, por uma formação de profissionais críticos e cidadãos.

Nossa compreensão da flexibilização curricular está em permitir ao aluno uma participação mais ativa na sua formação. Trata-se de uma proposta que aponta para outras formas de interação, de atuação, de ensino, de aprendizagem, que não mais se restrinja ao espaço da sala de aula, mas projete-se para outras possibilidades geradoras de “[...] uma visão crítica que permite ao aluno extrapolar a aptidão específica do seu campo de atuação profissional” (CARVALHO; SANTOS, 2004, p. 86).

A concretização da flexibilização curricular, nesta proposta, aponta para duas perspectivas principais: a flexibilização vertical e a flexibilização horizontal.

A flexibilização curricular vertical expressa-se através da organização dos conhecimentos em núcleos de estudos (básico e aprofundamento), os quais possibilitam, gradativamente, a apropriação de saberes e competências inerentes à atuação do pedagogo, seja em espaços escolares e não-escolares. O caráter da flexibilização vertical revela-se, ainda, na oportunidade de o aluno optar por aprofundar conhecimentos requeridos a determinadas áreas de atuação, como também na possibilidade de cada componente curricular (disciplinas/atividades) propiciar uma formação voltada para a criatividade e a criticidade, subsidiada pela interdisciplinaridade, enquanto exigência para contribuir com a qualidade da formação inicial do professor.

A flexibilização horizontal perpassa o ensino, a pesquisa e a extensão, no sentido de inserir o aluno em atividades acadêmicas diversas (denominadas de estudos integradores), que vão além daquelas concernentes ao espaço da sala de aula. São atividades como: participação e atuação em eventos científicos e culturais, seminários, monitorias, oficinas pedagógicas, palestras, grupos de estudos, dentre outros.

Através do princípio da interdisciplinaridade, busca-se a interação entre as diversas áreas do saber, permitindo ao aluno um conhecimento global, rompendo com a fragmentação do processo do conhecimento. É evidente que não estamos negando as especialidades de cada Disciplina, mas é preciso que se entenda que a produção do conhecimento pressupõe o diálogo entre as disciplinas, visando contribuições mútuas.

Portanto, a universidade, em especial os cursos de Pedagogia da UERN, precisam aproximar-se mais da sociedade, estar atenta às mudanças e contribuições para a construção de alternativas, bem como para a formação de novos profissionais com habilidades e competências capazes de intervir nos problemas relativos à sociedade contemporânea e, particularmente, à sociedade local.

7.6 Articulação entre ensino, pesquisa e extensão

A formação de indivíduos em uma perspectiva acadêmica, profissional e cidadã tem sido amplamente discutida nas IES. No contexto dessas discussões, apresenta-se como consenso a formação alicerçada em atividades de ensino, pesquisa e extensão. A pesquisa, princípio indispensável da formação profissional constitui-se em mecanismo necessário à produção de conhecimentos que, em interação com o ensino e práticas extensionistas, integra conhecimentos teóricos a atividades práticas, contribuindo com o processo de transformação da sociedade.

Na sociedade contemporânea, a formação acadêmica precisa articular uma competência científica, proporcionada através da apropriação dos conhecimentos que fundamentam uma dada ciência, processo que requer domínio da evolução histórica da respectiva ciência, domínio dos métodos e linguagens, em cuja base de fundamentos pode-se construir o *aprender a aprender*, condição para o exercício profissional criativo e busca permanente à atualização.

O processo de construção do conhecimento no espaço da formação acadêmica exige que seja oportunizado aos que dela participam a capacidade de *ampliar a percepção da realidade* através da articulação entre práticas investigativas, disciplinas e projetos de intervenção, a qual conduz a uma formação de múltiplas abordagens, tendo em vista que a complexidade do processo educacional não é específica de uma disciplina, nem de momentos dicotômicos entre teoria e prática, no processo de formação.

Observamos que, no contexto atual, o Curso de Pedagogia da UERN tem rompido com a estrutura curricular rígida, disciplinar e fragmentada, expressa em uma sequência hierarquizada de conteúdos, muitas vezes descritivos, que, por um lado, não estabelecem, entre

si, um diálogo e, por outro, não rompem com a dicotomia entre teoria e prática, contrapondo-se a uma realidade complexa e interdependente.

Na mesma linha de remodelação, a UERN incluiu o sistema de creditação da extensão, conforme regulamentado pela Resolução nº 25/2017/CONSEPE/UERN, pela Instrução Normativa nº 1/2018 – PROEX/PROEG/UERN e o Manual de Curricularização da UERN, ou seja, “[...] a creditação da extensão consiste na especificação de créditos nos currículos dos cursos de graduação, no mínimo 10% (dez por cento) da carga horária total do curso, para serem realizadas pelas (os) discentes, como atividades de extensão, denominadas UCEs”. (UERN, 2017, p. 7).

Do exposto, primamos por uma estruturação curricular que proporcione a articulação permanente do tripé ensino-pesquisa-extensão, permitindo a incorporação de formas diversificadas de aprendizagens presentes na dinâmica realidade social.

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular está baseada na finalidade de garantir ao aluno não somente a inscrição em ofertas de componentes curriculares, mas uma formação sustentada nos princípios formativos já apresentados: interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, relação teoria e prática, democratização e articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com essa finalidade, a estrutura curricular é capaz de propiciar uma formação mais dinâmica para o aluno e, ao mesmo tempo, torná-la mais próxima do estudo dos fenômenos que constituem a realidade educacional. Essa estrutura está organizada através de Eixos Formativos e Núcleos de Estudos (Núcleo de Estudos de Formação geral, Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional, Núcleo de Estudos Integradores), cuja compreensão impõe à formação um processo de constante conexão e dinamicidade entre as diversas atividades curriculares.

8.1 Eixos Formativos

Os eixos formativos constituem conceitos focais da formação profissional, os quais se caracterizam como componentes contínuos e transversais no currículo que queremos desenvolver. Eles estão destinados a articular as partes do fluxo curricular como um todo, através de uma significativa visibilidade no âmbito dos conteúdos e das atividades que o compõem. Dito de outro modo, os eixos formativos assumem condição de conceitos orientadores e, ao mesmo tempo, mediadores entre o desenvolvimento profissional e pessoal do pedagogo e a apreensão das competências que lhes são próprias, entre elas, as competências docentes. Conforme essa compreensão, o presente Projeto Pedagógico para o Curso de Pedagogia da UERN está constituído de dois eixos formativos: 1) *a educação como prática social, histórica e*

cultural e 2) a pesquisa e as práticas pedagógicas nos diferentes espaços educacionais, os quais passaremos a discutir.

Eixo Formativo 1: A educação como prática social, histórica e cultural

A educação constitui um processo social, complexo e histórico concreto, em que tem lugar a transmissão e a apropriação da herança cultural acumulada pelo ser humano. Nesse contexto, a aprendizagem representa o mecanismo através do qual o sujeito se apropria dos conteúdos e das formas da cultura que são transmitidas na interação com outras pessoas. Portanto, a educação, de um modo geral, pode ser descrita como uma prática cultural, haja vista cada sociedade desenvolver suas ações educativas de acordo com os elementos que, social e historicamente, lhe constituem e caracterizam.

Porém, é possível defender que, mesmo ao ser pensada de modo amplo, no escopo de uma prática social e histórica, a educação também incorpora uma determinada concepção pedagógica que a sustenta. Por isso, ao se ocupar de um projeto de homem e de sociedade como um ideal a ser concretizado, por meio de um processo consciente, organizado, dirigido, intencional e sistematizado, ela é, essencialmente, um veículo de cultura e de valores que são (re) construídos nos espaços de socialização e de intervenção dos sujeitos que os ocupam. Logo, para que o processo educativo seja bem-sucedido em sua intervenção, é necessário mobilizar o interior dos aprendizes da pedagogia, fazendo-os desenvolver uma atitude positiva diante de seu compromisso social. Implica ainda o imperativo de uma análise crítica de cada processo em que interatuarão e vivenciarão, de modo a enriquecer seus conhecimentos culturais, e, ao mesmo tempo, provocar novas necessidades para o desenvolvimento individual. Esse, portanto, é um processo dialético de formação integral que se reverte no conhecimento de si mesmo, na projeção do futuro, nas capacidades para analisar situações divergentes e tomar decisões correspondentes com as necessidades individuais e sociais.

Com base nessas necessidades, a formação do pedagogo deverá prepará-lo dentro da pluralidade dos saberes constituintes do repertório de informações que ele precisará se apropriar para o pleno exercício de sua profissão. Dentre esses saberes, destacam-se, inicialmente, aqueles que lhe darão condições de realizar uma leitura do mundo nos múltiplos olhares que a ciência desenvolve, tais como os saberes que estão situados na confluência da teoria da Educação e da Pedagogia, bem como das demais ciências: Sociologia, Psicologia, Antropologia, Filosofia, História, Política, Linguagem, Ciências Exatas e da Natureza, Ciências da Saúde, etc. Apesar de não ser um profissional que vá atuar nessas áreas, o pedagogo precisará saber de um mínimo dos conhecimentos que elas produzem para que, na perspectiva da inter e

transdisciplinaridade, possa (re) construir os saberes educacionais necessários a uma pedagogia de emancipação das capacidades humanas e à função de gestão educacional¹.

Por esta razão, e com base neste primeiro eixo, os componentes curriculares que compõem os três núcleos de estudos assumirão compromissos nesse sentido, em destaque aqueles que tratam dos Fundamentos da Educação, buscarão dar uma visão ampla do processo educativo como uma prática cultural, na qual estão presentes os elementos que constituem a sociedade no seu todo, quais sejam, elementos de natureza histórica, filosófica, econômica, antropológica, psicológica, social, política, linguística, etc. Tais elementos contemplam, por conseguinte, os saberes que caracterizam e fornecem uma sustentação epistemológica aos processos de ensino-aprendizagem, já que englobam as teorias, os ditames legais para o exercício da docência, em particular, e o conjunto de saberes que se fazem necessários à gestão educacional.

Para isso, o professor formador deverá também assumir a condição de ser um mediador na produção de sentidos e de saberes. Daí nasce a importância da prática de pesquisa no referido curso, para que, através da mediação pedagógica dos formadores, possa se promover a transformação das informações em conhecimento e destes em saberes.

Eixo Formativo 2: A pesquisa e as práticas pedagógicas nos diferentes espaços educacionais

Conforme vimos defendendo, neste documento, apoiados em reflexões da ANFOPE e do FORUMDIR, a prática pedagógica, e em particular a docência, com seus fundamentos, conteúdos e métodos, constitui-se como *lócus* de *práxis*. Ao adentrar os espaços escolares e não escolares, em que a docência também se faz presente, o estudante de Pedagogia deverá experimentar a análise da função pedagógica e ampliar seu repertório de experiências por meio da ação reflexiva. Esta, por sua vez, deve se encontrar diretamente vinculada ao seu contexto cultural, para que possa estabelecer elos coerentes entre o que estudará no curso e a prática de estágio, ou a própria experiência profissional, no caso dos que já vêm atuando nessa área.

Isto implica dizer que seu saber experiencial deverá ser aplicado, por meio da pesquisa e da extensão universitária, à reflexão sobre o cotidiano de instituições que congregam ações educativas, juntando-se a essa reflexão outros saberes, tais como os construídos a partir dos componentes curriculares do núcleo de aprofundamento, a fim de efetivar o atendimento de demandas específicas. Entre essas demandas estarão, por exemplo, a educação de jovens e adultos, a educação de portadores de necessidades especiais, a educação em sistemas sociais

¹ A gestão entendida como organização do trabalho docente, no que concerne ao planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação nos sistemas de ensino e em processos educativos escolares e não escolares, bem como o estudo e a formulação de políticas públicas na área da educação, impõe-se como um conjunto de saberes que deverão ser apropriados pelo pedagogo e a ele fazer referência.

ou empresariais, a educação ambiental, etc. Tais demandas específicas podem, ainda, ser objeto de cursos de especialização após a conclusão do Curso de Pedagogia. O que não pode ocorrer, é que sejam negligenciados os saberes construídos na experiência cotidiana da trajetória pessoal de vida social e cultural do formando, pois estes fazem parte, particularmente, do trabalho do profissional da pedagogia e constroem, assim, a identidade do repertório de seus saberes.

Por isso, no que concerne ao segundo eixo, os componentes curriculares dos três núcleos buscarão nortear a mesma compreensão de Educação como prática social e cultural, incluindo a pesquisa, como instrumento primordial de construção do conhecimento, e da reflexão no e para o exercício da docência e da gestão. Isto se justifica porque acreditamos que o (re) pensar a docência e a gestão surge quando as vivências dos sujeitos do processo pedagógico interrogam as práticas educativas tradicionais ainda preponderantes na academia, e por que não dizer nos Cursos de Pedagogia.

Com isso, a reflexão, com base na pesquisa, tornar-se-á central na elaboração de novas facetas para a prática educativa, constituindo-se elemento chave no desenvolvimento da atividade investigativa no ensino de graduação. Essa intenção emerge do entendimento de que o saber pedagógico é um construtor de outros saberes e a pesquisa, como atividade conjunta de formadores e formandos, consiste não apenas em uma coleta de informações, mas em um processo de interpretação dos fatos que subsumem essas informações (MATOS; VIEIRA, 2002). Assim, pretendemos utilizar a pesquisa na sala de aula, seja ela já realizada, por meio da leitura de relatórios de outros pesquisadores, ou a realizar, como um processo de aprender conjuntamente, que será constitutivo do ementário dos componentes curriculares, o qual viabilizará a apropriação e a construção de novos conceitos e de conhecimentos elementares para o futuro profissional da Pedagogia.

8.2 Duração e Carga horária do curso

A carga horária do Curso de Pedagogia possui a seguinte distribuição: 2.400 (duas mil, quatrocentas horas) horas para o Núcleo de Estudos de Formação Geral; 765 (setecentas e sessenta e cinco) horas para o Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional; e 200 (duzentas) horas para o Núcleo de Estudos Integradores. A partir do semestre 2020.1 em razão do cumprimento das exigências legais, será implementada a *Curricularização* - temática melhor elucidada adiante - cujas atividades de extensão são obrigatórias e correspondem a, no mínimo, 10% da carga horária total do Curso, perfazendo um total de 375 horas, a fim de atender a normativa de que a carga horária final das UCEs precisam ser múltiplos de 15. (UERN, 2017). Diante disso, a carga horária do curso perfaz o total de 3.740 horas de efetivo trabalho acadêmico.

Os componentes curriculares que integram o Projeto Curricular do Curso de Pedagogia foram escolhidos para proporcionar ao formando uma ampla formação humanística e técnico-pedagógica, bem como variada vivência do exercício profissional desde o primeiro ano da graduação, visando a subsidiar a reflexão dos estudantes sobre a educação e a sociedade em diferentes espaços e tempos, mas, em especial, no contexto brasileiro contemporâneo. Simultaneamente, são propostas vivências das práticas profissionais para pensar sobre elas, num duplo movimento em que teorias ajudam a analisar práticas vividas em situação real, ao mesmo tempo em que elementos analíticos são extraídos dessas práticas, (re) informando as teorias aprendidas.

8.3 Núcleos de Estudos e Curricularização

Os núcleos de estudos são compreendidos como parte constitutiva do currículo, cuja função consiste em nortear o processo acadêmico de formação, sem perder de vista seu caráter de *unidade*, articulado em função dos eixos e princípios formativos.

A dinâmica curricular do Curso de Pedagogia constituir-se-á da formação docente enriquecida ainda por atividades integradoras/complementares e que compõem o Núcleo de Estudos Integradores e pela Curricularização, privilegiando conteúdos que favoreçam a compreensão do contexto histórico e sociocultural necessário à reflexão crítica sobre a educação e o aprendiz.

São os três núcleos de estudos distintos, a saber: a) Núcleo de Estudos de Formação geral; b) Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional e c) Núcleo de Estudos Integradores. O processo acadêmico de funcionamento do Curso aponta que a formação do pedagogo não ocorre por meio de núcleos separados entre si, mas em função de *inter-núcleos*, de modo a formar para o exercício integrado e indissociável da docência e da gestão em processos educativos escolares e não escolares, bem como da produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Referente à *Curricularização das atividades de extensão* no âmbito da UERN, a implementação efetiva desta no curso de Pedagogia está prevista para o semestre letivo 2020.1. É regulamentada especialmente pela Resolução nº 25, de 21 de junho de 2017 (UERN, 2017a) e a Instrução Normativa nº 1/2018 – PROEX/PROEG/UERN. A Resolução 25/2017 prevê em seu Art. 1 que a Curricularização se organizará a partir do Componente Curricular nomeado Unidade Curricular de Extensão (UCE). De acordo com esta resolução, a UCE é componente curricular obrigatório, autônomo e elemento constante da matriz curricular dos Curso de Graduação na UERN, correspondendo a no mínimo 10% da carga horária total do Curso. (UERN, 2017a).

O currículo do Curso de Pedagogia, atendendo aos preceitos legais definidos, se estrutura conforme o Quadro 01, com sua respectiva abrangência, composição e carga horária.

QUADRO 01 – Núcleos de Estudos e Curricularização

NÚCLEOS DE ESTUDOS	ABRANGÊNCIA	COMPOSIÇÃO	CH
--------------------	-------------	------------	----

Núcleo de Estudos de Formação Geral	Dirigido ao estudo de formação geral, através da literatura especializada, da reflexão e de ações críticas.	- Componentes curriculares Introdutórios	120
		- Componentes curriculares de Fundamentos	600
		- Componentes curriculares de Especialização	1.620
		- Componentes curriculares de Aplicação Tecnológica	60
SUBTOTAL			2.400
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de estudos das áreas de atuação profissional	Destinado às áreas de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional.	- Componentes curriculares de Aprofundamento	120
		- Componentes curriculares Optativos	120
		- Estudos Acadêmicos Introdutórios	60
		- Seminários Temáticos	120
		- Práticas Pedagógicas Programadas	180
		- TCC	120
		- Laboratório de Monografia	45
SUBTOTAL			765
Núcleo de Estudos Integradores	Voltado a favorecer o enriquecimento curricular.	Participação orientada em atividades que envolvem o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.	200
SUBTOTAL			200
Curricularização	Voltado a favorecer o enriquecimento curricular.	Participação orientada em atividades que envolvem a Extensão, através das UCEs.	375
SUBTOTAL			375
TOTAL			3.740 ²

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN/UERN (2019).

O currículo está organizado por componentes curriculares³, planejados de maneira que haja entre elas vínculos conceituais, temáticos e de abordagem metodológica, condição importante para que saberes pertencentes a diversos campos disciplinares possam romper com a fragmentação do saber (Quadro 02):

QUADRO 02 – Especificação da Organização Curricular – Núcleos de Estudos de Formação Geral; Núcleo de Estudos Integradores; Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional; Curricularização

² Recordamos que o total de 3.740h se efetivará quando da implementação da Curricularização no semestre letivo 2020.1.

³ O currículo se encontra organizado por *componentes curriculares* em acordo com a nomenclatura adotada na Resolução do CNE/CP 2/2015, que define novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

NÚCLEOS	CATEGORIAS DE CONHECIMENTO	COMPONENTES CURRICULARES		CARÁTER
NÚCLEO DE ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL	INTRODUTÓRIAS	Introdução à Pedagogia Organização do Trabalho Acadêmico		Obrigatório
	FUNDAMENTOS	Antropologia e Educação Filosofia da Educação Fundamentos Socioeconômicos da Educação Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação História da Educação Brasileira Pesquisa Educacional Profissão Docente Psicologia da Educação I Psicologia da Educação II Sociologia da Educação		Obrigatório
	ESPECIALIZAÇÃO	Alfabetização e Letramento Concepções e Práticas de Educação de Jovens e Adultos Concepções e Práticas da Educação Infantil Corpo, Movimento e Ludicidade Currículo Didática Estágio Supervisionado I Educação Especial e Inclusão Ensino de Artes Ensino de Ciências Ensino de Geografia Ensino de História Ensino de Língua Portuguesa Ensino de Matemática Estágio Supervisionado II Estágio Supervisionado III Estrutura e Funcionamento da Educação Básica Gestão dos Processos Educativos Literatura e Infância Língua Brasileira de Sinais Política e Planejamento da Educação Teorias Linguística e Alfabetização		Obrigatório
	APLICAÇÃO TECNOLÓGICA	Tecnologias e Mediação Pedagógica		Obrigatório
NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES	DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS	Atividades integradoras (Ensino, pesquisa e extensão)		Obrigatório
NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL		DISCIPLINAS DAS ÁREAS DE APROFUNDAMENTO	Educação de Adultos e saberes da Cultura Popular Educação do Campo Educação e Movimentos Sociais Educação em Direitos Humanos	Optativo

	APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO	COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS	Avaliação Educacional Educação Ambiental e o Processo Educativo Educação e Multiculturalidade Educação e Cidadania da Criança e do Adolescente Educação para a Diversidade Ética profissional do Pedagogo Financiamento da Educação Leitura, Escrita e Resolução de Problemas Matemáticos Leitura, produção de texto e análise linguística Literatura Infanto-Juvenil Projetos Pedagógicos Organização da Educação Municipal Paulo Freire e a Educação Prática Pedagógica em Educação Inclusiva Sexualidade e Relação de Gênero na Educação	Optativo
		PRÁTICAS COMO COMPONENTES CURRICULARES	Estudos Acadêmicos Introdutórios I Estudos Acadêmicos Introdutórios II Estudos Acadêmicos Introdutórios III Prática Pedagógica Programada I Prática Pedagógica Programada II Prática Pedagógica Programada III Seminário Temático I Seminário Temático II Laboratório de Monografia	Obrigatório
		TCC		Obrigatório
CURRICULARIZAÇÃO	Unidades Curriculares de Extensão	UCes	Obrigatório	

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN (2019).

8.3.1 Núcleo de Estudos de Formação Geral

Está composto por um elenco de componentes curriculares (Introdutórias, Fundamentos, Especialização e Aplicação Tecnológica) que dão conta de preparar o estudante no processo de aquisição e reelaboração dos conhecimentos inerentes à atuação na profissão docente.

As componentes curriculares na categoria Introdutórias envolvem conhecimentos preparatórios de caráter científico, técnico e metodológico, necessários à inserção dos estudantes no campo da Pedagogia. Nessa classificação, integramos os Estudos Acadêmicos Introdutórios (I, II e III), cujas bases epistêmicas e a operacionalização são melhor explicitadas adiante.

Na categoria de **Fundamentos** encontram-se conhecimentos imprescindíveis à formação de qualquer profissional que atua na educação, na medida em que oportunizam a intrínseca relação entre indivíduo, sociedade e educação. Já na categoria de **Especialização** compreendem conhecimentos específicos à formação do professor e passíveis de mudanças mediante o (s) campo (s) de atuação profissional estabelecido (s) numa determinada época histórica ou programa formativo, centrando-se nesse projeto, na atuação do Ensino e na atuação da Gestão Educacional, cuja ênfase está atribuída à primeira. Nessa categoria encontram-se os Estágios Supervisionados cujo detalhamento de sua operacionalização se encontra no item seguinte.

A categoria de **Aplicação Tecnológica** envolve conhecimentos curriculares que, por natureza, complementam a formação com um arsenal de técnicas formativas indispensáveis a elevar o nível de qualificação pedagógica do professor.

8.3.1.1 Estágio Supervisionado

O Estágio Supervisionado, nesta proposta formativa, é compreendido enquanto atividade teórica instrumentalizadora da *práxis*, não se limita a aplicação de técnicas aprendidas, de conhecimentos adquiridos na formação acadêmica. O fundamental é aprender e mobilizar os diversos saberes, sobretudo, os próprios da Ciência da Educação, para assim, enfrentar os desafios, pesquisar, ensinar e aprender, constituindo-se assim num processo de mobilização e investigação na ação. Uma atividade teórico-prática em interação com os demais componentes do curso, portanto, desenvolvida em sintonia com a totalidade das ações do currículo.

O objetivo é contribuir para a formação de um profissional reflexivo, pesquisador, comprometido com o pensar/agir diante das problemáticas educacionais evidenciadas nos espaços escolares e não escolares, como *lócus* da ação profissional do futuro licenciado. O Estágio configura-se assim, como um espaço de produção do conhecimento que favorece a

pesquisa e a extensão através da troca de experiências entre os envolvidos no processo e do aprimoramento progressivo do conhecimento sistematizado, a partir da confluência das diversas atividades curriculares, não se limitando, à transferência linear da teoria para a prática.

O Estágio Supervisionado na perspectiva de contemplar a formação do pedagogo capaz de atender as demandas de uma realidade que se renova e se diferencia a cada dia, se apresenta, no decorrer do curso, assim distribuído:

Estágio Supervisionado I

Este estágio desenvolvido no 5º período com a carga horária de 165 (cento e sessenta e cinco) horas, 11 créditos, direcionado à Educação Infantil, com possibilidade de inclusão de atividades que envolvam a Gestão dos Processos Educativos, contempla momentos alternados de orientações teórico-metodológicas, observação no campo de estágio, planejamento das atividades e regência supervisionada. Envolve ainda o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a elaboração de proposição de soluções às situações de ensinar, aprender, elaborar, executar e avaliar projetos de ensino, não apenas na sala de aula, mas também na escola e na sua relação com a comunidade.

Estágio Supervisionado II

Este estágio desenvolvido no 6º período com a carga horária de 165 (cento e sessenta e cinco) horas, 11 créditos; direcionado ao Ensino Fundamental, com possibilidades de atuar na Educação de Jovens e Adultos e nas atividades que envolvem a Gestão dos Processos Educativos, contempla momentos alternados de orientações teórico-metodológicas, observação no campo de estágio, planejamento das atividades e regência supervisionada. Consiste ainda no desenvolvimento de práticas pedagógicas – execução de projetos - que propiciem situações e experiências práticas que aprimorem sua formação e atuação profissional, preferencialmente vinculado à sala de aula.

Estágio Supervisionado III

Este estágio desenvolvido no 7º período com a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas, (10 créditos); direcionado ao Espaço não escolar e a possibilidade de inclusão de atividades que envolvam a Gestão dos Processos Educativos, contempla momentos alternados de orientações teórico-metodológicas, observação no campo de estágio, planejamento das atividades e regência supervisionada. Consiste na vivência e construção de uma visão mais ampla de atuação na escola, na organização do ensino, na comunidade e na sociedade, tendo a flexibilidade para dar continuidade – aprofundando e ou ressignificando sua compreensão teórico-prática - no espaço escolar, ou conhecer/pesquisar outros espaços que demandem o trabalho pedagógico.

O Curso possui um (a) Coordenador (a) de Estágio cuja competência está em mobilizar discussões, estudos, atividades, avaliações, com os professores da Disciplina de Estágio Supervisionado, bem como (quando se fizer necessário) com os demais professores, de modo a acompanhar a evolução dos trabalhos.

O **acompanhamento do aluno** no campo de estágio pelo docente deste Curso, dar-se-á numa frequência mínima de 02 (duas) vezes (por Estagiário).

O **processo avaliativo** do aluno será realizado conjuntamente entre o professor do Estágio Supervisionado e o profissional atuante no campo de estágio que recebeu, acompanhou e orientou o pedagogo. A avaliação poderá ser concretizada através dos seguintes instrumentos acadêmicos: planos ou projetos de trabalho, atuação profissional, relatório, memorial, artigo, portfólio, dentre outros.

Em conformidade com os objetivos, o perfil e o campo de atuação dos formandos, o Estágio Supervisionado ocorrerá em espaços escolares e não escolares, a saber:

Espaços Escolares

Face o diagnóstico da análise de necessidades do Curso, bem como as inovações formativas requeridas pela legislação oficial e contempladas neste projeto, o Estágio Supervisionado nos espaços escolares impõe novas estratégias didáticas, organizacionais e interativas com as escolas, uma vez que o atual contexto educativo formal se revela insuficiente e inadequado ao perfil do profissional que se deseja formar.

A atuação do pedagogo nas escolas dar-se-á: nos Ensinos da Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, com possibilidades de atuar na Educação de Jovens e Adultos e nas atividades que envolvem a Gestão dos Processos Educativos.

Espaços Não Escolares

As possibilidades atuais de atuação profissional para o pedagogo em espaços educativos não escolares são bastante diversificadas. Atuar pedagogicamente na contemporaneidade não se restringe mais ao espaço da escola ou da sala de aula, mas “[...] engloba serviços profissionais encarregados de facilitar e apoiar, por diferentes meios, a aquisição de um conhecimento educacional” (MONEREO; POZO; 2007, p.14), através de práticas e atividades direcionadas a promover processos de ensino-aprendizagem e de gestão dos processos educativos. Por exemplo, implementar a ascensão do nível de escolaridade dos funcionários desses espaços.

A proposta do Estágio Supervisionado em espaços não escolares para os alunos do Curso de Pedagogia da UERN remete inicialmente ao estudo diagnóstico relativo às demandas presentes no mercado de trabalho local, com o propósito de estabelecermos uma proposta de atuação profissional, condizente com a realidade. Para isto, serão desenvolvidas ações como:

- Mapear as instituições não escolares existentes no Município de Pau dos Ferros que adotam em seu quadro funcional o profissional da Pedagogia, bem como aquelas com possibilidades de atuação pedagógica;
- Identificar e caracterizar as competências profissionais requeridas aos pedagogos por cada instituição;
- Mapear ações e projetos existentes na UERN que requeiram potencializar a gestão, o ensino e a aprendizagem;
- Estabelecer possibilidades e prioridades neste Curso para a prática do futuro pedagogo, em função dos mapeamentos realizados.

8.3.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional

Este núcleo de estudos diz respeito as oportunidades que o curso oferece para diversificar e aprofundar os estudos dos alunos, seja através de Disciplinas Optativas e de Aprofundamento, seja em função de atividades desenvolvidas através de Seminários, Estudos, Oficinas e Laboratórios, que vão além da complexa relação conteúdo-forma tradicionalmente adotada nas disciplinas.

Essa composição é guiada pelos princípios e eixos formativos adotados, numa constante progressão acadêmica, capaz de inserir os alunos na compreensão da realidade educativa através do olhar fornecido pelas múltiplas teorias educacionais, de maneira a situá-los sobre os processos de aprender e ensinar desenvolvidos historicamente, processos esses vividos em diferentes realidades socioculturais e institucionais e que proporcionam fundamentos à prática pedagógica, à orientação e apoio ao aprendiz, assim como à gestão e avaliação de projetos educacionais. É organizado em:

- Áreas de Aprofundamento;

- Componentes curriculares optativos;
- Práticas como componentes curriculares;
- TCC.

8.3.2.1 Áreas de Aprofundamento

O Curso de Pedagogia (CAMEAM/UERN) oferece aos graduandos duas áreas de Aprofundamento: a) Educação e Formação Cidadã em Práticas Educativas Escolares e Não-Escolares; b) Educação e Diversidade.

As áreas de Aprofundamento emergem no contexto do Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional, e foi uma construção histórica decorrente das necessidades postas nas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no Curso.

Importante mencionar que, cada área de Aprofundamento contém duas disciplinas, que apesar de terem caráter optativo, o curso em sintonia com as decisões tomadas em conjunto com os demais cursos de Pedagogia da UERN, está obrigado a ofertá-las no 8º. Período. Desta forma, o discente faz a opção pelas duas disciplinas pertencentes a uma das áreas de Aprofundamento. A discriminação das disciplinas por áreas segue no Quadro 03:

QUADRO 03 – Disciplinas das áreas de Aprofundamento

ÁREAS DE APROFUNDAMENTO	EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CIDADÃ EM PRÁTICAS EDUCATIVAS ESCOLARES E NÃO-ESCOLARES	EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE
DISCIPLINAS DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO	Educação em Direitos Humanos e Educação e Movimentos Sociais.	Educação do Campo Educação de Adultos e Cultura Popular

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN (2019).

As disciplinas de ambas áreas estão voltadas a investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais e empresariais; avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.

Educação e Formação Cidadã em Práticas Educativas Escolares e Não Escolares

No artigo 1º da LDBEN encontra-se a afirmativa de que a educação é resultado da soma de processos formativos que ocorrem na sociedade, e se desenvolvem mediante a

interação do indivíduo com a vida familiar, a convivência no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

A educação é, portanto, direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, cuja realização passa pela efetivação plena da cidadania, mediante a construção de conhecimentos e desenvolvimento de valores, atitudes e comportamentos. O espaço privilegiado para essa realização não é apenas o escolar, mas o não-escolar, cujo efeito educativo orienta-se pelo processo de sensibilização e formação da consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e formulação de propostas de políticas públicas, como ocorre nos movimentos sociais.

Assim, pensar a área de Aprofundamento **Educação e Formação Cidadã em Práticas Educativas Escolares e Não-Escolares** passa pelo reconhecimento do caráter educativo dos movimentos sociais, mediante os avanços democráticos que a sociedade vem obtendo, cujas reivindicações têm servido de indicadores de demandas e necessidades de mudanças, reorientando políticas e práticas educacionais.

Compreende também, que o saber sistematizado da escola, é, por excelência, um espaço social que pressupõe o reconhecimento da pluralidade e da alteridade, condições básicas para o exercício da cidadania.

Compõem essa área as disciplinas **Educação em Direitos Humanos e Educação e Movimentos Sociais**. A primeira surgiu da necessidade de fomentar o debate sobre essa temática no Curso de Pedagogia, iniciado pelo Projeto de Extensão Direitos Humanos em Tempos de Desumanização, realizado pelo Departamento de Educação/CAMEAM em parceria com o Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos, Convênio 027/2007-MEC/SECAD/UERN e, a partir da Criação do Núcleo de Estudos e Práticas Extensionistas em Educação em Direitos Humanos (NUEDH), resultado das ações do referido Projeto. A segunda, pelo envolvimento de docentes e discentes do Curso em projetos de pesquisa que discutem essa temática.

Portanto, essas propostas resultaram da compreensão de ampliação da formação do Pedagogo para além dos limites da sala de aula, vez que a abrangência de sua formação compreende a totalidade das relações que se dão na sociedade, nos seus processos educativos mais amplos das práticas educativas escolares e não-escolares.

Educação e Diversidade

Os processos de globalização e/ou mundialização, caracterizados pela rápida evolução das tecnologias da informação e da comunicação representam nos dias atuais permanentes desafios para a preservação e promoção da diversidade, criando condicionamentos e

ameaçando o diálogo permanente entre culturas, civilizações ou grupos sociais. Nesse contexto, a reflexão sobre educação e diversidade se constitui questão central para a qualificação das práticas dos profissionais da educação, especialmente em relação ao (re) conhecimento dos grupos sociais dominados e excluídos.

Desse modo, é fundamental para um projeto democrático, que os cidadãos brasileiros sejam formados com o respeito e com a convivência dos diferentes grupos sociais. O que por sua vez vai ao encontro do que expressa a Declaração Universal da Diversidade Cultural (2002), ao reconhecer que os indivíduos e grupos devem ter garantidas as condições de criar e difundir suas expressões culturais; o direito à educação e à formação de qualidade que respeite sua identidade cultural.

Nesse contexto, contemplamos, no nosso curso, a área de Aprofundamento **Educação e Diversidade**, por compreendermos o processo formativo como um amplo espaço de diálogo para a construção e reconstrução simbólicas e por considerarmos os profissionais da educação importantes interlocutores no compromisso com o fortalecimento e promoção da diversidade cultural.

Nosso propósito reforça a ideia de formação para a cidadania, por meio do qual almejamos ampliar o debate em torno do reconhecimento e valorização de situações específicas derivadas de nossa realidade, tais como as identidades de povos do/no campo, e os saberes da cultura popular.

Nesse sentido, elegemos para compor esta área as disciplinas **Educação do Campo e Educação de Adultos e Cultura Popular**. Ambas se justificam pelas demandas advindas do contexto sócio-histórico-político-econômico em que está inserida nossa realidade, tanto no que se refere às regiões atendidas pelo Curso de Pedagogia, que apresentam focos privilegiados da educação do campo, quanto por nossa cliente que trabalham em espaços ligados a esses campos de atuação. Outro destaque se insere nas pesquisas desenvolvidas pelos docentes deste departamento nessas respectivas temáticas, vez que temos no momento duas pesquisas em andamento: *A política de educação do campo em municípios do Alto Oeste Potiguar: ações e desempenho entre os atores sociais* (NEEd); e *O ensino de leitura na Educação de Jovens e Adultos: uma contribuição teórico-metodológica em favor da formação dos leitores (professores e alunos)* (GEPPE).

Portanto, compreendemos que essa área de aprofundamento possa possibilitar uma maior contextualização no processo formativo do pedagogo, de modo que esta seja mobilizadora de discussões que ampliem o seu universo cultural e fortaleça a promoção da diversidade de nossa brasilidade - expressos através das diversas linguagens e expressões culturais, em busca da solidariedade entre os povos.

8.3.2.2 Componentes Curriculares Optativos

Os Componentes Curriculares Optativos propõem atender a interesses e necessidades individuais do formando. Eles têm a finalidade de complementar os estudos nas áreas de atuação do pedagogo: Educação Infantil, Anos iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Gestão dos Sistemas de Ensino.

É obrigatória a integralização de 120 (cento e vinte) horas correspondentes aos Componentes Curriculares Optativos, seja em função do elenco ofertado no Departamento de Educação, seja através de outros componentes curriculares originários de outros Departamentos, de modo que o total da carga horária corresponda às horas mínimas aqui estabelecidas.

Em virtude dos Componentes Curriculares Optativos não exigirem componentes de pré-requisito, o aluno terá a possibilidade, caso deseje, de cursar várias Optativas ao longo do Curso, desde que contemple a carga horária mínima de 120h (cento e vinte horas). Nos casos em que o aluno sentir necessidade de cursar um ou mais Componentes Curriculares Optativos em outro (s) Departamento (s) Acadêmico(s) da UERN, deverá fazê-lo mediante parecer favorável do Orientador Acadêmico.

O Curso de Pedagogia (CAMEAM/UERN) apresenta um elenco de 15 (quinze) componentes curriculares optativos ofertados pelo Departamento de Educação, podendo, ao longo do processo de desenvolvimento curricular, apresentar outros, caso o processo de ensino-aprendizagem evidencie outras necessidades. Os Componentes Curriculares Optativos estão concentrados no 7º e no 8º períodos do Curso e serão definidas suas respectivas ofertas nas ocasiões de distribuição de carga horária.

QUADRO 04 – Especificação das Disciplinas Optativas

CÓDIGO	DISCIPLINA	CR/CH	PRÉ-REQUISITO
xxxx	Avaliação Educacional	04/60	-
xxxx	Educação Ambiental e o Processo Educativo	04/60	-
0301083-1	Educação e Cidadania da Criança e do Adolescente	04/60	-
0301081-1	Educação e Multiculturalidade	04/60	-
0301064-1	Educação para a diversidade	04/60	-
xxxx	Ética profissional do pedagogo	04/60	-
0301078-1	Financiamento da Educação	04/60	-
0301079-1	Leitura, Escrita e Resolução de Problemas em Matemática	04/60	-
0301096-1	Leitura, produção de texto e análise linguística	04/60	-
xxxx	Literatura Infanto-Juvenil	04/60	-
0301082-1	Organização da Educação Municipal	04/60	-
xxxx	Paulo Freire e a Educação	04/60	-
xxxx	Prática Pedagógica em Educação Inclusiva	04/60	-
0301080-1	Projetos Pedagógicos	04/60	-
0301098-1	Relações de Gênero e Sexualidade na Educação	04/60	-

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN/UERN (2019).

8.3.2.3 Práticas como componentes curriculares

A questão da prática enquanto proposição formativa não é discussão nova. Já fora sinalizada em inúmeros momentos da história da Pedagogia, tendo sido temática especialmente discutida quando da implementação das Diretrizes Curriculares do curso (2006). Para a compreensão desse ponto, debates foram realizados no Departamento de Educação, desde o período do processo de reestruturação curricular do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), especialmente a partir de 2006 pela Comissão de Estudos Curriculares, bem como, continuando nos anos de 2012 com os debates coordenados pelo NDE, para de atualização para avaliação pelo Conselho Estadual de Educação, de modo que o grupo de professores pudesse chegar ao entendimento do que significa cumprir as “[...] 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo” (BRASIL, 2015), conforme o enunciado no Capítulo V, da Resolução 02/2015, e que determina quanto a estrutura e o currículo da formação inicial do Magistério da Educação Básica. Dessa maneira, chegou-se a compreensão de que as horas destinadas à prática como componente curricular não podem ser emaranhadas com:

1. As disciplinas de cunho obrigatório, que enquadram suas vertentes e tempos de prática às ementas que caracterizam o seu currículo.
2. O tempo reservado aos Estágios Supervisionados, já que esses se constroem com base na permanência *in lócus* do pedagogo no espaço de campo destinado às vivências de cunho teórico-prático direcionadas à qualificação de seu futuro exercício profissional, e com a supervisão docente capacitada para esse fim. Em suma, alinhamos com a compreensão de que:

[...] o primeiro, com ênfase na teoria, retratando o trabalho que é desenvolvido nas salas de aula dos cursos; o segundo, com ênfase na prática, explicitando o trabalho desenvolvido durante o estágio. O que se pretende superar, portanto, é exatamente a ideia exposta acima: a sala de aula como o lugar da teoria e o estágio, como o lugar da prática (CALVO; FREITAS, 2011, p. 316).

Dessa maneira, entendemos existir três zonas a serem definidas quanto ao quesito *prática*, as disciplinas obrigatórias, o Estágio Supervisionado e as horas de prática como componente curricular. Apesar dessa divisão didática, é importante recordar que o PPCP do Curso de Pedagogia, assente no princípio formativo interdisciplinar, sustenta que as horas de prática se inter-relacionam e interpenetram o curso, e de forma concomitante aos demais componentes curriculares, interagindo ainda com o *tripé formativo* ensino, pesquisa e extensão e corroboram para a construção da formação identitária do pedagogo.

Assim, no PPCP do Curso de Pedagogia as práticas como componentes curriculares, se apresentam como componentes específicos, com carga-horária definida, iniciando desde o

primeiro período do curso até o sétimo. Foram, portanto, tomadas como horas de prática os seguintes componentes curriculares: Estudos Acadêmicos Introdutórios (I, II e III), Práticas Pedagógicas Programadas (I, II e III) e Seminários Temáticos (I e II) e Laboratório de Monografia.

8.3.2.3.1 Estudos Acadêmicos Introdutórios

As atividades pertinentes aos Estudos Acadêmicos Introdutórios estão organizadas durante os três semestres iniciais do Curso. Caracterizam-se por estudos sistemáticos e pré-estabelecidos, favoráveis à significativa vivência dos estudantes no Curso de Pedagogia, cuja finalidade está em propiciar conhecimentos que sirvam de subsídio teórico, metodológico e analítico ao seu desenvolvimento acadêmico e profissional, bem como à evolução gradativa da postura do profissional-pesquisador.

Os Estudos Acadêmicos Introdutórios (EAI) apresentam a carga horária total de 60 (sessenta) horas, sendo 15 (quinze) para EAI I, 15 (quinze) para EAI II e 30 (trinta) para EAI III. A operacionalização dar-se-á ao longo do semestre, e serão assumidos por professores do Curso que ministrem as disciplinas do semestre correspondente. No Estudo Acadêmico Introdutório I recomenda-se que o professor seja integrante da Orientação Acadêmica do curso.

O acompanhamento do estudante relativo ao cumprimento ou não deste componente curricular de caráter obrigatório ocorrerá através da frequência mínima de 75% da carga horária destinada a cada Estudo Introdutório, sem a obrigatoriedade de atribuir uma avaliação quantitativa no final do Estudo.

Conforme definição a seguir, os Estudos Acadêmicos Introdutórios serão ofertados em função de um encadeamento de situações e conteúdos ofertados aos estudantes, em decorrência das suas necessidades formativas.

Estudo Acadêmico Introdutório I: Universo acadêmico e profissional

Consiste em introduzir o estudante na dinâmica do mundo acadêmico, ao mesmo tempo em que possibilita à comissão curricular fazer um diagnóstico da turma, para servir de parâmetro durante os processos de acompanhamento e avaliação no Curso, com vistas a intervir na evolução do seu redimensionamento. Assim, esse Estudo terá como norte para as discussões apresentar as características do mundo universitário, sua composição organizacional, estrutura física e material, principais normas relativas ao funcionamento do ensino; explicar a composição curricular do Curso e os respectivos papéis a serem assumidos pelos dirigentes, professores e alunos; coletar informações a respeito do nível acadêmico dos alunos, bem como de suas expectativas sobre o Curso.

Estudo Acadêmico Introdutório II: Repertório de leituras acadêmicas

Destina-se a subsidiar a construção do repertório de leituras importantes à área formativa e à condição de desenvolvimento humano do estudante, perspectivando processos de seleção, utilização e interpretação. A intenção é ir além da leitura, análise e interpretação de textos e/ou livros científico-acadêmicos, para buscar nas pessoas, na linguagem cinematográfica, na fotografia, na pintura, na escultura, na arquitetura, no cordel, na música, dentre outras, possibilidades de fontes literárias capazes de ajudar na compreensão do processo educativo e, por conseguinte, sua mediação simbólica para o ensino-aprendizagem.

Estudo Acadêmico Introdutório III: Possibilidades investigativas no contexto educacional local

Este Estudo objetiva discutir com os alunos as tendências da pesquisa educacional, principalmente na atualidade, de modo a propiciar, estimular e esclarecer questões relativas a essa área de conhecimento e atuação do pedagogo. Procura evidenciar a diversidade de campos temáticos existentes na investigação educacional com seus respectivos interesses e relevâncias científicas; preocupa-se ainda com as possibilidades de universos empíricos propícios à investigação, no contexto educacional local; dar conhecimento dos campos temáticos ou grupos de estudos existentes no Departamento de Educação, seus interesses de estudo, produções e pesquisadores.

8.3.2.3.2 Práticas Pedagógicas Programadas (PPPs)

As Práticas Pedagógicas Programadas (PPPs) I, II e III estão orientadas a favorecer espaços para a pesquisa e a aprendizagem prática dos pedagogos em formação, desde o primeiro ano do Curso. Busca-se proporcionar elementos concretos para a reflexão sobre o fenômeno educacional na sua complexidade, ou seja, parte-se do princípio de que o conhecimento específico da área educacional não pode prescindir das dimensões práticas, básicas para a articulação interdisciplinar advindas das variadas teorias do social, do conhecimento e do ser *cognoscente*.

As aprendizagens relativas à docência e à gestão dos processos educativos ocorrerão no contato com uma rede de profissionais e instituições que atuam em distintos espaços de educação escolar e não escolar. Na segunda metade do curso, essas aprendizagens terão continuidade através dos Estágios Supervisionados, que combinarão a aprendizagem do ofício e o exercício pleno da atividade do educador.

Concebido como colaborador aprendiz junto a outros profissionais, o formando cumprirá um circuito que compreende o acompanhamento das práticas de profissionais habilitados nas seguintes funções:

- I - Docência em espaços escolares e não escolares;
- II - Coordenação pedagógica escolar;
- III - Direção escolar;
- IV - Atuação, supervisão e gestão do sistema de ensino em espaço não escolar.

As PPPs serão desenvolvidas por pequenos grupos de estudantes, sob a coordenação de um dos estudantes, gerando aprendizagens de convívio próximo para o trabalho, numa atitude de co-responsabilidade junto ao profissional (atuante no campo de trabalho), o qual coordenará todo o acompanhamento das práticas; mediação e resolução de conflitos; e habilidades necessárias para desenvolver relações interpessoais com diferentes grupos.

Poderão ser desencadeadas ações que produzam gradualmente:

- Diagnóstico e análise das práticas educativas encontradas nos espaços educativos, tomando como referência, por exemplo, os estudos dos Fundamentos da Educação;
- Observação, registro, reflexão, análise e produção de conhecimento acerca do contexto sócio educacional do município no qual se situa o estudante;
- Aproximação de diferentes cenários (ONGs, hospitais, asilos etc.) de atuação do Pedagogo, identificando necessidades, desafios e perspectivas;
- Planejamento e execução de atividades educativas frente aos diagnósticos realizados.

A meta é identificar e experienciar as teorias discutidas nos componentes curriculares, através das práticas vividas nos espaços escolares e não escolares, vinculando estas atividades, preferencialmente, à pesquisa de iniciação científica e ao envolvimento de alunos mais experientes na co-coordenação de novos grupos, podendo ser creditadas como horas de atividades complementares para estes.

As PPPs constituem-se em uma atividade extensiva dos componentes curriculares que integram os 2º, 3º, e 4º períodos do Curso. Deverão ser planejadas pelos professores do período correspondente, sob a responsabilidade de um Professor-Coordenador, cuja função está em articular o planejamento, a execução e avaliação desta atividade com os demais colegas.

Cada PPP terá carga horária total de 60 (sessenta) horas, sendo 45 (quarenta e cinco) horas destinadas para o aluno realizar o acompanhamento de profissionais no campo de trabalho (local ou em sua cidade de origem) e 15 (quinze) horas reservadas à orientação, socialização e discussão das práticas na sala de aula.

O estudante deverá receber, até o primeiro mês do semestre letivo, todas as orientações para sua atuação prática, através de um Plano de Acompanhamento Pedagógico.

Sugere-se que a operacionalização das 15 (quinze) horas (correspondente a quatro dias letivos) no horário regulamentar do Curso deva ocorrer de forma intercalada ao longo do

período letivo, podendo ocorrer também nos sábados letivos: 03 (três) horas para os professores orientarem o Plano de Acompanhamento Pedagógico dos alunos e 12 (doze) horas para a socialização e discussão dos resultados advindos das PPPs, com a participação de todos os professores integrantes do respectivo período.

As PPPs estão presentes em três semestres letivos, com o foco de acompanhamento nas seguintes áreas de atuação do pedagogo, seja em espaços escolares e não escolares: Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e Gestão dos processos educativos.

Assim, sentindo a necessidade de uma maior sistematicidade na condução das PPP's, recomenda-se desenvolver um trabalho com base em temáticas visando uma continuidade nesses componentes curriculares sem perder de vista o seu foco principal que é estabelecer vínculos da relação teoria-prática presente na atuação do profissional da pedagogia, seja em qual espaço, função ou nível de atuação ele se encontre. Desse modo, apresentam-se três temáticas para as PPP's:

Na PPP I propõe-se a temática: *A Função social da escola e a ação educativa em espaços escolares e não escolares*. Essa temática visa uma articulação entre os aspectos da teoria e da prática da pesquisa e das atividades de extensão como possibilidades de mobilização dos saberes estudados no campo dos fundamentos das ciências da educação e da Pedagogia. A investigação da realidade com foco na função social da escola e ação educativa nos espaços escolares e não escolares se justifica mediante a oportunidade de experimentar na prática, a relação entre o conhecimento e os diferentes contextos de explicação; compreensão e transformação epistemológica, bem como de problematização da prática com base na teoria e vice e versa.

A proposta de temática a ser desenvolvida na PPP II é: *A Formação e a Prática Pedagógica em espaços escolares e não escolares*, cujo foco principal é promover a mobilização, a (des) construção de saberes a partir da significação e da revisão social da profissão, do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias. Além de permitir a reflexão crítica sobre a organização e gestão do trabalho pedagógico.

Na PPP III, recomenda o desenvolvimento da temática *O pedagogo em espaço escolar e não escolar e a construção de um referencial teórico-prático*. Esta PPP deve promover a construção de um referencial teórico-prático articulado com os conhecimentos construídos ao longo do curso, de modo que os alunos estejam inseridos em espaços diferentes da escola, onde possibilitem a (re) construção de conceitos sobre o trabalho pedagógico do pedagogo, seja na docência, na gestão, na pesquisa ou na extensão mediada pela linguagem.

O processo avaliativo dos estudantes neste componente curricular poderá se constituir em instrumentos e sistemáticas diferenciadas. Cabe a cada conjunto do corpo docente eleger o mais adequado às ações propostas, de modo a formalizá-lo através de uma única nota no final de cada PPP.

8.3.2.3.3 Seminários Temáticos sobre o Ensinar e o Aprender

Os seminários temáticos sobre o Ensinar e o Aprender I e II constituem-se em oportunidades intencionais para o estudante articular os conteúdos (conceitual, procedimental e atitudinal) nos variados componentes curriculares do processo de formação do pedagogo, garantindo uma maior ênfase aos princípios formativos aqui delineados. Portanto, revelam-se enquanto oportunidades para discutir e vivenciar questões referentes ao ensinar e ao aprender, que até então vêm sendo trabalhadas de maneira compartimentada no processo formativo do professor.

A intenção dos Seminários Temáticos converge, ainda, para articular, ampliar e sintetizar os conteúdos teórico-metodológicos discutidos nos componentes curriculares de todo o curso relacionando aos Estágios Supervisionados I e II, com vistas a direcionar para a atuação na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de modo a visualizar a complexidade da atuação docente.

Desse modo, este componente curricular possibilita ao aluno uma reflexão acerca da sua formação e da sua própria prática, num processo de mobilização de saberes na relação teoria-prática-teoria, vez que os alunos vivenciam os estágios supervisionados o que propiciam essa articulação teórico-metodológica.

Cada Seminário Temático sobre o Ensinar e o Aprender terá carga horária total de 60(sessenta) horas, sendo 15 (quinze) horas destinadas a apresentação da proposta e discussão das atividades em sala de aula e 45 (quarenta e cinco), à orientação, ao estudo e organização das atividades extraclasse (em grupo ou individualmente). As apresentações dos Seminários Temáticos poderão ser desenvolvidas através de atividades práticas, comunicações, painéis, pôsteres, dentre outras possibilidades pedagógicas.

Os Seminários Temáticos serão de responsabilidade dos professores do respectivo período, o qual se incumbirá de articular os diferentes professores responsáveis pelos demais componentes curriculares do período para planejar, acompanhar e avaliar.

O processo avaliativo dos estudantes neste componente curricular poderá apresentar-se de instrumentos e sistemáticas diferenciadas. Cabe a cada conjunto do corpo docente eleger o mais adequado às ações propostas, de modo a formalizá-lo através de uma única nota no final de cada Seminário Temático sobre o Ensinar e Aprender.

8.3.2.3.4 Laboratório de Monografia

Consiste em um espaço de discussão e troca de experiências acerca do processo de elaboração do projeto de Monografia.

A primeira fase compreende a socialização de estudos, pesquisas, participações em projetos de iniciação científica, oportunizando a troca de experiências e aprendizados dos alunos com relação à operacionalização da pesquisa educacional, culminando com a definição do objeto de pesquisa para a Monografia.

A segunda fase envolverá o processo de definição do professor orientador e a elaboração do projeto de Monografia, que deve ser implementado no último semestre do Curso.

Esta atividade apresenta uma carga horária de 45 (quarenta e cinco) horas, onde 15 (quinze) horas (quatro dias letivos operacionalizados de forma intercalada durante o semestre letivo) estão destinadas aos conteúdos da primeira etapa e 30 (trinta) horas reservadas aos propósitos da segunda etapa, a serem cumpridas individualmente pelos estudantes em horários extra sala de aula.

As atividades e orientações gerais do Laboratório de Monografia devem ser coordenadas por um professor do Departamento. Os demais professores do Curso orientarão a construção do Projeto de Monografia dos seus respectivos orientandos, homologados em plenária Departamental no curso do 6º período.

O processo avaliativo dos estudantes será construído pelo professor de Laboratório em parceria com o professor Orientador do Projeto de Monografia.

8.3.2.4 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é considerado como atividade obrigatória de aprofundamento relativo ao Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional. O Departamento de Educação definiu que o TCC é no formato de Monografia. Esta deverá ser apresentada e defendida no final do 8º período.

O projeto investigativo da Monografia deve ser apresentado no Laboratório de Monografia, com a obrigatoriedade de contemplar discussão em uma ou mais área (s) de atuação do pedagogo (ensino na Educação Infantil, Anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos, Gestão dos Sistemas de Ensino), quer seja em espaços escolares ou não- escolares.

O componente curricular TCC apresenta uma carga horária de 120(cento e vinte) horas, destinadas à orientação e à construção da pesquisa, onde todos os professores do Curso assumirão a condição de orientador monográfico, com carga horária de 02 (duas) horas semanais por orientando.

O estudante será assistido por um professor pertencente ao quadro do Departamento de Educação durante todo o 8º período do Curso, e submeterá a aprovação da pesquisa monográfica a uma Banca de três professores examinadores, com titulação mínima de especialista, e cujo presidente da Banca será o professor orientador. Poderá ser convidado para a composição da Banca 01 (um) examinador externo, de outros Departamentos Acadêmicos ou de outras instituições, afins com o objeto de estudo da investigação. Cabe à Banca Examinadora atribuir uma única nota à pesquisa realizada, onde o valor 7,0(sete) é considerado o mínimo para a Aprovação.

A organização e sistematização das apresentações monográficas serão de responsabilidade do professor de TCC/Monografia.

8.3.3 Núcleo de Estudos Integradores

As atividades acadêmicas relativas aos Estudos Integradores/Atividades Complementares incluem a participação dos estudantes em atividades específicas relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão.

São atividades que deverão ocorrer ao longo do curso, diretamente orientadas por membros do corpo docente, bem como articuladas aos Componentes Curriculares e Atividades relativas à Diversificação dos Estudos, tais como: atividades de iniciação à docência; atividades de iniciação à pesquisa; atividades de extensão; produção técnica e científica; atividades artísticas e culturais; atividades do movimento estudantil (RCG), dentre outras (Quadro 05).

O estudante deve compor, ao longo do Curso, um conjunto de atividades com carga horária mínima de 200 (duzentas) horas, obedecendo aos critérios de pontuação (Quadro 05) como participação em projetos de iniciação científica, em discussão de grupos de pesquisa, em projetos de extensão, atuação em monitoria, apresentação em evento científico, participação em evento científico, em palestras, em eventos científico-culturais, publicações, co-coordenação em pequenos grupos para as PPPs, dentre outros.

QUADRO 05 – Composição das atividades acadêmicas relativas aos Estudos Integradores/Atividades Complementares

ATIVIDADES	PONTUAÇÃO COM CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE	LIMITE DE PONTUAÇÃO COM CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE	DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS/ EMISSÃO
ATIVIDADES DE ENSINO			
- Cursos de Língua Estrangeira	20h	Até 2 cursos – 40h	Declaração/Coordenador do Curso
- Participação em Atividades de Iniciação à Docência (PIBID, Residência Pedagógica e PIM, voluntário ou bolsista)	40h por ano	Até 3 projetos – 120h	Declaração/PROEG
- Participação em minicurso, oficina, palestra, conferência	A carga horária da atividades desde que	Até 5 vezes –100h	Declaração/Coordenador do evento

	não exceda 20h		
- Participação de Cursos relacionados à Educação (Cursos a partir de 30h)	20h	Até 3 vezes – 60h	Declaração/Coordenador do Curso
- Ministrante de minicurso, oficina, palestra	25h por atividade ministrada	Até 3 vezes – 75h	Declaração/Coordenador do evento
- Produção de material pedagógico (Cartilhas, vídeos, etc)	30h	Até 3 vezes – 90h	Ficha catalográfica
- Realização Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório	40h por ano	Até 2 vezes – 80h	Declaração da Instituição concedente
- Outro	10h	Até 3 vezes	Consultar Orientação Acadêmica
ATIVIDADES DE PESQUISA			
- Participação em Evento Científico (local, regional, nacional e internacional)	20h	Até 5 vezes – 100h	Certificado/Coordenação do evento
- Apresentação de Trabalho em Evento Científico (local, regional, nacional e internacional)	30h	Até 3 trabalhos – 90h	Certificado/Coordenação do evento
- Participação em Projetos de Pesquisa (bolsista ou voluntário)	40h por ano	Até 3 projetos – 120h	Declaração/PROPEG
- Membro de Grupo de Pesquisa	20h por ano	Até 4 vezes – 80h	Declaração/Líder do grupo
- Publicação de trabalho completo em Anais de eventos científicos	40h	3 trabalhos – 120h	Capa dos Anais, primeira e última página do trabalho
- Publicação de resumo expandido em anais de eventos científicos	30h	3 resumos – 90	Capa dos anais, primeira e última página do resumo
- Publicação de resumo simples em anais de eventos científicos	20h	3 resumos – 60	Capa dos anais e resumo
- Publicações em periódicos ou capítulo de livro	40h	3 publicações – 120h	Texto com o ISSN
- Outro	10h	Até 3 vezes	Consultar Orientação Acadêmica.
ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
- Participação em Projetos de Extensão (Bolsista ou voluntário)	40h por ano	Até 3 projetos – 120h	Declaração/PROEX
- Participação em Evento Científico (local, regional, nacional e internacional)	20h	Até 5 vezes – 100h	Certificado/Coordenação do evento
- Organização de evento científico	20h	Até 3 vezes – 60h	Certificado/Coordenação do evento
- Monitor de evento científico	20h	Até 3 vezes – 60h	Certificado/Coordenação do evento
- Participação em Eventos Artístico-Culturais	10h	Até 3 vezes – 30h	Certificado/Coordenação do evento
- Participação Ativa em Comissões Internas e Externas e/ou do Curso e em Colegiado (Curso/Campus)	20h por semestre	Até 4 vezes – 80h	Declaração/Chefia do departamento
- Representação estudantil em centro e diretório acadêmico	20h por ano	Até 2 vezes – 40h	Declaração/Diretório ou centro acadêmico
- Outro	10h	Até 3 vezes	Consultar Orientação Acadêmica.

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN/UERN (2019).

8.3.4 Curricularização das atividades de extensão

Em consonância com a Resolução nº 25, de 21 de junho de 2017 (UERN, 2017a), as atividades de extensão são obrigatórias e correspondem a, no mínimo, 10% da carga horária total do Curso. Para fim de cômputo da carga horária total de atividades de extensão de que trata a Resolução, terão de ser ofertadas no mínimo, duas UCEs. As UCEs ofertadas

obrigatoriamente, terão de estar vinculadas aos Programas e/ou Projetos regularmente institucionalizados, em acordo com os trâmites legais previstos, na Pró-Reitoria de Extensão da UERN. (UERN, 2017a).

Um ponto contemplado no projeto, refere-se à abertura para a questão dos pré-requisitos de cada UCE no momento da oferta, conforme o disposto no Art.6º: “Uma UCE pode possuir pré-requisito, de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso”. (UERN, 2017a).

Desta forma, assinalamos que em cumprimento da Instrução Normativa nº 1/2018 – PROEX/PROEG/UERN, artigo 6º. a carga horária mínima de uma UCE é de 30h/a. Registra-se que a distribuição da carga horária das 375 horas das UCEs se desenvolverá ao longo do curso, conforme exposto no Quadro 06, de distribuição das UCEs ao longo dos períodos, com respectivas cargas horárias:

QUADRO 06 – Quadro de distribuição da carga horária das UCEs no curso de Pedagogia/CAMEAM por períodos

Componente (UCE)	Período	Carga horária
	1º	45h/a
	2º	60h/a
	3º	60h/a
	4º	60h/a
	5º	45h/a
	6º	45h/a
	7º	30h/a
	8º	30h/a
	-	CARGA HORÁRIA TOTAL: 375h/a

Fonte: NDE/DE/CAMEAM (2019).

Dado o caráter interdisciplinar das UCEs, os alunos do curso de Pedagogia poderão matricular-se em UCEs de outros cursos, respeitando-se o limite de vagas. Ressaltando-se que as ofertas advindas da Pedagogia, também se estenderão aos demais cursos.

O cadastro das UCEs respeitará o calendário acadêmico da UERN, assim como os protocolos normativos da PROEX/PROEG/UERN.

O discente terá de se matricular regularmente nas UCEs previstas para o seu período, podendo cursar outras de seu interesse, de forma a integralizar a carga horária total prevista no PPCP e respeitando o tempo limite da integralização curricular. (UERN, 2018b).

Com base no exposto, apresentamos o Quadro 07 referente ao Bloco de componentes curriculares de extensão do curso.

QUADRO 07 – Bloco de componentes curriculares de extensão

NOME DA UCE		CARGA HORÁRIA	Fonte: NDE/DE/CAMEAM Curricularização no Educação (DE/CAMEAM) primeiro semestre de estipulado na Resolução estaduais obrigatórios, competentes
UCE I		45h/a	
UCE II		90h/a	
UCE III		60h/a	
UCE IV		120h/a	
UCE V		60h/a	
UCE VI		105 h/a	
UCE VII		60h/a	
UCE VIII		120h/a	
UCE IX		45h/a	
UCE X		90h/a	
UCE XI		45h/a	
UCE XII		120h/a	
UCE XIII		30h/a	
UCE XIV		30h/a	
UCE XV		60h/a	
UCE XV		60h/a	

(2019).

A
Departamento de
será implementada no
2020, prazo limite
nº 25/2017.

8.4 Exames nacionais ou
instituídos por órgãos

O Exame Nacional Desempenho de Estudantes (Enade) é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e em acordo com orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Foi criado no ano de 2004, pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e deu outras providências.

Possui o objetivo de garantir o processo nacional de avaliação da aprendizagem e do desempenho acadêmico dos estudantes das instituições de educação superior, com vistas à melhoria da qualidade dos cursos de graduação. É realizado por edições, e a periodicidade máxima de aplicação em cada área é trienal (BRASIL, 2004). Importante mencionar que, por seu caráter de obrigatoriedade, o aluno que presta o referido exame contém em seu histórico escolar registrada a situação de regularidade.

No quesito avaliação somativa, a nota Enade corresponde à média ponderada da nota padronizada dos concluintes na Formação Geral (25%) e no Componente Específico (75%).

A seguir os resultados obtidos pelo curso de Pedagogia desde a implementação do exame.

QUADRO 08 - Resultados do ENADE do Curso de Pedagogia/ CAMEAM

CURSO	LOCAL	2005		2008		2011		2014		2017	
		ENADE	CPC ⁴	ENADE	CPC	ENADE	CPC	ENADE	CPC	ENADE	CPC
Pedagogia	Pau dos Ferros	3	-	2	2	4	4	4	4	3	3

Fonte: INEP (2005-2017).

9 MATRIZ CURRICULAR

A matriz curricular do Curso de Pedagogia do DE/CAMEAM configura-se no resultado dos princípios e eixos formativos apresentados, materializando-se nos quadros que seguem por respectivos períodos (do 1º ao 8º).

9.1 Matriz Curricular por períodos

I - 1º PERÍODO

1º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301051-1	Introdução à Pedagogia	Educação	T	60	-	60	04	-
0301055-1	Organização do Trabalho Acadêmico	Educação	T	60	-	60	04	-
0301050-1	Antropologia e Educação	Educação	T	60	-	60	04	-
0301048-1	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	Educação	T	60	-	60	04	-
0301049-1	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	Educação	T	60	-	60	04	-
0301900-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios I: Universo Acadêmico e Profissional	Educação	T/P	-	15	15	01	-

4

CPC: Conceito preliminar de curso.

XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	30	45	03	A definir de acordo com as possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	315	45	360	24	-

II – SEGUNDO PERÍODO

2º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301053-1	Psicologia da Educação I	Educação	T	60	-	60	04	-
0301054-1	Filosofia da Educação	Educação	T	60	-	60	04	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação
0301008-1	Sociologia da Educação	Educação	T	60	-	60	04	Fundamentos Socioeconômicos da Educação
0301012-1	História da Educação Brasileira	Educação	T	60	-	60	04	-
0301034-1	Pesquisa Educacional	Educação	T	60	-	60	04	-
0301901-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios II: Repertório de Leituras	Educação	T/P	-	15	15	01	Estudos Acadêmicos Introdutórios I: Universo Acadêmico e Profissional
0301903-1	Práticas Pedagógicas Programadas I	Educação	T/P	15	45	60	04	-
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	45	60	04	A definir de acordo com as possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	330	105	435	30	-

III – TERCEIRO PERÍODO

3º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301056-1	Psicologia da Educação II	Educação	T	60	-	60	04	Psicologia da Educação I
0301057-1	Profissão Docente	Educação	T	60	-	60	04	-
0301015-1	Política e Planejamento da Educação	Educação	T	60	-	60	04	-
0301071-1	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Educação	T	60	-	60	04	-
0301058-1	Teorias	Educação	T	60	-	60	04	-

	Linguísticas e Alfabetização							
0301902-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios III: Possibilidades Investigativas no Contexto Educativo Local	Educação	T/P	15	15	30	02	Estudos Acadêmicos Introdutórios II: Repertório de Leituras
0301904-1	Práticas Pedagógicas Programadas II	Educação	T/P	15	45	60	04	Práticas Pedagógicas Programadas I
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	45	60	04	A definir de acordo com as possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	345	105	450	30	-

IV – QUARTO PERÍODO

4º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301009-1	Didática	Educação	T	60	-	60	04	Psicologia da Educação II
0301059-1	Currículo	Educação	T	60	-	60	04	-
0301060-1	Alfabetização e Letramento	Educação	T	60	-	60	04	Teorias Linguísticas e Alfabetização
0301061-1	Gestão dos Processos Educativos	Educação	T	60	-	60	04	Política e Planejamento da Educação
0301062-1	Concepções e Práticas de Educação Infantil	Educação	T	60	-	60	04	-
0301905-1	Práticas Pedagógicas Programadas III	Educação	T/P	15	45	60	04	Práticas Pedagógicas Programadas II
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	45	60	04	A definir de acordo com as possibilidades do Depart. a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	330	90	420	28	-

V – QUINTO PERÍODO

5º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301102-1	Ensino de História	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0301103-1	Ensino de	Educação	T	60	-	60	04	Didática

	Geografia							
0301163-1	Ensino de Ciências	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0301075-1	Educação Especial e Inclusão	Educação	T	60	-	60	04	-
0301907-1	Seminário Temático I	Educação	T/P	15	45	60	04	-
0301099-1	Estágio Supervisionado I	Educação	T/P	45	120	165	11	Currículo Didática Pesquisa Educacional
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	30	45	03	A definir de acordo com as possibilidades do Depart. a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	315	195	510	34	-

VI – SEXTO PERÍODO

6º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301065-1	Ensino de Matemática	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0301066-1	Ensino de Língua Portuguesa	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	Letras Vernáculas	T	60	-	60	04	-
0301067-1	Literatura e Infância	Educação	T	60	-	60	04	-
0301908-1	Seminário Temático II	Educação	T	15	45	60	04	-
0301100-1	Estágio Supervisionado II	Educação	T/P	45	120	165	11	Estágio Supervisionado I
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	30	45	03	A definir de acordo com as possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	315	195	510	34	-

VII – SÉTIMO PERÍODO

7º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301068-1	Ensino de Arte	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0301069-1	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	Educação	T	60	-	60	04	-
0301070-1	Corpo, Movimento e	Educação	T	60	-	60	04	-

	Ludicidade							
-	Optativa	Educação	T	60	-	60	04	-
0301906-1	Laboratório de Monografia	Educação	T/P	15	30	45	03	Pesquisa Educacional
0301101-1	Estágio Supervisionado III	Educação	T/P	45	105	150	10	Estágio Supervisionado II
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	15	30	02	A definir de acordo com as possibilidades do Depart. a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	315	150	425	31	-

VIII – OITAVO PERÍODO

8º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301072-1	Tecnologias e Mediação Pedagógica	Educação	T	60	-	60	04	-
0301093-1	Educação em Direitos Humanos (Aprofundamento em Educação e Formação Cidadã em Práticas Educativas Escolares e Não-Escolares)	Educação	T	60	-	60	04	-
0301090-1	Educação e Movimentos Sociais (Aprofundamento em Educação e Formação Cidadã em Práticas Educativas Escolares e Não-Escolares)	Educação	T	60	-	60	04	-
0301094-1	Educação do Campo (Aprofundamento em Educação e Diversidade)	Educação	T	60	-	60	04	-
0301095-1	Educação de Adultos e Saberes da Cultura Popular (Aprofundamento em Educação e	Educação	T	60	-	60	04	-

	Diversidade)							
-	Optativa	Educação	T	60	-	60	04	-
0301077-1	Monografia	Educação	T/P	20	100	120	08	Laboratório de Monografia
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	15	30	02	A definir de acordo com as possibilidades do Depart.a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	275	115	390 ⁵	26 ⁶	

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN (2019).

9.2 Distribuição de Carga Horária Total

Apresentamos o quadro demonstrativo da distribuição da Carga Horária total, por grupo de componentes curriculares e com base nos estudos dos seguintes documentos:

- Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN);
- Plano Nacional de Educação (2014- 2024);
- Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura (2006);
- Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015 (DNC's para a formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;
- Resolução n.º 26 de 28 de junho de 2017, que aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN (UERN, 2017b);
- Instrução Normativa nº 1/2018 – PROEX/PROEG/UERN;
- Regulamento do Curso de Graduação de Pedagogia (DE/CAMEAM/UERN⁷) .

QUADRO 09 – Demonstrativo da distribuição de CH total, por grupo de componentes curriculares

PERÍODO	Disciplinas obrigatórias	Práticas como componente curricular (obrigatória)	Disciplinas optativas	TCC	Est. Superv. (obrigatório)	Atividades curriculares de extensão	Atividades complementares	CH Total
1º	300	15	-		-	-	200 (Ao longo do curso)	315
2º	300	75	-		-			375
3º	300	90	-		-			390
4º	300	60	-		-			360
5º	240	60	-		165			465
6º	240	60	-		165			465
7º	180	45	60		150			435

⁵ A soma total de carga horária (390) e créditos (26) leva em consideração as áreas de Aprofundamento e Diversificação em que é obrigatório o cumprimento de dois componentes curriculares por área de aprofundamento, perfazendo um total de 8CR e 120CH.

⁶ Ver nota 5.

⁷ O Regulamento do Curso de Graduação de Pedagogia encontra-se no Apêndice desse documento.

8º	180	-	60	120	-			360
Total geral Sem UCE Até 2019.2	2.040	405 (Até o 7º. Período)	120	120	480	-	200	3.365
Total geral com as UCEs em 2020.1						375		3.365 + 375 (UCEs)= 3.740

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN/UERN (2019).

10 EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

A partir do novo currículo que passou a vigorar em 2007, foi organizado o seguinte quadro de equivalência dos componentes curriculares:

QUADRO 10 - Equivalência entre os componentes curriculares/disciplinas para ingressantes até 2006.2

Currículo em vigor para ingressantes a partir de 2007.1			Currículo em vigor para ingressantes até 2006.2		
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CR/CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CR/CH
0301055-1	Organização do Trabalho Acadêmico	04/60	0103014-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0104002-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0105002-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0201015-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0301006-1	Organização do Trabalho Científico	04/60
			0301052-1	Organização e Princípios da Pesquisa em Educação	04/60
			0401059-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0601031-1	Metodologia do Trabalho Acadêmico	04/60
			0701091-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0703035-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0705002-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0805035-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0901003-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
0301008-1	Sociologia da Educação	04/60	0301036-1	Fundamentos da Educação	04/60
			0702058-1	Educação, Sociedade e Cultura	04/60
0301012-1	História da Educação Brasileira	04/60	0301039-1	Organização da Educação Brasileira	04/60
0301034-1	Pesquisa Educacional	04/60	0701022-1	Metódos e Técnicas de Pesquisa Social I	04/60
			0701023-1	Métodos e Técnicas em Pesquisa Social II	04/60
0301053-1	Psicologia da Educação I	04/60	0301017-1	Psicologia da Educação	06/90
			0301018-1	Psicologia da Aprendizagem	04/60
			0301041-1	Psicologia Aplicada à Educação	04/60

			0301104-1	Psicologia da Educação	04/60
0301054-1	Filosofia da Educação	04/60	0301004-1	Filosofia da Educação I	04/60
			0702032-1	Filosofia da Educação	04/60
			0704036-1	Filosofia da Educação	04/60
0301056-1	Psicologia da Educação II	04/60	0301043-1	Psicologia de Desenvolvimento e da Aprendizagem da Criança	04/60
0301058-1	Teorias Linguísticas e Alfabetização	04/60	0401056-1	Fundamentos Linguísticos para Alfabetização	04/60
0301071-1	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/60	0301014-1	Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	04/60
			0301039-1	Organização da Educação Brasileira	04/60
0301009-1	Didática	04/60	0301010-2	Didática	04/60
			0301038-1	Didática Geral,	04/60
			0301042-1	Introdução à Didática	03/45
			0501070-1	Instrumentos Metodológicos do Processo Ensinar/Aprender	04/60
			0801063-1	Didática da Matemática	04/60
0301059-1	Currículo	04/60	0301020-1	Currículo da Educação Infantil e Séries Iniciais	04/60
0301060-1	Alfabetização e Letramento	04/60	0301022-1	Processo de Alfabetização	04/60
0301062-1	Concepções e Práticas de Educação Infantil	04/60	0301016-1	Princípios da Educação Infantil	04/60
0301075-1	Educação Especial e Inclusão	04/60	0301021-1	Educação Especial	04/60
0301102-1	Ensino de História	04/60	0301025-1	Ensino de História	04/60
0301103-1	Ensino de Geografia	04/60	0301029-1	Ensino de Geografia	04/60
0301065-1	Ensino de Matemática	04/60	0301027-1	Ensino da Matemática I	05/75
0301066-1	Ensino de Língua Portuguesa	04/60	0301026-1	Ensino da Língua Portuguesa I	05/75
			0401095-1	Didática da Língua Portuguesa	08/120
0301067-1	Literatura e Infância	04/60	0401058-1	Literatura Infantil	04/60
0301068-1	Ensino de Arte	04/60	0401057-1	Arte e Educação	04/60
0301069-1	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	04/60	0301033-1	Educação de Jovens e Adultos	04/60
0301072-1	Tecnologias e Mediação Pedagógicas	04/60	0801073-1	Informática na Educação	04/60
			0805026-1	Informática na Educação	04/60

Fonte: PROEG/UERN (2008)

Os componentes curriculares que seguem no Quadro 11 não possuem equivalência no currículo proposto:

QUADRO 11 – Componentes curriculares sem Equivalência no Currículo Proposto

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CR/CH
0301050-1	Antropologia e Educação	04/60
0301048-1	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	04/60
0301049-1	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	04/60
0301900-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios I	01/15
0301901-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios II	01/15
0301903-1	Prática Pedagógica Programada I	03/45
0301057-1	Profissão Docente	04/60
0301902-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios III	01/15
0301904-1	Prática Pedagógica Programada II	03/45
0301061-1	Gestão dos Processos Educativos	04/60

0301905-1	Prática Pedagógica Programada III	03/45
0301063-1	Ensino de Ciências	04/60
0301099-1	Estágio Supervisionado I	10/150
0301907-1	Seminário Temático I	04/60
0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	04/60
0301100-1	Estágio Supervisionado II	11/165
0301908-1	Seminário Temático II	04/60
0301070-1	Corpo, Movimento e Ludicidade	04/60
0301079-1	Leitura, Escrita e Resolução de Problemas Matemáticos	04/60
0301080-1	Projetos Pedagógicos	04/60
0301078-1	Financiamento da Educação	04/60
0301083-1	Educação e Cidadania da Criança e do Adolescente	04/60
0301096-1	Leitura, produção de texto e análise linguística	04/60
0301098-1	Relações de Gênero e Sexualidade na Educação	04/60
0301081-1	Educação e Multiculturalidade	04/60
0301082-1	Organização da Educação Municipal	04/60
0301101-1	Estágio Supervisionado III	11/165
0301906-1	Laboratório de Monografia	03/45
0301093-1	Educação em Direitos Humanos	04/60
0301090-1	Educação e Movimentos Sociais	04/60
0301072-1	Tecnologias e Mediação Pedagógica	04/60
0301094-1	Educação do Campo	04/60
0301095-1	Educação de Adultos e Saberes da Cultura	04/60
0301077-1	Monografia	08/120
-	Atividades Integradoras	06/100

Fonte: PROEG/UERN (2008).

A equivalência entre os primeiros períodos do currículo proposto

Em face desta proposta curricular apresentar-se inacabada, no período de matrículas relativo à entrada de 2007.1, a Faculdade de Educação encaminhou para apreciação do CONSEPE, naquela ocasião, a solicitação de aprovação das Disciplinas/Atividades relativas apenas ao 1º Período do Curso.

Posteriormente, com o desenvolvimento dos estudos e discussões no seio da Comissão Curricular, bem como com a participação e apreciação dos professores (*Campus Central e Campi Avançados*), foi estabelecida a mudança de dois componentes curriculares no 1º período (Organização e princípios da pesquisa em educação / Atividades formativas) como condição vital para harmonizar a filosofia teórico-metodológica desta proposta.

Desta forma, a Disciplina antes estabelecida como **Organização e Princípios da Pesquisa em Educação** foi substituída por **Organização do Trabalho Acadêmico**, haja vista aquela ter incorporado em sua nomenclatura e ementário (equivocadamente) dois objetos distintos de estudo para o professor: conhecimentos relativos à organização do trabalho acadêmico com conhecimentos relativos à pesquisa educacional. Defende-se que ambos os objetos de conhecimentos devem contemplar a formação do pedagogo, porém em seus momentos peculiares da formação (Organização do Trabalho Acadêmico enquanto componente introdutório à formação, Pesquisa Educacional enquanto componente que fundamenta a atuação do pedagogo).

O componente curricular relativo às **Atividades Formativas** foi excluído da proposta, vez que seus propósitos se mostraram insuficientes para dinamizar os estudos relativos à área de Aprofundamento e Diversificação para os estudantes. Contudo, todos os alunos que cumpriram as Atividades Formativas em 2007.1 irão incorporar as respectivas 30 (trinta) horas na composição das 100(cem) horas relativas às Atividades do Núcleo Integrador, de forma a resultar apenas um débito de 70(setenta) horas.

QUADRO 12 - Equivalência entre os primeiros períodos do currículo proposto

1º Período para ingressantes em 2007.2			1º Período para ingressantes em 2007.1		
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CR/CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CR/CH
0301051-1	Introdução a Pedagogia	04/60	0301051-1	Introdução a Pedagogia	04/60
03010	Organização do Trabalho Acadêmico	04/60	0301052-1	Organização e Princípios da Pesquisa em Educação	04/60
0301050-1	Antropologia e Educação	04/60	0301050-1	Antropologia e Educação	04/60
0301048-1	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	04/60	0301048-1	Fundamentos Socioeconômicos da Educação	04/60
0301049-1	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	04/60	0301049-1	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	04/60
-	Atividades Integradoras	30h	-	Atividades Formativas	02/30
0301900-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios I: Universo Acadêmico e Profissional	01/15	-	-	-

Fonte: PROEG/UERN (2008).

10 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

O ato de avaliar é parte de nosso cotidiano e ação imprescindível na atividade humana. A todo instante estamos a externar julgamentos sobre fatos, vivências e experiências. Entretanto, quando pensamos na avaliação como parte integrante do processo pedagógico, esta assume caráter sistemático, formal, gradual e contínuo. Na Universidade, desenvolvida de forma indissociável nas ações de ensino, pesquisa e extensão, a avaliação se amplia, o que torna mais complexa a sua função. E, nesse sentido, é preciso definir os princípios que fundamentam esse processo neste Projeto Pedagógico.

Para concretizá-la no processo educativo, partimos do entendimento da relação entre ensino e aprendizagem conforme defende Freire (1998, p. 235), isto é, na relação “docência e discência” e de que “ensinar não é transferir conhecimento”. Assim, torna-se necessário conceber a atividade de ensino e suas articulações com a pesquisa e a extensão, como procedimento que mais faz perguntas do que dá respostas. Partir sempre da realidade para problematizar o conhecimento e compreender que ensinar valendo-se do espírito da pesquisa, significa trabalhar com a indagação e com a dúvida científica. Instrumentalizando o aluno a pensar para adquirir a independência intelectual e possibilitar a construção e a busca continua do próprio conhecimento. Nessa perspectiva, neste projeto questionamos procedimentos avaliativos que busquem apenas observar o produto ao invés do processo.

Nesta perspectiva de ensino a prática avaliativa deve ser desenvolvida na vivência da avaliação formativa, processual e diagnóstica. Seu objetivo é perceber os avanços e as fragilidades no aprendizado do aluno para que o processo de ensino seja redirecionado e reorganizado.

Entendemos que, para que o aprendizado seja significativo uma das exigências na construção da avaliação de um PPCP reside na qualidade das relações que se constroem nos espaços educativos que hoje são eleitos como da competência do pedagogo. O que requer à construção de um trabalho pedagógico altamente eficaz, rompendo com a visão de avaliação ainda hegemônica que se orienta pelo *eficientismo* e valorização do produto em detrimento do processo.

Entendemos assim que, o processo de avaliação da aprendizagem do Curso de Pedagogia, organizar-se-á de acordo com: a) eixos norteadores da relação ensino-aprendizagem; b) atendimento das normas regulamentares estabelecidas no Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN (UERN, 2017b), as disposições relativas à verificação do rendimento escolar, conforme a Resolução nº 11, de 18 de novembro de 1993, do Conselho Universitário da UERN (CONSUNI), assim como os princípios propostos pela atual LDBEN e as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, licenciatura (2006), que propõem que a avaliação se consolide como de caráter qualitativo e que seja contínua, cumulativa no que tange ao desempenho do (a) aluno (a).

O Curso de Pedagogia exige uma realidade educativa sintonizada com os princípios formativos profissional, com uma *práxis* fundante no trabalho intelectual (FREIRE, 1982), com base nos princípios da relação teoria-prática, contextualizada, interdisciplinar, democrática, flexível, articulando de forma competente as ações de ensino, pesquisa e extensão.

A Avaliação da Aprendizagem do Curso de Pedagogia tem em vista, fundamentalmente, o caráter de ser contínua, para identificar o desenvolvimento do processo pedagógico; propondo, também, diferentes instrumentos que permitam a reflexão cotidiana da prática entre os diferentes sujeitos, sendo capazes de proporcionar novas estratégias de enfrentamento às condições adversas que estão postas, assim como de mobilizar, valorizar e estimular a aquisição de novos saberes.

Portanto, os princípios do processo de Avaliação da Aprendizagem do Curso de Pedagogia, devem ser formativos, diagnósticos, mediadores e contínuos, considerando o preceito da co-avaliação:

- a) Estar em consonância com as estratégias didáticas da aprendizagem.
- b) Se desenvolver numa perspectiva *metacognitiva* (ROMANOWSKY; WACHOWICZ, 2004), ou seja, permita a reflexão sobre a prática pedagógica cotidiana, de maneira a regular e auto-

regular as ações docentes e discentes, e contribua para a redefinição das estratégias metodológicas.

c) Acontecer numa perspectiva meta-reflexiva permitindo, assim, a percepção, por parte do professor e do aluno, do processo de construção do conhecimento.

d) Inclusiva, do ponto de vista que deverá contemplar a diversidade de todos (as) dos (as) alunos (as), isto é, compreendendo as subjetividades e as especificidades do modo de aprender cada um cada uma;

e) Investigativa, de forma que busque identificar e reestruturação os conhecimentos prévios dos estudantes.

f) Favorecer a construção autônoma e reflexiva do conhecimento.

g) Não excludente, porém rigorosa;

h) Buscar a formação ética e social do (a) aluno (a) para o seu exercício profissional;

i) Consolidar-se enquanto processo democrático e transparente, de forma que possibilite a organização do tempo/espço das avaliações, quer sejam presenciais ou à distância (se necessárias), garantindo conforme as normas da Universidade a periodicidade, desempenho mínimo, bem como as formas individual ou coletiva.

Portanto, a avaliação do processo ensino-aprendizagem, como condição essencial para retroalimentação do processo de formação, deverá ocorrer através de diferentes instrumentos que devem ter em vista o aluno concreto e seu desenvolvimento integral, possibilitando-lhe o contato com o ambiente de forma real, significativa e problematizadora. Os instrumentos de avaliação poderão ser selecionados e propostos pelo professor dentre aqueles que, coerentes com as estratégias didáticas, atendam à concepção e a proposta do Curso de Pedagogia.

11 RECURSOS HUMANOS DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

A democratização do ensino superior ainda é uma questão central das políticas públicas no nosso país. O acesso a esse nível de ensino constitui-se um desafio que está aliado ao da garantia à sua qualidade. Um dos aspectos fundamentais para o enfrentamento do problema da qualidade diz respeito aos recursos humanos, físicos e materiais envolvidos na concretização dos objetivos dos cursos de formação. Além do que, é por meio de seus profissionais e gestores que o projeto pedagógico do curso concretiza-se, aperfeiçoa-se e efetiva-se.

11.1 Recursos humanos disponíveis

Os recursos humanos existentes no Departamento de Educação ainda são insuficientes para atender às demandas das atividades acadêmico-científicas e de gestão, principalmente, no contexto atual com o redimensionamento do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia. O novo projeto aponta para a ampliação do quadro docente do curso, mediante a necessidade de oferta de disciplinas com vistas à maior flexibilização curricular e ao atendimento às demandas formativas do pedagogo na atualidade.

Dos 18 (dezoito) docentes efetivos lotados no Departamento de Educação, 15 (quinze) tem regime de trabalho com 40 (quarenta) horas com Dedicção Exclusiva (83,3%) e 3 (três) têm regime de 40(quarenta) horas (16,6%). Deste universo, 01 (um) docente têm formação em nível de pós-graduação *lato-sensu*, 17 (dezessete) com pós-graduação *stricto-sensu*, sendo 09 (nove) com mestrado e 08 (oito) com doutorado. Sendo importante mencionar que 01 (um) possui o grau de *pós-doutor*. Do total de docentes, 06 (seis) estão cursando pós-graduação *stricto-sensu* (doutorado). Atualmente o Departamento conta com 06 (seis) docentes de contrato provisório, de 40 (quarenta) horas, sendo todos com formação em nível de pós-graduação *stricto-sensu* (mestrado), conforme mostram os Quadros 13 e 14

QUADRO 13 – Docentes do Departamento de Educação / Quadro Efetivo

Nº	NOME	FORMAÇÃO	REGIME TRABALHO	TITULAÇÃO	ÁREAS DA DISCIPLINA QUE LECIONA	DATA ADMISSÃO
01	Antônia Bruna da Silva	Pedagogia	DE	Doutora	Especialização e Introdutórias	25/01/2017
02	Ciclene Alves da Silva	Pedagogia	DE	Doutora	Fundamentos e Especialização	08/08/2008
03	Diana Maria Leite Lopes Saldanha	Pedagogia	DE	Doutora	Fundamentos Especialização e Aprofundamentos e Diversificação	17/03/2009
04	Disneylândia Maria Ribeiro	Pedagogia	DE	Mestra	Fundamentos e Aprofundamentos e Diversificação	16/08/2010
05	Débora Maria do Nascimento	Pedagogia	DE	Doutora	Fundamentos e Especialização	02/03/1998
06	Francicleide Cesário de Oliveira	Pedagogia	DE	Mestra	Especialização Aprofundamentos e Diversificação	17/08/2010
07	Iandra Fernandes Pereira Caldas	Pedagogia	DE	Mestra	Especialização e Aprofundamentos e Diversificação	23/02/2011
08	Josefa Aldacéia Chagas de Oliveira	Pedagogia	DE	Especialista	Fundamentos e Aprofundamentos e Diversificação	03/11/2004
09	Keutre Gláudia da Conceição Soares	Pedagogia	DE	Mestra	Especialização e Aprofundamentos e Diversificação	16/08/2010
10	Lívia Sonalle do Nascimento Silva	Pedagogia	DE	Mestra	Especialização e Aprofundamentos	08/09/2010

11	Maria da Conceição Costa	Pedagogia	DE	Doutora	e Diversificação Especialização, Introdutórias e Aprofundamentos e Diversificação	04/11/2004
12	Maria Eridan da Silva Santos		40 h	Mestra	Especialização e Aprofundamentos e Diversificação	03/05/2018
13	Maria da Paz Cavalcante	Pedagogia	40 h	Doutora	Especialização e Aprofundamentos e Diversificação	18/10/2004
14	Maria Euzimar Berenice Rêgo Silva	Pedagogia	DE	Mestra	Fundamentos e Aprofundamentos e Diversificação	01/08/1996
15	Maria Lúcia Pessoa Sampaio	Pedagogia	DE	Doutora	Especialização e Aprofundamento e Diversificação] Aplicação tecnológica	17/02/1999
16	Maria Roberta de Alencar Oliveira	Pedagogia	40 h	Mestra	Especialização e e Aprofundamentos e Diversificação	17/12/2018
17	Sheyla Maria Fontenele Macedo	Pedagogia	DE	Doutora	Fundamentos, Especialização e Aprofundamento e Diversificação	23/09/2010
18	Simone Cabral Marinho dos Santos	Ciências Sociais	DE	Doutora	Fundamentos e Aprofundamentos e Diversificação	18/10/2004

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN (2019).

QUADRO 14 – Docente do Departamento de Educação / Contrato Provisório

NOME	FORMAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	TITULAÇÃO	DATA DE ADMISSÃO
Delane Leita Suassuna Diniz	Pedagogia	40 h	Mestra	22/05/2018
Elenice Alves Pereira	Pedagogia	40 h	Mestra	14/05/2018
Francisca Aline Micaelly da Siva Dias	Pedagogia	40 h	Mestra	14/05/2018
Marília Cavalcante de Freitas Moreira	Pedagogia	40 h	Mestra	27/04/2018
Sandra Sinara Bezerra	Pedagogia	40 h	Mestra	25/05/2018
Sheila Danielle Fernandes de Souza	Pedagogia	40 h	Mestra	14/05/2018

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN (2019).

A ampliação do quadro dos docentes lotados no Departamento, com regime de trabalho de tempo integral com Dedicação Exclusiva, foi um avanço, pois representa um aspecto prioritário no contexto atual. Essa mudança de regime favoreceu o fortalecimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como a fixação dos professores lotados nesta instituição, contribuindo assim para a melhoria da qualidade do Curso no contexto em que está inserido.

Outro aspecto a destacar refere-se à formação dos professores. A Universidade mantém um Plano de Capacitação Docente, em que paulatinamente, o Departamento tem atingido a meta de qualificação proposta neste.

O corpo técnico-administrativo é composto de duas funcionárias do quadro permanente desenvolvendo atividades na secretaria do Departamento (ver Quadro 15). Enfatizamos que a formação das técnicas é satisfatória, mas que enfrentamos nesse quadro, limitações no atendimento das questões administrativas, tanto do aluno quanto da organização em geral, decorrentes relação entre a demanda advinda das atividades departamentais e a quantidade de funcionárias administrativas para tal fim.

QUADRO 15 – Pessoal Técnico-Administrativo

Nº	NOME	CARGO/FUNÇÃO	REGIME DE TRABALHO	TITULAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
01	Francisca Ticiany Barbosa Lopes de Oliveira	Técnica de Nível Superior – TNS/ Secretaria	40 horas	Especialista	Efetiva
02	Francisco Lindomar Chaves da Silva	Técnico de Nível Médio – TNM/ Secretaria	40 horas	Ensino Médio	Efetivo

Fonte: DE/CAMEAM (2019).

11.2 Recursos humanos necessários

O Departamento de Educação mantém um quadro de recursos humanos ainda em caráter insatisfatório. Considera-se a necessidade de ampliação quanto aos números de:

- a) Professores efetivos, em vista da ampliação da carga horária do curso, dadas as necessidades de atendimento das novas exigências legais e ainda em decorrência da saída ou remanejamento de professores do DE;
- b) Ampliação do quadro de técnico para que se possa efetivar com a qualidade necessária o atendimento da demanda advinda, inclusive, da Pós-Graduação *lato sensu*;

Essencial ainda pontuar sobre a necessidade de um subsetor da Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN) no *Campus*, coordenado por um profissional multidisciplinar⁸ (Psicopedagogo, Psicólogo ou Assistente Social) para fazer face às demandas discentes de inclusão, atendimento educacional, dentre outros .

Também recordamos que vem sendo uma construção histórica a solicitação quanto a ampliação do curso de Pedagogia para o turno da manhã, o que também viria a demandar um estudo sobre o contexto funcional para a ampliação de recursos humanos.

11.3 Política de capacitação

⁸ Justificativa apresentada no item Políticas de Inclusão.

A política de capacitação no Departamento de Educação é afim com as Normas de Capacitação Docente da UERN, aprovadas pela Resolução n.º 45, de 05 de dezembro de 2012 (CONSEPE), e que mantém o objetivo de “[...] elevar o nível de qualificação dos professores do quadro efetivo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte com vistas a melhorar seu desempenho no desenvolvimento das atividades-fim da instituição”. (UERN, 2012b).

O processo de liberação para a capacitação docente terá início no Departamento de Educação, que mantém uma relação com a ordem de entrada e saída prováveis de cada docente. Relação esta periodicamente discutida pelos pares. A seguir, o processo será encaminhado à Direção da Unidade para conhecimento, retornando ao DE par encaminhamento e remeterá à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós - Graduação para apreciação técnica, em consonância com as normas da Resolução n.º 45/2012. (UERN, 2012b).

Todas as questões relativas à Capacitação, tais como prorrogação; entrega de relatório das atividades desenvolvidas; assim como a comunicação acerca da data prevista para seu retorno, terão sempre o DE como a primeira instância de comunicação. Assim como, após a conclusão dos cursos realizados com liberação:

Art. 26. O docente deverá permanecer em atividade na UERN, sob o mesmo regime de trabalho vigente durante a liberação, após conclusão da pós-graduação e retorno ao departamento de origem, no mínimo, pelo mesmo tempo concedido para afastamento. Parágrafo único. No caso de MINTER e DINTER e cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UERN, o tempo de permanência no departamento de origem que trata o caput deste artigo será o dobro do período de liberação concedido.

Parágrafo único. No caso de MINTER e DINTER e cursos de pós-graduação *stricto sensu* ofertados pela UERN, o tempo de permanência no departamento de origem que trata o caput deste artigo será o dobro do período de liberação concedido. (UERN, 2012b).

Atualmente se encontram em capacitação com liberação total as seguintes professoras:

QUADRO 16 – Docentes do Departamento de Educação em processo de capacitação com liberação total

DOCENTE	NOME DO CURSO	IES	NÍVEL	SAÍDA	RETORNO
Disneylândia Maria Ribeiro	PPGEducação	UFC	Doutorado	01/09/2017	01/09/2020

Fonte: DE/CAMEAM (2019).

A ampliação do quadro docente com títulos de mestre e doutor vem sendo uma conquista do Departamento de Educação. Esse fato contribui para o fortalecimento dos grupos de pesquisa e da pós-graduação *lato e strictu-sensu*, e aponta para o desenvolvimento de um Plano de Capacitação Docente voltado para uma política de formação de doutores a curto prazo, garantindo ainda a capacitação dos professores mestres que já se encontram no quadro efetivo.

11.4 Política de Inclusão

A UERN por intermédio de sua Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN) congrega ações fundamentais na formação de recursos humanos, políticas e gestão da educação em diferentes áreas de conhecimento. Zela pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão com ações que busquem a consolidação da inclusão de estudantes com deficiência, a quebra de barreiras físicas e atitudinais e a promoção da acessibilidade, no âmbito da coletividade. (UERN, 2018a).

A DAIN está vinculada à Administração Superior, conforme Resolução n.º 05 de 24 de março de 2015, com atividades vinculadas às Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPEG) e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX). (UERN, 2018a).

As atividades da DAIN consubstanciam-se nas propostas gerais de ação com base nas Legislações Nacionais e Internacionais de Educação Especial. Busca ainda promover e ampliar intercâmbio com diversas entidades, objetivando o gerenciamento, a transmissão e a fixação de técnicas e metodologias no âmbito do ensino da Educação Especial. (UERN, 2018a).

O Departamento de Educação tem recebido demandas de alunos com necessidades educativas especiais. Nesse sentido, o NDE e a Plenária Departamental vêm buscando dialogar acerca das rotas inclusivas a serem tomadas, diante ainda da necessidade de uma melhor estrutura física para atender a esses alunos e de uma formação docente que contemple os desafios do cotidiano escolar. São alguns dos outros enfrentamentos tomados como espaço de diálogo no DE:

- A necessidade de intérpretes para alunos com deficiência auditiva;
- Adequação de materiais didáticos;
- Indicadores de acompanhamento que possam direcionar para uma prática avaliativa dos resultados de aprendizagem de educandos com necessidades educativas especiais;
- A necessidade de um profissional da DAIN no *Campus* que acompanhe e realize a mediação *in lócus* dos processos que envolvam a plena condição para o acontecer exitoso do ensino-aprendizagem dos educandos com “[...] deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial”. (BRASIL, 1996).

Elencamos como primordial a discussão em âmbito de *Campus/UERN* quanto as políticas de inclusão a serem tidas em conta no dia a dia do fazer acadêmico docente.

12 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL E NECESSÁRIA

12.1 Estrutura física e equipamentos

Numa perspectiva de considerar o conjunto de bens materiais que dão sustentação à estrutura organizacional da universidade, deparamo-nos com uma grande diversidade de atividades acadêmicas de ensino, de pesquisa e de extensão, que exigem espaços físicos apropriados, em termos de laboratórios, salas de aula, auditórios, salas especiais para práticas, para projeção, para orientação, entre outros, acompanhados de seus respectivos equipamentos.

O Curso de Pedagogia, para o desenvolvimento de sua dinâmica acadêmica, tem aproveitado, desde a sua implantação, a distribuição do espaço da *academia* em salas de aula e salas de administração, inserindo-se na estrutura predial do CAMEAM/UERN, que teve a considerável ampliação de sua área construída, mas para atender exclusivamente às demandas de novos cursos.

A conquista de espaços tem se dado pela divisão de salas já existentes, e a ocupação de três espaços/salas no bloco vertical, distribuídos em uma sala para a Brinquedoteca, outra para o Núcleo de Extensão Universitária em Direitos Humanos (NUEDH) e o projeto de extensão Biblioteca Ambulante e Literatura na Escola (BALE). Registre-se que consideramos que a atual organização do Curso de Pedagogia, demanda a necessidade de novos espaços concretos para o desenvolvimento das atividades, já que se defende no que tange às questões básicas de infraestrutura, a acessibilidade, o conforto e a adequação ambiental necessária à funcionalidade adequada das atividades acadêmicas. A saída para esta realidade é apontada, mediante a autonomia administrativa e financeira da UERN.

A estrutura atual para o atendimento às demandas do curso resume-se em: 05 (cinco) salas de aula, sendo 04 (quatro) que comportam uma média de 46 (quarenta e seis) a 50(cinquenta) carteiras, e 01 (uma) com até 15 (quinze), todas climatizadas. Cada sala com 01 (um) quadro branco, 01(uma) mesinha com cadeira para o professor. Também contamos com uma sala administrativa com três divisórias, criando espaços distintos para Chefia, professores, e Secretaria do Departamento; e ainda duas salas para Base de Pesquisa, contemplando os dois Grupos de Pesquisa atualmente existentes; e uma sala para a Pós-Graduação *Lato Sensu*, sendo esta também utilizada para orientação de monografia.

Apresentamos a organização dos equipamentos disponíveis no Quadro 17:

QUADRO 17 – Relação dos Equipamentos e sua distribuição nos espaços do DE

EQUIPAMENTOS	SALA DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	NÚCLEO DE EXTENSÃO E PROJETOS DE EXTENSÃO	GRUPOS DE PESQUISA E	SALAS DE AULA	PÓS-GRADUAÇÃO	TOTAL
---------------------	---	--	-----------------------------	----------------------	----------------------	--------------

Armários	04	04	04	-	0	16
Estantes	01	-	01	-	2	08
Mesa para reunião	01	-	02	-	1	05
Mesas para estudo ou bancada	01	01	01	-	-	03
Mesa para computador	-	01	01	-	1	06
Cadeiras/carteiras	25	24	21	200	4	300
Birôs	03	01	01	05	-	13
Gelágua	01	-	02	-	-	04
Mural	01	-	02	-	-	07
Aparelho de som	-	-	02	-	-	04
Multimídia	04	01	-	-	-	03
Microfone	-	-	-	-	-	02
Caixa de som	01	-	01	-	-	02
Notebook	01	01	-	-	-	05
Computador de mesa	02	-	01	-	-	08
Impressora	01	-	-	-	1	10

Fonte: DE/CAMEAM (2019).

Esse conjunto de equipamentos ainda é insuficiente para atender à demanda departamental, visto que os recursos físicos estão distribuídos em diferentes espaços e atividades, entre estas: Secretaria do Departamento, Bases de Pesquisa, Núcleo e Projetos de Extensão, Sala da Pós-Graduação, Sala de professores e Laboratórios. Há uma necessidade de disponibilizar pelo menos dois computadores para acesso aos alunos.

E, nesse contexto, o atual sistema de informação interdepartamental, inter *Campus* e com outras IES, tem se apresentado como uma das fragilidades no nosso Curso, dada à falta de informatização e de acesso as novas tecnologias.

No conjunto das instalações físicas do *Campus* como um todo, ainda precisam ser melhoradas, dentre outros aspectos, as condições de acesso para portadores de necessidades especiais, principalmente com a ampliação, em quantidade e qualidade, de rampas que possibilitem maior acessibilidade entre os blocos.

12.2 Laboratórios

Quanto a laboratórios, o Departamento de Educação mantém em funcionamento dois: a BRINQUEDOTECA e o Programa Biblioteca Ambulante e Literatura nas Escolas (BALE).

BRINQUEDOTECA

A brinquedoteca vem mantendo suas atividades desde o ano de 2013, quando foi inaugurada através do Programa de Consolidação das Licenciaturas – PRODOCÊNCIA, financiado pela CAPES, que tem como objetivo fomentar a implementação de novas formas de

organização curricular e institucional dos cursos de licenciatura das IES públicas, potencializando a articulação entre as diferentes licenciaturas. A dinâmica de funcionamento da brinquedoteca visa a uma articulação entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do desenvolvimento de atividades lúdico-culturais e da utilização de recursos pedagógicos alternativos nos processos de ensino-aprendizagem das diferentes linguagens nas diversas áreas do conhecimento. A brinquedoteca desenvolve um trabalho sistemático de atendimento a comunidade, através das visitas das escolas tanto do município de pau dos Ferros/RN como também municípios vizinhos como Rafael Fernandes, Encanto, José da Penha, São Francisco do Oeste, Francisco Dantas.

No que se refere ao ENSINO, a brinquedoteca funciona como um laboratório de práticas pedagógicas para o desenvolvimento de atividades realizadas das disciplinas ou das práticas como componentes curriculares, bem como os alunos dos Estágios Supervisionados que trazem suas turmas de estágio para atendimentos lúdicos nesse espaço. Além disso, é, também, campo de estágio para os alunos do 7º período que realizam as atividades das práticas pedagógicas no espaço da brinquedoteca.

Com relação a PESQUISA, o curso desenvolve pesquisas institucionalizadas com o objetivo de desenvolver a formação teórica dos alunos-monitores da brinquedoteca, a exemplo da pesquisa intitulada *O processo de formação teórico-prático dos monitores da brinquedoteca do CAMEAM/UERN*.

No que diz respeito a EXTENSÃO, algumas atividades são desenvolvidas em parceria com o Museu da Cultura Sertaneja e o Programa Biblioteca Ambulante e Literatura nas Escolas (BALE). Além disso, há o Projeto Xadrez na Escola: uma ferramenta lúdico-pedagógica e educativa, que desenvolve suas atividades em parceria com a brinquedoteca.

PROGRAMA BIBLIOTECA AMBULANTE E LITERATURA NAS ESCOLAS (BALE)

O Programa BALE de caráter extensionista é vinculado ao Departamento em Educação e ao Grupo de Pesquisa GEPPE, agrega em cada edição mais 100 mediadores de leitura que atuam em toda região. Composto por cinco equipes constituídas nas cidades de Pau dos Ferros (uma equipe de universitários e outra de crianças de uma escola pública), de Portalegre (convênio entre o Programa/UERN e a Prefeitura Municipal), de São Miguel e de Frutuoso Gomes e uma sexta equipe sendo formada a funcionar na cidade de Francisco Dantas/RN. Cada equipe é constituída por edital público e composta por voluntários, estudantes advindos de todos os cursos de graduação do Campus de Pau dos Ferros, bem como estudantes de Ensino Médio, da comunidade em geral e de universidades privadas da região. O programa é constituído de cinco projetos denominados "Canteiros", assim nomeados:

"Formação, Informação, Encenação, Contação e Ficção". O espaço físico do BALE tem sido laboratório ativo para a comunidade acadêmica e espaço de pesquisa científica, contando com dissertações defendidas analisando o programa, TCCs e uma tese em andamento, bem como é campo de estágio curricular do curso de pedagogia, funcionando ainda em parceria com a Brinquedoteca e o Museu da Cultura Sertaneja, que juntos recebem visitas e fazem atendimentos quando previamente agendado⁹. Além dos laboratórios pertencentes ao Departamento, os estudantes do Curso de Pedagogia fazem uso de laboratórios existentes no Campus, a exemplo do Laboratório de Linguística Aplicada (LAB-LA), o qual conta com notebooks e internet e tem sido utilizado para a disciplina Tecnologias (Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's) e Mediação Pedagógica.

12.3 Acervo Bibliográfico

O sistema de bibliotecas da UERN é coordenado pela Biblioteca Central que se apresenta como um órgão suplementar com supervisão técnica da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação. Este sistema possui um acervo significativo, na forma impressa, composto de livros, obras de referência (enciclopédias, dicionários, atlas) periódicos (revistas, jornais) e coleção especial (monografias, teses, dissertações), além de multimeios: mapas, fitas de vídeo, fitas cassetes, *CD-Rom*, disquetes e DVDs e interligação à rede *internet*, enquanto suportes de informações para atividades de ensino, pesquisa e extensão da UERN.

O Departamento de Educação tem um acervo bibliográfico disponível em nossa nova Biblioteca *Pe. Sátiro Cavalcante Dantas* do CAMEAM/UERN, cuja relação de livros para a área de educação compreende a Classificação Decimal de Dewey (CDD) de 370 a 379.999 complementado com livros de outras áreas, de CDD 301 a 301.999, 001.4 a 001.42, 150 a 159.999. As obras estão organizadas por autor, título, edição, local de publicação, editora, CDD, ano, páginas e número de exemplares.

A biblioteca do *Campus* funciona com parte do acervo vinculado ao Sistema Integrado de Bibliotecas (SIABI), sendo a pesquisa bibliográfica e de histórico do usuário realizada em terminais de consulta *in lócus* e renovações e reservas podem ser feitas *online*.

No espaço físico da nova biblioteca, há salas para estudos individuais, coletivos e acesso dos discentes à *internet* a partir de seus *notebooks*. Funciona dia e noite, inclusive aos sábados no horário diurno. Conta com um corpo técnico-administrativo específico para orientação, empréstimo, registro e controle do acervo. Os estudantes, professores e o corpo técnico e administrativo têm acesso ao acervo mediante a utilização da carteira da biblioteca. À comunidade, é permitida a consulta local.

⁹ Ver mais informações sobre ações do BALE em: www.programabale.com.br

13 POLÍTICAS DE GESTÃO, AVALIAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

13.1 Política de gestão

A Gestão Educacional compreende formulação e implementação de políticas educacionais e organização do trabalho pedagógico referentes a sistemas de ensino e unidades escolares; processos educativos escolares e não-escolares; projetos e experiências educacionais; planejamento, coordenação, execução e avaliação de programas e projetos educacionais; assistência pedagógico-didática a professores e alunos; desenvolvimento de processos de orientação educacional; produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

A Gestão democrática, princípio norteador da gestão das instituições universitárias públicas do Brasil, conforme a LDBEN, deverá contemplar conhecimentos sobre questões básicas referentes à Administração e acompanhamento pedagógico do Curso de Pedagogia da UERN/CAMEAM, incluindo os processos de pesquisa como base para a atuação; participação efetiva dos membros da comunidade escolar; processos decisórios e formas de liderança; conhecimento dos alunos, suas famílias e comunidade como referência tanto para o Planejamento Curricular quanto para a gestão deste.

13.1.1 Princípios norteadores

No tocante a gestão da universidade, hoje, esta tem sido marcada por uma série de desafios, os quais são configurados como compromissos da instituição tanto em termos educacionais como em termos sociais. O Projeto Pedagógico do Curso é o documento legal para delinear a estrutura e o funcionamento deste, e, assim, definir a sua política universitária em suas múltiplas áreas: ensino, pesquisa, extensão e gestão.

A educação superior, por todo o globo, encontra-se diante de novos conceitos, quais sejam: eficiência, governança, competitividade, produtividade; configurando um novo paradigma a ser compreendido e adaptado pela gestão universitária, principalmente por conta das pressões de agências internacionais como OCDE, Banco Mundial, FMI, os quais defendem que o conhecimento deve ser gerado para atender, em grande parte, às exigências do campo econômico. Não há de se perder de vista que os desafios do governo da universidade são inúmeros e, por vezes, até incompreendidos.

Tavares (2011) faz um levantamento de alguns desses desafios: processo decisório e forma de participação por meio de colegiados representativos dos seguimentos da universidade; autonomia universitária, como decorrência lógica dos próprios objetivos e da missão da universidade; dimensão política da universidade, com fundamentos nas próprias leis de

funcionamento e forças específicas que se mobilizam para realizar ou reagir a mudanças; performance institucional, que significa responder com agilidade às demandas efetivas da sociedade; controle institucional e social, que significa que ela deve prestar contas à sociedade e criar mecanismos para que isso se torne efetivo, por meio de seus órgãos colegiados, consultivos e deliberativos; indicadores qualitativos e quantitativos, ou seja, promover avaliação e transparência de seus dados, relatórios e realizações; financiamento, como forma de manter sua sustentabilidade; perspectiva de longo prazo, como uma forma de construir parâmetros de sustentabilidade e gestão de risco para médio e longo prazo; diferença e diversidade, pois a universidade é um *lócus* de conflito, onde a produção do saber exige o cultivo de ideias que transitem entre a dúvida e o dogma.

Outros desafios são postos por Sousa (2011), os quais devem ser enfrentados pelas universidades no contexto atual e o que o Curso de Pedagogia busca dialogar são: necessidade de sobrevivência, de novos caminhos e de crescimento; a necessidade de superar as condutas e os modelos conservadores de planejamento para acompanhar as exigências do mundo do trabalho; a necessidade de criar mecanismos eficientes nos programas institucionais; o acompanhamento da rápida evolução das políticas de governo sejam nacionais ou advindas de agências internacionais.

Ainda neste sentido, Bernheim Tünnerman e Chauí (2008) argumentam que a eficiência e a eficácia que estão sendo exigidas à universidade deverão ter em conta o propósito de mudança que refunda o objetivo educacional em que sua identidade institucional se baseia. A universidade encontra-se perante o desafio de interpretar as transformações e as demandas da sociedade contemporânea. Por isso, a universidade necessita assumir uma posição proativa em relação ao seu governo e à sua gestão, assim como à sua posição no sistema de que é parte.

A universidade tem também o desafio quantitativo de atender ao número de matrículas em constante crescimento, sem sacrificar a qualidade inerente à educação superior; o equilíbrio entre as funções básicas de ensino, pesquisa e extensão é também um desafio enfrentado pela universidade, o qual só poderá ser resolvido se todas as funções concorrerem para alcançar as metas educacionais de formar especialistas e acadêmicos profissionais com o necessário conhecimento e capacidade apropriada e, ao mesmo tempo, contribuir para o progresso, extensão e disseminação do conhecimento.

O formato da gestão universitária é desenhado nos Estatutos, a partir do que está posto na missão, nos objetivos e finalidades da instituição, devendo levar em consideração as rápidas mudanças ocorridas no campo político, social, econômico e cultural, sem perder de vistas o processo democrático como princípio fundante. A gestão socialmente responsável, segundo Carbonari (2011) diz respeito às atitudes e procedimentos de seus gestores que vão além das ações de extensão universitária, a qual envolve planejamento, acompanhamento e avaliação de

resultados no sentido de atingir metas e objetivos estabelecidos em seu Estatuto ou Plano de Desenvolvimento institucional (PDI).

13.1.2 Organização interna do Curso de Pedagogia/CAMEAM

O Curso possui a seguinte estrutura organizacional, objetivando acompanhar os princípios da gestão democrática e da autonomia universitária:

- a) Plenária Departamental: instância máxima de deliberação. Espaço de decisão e debates sobre assuntos inerente ao funcionamento, manutenção e desenvolvimento das atividades acadêmicas, administrativas e científicas do Curso;
- b) Chefia Departamental e subchefia: responsável pela coordenação dos trabalhos de natureza administrativa e pedagógica do Curso;
- c) Núcleo Docente Estruturante/NDE: conduz os trabalhos com fins a aplicabilidade do PPCP na *práxis* cotidiana do Departamento, bem como decidindo sobre casos omissos no PPCP e regimento da instituição. Também é responsável por acompanhar a atualização e alteração do PPCP.
- d) Orientação Acadêmica: coordena os processos responsáveis pela vida acadêmica do aluno no Curso;
- e) Comissão Setorial de Avaliação (COSE): acompanha o processo de avaliação do Curso, incluindo desempenho acadêmico de alunos e docentes; e
- f) Secretaria: responsável pela emissão e recepção de documentos e e-mails do Departamento; acompanhar as reuniões departamentais e construir a redação de documentos necessários a funcionalidade do Curso.

13.2 Políticas de Avaliação interna e externa

A política de avaliação institucional na UERN é tratada com seriedade, sendo integrada pelos processos de avaliação interna e externa.

No âmbito interno, a UERN conta com o Projeto da Auto Avaliação, um instrumento orientador, em que constam os nortes básicos para facilitar e favorecer as equipes e grupos responsáveis pela execução da avaliação interna no âmbito da universidade. Visa ainda assinalar a melhoria da qualidade dos serviços educativos *uernianos* que terão de ser prestados à sociedade (UERN, 2016).

A avaliação institucional interna é organizada em seu âmbito interno pela Comissões Próprias de Avaliação (CPAs), às Comissões Setoriais de Avaliação (COSES), à comunidade acadêmica da UERN e tem como objetivo geral “ [...] promover a realização autônoma do Plano de Desenvolvimento Institucional e sua missão de modo a garantir a coerência acadêmica no

ensino, na pesquisa, na extensão e na gestão e no cumprimento de sua responsabilidade social” (UERN, 2016, p.13).

As CPAs têm dentre doze atribuições, conjuntamente com a Assessoria de Avaliação Institucional, as quais destacamos:

I. Aprovar as políticas e as diretrizes de avaliação interna da instituição; II. Conduzir os processos de avaliação interna da instituição e encaminhar parecer para a tomada de decisão junto aos órgãos competentes; III. Orientar os trabalhos das Comissões Setoriais de Avaliação – COSE. (UERN, 2016, p.14).

Já as COSES possuem a seguinte atribuição:

I - Sensibilizar a comunidade acadêmica do respectivo órgão para os processos de avaliação institucional; II. Desenvolver o processo de autoavaliação no órgão, conforme o projeto de autoavaliação da Universidade e orientações da Comissão Própria de Avaliação – CPA-UERN; III. Organizar reuniões sistemáticas para desenvolver suas atividades; IV. Sistematizar e prestar informações solicitadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA/UERN; V. Ao fim de cada semestre, a COSE deverá apresentar À CPA/UERN relatório das atividades realizadas, conforme modelo procedente da 16 própria CPA/UERN. (UERN, 2016, p.15).

No âmbito da avaliação interna, etapas correlatas e articuladas entre si se desenvolvem, com a utilização de instrumentos próprios e diferenciados, sendo especificamente: 1) Implementação dos procedimentos e instrumentos de coleta de dados; 2) Elaboração de relatórios Parciais (COSE); 3) Elaboração de Relatórios Finais (CPA); 4) Divulgação dos Resultados; 5) (Re) Integração com as Políticas Institucionais; 6) Integração com a Avaliação Externa. (UERN, 2016).

Dos resultados advindos do sistema de avaliação interna apresentado, depreende-se que a rota reflexiva será o eixo principal para que a instituição perceba seus pontos fortes e frágeis, na intenção de redimensionar objetivos, metas, métodos, processos, em direção ao planejamento de itinerários futuros.

Quanto a avaliação externa: “[...] insere-se como parte de uma política do Estado responsável pela avaliação do ensino público superior no Estado do Rio Grande do Norte, que formula e/ou executa o processo de avaliação externa e regulatória” (UERN, 2016, p.5), em outras palavras, é acompanhada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE) e à comunidade civil de modo geral. (UERN, 2016). É sistematizada pelo Conselho Estadual de Educação, que após receber a documentação pertinente ao transcurso avaliativo, designa a visita dos avaliadores à instituição (especialistas de áreas ou cursos ou de gestão); Elabora um relatório de apreciativo/avaliação e, por fim, emite um parecer. (UERN, 2016).

13.3 Políticas de pesquisa e extensão

As políticas de pesquisa e extensão do Departamento de Educação/CAMEAM/UERN são desenvolvidas a partir do *tripé ensino-pesquisa-extensão*, em razão da compreensão da indissociabilidade entre as três dimensões, princípio, inclusive posto no artigo 207 da Constituição Federal (1988): "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão." (BRASIL, 1988).

A pesquisa está direcionada à formação pesquisadora (docentes/ discentes), sendo desenvolvida de forma interdisciplinar no corpo dos componentes curriculares como um todo, através do estímulo à construção de artigos, resenhas, participação em eventos acadêmicos, dentre outros; e especialmente na produção do trabalho de conclusão de curso (TCC), Monografia.

Quanto às políticas de extensão, o Departamento de Educação vem se redimensionando no que tange às concepções e práticas da extensão universitária, no sentido de buscar atender, não só as demandas do entorno social, mas a sua necessária articulação com as necessidades formativas do profissional da educação.

Para isso, as atividades extensionistas tendem a possuir caráter permanente e continuado, a exemplo da criação do Núcleo de Práticas Extensionistas em Educação em Direitos Humanos (NUEDH), cujo objetivo é desenvolver pesquisa, ensino e extensão no âmbito da educação em direitos humanos, articulados e indissociados, fugindo do caráter residual e pontual que, tradicionalmente, tem configurado as atividades extensionistas de cunho assistencialistas.

As atividades de extensão que vêm se realizando no Departamento têm priorizado ações e estratégias junto aos profissionais da educação básica, no que diz respeito à formação e práticas pedagógicas.

As políticas de pesquisa e extensão também se materializam através de três grupos cadastrados no Diretório 5.0 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): o Núcleo de Estudos em Educação (NEEd), o Grupo de Estudos e Pesquisas em Planejamento do Processo Ensino-Aprendizagem (GEPPE) e o Grupo de Formação, Memória e Políticas Educacionais (FORMEPE), que apresentamos a seguir, com o registro de seus respectivos históricos de produção nas dimensões supracitadas.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO (NEEd)

O NEEd foi criado em 2000, com o propósito de dinamizar as possibilidades de estar em sintonia com o processo de edificação e consolidação da UERN, articulando o tripé: ensino, pesquisa e extensão.

Tendo sido cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil – CNPq (versão 4.0), na Plataforma Lattes, este Núcleo teve o seu primeiro relatório (certidão de nascimento) gerado pelo sistema em 22/05/2000, contando, na época, com a participação de dez professores e um digitador, congregando todos os docentes vinculados ao DE na época, em duas linhas de pesquisa: Estado e Políticas Públicas em Educação; e Formação do Educador e Alternativas Pedagógicas. Assim, desde a sua criação procurou agrupar professores e alunos que trabalhavam, de forma isolada, temáticas referentes ao cotidiano da educação, à formação do educador e sua relação com a sociedade.

Buscando consolidar a pesquisa, o debate teórico e a produção científica, o NEEd vem se organizando e sistematizando suas ações, através da produção científica estadual, nacional e internacional, adequando a diversidade de objetos de estudos dos professores e alunos do Curso de Pedagogia/CAMEAM às suas linhas de pesquisa que abrangem diversas áreas do conhecimento, tais como seguem:

a) *Linha Cultura, Sociedade e Políticas Educacionais*: Reflexão em torno das propostas educacionais das organizações governamentais ou não governamentais, a partir dos enfoques históricos, sociológicos, psicológicos, políticos e filosóficos, abrangendo: a) discussão do processo de elaboração, implementação, execução e avaliação de políticas públicas; b) a relação entre sociedade, trabalho e educação; c) estudos sobre concepções educativas e sua relação com o pensamento social, psicológico, filosófico e político; d) estudos sobre memória, formação e práticas educativas; e) as relações entre educação, sexualidade e relações de gênero; f) estudos sobre a educação do campo e educação em direitos humanos.

b) *Práticas Pedagógicas e Formação do Educador* – Objetiva desencadear estudos e reflexões acerca da prática pedagógica, no âmbito da formação do (a) educador (a), da educação básica. Nessa perspectiva, busca investigar o currículo, os saberes escolares, a função do planejamento e da avaliação pedagógica, os conteúdos das diversas áreas de ensino e seus respectivos processos de seleção e abordagem teórico-metodológica, enquanto elementos mediadores do ensino-aprendizagem.

No momento atual, o NEEd conta com trinta e seis (36) membros distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 18 – Membros do NEEd

Linha de	Quantidade total	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
----------	------------------	------------	------------	------------	------------

pesquisa	de docentes/ pesquisadores	total de técnicos	total de discentes	total de egressos	total de colaboradores
Cultura, Sociedade e Políticas Educativas	6	1	7	3	0
Práticas Pedagógicas e Formação do Educador	7	1	9	5	0

Fonte: Diretório dos Grupos de pesquisa¹⁰

Do ato da criação do grupo, quando este possuía apenas duas pesquisas institucionalizadas¹¹, ao momento atual, o NEEd tem procurado desenvolver políticas de pesquisa e de extensão. Entre os anos de 2004 e 2009 foram apresentados 07 projetos de pesquisa pelo grupo e 03 projetos de extensão. Além disso, 07 dissertações e 01 tese foram concluídas¹². E estavam em andamento 02 projetos de pesquisa, 02 projetos de extensão, 01 projeto de dissertação e 06 projetos de tese¹³. É importante destacar, que o Grupo desenvolveu ao longo desses anos ações inovadoras e buscou inserir os alunos em suas atividades de pesquisa e extensão, a exemplo da pesquisa *Educação do Campo: Fatores de exclusão de Escolaridade no Alto-Oeste Potiguar* (2004-2007) contou com a participação de 12 discentes, sendo 02 bolsistas de Iniciação Científica Júnior/Ensino Médio (período de dezembro/2005 a dezembro/2006) e uma bolsista PIBIC/CNPq (2005/2006), 01 discente da Especialização em Educação, e esteve articulada com a oferta da primeira proposta de Atividade Curricular em Comunidade (ACC) do CAMEAM: *Educação do Campo e os Desafios das Classes Multisseriadas*, realizada no semestre 2005.2. Essa ACC possibilitou uma articulação direta entre as ações de ensino, pesquisa e extensão, e também uma maior relação com outros cursos do CAMEAM, especialmente Enfermagem e Geografia, com o envolvimento de docentes e discentes.

Entre os anos de 2014 a 2018, o número de pesquisas coordenadas por pesquisadores do NEEd aumentou exponencialmente, como podemos observar no quadro a seguir:

QUADRO 19 – Pesquisas coordenadas pelo NEEd

¹⁰ Consultar <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/home>

¹¹ “A criança e o adolescente no município de Pau dos Ferros: um diagnóstico dessa realidade”, realizada no período de 1997 a 2001; “A repetência na Escola Estadual 4 de Setembro: Uma ação conjunta entre unidade escolar e universidade”, realizada no período de 2000 a 2002”.

¹² Com a criação do GEEPE, em 2005, dois projetos de pesquisa “O Planejamento de Ensino nas Escolas Públicas do Ensino Fundamental (1º e 2º Ciclos): dos fundamentos teóricos dos planos à pedagogia que subjaz as práticas pedagógicas dos professores” e “Ler para e com jovens e adultos: uma proposta de formação do leitor”, uma dissertação e uma tese foram concluídos nesse grupo. Por isso não temos como aferir a participação dos discentes nessas pesquisas.

¹³ Dados do texto: “Relação ensino, pesquisa e extensão no NEEd: participação discente e formação acadêmica” (ANDRADE, E; NASCIMENTO, D; SILVA, B; RÊGO, M. S. 2011/PIBIC).

Pesquisa	Status e Período de execução	Coordenação	Alunos envolvidos	Financiador(es)
Reconhecimento, prolongamento dos estudos e trajetórias de sucesso escolar: por uma humanização da ciência e desconstrução da invisibilidade social dos sujeitos	Em andamento 2018 - Atual	Simone Cabral Marinho dos Santos	Mestrado: 13 Doutorado: 1	-
Caminhos para a geografia escolar: a aprendizagem de conceitos no contexto do semiárido	Em andamento: 2018 - Atual	Cicero Nilton Moreira da Silva	Graduação: 1 Mestrado: 3	Caminhos para a geografia escolar: a aprendizagem de conceitos no contexto do semiárido
Índice de desenvolvimento da educação básica e sucesso escolar no município de Pau dos Ferros/RN	Em andamento 2018 - Atual	Ciclene Alves da Silva	Graduação: 1 .	-
Índice de desenvolvimento da educação básica e sucesso escolar: o que as pesquisas apontam?	Concluída: 2017 - 2018	Ciclene Alves da Silva	Graduação: 1	-
Avaliação externa da educação em revistas científicas: articulações teóricas e tendências	Concluída: 2017 - 2018	Allan Solano Souza	Graduação: 1.	-
Gestão da Educação e avaliação externa: o que a Secretaria Municipal de Educação de Pau dos Ferros tem feito com os resultados do IDEB?	Concluída: 2017 - 2018	Allan Solano Souza	-	-
Protagonismo estudantil em feiras de Ciências na escola <i>Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)</i>	Concluída: 2016 - 2017	Simone Cabral Marinho dos Santos	Graduação: 1	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.
Feiras de ciências e educação científica: mecanismos de visibilidade no âmbito da popularização da ciência	Concluída: 2013 - 2017	Simone Cabral Marinho dos Santos	Graduação: 2; Mestrado: 2	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

Fonte: Plataforma Lattes - Curriculum (2019).

Foi expressiva também a expansão das ações extensionistas coordenadas por docentes pesquisadores do NEEd, conforme descrição abaixo:

QUADRO 20 – Ações extensionistas do NEEd

Extensão	Status e Período de execução	Coordenação	Alunos envolvidos	Financiador(es)
----------	------------------------------	-------------	-------------------	-----------------

VIII Feira de Ciências do Oeste Potiguar	Em andamento: 2018 - Atual	Simone Cabral Marinho dos Santos	Mestrado: 7	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro e bolsa
Mobilização: por uma escola pública de qualidade no município de Pau dos Ferros/RN - 3ª Fase	Em andamento: 2018 - Atual	Ciclene Alves da Silva	Graduação: 6	-
Formação Inicial e Formação Continuada em Educação Física Escolar Básica: Proposta de Elaboração de um Referencial Teórico Metodológico em Educação Física	Em andamento: 2018 - Atual	Maria Ione da Silva	Graduação: 8 Mestrado: 2	-
VII Feira De Ciências do Oeste Potiguar	Concluída: 2017 - 2018	Simone Cabral Marinho dos Santos	Mestrado 4 Doutorado: 1	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro e bolsa
Mobilização: por uma escola pública de qualidade no município de Pau dos Ferros/RN - 2ª Fase	Concluída: 2017 - 2018	Ciclene Alves da Silva	Graduação: 6	-
Sistemas Municipais de Avaliação: uma revisão bibliográfica (1990-2016)	Concluída: 2017 - 2018	Antonia Bruna da Silva	Graduação: 2	-
Ginástica, cidadania e formação de professores de educação física (2ª edição)	Em andamento: 2017 - Atual	Leonardo Rocha da Gama	Graduação: 18	-
VI Feira de Ciências do Oeste Potiguar	Concluída: 2016 - 2017	Simone Cabral Marinho dos Santos	Graduação: 1	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro e bolsa
V Feira de Ciências do Oeste Potiguar	Concluída: 2015 - 2016	Simone Cabral Marinho dos Santos	Mestrado: 2	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro e bolsa
IV Feira de Ciências do Oeste Potiguar	Concluída: 2014 - 2015	Simone Cabral Marinho dos Santos	Mestrado: 2 .	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro e bolsa
III Feira de Ciências do Oeste Potiguar	Concluída: 2013 - 2014	Simone Cabral Marinho dos Santos	Graduação: 1	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Auxílio financeiro e bolsa
Programa Juventude	Concluída:	Simone Cabral	Graduação:	Programa de Apoio á

em Foco	2013 - 2016	Marinho dos Santos	10	Extensão Universitária MEC/SESu - Auxílio financeiro
---------	-------------	--------------------	----	---

Fonte: Plataforma Lattes - Curriculum (2019).

O grupo vem se consolidando através da produção dos (as) docentes, técnico e discentes, a partir da publicação de seus estudos em periódicos, livros e anais de eventos, enquanto locus formador na região do semiárido potiguar e de seu entorno. As principais repercussões se referem às contribuições advindas das pesquisas que tem ampliado o diálogo entre os sujeitos de pesquisa e a Universidade, através do assessoramento pedagógico, do desenvolvimento de projetos de extensão e da prática de pesquisa. Desde 2013, o Grupo encontra-se consolidado na UERN/PROPEG, mantendo uma estreita relação com os Programas de Mestrados Acadêmicos em Ensino (PPGE) e Planejamento e Dinâmicas Territoriais (PLANDITES).

Os professores/pesquisadores do NEEd têm contribuído significativamente para o desenvolvimento da pesquisa científica no âmbito da UERN e na formação de recursos humanos na região do alto-oeste potiguar. De 2014 aos dias atuais temos o seguinte quadro de orientações: a) *Doutorado* - 1 orientação em andamento; b) *Mestrado* - 21 orientações concluídas e 21 em andamento; c) *Iniciação Científica* - 30 orientações de concluídas e 4 em andamento. Além de um número expressivo de orientações de monografias e TCCs na graduação e nos cursos de pós-graduação lato sensu.

Com o status de grupo de pesquisa consolidado, o NEEd realizou nos dias 09 e 10 de dezembro de 2015 o *I Ciclo de Debates do NEEd: teses e dissertações*, no CAMEAM/UERN, com o tema "Cultura, política e práticas pedagógicas". Essa foi uma edição comemorativa dos 15 anos de existência do Grupo. A segunda edição do *Ciclo de Estudos e Debates do NEEd: "Diálogos com a produção acadêmica"* foi realizada nos dias 04 e 05 de maio de 2017 com o tema *Diversidade, ensino e políticas públicas* com o mesmo objetivo que foi criado esse evento, qual seja, apresentar e debater com a comunidade acadêmica e geral teses e dissertações de membros pesquisadores do NEEd, como forma de divulgar o conhecimento produzido no mestrado e no doutorado.

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM PLANEJAMENTO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM (GEPPE)

O GEPPE objetiva investigar aspectos da atividade de planejamento pedagógico nas diferentes áreas do saber, visando, com isso, a compreender os processos do ensinar e do aprender. O conhecimento produzido no Grupo contempla a relação Ensino, Pesquisa e

Extensão, cujas repercussões das atividades investigativas desenvolvidas pelos pesquisadores do GEPPE apontam para resultados promissores ao ensino. No que concerne ao Ensino, o desdobramento dessas atividades ocorre, efetivamente, junto ao Curso de Pedagogia, nas disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências e Artes, nas quais se empreende o esforço de torná-las investigativas, concretizada via produção de artigos dos alunos e apresentação destes em eventos, bem como no incentivo à Iniciação Científica.

O GEPPE é composto em 2018 por vinte e sete membros, sendo doze pesquisadores, quatorze estudantes e um técnico. Dos pesquisadores temos seis doutores engajados em programas de Pós-Graduação, três cursando doutorado e três mestres.

No âmbito da Pesquisa, o GEPPE é um grupo consolidado¹⁴ que tem se destacado em função do envolvimento dos seus membros na participação e promoção de eventos, tais como: a I Jornada de Estudos e Pesquisas em Planejamento do Ensino (JEPEPE), realizada pelo Grupo em 2007; em 2008 organizou o I Fórum Internacional de Pedagogia (I FIPEP), cujas edições foram ocorrendo no Brasil e no mundo, de modo que em 2018 foi realizada a 10ª edição do Fórum, em Pau dos Ferros/RN. Em 2009 foi realizado I Simpósio Nacional Texto e Ensino (ISINATE), vinculado ao Mestrado em Letras/PPGL; em 2010, promoveu junto ao Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino de Texto (GPET) o VII Colóquio de Professores de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e de Literatura (CMELP), em 2010, com o apoio da CAPES, seguido do I Curso de desenvolvimento profissional em pedagogia hospitalar. Em 2015 o GEPPE realizou o I Seminário Temático e Estudos Orientados em Linguagem, Formação do Leitor e TICs (II SELF), com novas edições ocorridas em 2016, 2017 e 2018 a segunda, terceira e quarta edição. Em 2015, o grupo promoveu I Seminário Internacional de Tecnologias e Ensino (I SEMITE) e em 2018 a sua segunda edição. Em parceria com o Curso PARFOR/PEDAGOGIA, o GEPPE promoveu em 2014 o I Seminário de Divulgação Científica (I SEMAP), no PARFOR/Pedagogia e em 2015 o II SEMAP, em 2016 a terceira edição, 2017 e a quarta edição do evento em 2018. A V Semana de Estudos Teorias e Práticas (V SETEPE) é um evento realizado pelo Departamento em parceria com os grupos de pesquisa e tem ocorrido sistematicamente de 2011 a 2018.

O GEPPE tem sido referência, também, na Extensão, através do Projeto BALE - BIBLIOTECA AMBULANTE E LITERATURA NAS ESCOLAS (FAPERN, MinC, Programa BNB de Cultura, 2007, 2008, 2010), reconhecido nacionalmente através do Troféu Viva Leitura e, ainda, como Ponto de Leitura - Edição Machado de Assis (MinC). O Grupo conta, ainda, com o Projeto Coral A vida em Canto, financiado pelo BNB/BNDES (2007 e 2009) o que vem comprovar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, elementos fundamentais que alimentam a reflexão crítica, estudos e pesquisas em desenvolvimento. O projeto Pedagogia Hospitalar:

¹⁴

Ver em <http://www.uern.br/gruposdepesquisa.asp>

profissionalização do pedagogo em espaço não escolar, iniciou suas atividades no ano de 2011 e tem como objetivo proporcionar ao pedagogo uma formação ampla e articulada, fortalecendo os saberes necessários à prática pedagógica hospitalar através de reflexões teórico-práticas.

No GEPPE há três linhas de pesquisa, a saber:

(i) *Linha “Linguagem e formação do leitor”*, na qual se objetiva empreender “Empreender estudos sobre as concepções de leitura e de linguagem e do processo de formação do leitor, a mediação pedagógica no ensino-aprendizagem da leitura e na formação do leitor, investigando o processo de ensino-aprendizagem das crianças (Pedagogia) e da Educação de Jovens e Adultos (Andragogia)”(CNPq, 2012). Nesta linha foram concluídas vários projetos de pesquisa, com destaque para uma dezena deles mencionados a seguir: (i) “Ler para e com jovens e adultos: uma proposta de formação do leitor - PIBIC/UERN”; (ii) “O ensino de leitura na Educação de Jovens e Adultos: uma contribuição teórico-metodológica em favor da formação dos leitores - PIBIC/UERN”; (iii) “Formação de educadores mediadores de leitura na Educação Jovens e Adultos das escolas municipais de Pau dos Ferros/RN” - PIBIC/UERN; (iv) “Memórias de leitura de pós-graduandos: textos e contextos na formação de leitores – PIBIC-CNPq”; (v) “Textos e contextos na formação de leitores: um estudo das condições de produção da leitura em diferentes grupos sociais” financiada pela FAPERN; (vi) “Como (não) me constituí leitor(a): análise de eventos/práticas de leitura e das condições de sua produção - PIBIC-CNPq”; (vii) “A dimensão formativa do professor-leitor em cursos de licenciaturas - I Fase – PIBIC-CNPq”; (viii) “A dimensão formativa do professor-leitor em cursos de licenciatura - II fase – PIBIC-CNPq; (ix) “Disciplinas da Licenciatura voltadas para o ensino de Língua Portuguesa - PROJETO PROCAD/CAPE: uma parceria entre a UFMA, USP e UERN”; (x) “Programa Biblioteca Ambulante Literatura nas Escolas - Bale – 1ª a 12ª Edição (programa de extensão).

Outros projetos continuam em andamento a partir de 2018 nessa linha, destacando-se: (i) “Criatividade e subjetividade na contação de histórias no Programa Biblioteca Ambulante e Literatura nas Escolas” - BALE (Projeto de tese); (ii) “Memória, autoformação do leitor e tecnologias: estudos dos processos mediação do texto literário e suas implicações para o ensino”; (iii) “Biblioteca escolar: o acesso ao livro e construção social identitária do bibliotecário e de leitores em formação no alto oeste potiguar” (Projeto de tese); (iv) “O contar e encantar na mediação da leitura: análises das estratégias de formação e autoformação de leitores” (PIBIC CNPq – EM); (v) “Programa Biblioteca Ambulante Literatura nas Escolas - BALE – 13ª Edição (programa de extensão); (v) A formação do leitor literário via programas oficiais de Portugal e do Brasil.

b) *Linha “Didática, teorias e práticas do ensino e aprendizagem”* que possui o objetivo de desenvolver estudos acerca dos processos de ensinar/aprender nas diversas áreas do

ensino(Linguagens, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Artes e Educação pelo Movimento) e do conhecimento (Avaliação, Alfabetização e Letramento, Currículo, Gestão do Ensino, Metodologias, Saberes Docentes) Investiga o planejamento escolar (Projetos Pedagógicos, Planos de Ensino, etc.), assim como os contratos didáticos (relações humanas) nas diversas modalidades de ensino e situações de aprendizagem.

Dessa linha, ilustramos com uma dezena de pesquisas concluídas: (i) “o planejamento de ensino nas escolas públicas do Ensino Fundamental (1º e 2º Ciclos): dos fundamentos teóricos dos planos à pedagogia que subjaz as práticas pedagógicas dos professores”; (ii) “O processo de apropriação da história escolar pelo aluno: contribuições da Teoria da Atividade”; (iii) “Práticas docentes: uma proposta de colaboração nos anos iniciais do Ensino Fundamental; (iv) “Planejamento de Ensino e Canto Popular: possibilidades didático-pedagógicas em sala de aula”; (v) “Planejamento e metodologias de ensino: análise do uso de recursos didáticos em escolas da região do Alto Oeste Potiguar”; (vi) “A vida em verso e prosa”; (vii) “Os registros da aprendizagem como norteadores da prática pedagógica: da fundamentação teórica à elaboração de propostas”; (viii) “ Memórias de professoras alfabetizadoras leigas da cidade de Pau dos Ferros/RN: saberes, práticas e identidade” (Projeto de tese); (ix) “Ensino de história como espaço de aprendizagem da interpretação de textos e desenvolvimento da consciência histórica crítica dos educa”. (x) Da educação infantil ao ensino fundamental: análise do acompanhamento da aprendizagem discente com foco na avaliação diagnóstica.

Dos atuais projetos em andamento, destacamos: (i) “Formação e prática pedagógica: construção de conceitos e saberes sobre o ensinar e o aprender”; (ii) Ciências para todos no semiárido potiguar; (iii) Os registros da aprendizagem como norteadores da prática pedagógica: da fundamentação teórica à elaboração de propostas; (iv) Memórias de professoras alfabetizadoras leigas da cidade de Pau dos Ferros/RN: saberes, práticas e identidade (projeto de tese).

c) *Linha “Educação, ética e formação em espaços escolares e não escolares”* e possui como objetivo investigar as articulações entre educação, ética, formação do educador (Identidade, Saberes Docentes, Práticas Pedagógicas, Formação Emocional do Educador, Relações Humanas etc) nos processos educativos que interpenetram o processo ensino-aprendizagem no âmbito dos espaços escolares e não escolares e com as seguintes pesquisas concluídas: (i) “O acontecer da ética nos cursos de Pedagogia: tessituras e possibilidades de novos arranjos entre o ensinar e o aprender”; (ii) “A formação ética profissional do pedagogo na realidade brasileira. um estudo de caso” (tese de doutorado); (ii) “Protagonismo estudantil em feiras de ciências na escola”; “Reconhecimento social e sucesso escolar de alunos de origem popular: por uma sociologia do improvável”; (iii) “Feiras de ciências e educação científica: mecanismos de

visibilidade no âmbito da popularização da ciência”; (iv) “A sociologia a filosofia nos diferentes modelos de escola e de currículo no ensino médio”; (v) Café filosófico: filosofia, educação e seu atual contexto na história do pensamento pedagógico no ocidente. Dilemas em torno do Humano e do Devir? (projeto de extensão).

A partir de 2018, a linha desenvolve vários projetos, com destaque para os seguintes projetos de pesquisa: (i) “No tear do tempo, tecer memórias, (re) contar histórias da formação profissional docente” (Projeto de tese); (ii) “Reconhecimento, prolongamento dos estudos e trajetórias de sucesso escolar: por uma humanização da ciência e desconstrução da invisibilidade social dos sujeitos”; (iii) “Forma – Ação: A ética humanista do educador: práticas pedagógicas éticas, solidárias, da cultura de paz e do respeito à diversidade” (projeto de extensão).

FORMAÇÃO, MEMÓRIA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS (FORMEPE)¹⁵

O grupo de pesquisa FORMAÇÃO, MEMÓRIA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS (FORMEPE) foi criado em outubro de 2013 e com o propósito de articular estudos e pesquisas com foco na formação humana e profissional, currículo, memória, saberes, políticas educacionais e gestão dos processos educativos. A criação deste grupo foi motivada, pela existência no Departamento de Educação de docentes pesquisadores que já desenvolviam ao longo de suas trajetórias formativas e profissionais investigações e ações de extensão em torno dos referidos temas. O FORMEPE está organizado em duas linhas de pesquisa, e conta com a participação de docentes e discentes do CAMEAM e do *Campus Central-UERN*, a saber:

a) Linha: Saberes, memória e formação, tem por objetivo realizar estudos e pesquisas na área dos saberes, memória e formação dos sujeitos educativos, por meio de análises da prática pedagógica e do currículo no âmbito dos diferentes níveis de ensino (educação básica, educação superior). Busca refletir sobre o currículo, ensino-aprendizagem, história e memória da educação e da profissão docente na relação com a prática pedagógica.

b) Linha: Políticas educacionais e gestão da educação **visa** realizar estudos e pesquisas sobre as ações do Estado (em sentido ampliado: sociedade política + sociedade civil) voltadas para a educação na dimensão das políticas públicas de educação nos diferentes níveis e modalidades (educação básica, educação superior). Analisar a gestão da educação e das unidades de ensino nos processos de definição, implementação e avaliação das políticas educacionais.

O FORMEPE tem se destacado nos seguintes projetos de Pesquisa:

¹⁵

O texto e as informações sobre o grupo FORMEPE foi extraído do site <http://formepe.blogspot.com/>.

1. Oportunidades e condições de acesso no ensino superior: um estudo do perfil dos estudantes de Pedagogia - Pesquisa em andamento. Coordenação: Profa. Dra. Maria Edgleuma de Andrade.
2. Políticas de democratização da educação pública no RN: avaliando a contribuição do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo) - Pesquisa em andamento. Coordenação: Profa. Dra. Maria Edgleuma de Andrade.
3. Democratização da gestão da escola na produção científica: um estudo do periódico Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (Pesquisa concluída). Coordenação: Profa. Dra. Maria Edgleuma de Andrade.
4. Contribuições do Pibic-EM Para O Fortalecimento da Iniciação Científica no Ensino Médio (Pesquisa concluída). Coordenação: Profa. Dra. Maria Edgleuma de Andrade.
5. A Presença Negra no Magistério: Formação, Memória e Saberes de Professoras Negras Coordenação: Profa. Dra. Débora Maria do Nascimento.
6. O Mais Educação e As Políticas de Educação Integral: Diálogos Com Os Textos Políticos Coordenação: Profa. Dra. Débora Maria do Nascimento.
7. Sexualidade e relações de gênero nas práticas pedagógicas serranas – fase II Coordenação: Profa. Ma. Maria Euzimar Berenice Rego Silva.

Quanto à extensão, registram-se os seguintes programas e projetos:

1. Programa de Extensão: Formação, Memória e Saberes de Educadores/as: Ações para uma educação articulada às relações de gênero, sexualidade e étnico-raciais (Edital PROEXT/MEC 2016). Coordenação: Profa. Dra. Débora Maria do Nascimento.

Este Programa tem como objetivo realizar ações formativas para educadores/as e discentes de contextos escolares e não escolares, especialmente da Educação Básica, das licenciaturas e da pós-graduação de municípios do Alto-Oeste Potiguar, estendendo a participação para representantes de movimentos sociais, grupos comunitários, organizações não governamentais e sindicais, de forma a contribuir com o aprofundamento teórico e prático em torno das temáticas: formação, pesquisa, memória/autobiografia, campo/rural, literatura, sexualidade, relações étnico-raciais e de gênero, afetividade e violência no contexto educacional. Baseando-se em uma metodologia que engloba: pesquisa-formação; seminários temáticos; oficinas; amostras culturais, as ações deste Programa estão sistematizadas em cinco projetos: a) "Imagem, sexualidade, gênero e mediação pedagógica"; b) "Diálogos entre emoções, afetos, sexualidade e relações de gênero na educação"; c) "Percepções e práticas educativas sobre sexualidade e gênero"; d) "Formação, memória e saberes de professoras negras"; e) "Ensino de História, relações étnico-raciais no currículo. Tais projetos envolverão a realização das seguintes

ações: pesquisa-formação; atividades de campo para capacitação dos membros; cursos de capacitação e qualificação, tanto na modalidade semipresencial como na modalidade à distância. Essas ações fomentarão o desenvolvimento de produções coletivas, seja pelos/as inscritos/as ou pela equipe envolvida na execução dessa ação extensionista, para a publicação em revistas, anais de eventos e livro, assim como a elaboração de um documentário e materiais didáticos para lidar com as temáticas foco do Programa.

2. Programa de Extensão: Diálogos Autobiográficos: trilhas da formação dos/as educadores/as serranos/as (Edital PROEXT/MEC 2012). Coordenação: Profa. Ma.Maria Euzimar Berenice Rego Silva.

Estudos sobre a situação da educação nas comunidades rurais brasileiras diagnosticam diversas lacunas na formação de seus/suas educadores/as, dentre elas se destaca a dificuldade encontrada por educadores/as e escolas para tratar de temáticas relacionadas à sexualidade e as relações de gênero. Desde 2009, desenvolvemos projetos (extensão e pesquisa) buscando contribuir para o aprofundamento teórico e prático em torno dessas temáticas, a partir da realização de atividades de formação para educadores/as e discentes (licenciaturas e pós-graduação) dos municípios serranos do Alto-Oeste Potiguar. Em um primeiro momento incluímos os municípios de Doutor Severiano e Portalegre. Em 2012 priorizamos Luís Gomes e São Miguel. E para 2013 foram ampliadas nossas ações para Coronel João Pessoa e Encanto. Centramos nossa reflexão nas percepções e práticas desenvolvidas nos contextos escolares sobre relações de gênero e sexualidade, tomando como elemento central a construção de narrativas de experiências formadoras, articuladas à leitura de obras literárias e de aprofundamento teórico sobre formação de educadores/as, memória e narrativas de vida, concepções de gênero e práticas de educação sexual, que fomentarão o desenvolvimento de produções coletivas, seja pelos/as inscritos/as ou pela equipe envolvida na execução dessa ação extensionista, para a publicação em revistas, anais de eventos, livro e/ou documentário (DVD). Visando socializar essas produções e ampliar nossas ações, realizaremos eventos acadêmico-científicos, tais como: Seminários; Oficinas; Colóquio.

3. Programa de Extensão: Saberes em Movimento: diálogos entre universidade, escola e comunidade (Edital PROEXT/MEC 2014). Coordenação: Profa. Dra. Maria Edgleuma de Andrade.

O Programa "Saberes em Movimento..." se caracteriza por um conjunto de ações de caráter teórico-prático que visam aproximar universidade, instituições de ensino/escola e comunidade para estabelecer com esses atores um diálogo, troca de saberes e a construção de práticas educativas emancipatórias. Nossa proposta articula dois projetos que tem em comum a prática colaborativa entre profissionais da pedagogia, enfermagem, geografia, educação física, e atores das instituições participantes. Um dos projetos tem como foco ações de caráter político,

pedagógico e cultural fortalecendo os espaços formativos da educação básica; o outro articula essas questões, tendo como eixo ações intersetoriais entre saúde e educação. Partimos de perspectivas teóricas que compreende o currículo, a formação, a gestão escolar e os espaços educativos, como espaços complexos que são tecidos juntos e como um campo de lutas e conflitos (MORRIN; SACRISTÁN, 2000; ALARCÃO, 1998; TARDIF, 2002; MOREIRA, 2003; NÓVOA, 1992); fortalecidos na ideia de uma Educação Interprofissional (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2010), enquanto lógica capaz de provocar mudanças na formação e nas práticas em educação e saúde. Nossa motivação provém de debates e reflexões sobre o currículo e formação do Curso de Pedagogia e demais licenciaturas do CAMEAM/UERN; na participação no Programa de Iniciação a Docência (PIBID); nas demandas formativas e fortalecimento de ações intersetoriais. Buscaremos o comprometimento das instituições com as atividades propostas no contexto social de trabalho pedagógico, bem como nas atividades que surgirão das necessidades expressas pelo diálogo mantido ao longo do trabalho. Desenvolveremos estudos, seminários, laboratórios e oficinas pedagógicas que visem à (re) construção das práticas formativas. Escolas participantes:

Escola Estadual Patronato Alfredo Fernandes - EEPAF

Escola Estadual Profa. Edilma de Freitas - EEPEF

Escola Estadual Dr. José Fernandes de Melo – EEJFM

14 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

A política de acompanhamento de egressos exerce grande importância no contexto das IES por favorecer a comunicação entre a instituição e o egresso, possibilitando acompanhar a situação deste no que se refere a atuação profissional, a formação continuada e como o egresso avalia o curso.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN, em atendimento a legislação educacional referente ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituiu a política de acompanhamento institucional do egresso buscando informações com o objetivo de “[...] estabelecer a interação entre a UERN e os profissionais por ela formados [...]”¹⁶. Para isso, criou um canal de comunicação entre a instituição e os egressos, o portal do egresso (UERN, 2019a). O portal contém as seguintes entradas:

- *Home* (apresenta o que é, e qual o objetivo do portal);

¹⁶ Portal do Egresso da UERN: Apresentação. Disponível em: <http://portal.uern.br/egressos/>. Acesso em: 23 mar. 2019.

- *Acompanhamento de egressos* contém o questionário com perguntas sobre a atuação profissional e a formação continuada do egresso, bem como questões em que o egresso tem a oportunidade de avaliar o curso;
- *Depoimentos*, discente egresso/a tem a oportunidade de postar depoimentos sobre seu processo de formação, sua relação com o curso e a universidade, bem como a sua atuação profissional;
- *Oportunidades*, o egresso pode obter informações sobre eventos, estágios e a possibilidade de retorno à Instituição por meio de concursos, ingresso em novo curso e em Programas de pós-graduação, aperfeiçoamento, especialização.
- *Serviços*, estão disponíveis formulários *online* para a [solicitação de emissão de documentos acadêmicos tanto para alunos como para ex-alunos da UERN](#);
- *Fale conosco*, tem o espaço para que o egresso envie sua mensagem e disponibilize seu e-mail para caso haja necessidade de resposta.

A metodologia para análise dos dados obtidos a partir das respostas dos egressos se dá da seguinte forma: Todos os egressos da UERN respondem o mesmo questionário e as respostas desses são disponibilizadas pela Comissão Permanente de Avaliação/CPA para os cursos analisarem os dados dos seus respectivos egressos. Nesse sentido, o Curso de Pedagogia, adéqua-se a política de acompanhamento dos seus egressos, adotada pela instituição.

Assim, o Departamento de Educação demonstra o interesse de que levantar dados sobre os egressos é de grande importância e extrema necessidade, porém, ainda se encontra em estágio inicial de organização das informações para a consolidação de um acompanhamento mais sistemático.

Até o momento, os dados sistematizados que o curso dispõe¹⁷, revelam que a grande maioria dos egressos atua na área de formação ou área de formação ou em área correlata (86%). Outro dado que merece destaque é com relação ao nível de preparação dos egressos, pois 96% consideram-se muito preparados ou razoavelmente preparados e 97% dizem que recomendariam o curso. Com relação a pós-graduação, 78,9% dos egressos que participaram da pesquisa pelo portal do egresso já concluíram ou estão cursando pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, seja na própria instituição ou em outras instituições.

Para atender a demanda do egresso no que diz respeito a pós-graduação, o Departamento de Educação da UERN, *Campus* de Pau dos Ferros, tem uma preocupação com a formação continuada, e tem ofertado com frequência a pós-graduação *lato-sensu*, como no caso do curso de Especialização em *Políticas e Práticas da Educação Escolar*, iniciado em

¹⁷ Até o momento, o curso analisou as respostas de 138 egressos, e continua buscando a comunicação como egressos para responder ao questionário online.

fevereiro de 2019. E conforme o já informado, no ano de 2013, o Mestrado Acadêmico em Ensino do PPGE.

Como forma de estreitar os laços entre o egresso e a instituição, o Departamento de Educação vem desenvolvendo as seguintes estratégias:

- Participação do egresso nas bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso/TCC (Monografia);
- Realização de eventos locais oriundos das discussões referentes as atividades de ensino, pesquisa e extensão e a realização de um evento nacional com periodicidade bienal, a Semana de Estudos, Teorias e Práticas Educativas/SETEPE que já está em sua VI edição;
- Comunicação direta através do contato em redes sociais, mantendo grupos nas redes de *WhatsApp* e *Facebook*, afim de acompanhar a vida profissional e acadêmica dos egressos.

15 METODOLOGIA A SER ADOTADA PARA CONSECUÇÃO DO PROJETO

O Departamento de Educação (CAMEAM/UERN) identifica-se com o compromisso social e político de acompanhar e avaliar periodicamente a proposta formativa do Curso de Pedagogia, como mecanismo indispensável para refletir, teorizar e intervir com ações transformadoras nas práticas curriculares.

O caráter de inovação proposto no conjunto desta proposta curricular aponta para sua complexidade operacional, principalmente quando tomamos como referência toda uma tradição já vivenciada no Departamento de Educação, de propostas curriculares reduzidas a grandes elencos de disciplinas operacionalizadas, de modo individual e compartimentalizado, numa constante prática contributiva para o esfacelamento do saber e as omissões de experiências e aprendizados que poderiam ser socializados e reinventados no coletivo docente.

Estamos diante de uma proposta formativa que exige do professor formador a disposição para enfrentar o novo, para aprender a *ser e fazer uma nova docência* através do coletivo, em meio a seus pares: dialogando, experienciando, teorizando, questionando, acertando, errando, pesquisando. Trata-se de fomentar uma nova cultura formativa capaz de provocar mudanças lentas, porém, significativas em nosso cotidiano de trabalho.

Mediante os desafios anunciados, o acompanhamento do PPCP de Pedagogia, representa, inclusive, condição imprescindível à implantação desta proposta pedagógica, de forma a garantir, mediante avaliações periódicas, reflexões e redimensionamento do saber-fazer curricular nas várias circunstâncias e espaços em que se desenvolverá sua proposta formativa. Razão pela qual a perspectiva colaborativa tem sido adotada como metodologia para a consecução do Projeto Pedagógico de Curso. Sobre esse ponto, pode-se inferir que o fundamento colaborativo tem o:

[...] objetivo de transformar uma determinada realidade educativa, levando tempo para ser concretizada, pelas suas ações serem realizadas em ações

formativas, buscando a valorização do pensamento do próximo na construção dos diálogos de autonomia e respeito mútuo. (IBIAPINA, 2008, p. 31).

As atividades do NDE têm, nesse sentido, se constituído no Departamento de Educação como um processo constante e contínuo, envolvendo avaliações periódicas, no sentido de acompanhar a implantação do currículo, através de procedimentos, como:

- a) Os envolvidos nas áreas e subáreas correspondentes às disciplinas/componentes curriculares e atividades pedagógicas reúnem-se no início de cada semestre para apresentar e discutir na Congregação seus respectivos Planos de Curso que deverão ser apreciados pela plenária Departamental e aprovados.
- b) Durante o semestre letivo são realizadas reuniões pedagógicas do NDE com o objetivo de definir instrumentos específicos de acompanhamento e avaliação (professores/alunos); além de sistematizar os resultados e propostas à Congregação, e, ao mesmo tempo, orientar o andamento das atividades acadêmicas.
- c) Durante a implantação do PPCP, é realizada a avaliação formativa por meio do qual o NDE propõe medidas a serem discutidas junto à Congregação para mediar os possíveis problemas.
- d) Ao final do ano letivo é realizada avaliação geral, envolvendo alunos, professores e técnicos através de instrumentos específicos para discutir coletivamente os resultados de implementação do currículo e apontar possíveis (re) direcionamentos.

Do exposto, pode-se observar a ação integradora entre o NDE e a Congregação do Departamento, tentando pautar o acompanhamento e avaliação do currículo nas discussões de alguns indicadores tendo ainda por base o diagnóstico da Avaliação Institucional do Curso obtido por meio dos relatórios e seminários realizados pela Comissão Setorial de Avaliação (COSE).

Logo, é importante reconhecer a relevância do NDE nesse processo. Razão pela qual, os membros que o compõem são professores reconhecidos através de sua trajetória profissional, da produção de conhecimento na área, no desenvolvimento do ensino e nas demais dimensões acadêmicas, para que de fato se consolide a constante atualização, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

16 RESULTADOS ESPERADOS

Um dos grandes desafios das Instituições de Ensino Superior/IES consiste em formar profissionais qualificados, capazes de responderem às demandas de uma sociedade complexa, e, conseqüentemente, inserirem-se em um mercado de trabalho. Além da preocupação com a formação do aluno para a inserção e permanência no mercado de trabalho, é importante também, uma atenção especial a formação humana, a educação humanista, que promova a

construção de sujeitos críticos, autônomos e sensíveis. Desse modo, são resultados pontuais esperados com relação ao Curso:

- Garantir o desenvolvimento da gestão democrática e autônoma, de modo a que a participação efetiva dos professores, corpo técnico e educandos seja zelada diante dos processos gerenciais existentes do DE e CAMEAM (Colegiado, Plenária Departamental, Núcleo Docente Estruturante, Orientação Acadêmica e Secretaria do Curso);
- Manter ativos os princípios formativos elencados pelo Curso;
- Garantir a manutenção do tripé formativo: ensino, pesquisa e extensão;
- Assegurar o incremento das políticas *uernianas* a nível departamental;
- Zelar pela manutenção e ampliação da estrutura física do Curso;
- Manter o compromisso ético com a aprendizagem, o ensino, a biografia do aluno (seus projetos de vida) e com a profissão (MACEDO, 2018), de modo a garantir a consecução do perfil profissional traçado para o pedagogo no PPCP.

Finalmente, o Departamento de Educação visa uma educação voltada para o desenvolvimento de conhecimentos, potencialidades e a capacidade de transformação do graduando de Pedagogia em suas esferas pessoal/social, pois não se pode dissociar a pessoa de seu contexto em sociedade. Nesse sentido, se pudermos escolher uma máxima que traduza os resultados que esperamos, nos reportamos à Freire: *"Ai de nós, educadores, se deixarmos de sonhar sonhos possíveis. Os profetas são aqueles que se molham de tal forma nas águas da cultura e da história de seu povo, que conhecem o seu aqui e o seu agora e, por isso, podem prever o amanhã que eles, mais do que adivinham, realizam"*. (FREIRE, 1995).

Esperar é, portanto, realizar. E o Departamento de Educação do CAMEAM continua a fazer a marcha.

17 EMENTÁRIO DO PROJETO 2019

Apresentamos o ementário do projeto 2019 por períodos, incluindo-se rol de optativas e dos componentes das Unidades Curriculares de Extensão.

De acordo com a instrução normativa 001/2018, no Art. 8º, não é necessário apresentar ementário e bibliografia do componente, uma vez que estas definições são de caráter flutuante, e em acordo com o projeto/programa de extensão a qual a UCE se relaciona.

I - PRIMEIRO PERÍODO

I - PRIMEIRO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301051-1/DE	Introdução à Pedagogia	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Perspectivas acerca da relação Ciências, Ciências Humanas e Pedagogia. O campo de estudo da Pedagogia: definições e identidade. Tendências teóricas em Pedagogia. As áreas de atuação profissional do pedagogo, abordando os espaços escolares e não escolares.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FRANCO, M. A. S. Pedagogia como Ciência da Educação . São Paulo: Cortez, 2008. GAUTHIER, C; TARDIF, M. A pedagogia: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias . Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. SAVIANI, D. História das Ideias Pedagógicas no Brasil . 2. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores: busca e movimento**. 7. ed. Campinas: Papirus, 2008
 CAMBI, F. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999
 GHIRALDELLI, P. **O que é Pedagogia?** 5. ed. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos, 193).
 PIMENTA, S. G. (org.). **Pedagogia e pedagogos: Caminhos e perspectivas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
 RODRIGUES, B.C. **O que é Educação?** 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

Código: Dep. De Origem	Nome Componente Curricular:	do	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301055-1/DE	Organização	do	Disciplina	60h/04
Aplicação			Avaliado por:	
Teórica.			Nota	
EMENTA: O trabalho intelectual e a vida universitária. A ciência e outras formas de conhecimento. Tipos de trabalhos acadêmico-científicos. Diretrizes teórico-metodológicas para o estudo acadêmico: estratégias de leitura, fichamento, resumo e outras formas de organização da informação. Etapas de elaboração e aspectos técnicos da redação científica e acadêmica. Normas e critérios de apresentação de trabalhos acadêmicos, segundo a ABNT.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DEMO P. Metodologia científica em ciências sociais . 3. ed. São Paulo: Scipione, 2009. MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Scipione, 2010. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 22 ed. São Paulo: Cortez, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANDRADE M. M. de. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. 9. ed. São Paulo: Scipione, 2009. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 6023 : Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2018. KOCHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica : teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 25. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica : a prática de fichamentos, resumos, resenhas 10. ed. São Carlos, São Paulo: Scipione, 2008. NERY, G.; BRAGAGLIA, Ana P.; CLEMENTE, F. e BARBOSA, S. (Comissão de Avaliação de Casos de Autoria). Nem tudo que parece é : entenda o que é plágio. Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense – UFF, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.noticias.uff.br/arquivos/cartilha-sobre-plagio-academico.pdf . Acesso em: 06 mar. 2019.				

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301048-1/DE	Fundamentos Socioeconômicos da Educação	Disciplina	60h/04
Aplicação		Avaliado por	
Teórica.		Nota	

EMENTA: A vida em sociedade como objeto de investigação científica. Abordagens a respeito de grupo social, fato social, interação social. O ser humano e o desafio da sobrevivência: o problema econômico da escassez. Infraestrutura e superestrutura político-jurídica e ideológica: condicionamentos e mediações. A relação educação e trabalho: significados, desafios. A educação como fenômeno pluridisciplinar e sua interface com as perspectivas socioeconômicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da Escola Improdutiva**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 1999.
GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
SELL, C. E. **Sociologia Clássica**. Itajaí- SC: UNIVALE, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
DURKHEIM, E. **As Regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis, Vozes, 1996.
PIRES, V. **Economia da Educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.
WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1996.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito
0301050-1/DE	Antropologia e Educação	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Antropologia, sociedade e educação. Debate teórico-metodológico da Antropologia contemporânea e sua relação com a cultura, educação e socialização. Interacionismo simbólico, *etnometodologia*, dramaturgia social numa relação com a sociedade e escola. Antropologia, sociedade, diversidade cultural e educação no Brasil. Antropologia e cultura da escola na perspectiva de seus ritos e rituais. Investigação antropológica e cotidiano em espaço escolar/não escolar. Lugares e não lugares antropológicos e educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANDRE, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. Campinas-SP: Papirus, 1995.
GONZÁLEZ, F. L. J. ; DOMINGOS, L.J.F. **Cadernos de Antropologia da Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes: 2005.
LAPLANTINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, C, R. **O que é educação**, 33. ed. São Paulo, Brasiliense, 1995.
CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: Edusc, 1999.
DA MATTA, R. A Antropologia no quadro das Ciências. In: DA MATTA, R. **Relativizando**. Petrópolis: Vozes, 1981.
GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301049-1/DE	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota.		

EMENTA: Origem, caracterização e desenvolvimento histórico da Filosofia. O sentido do pensamento histórico-filosófico para a formação do pedagogo. As ideias pedagógicas fundamentais sob a perspectiva das teorias e correntes filosóficas em diferentes contextos: mundial, nacional e local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
 ARANHA, M. L. de A. **Filosofando**: Introdução à filosofia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2003.
 JARGER, W. **Paideia**: A formação do homem grego. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
 RÖHRS, H. **Maria Montessori**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores). Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/me4679.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.
 CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.
 FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**; organização e tradução. – Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301900-1/ DE	Estudos Acadêmicos Introdutórios I: universo acadêmico e profissional	Atividades da prática	15h/01
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática.	Conceito.		

EMENTA: Estudo sobre a dinâmica do universo acadêmico. A composição organizacional e estrutural da universidade. O ensino, suas normas e a proposição curricular do curso de Pedagogia da UERN. A relação do acadêmico com o curso e sua formação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SOUSA, A. C. (Org). **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/UERN**. Mossoró-RN: UERN, 2008.
 UERN/CAMEAM. **Projeto político pedagógico do curso de pedagogia**. Pau dos Ferros, RN, 2013.
 Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/UERN. **Regulamento de curso de graduação/ CONSEPE/2017**

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRADE, M. E. **O processo de reestruturação curricular do curso de pedagogia do CAMEAM/UERN no contexto das novas diretrizes curriculares para este curso**, 2008. (Relatório de pesquisa PIBIC).
 MACEDO, S. M. F.; CAETANO, A. P. V. A Ética como Competência Profissional na Formação: o pedagogo em foco. **Educação e Realidade**, vol.42, n.2, abr./jun, Porto Alegre, 2017. pp.627-648. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-62362017000200627&lng=en&nrm=iso&tlng=pt%20 Acesso em:17 jul. 2017.
 MACHADO, N. J. **A Universidade e a organização do conhecimento**: a rede, o tácito, a dádiva. Estudos Avançados. São Paulo, vol.15, n.42, p. 333-352, Ago. 2001.
 NASCIMENTO, D. M., ANDRADE, M. E. A reestruturação do currículo do curso de pedagogia/UERN/CAMEAM: trajetórias e debates. **30ª Reunião Anual da ANPED**, 2007, Caxambu.
 PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. das G. C. **Docência no Ensino Superior**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2014.
 SANTOS, B. de S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.
 SAVIANI, D. Pedagogia: o espaço da educação na universidade. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo. v. 37, n. 130, p. 99-134, jan./abr. 2007.
 SILVA, C. S. B. **Curso de pedagogia no Brasil**: história e identidade. Campinas: Autores Associados, 1999.
 TEIXEIRA, A. Notas para a história da educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. p.181-188. Disponível em:

II - SEGUNDO PERÍODO

II - SEGUNDO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301053-1/DE	Psicologia da Educação I	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: A contribuição da psicologia educacional para o processo ensino-aprendizagem. Análise das principais concepções teóricas da aprendizagem e suas implicações no ato educativo: Inatista, Comportamentalista, Humanista, Psicogenética e Sociocultural. A relação professor-aluno nas respectivas concepções. Processo avaliativo como terminalidade e como mediação da aprendizagem.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COLL, C.; PALACIOS, J., MARCKESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PIAGET, J.; INHELDER, B. **A Psicologia da Criança**. 3. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2007.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. (Coleção textos de Psicologia).

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, F. **Educação e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

COLL, C.; MARTÍN, E.; MAURI, T., *et al.* **O Construtivismo na sala de aula**. São Paulo: Ática, 2006.

LA TAILLE, Y.; OLIVEIRA, K. de.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

OLIVEIRA, M. K.de; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (orgs). **Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002. (Educação em pauta: Teorias e tendências.).

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301054-1/DE	Filosofia da Educação	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: A Filosofia e o processo do filosofar como princípio educativo. A Filosofia da Educação na formação e na prática do educador. A educação mediando a prática humana. As relações entre educação, trabalho, cultura, subjetividade e ideologia. Estudo das principais tendências do pensamento pedagógico a partir das contribuições dos educadores brasileiros contemporâneos. A Filosofia na sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARANHA, M.L.de A. **Filosofia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Editora Moderna, 2006.

GAARDER, J. **O Mundo de Sofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KOHAN, W. O. **Infância. Entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAUÍ, M. **Iniciação à Filosofia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2013.

KOHAN, W.O. (org.). **Lugares da infância: filosofia**. Rio de Janeiro: DP & A, 2004.

LIPMAN, M. **A filosofia na sala de aula**. São Paulo: Nova Alexandria, 2014.

LIPMAN, M. **A filosofia vai à escola**. Tradução Maria Elice de Brzezinski Prestes e Lucia Maria Silva Kremer. São Paulo: Summus, 1990. (Coleção Filosofia para Crianças).

LUCKESI, C.C. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

OLIVEIRA, P.R. **Filosofia para a formação da criança**. São Paulo: Thomson, 2004.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301008-1/DE	Sociologia da Educação	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Análise dos principais paradigmas da sociologia da educação. Articulações e mediações entre educação e sociedade. Reflexão acerca de práticas educativas formais e não formais – práticas sociais cotidianas – tendo como referência norteadora as instituições sociais, o processo de socialização, a educação contra hegemônica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In:

ESTEVES, A. J.; STOER, S.R. (org.). **A Sociologia na escola: Professores, educação e desenvolvimento** (Antologias). Porto, PT: Afrontamento, 1992.

FERREIRA, A. L. **Havia uma sociologia no meio da escola**. Natal, RN: EDUFRRN, 2004.

GOMES, C. A. **A Educação em perspectiva sociológica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: EPU, 1994. (Temas básicos de educação e ensino).

NOGUEIRA, M. A; CATANI, A. C. (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

FORACCHI, M. M. E.; PEREIRA, Luiz. (Org.). **Educação e Sociedade**. São Paulo: Cia. Nacional, 1974.

MAKARENKO, A. **Poema pedagógico**. São Paulo: Ed. 34, 2005. (Coleção Leste).

MÉSZÁROS, I. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação).

WEBER, M. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301012-1/DE	História da Educação Brasileira	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Historiografia da educação, fontes de pesquisa de memória de professores e alunos. Estudo das ideias pedagógicas e práticas educativas escolares e não escolares ocorridas no Brasil em diferentes contextos. Articulação do processo educativo com a economia, a política, a cultura e a sociedade como um todo. Problemas e perspectivas da educação contemporânea. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CAMBI, F. História da pedagogia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP (FEU), 1999. RIBEIRO, M.L. S. História da educação brasileira: a organização escolar. 13. ed. rev. e ampl. Campinas (SP): Editora Autores Associados, 1993. ROMANELLI, O. de O. História da educação no Brasil (1930/1973). 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. SOCIEDADE BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (org.). Educação no Brasil: história e historiografia. Campinas - SP: Autores Associados, 2001. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARANHA, M. L. de A. História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006. CASTRO, C. de M. Os tortuosos caminhos da educação brasileira: pontos de vistas impopulares. Porto Alegre: Penso, 2014. DEMO, P. Desafios Modernos da Educação. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. FERREIRA, A. L. F. Educação para a cidadania democrática: representações e práticas escolares. Cap. 2. In: _____. Havia uma sociologia no meio da escola. Natal (RN): EDUFRN – Editora da UFRN, 2004. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Disponível em: file:///D:/2019/Pedagogia%202018.2/História%20da%20Educação%20Brasileira/Paulo%20Freire%20-%20Educação%20como%20prática%20da%20liberdade.pdf Acesso em: 18 dez. 2018. GADOTTI, M. História das ideias pedagógicas. 6.ed. São Paulo: Ática, 1998. GHIRALDELLI JUNIOR, P. História da educação brasileira. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. GERMANO, J. W. Estado militar e educação no Brasil: 1964 – 1985. São Paulo: Cortez, 1993 MORIN, E. Os sete saberes necessários a educação do futuro. São Paulo: Cortez, Brasília, DF. UNESCO, 2002.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301034-1/DE	Pesquisa Educacional	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por:		
Teórica	Nota		
EMENTA: Ciência e método científico. Pesquisa Educacional no Brasil. Crise de Paradigmas. Diferentes modalidades de pesquisa. Qualidade e quantidade na pesquisa educacional. Instrumentos de pesquisa. Projeto e relatório de pesquisa: elementos constitutivos. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6. ed. São Paulo: Scipione, 2008. TRIVIÑOS, Augusto N. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2007.
 MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
 MOTTA-ROTH, Désirée. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.
 SANTOS FILHO, José Camilo Dos; GAMBOA Silvio Sanchez (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301903-1/DE	Práticas Pedagógicas Programadas I	Atividades da prática	60/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica-prática.	Conceito		

EMENTA: Concepções de educação do pedagogo em espaços escolares e a função social da escola; descrição e análise de práticas e concepções pedagógicas reveladoras dos papéis atribuídos a educação e a sociedade para contribuir com a formação humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. 2. ed. São Paulo: Vozes, 2012.
 GIROUX, H. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
 SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARENDT, H. **A Condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
 CARO, P. **A Roda das ciências: do cientista à sociedade, os itinerários do conhecimento**. Lisboa, PT: Instituto Piaget, 1995.
 RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante**. Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Tradução de Lílian do Valle. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
 REGO, T. C. **Memórias de escola: cultura escolar e constituição de singularidades**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
 SANTOS, B. DE S. **Um Discurso sobre as ciências**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301900-1/DE	Estudos Acadêmicos Introdutórios II: Universo Acadêmico e Profissional	Atividades da prática	15h/01
Aplicação	Avaliado por		
Teórica-prática.	Conceito		

EMENTA: Ampliação do repertório de leituras para além da leitura de textos. Compreensão do processo educativo, através de fontes literárias diversas (nas pessoas, na linguagem cinematográfica, na fotografia, na pintura, na escultura, na arquitetura, no cordel, na música, dentre outras).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FERRARA, L. D'A. **Leitura sem palavras**. 4 ed. São Paulo: Ática. 1986.

MARTINS, A. A. Memórias de professores: eventos e práticas de literacia/letramento. **Revista Portuguesa de Educação**, CIED - Universidade do Minho, v. 18, n. 2, p. 185-213, 2005.

PAULINO G.; COSSON, R. (org.). **Leitura literária, a mediação escolar**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2004, p. 29-38.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANDIDO, A. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. 7. ed. São Paulo: Nacional, 1985.

COUTO, M. **Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 9. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

MACHADO, A. M. **Como e por que ler os clássicos universais desde cedo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

III - TERCEIRO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301056-1/DE	Psicologia da Educação II	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Principais perspectivas teóricas que norteiam a Psicologia do desenvolvimento. Papel do lúdico no processo de construção do conhecimento. A relação entre pensamento e linguagem e a formação de conceitos nas práticas educativas. O papel do professor na perspectiva construtivista-interacionista. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COLL, C.; PALACIOS, J., MARCKESI, A. Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002. MATUI, J. Construtivismo: Teoria construtivista sócio histórica aplicada ao ensino. São Paulo: Moderna, 2005. VYGOTSKY, L.S. Pensamento e Linguagem. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. (Série Psicologia e Pedagogia). BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: LURIA, A. R. Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria. São Paulo: Artmed, 2001. MORAIS, R. de. (org). Sala de aula: que espaço é esse? 20 ed. Campinas, SP: Papirus, 2006. SANTOS, S. M. P. dos (org). A ludicidade como ciência. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. VYGOTSKI, L. S. A formação social da mente: o Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. WEISZ, T. O Diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2 ed. São Paulo: Ática, 2003.			

III -TERCEIRO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301057-1/DE	Profissão Docente	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: A constituição da profissão docente. O processo histórico de delimitação dos saberes docentes. A profissionalização enquanto competência e reconhecimento social. As identidades sócio profissionais dos professores: o leigo, o técnico, o profissional. Profissão docente e relações de gênero. O desenvolvimento pessoal e profissional do professor. As instituições e práticas de formação docente. BIBLIOGRAFIA BÁSICA:			

BRZEZINSKI, I. **Profissão professor**: identidade e profissionalização docente. Brasília: Plano, 2002
 NÓVOA, A. **Profissão professor**. Portugal: Ed. Porto, 1994.
 VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, C. **Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
 ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre**: imagens e auto-imagens. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
 CATANI, D. B. et al (org.). **Docência, memória e gênero**: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras, 1997.
 CHARLOT, B. Relação com o saber na sociedade contemporânea: Reflexões antropológicas e pedagógicas. In: CHARLOT, B. (org.). **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013. P. 155-176.
 CONTRERAS, J. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2010.
 FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
 GIROUX, H. A. **Os Professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre, ArtMed, 1997.
 GODOY, A. C. de S. (org.). Identidade e profissão docente. In: GODOY, A. C. de S. **Fundamentos do trabalho pedagógico**. Campinas/SP: Alínea, 2009.
 HUBERMAN, M. O ciclo profissional dos professores. In: NÓVOA, António (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto/Portugal: Porto Editora, 2007.
 LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. In: www.educaremvista.ufpr.br/arquivos_17/libaneo.pdf São Paulo: Cortez, 2001. Acesso em: 20/07/2017.
 LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**, para quê? 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
 LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
 NÓVOA, A. **Profissão professor**. Portugal: Ed. Porto, 1999.
 NÓVOA, A. (org.). **Vidas de Professores**. 2. ed. Porto/Portugal: Porto Editora, 2007.
 PERRENOUD, P. A formação dos professores no século XXI. In: PERRENOUD, P. THURLER, G. **As competências para ensinar no século XXI**: formação de professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.
 SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2015.
 TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. São Paulo: Vozes, 2002.
 TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente**: Elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
 ZEICHNER K. M. Uma análise crítica sobre a "reflexão" como conceito estruturante na formação docente. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n103/12.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2015

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301071-1/DE	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Disciplina	60h/04
Aplicação		Avaliado por:	
Teórica.		Nota	
EMENTA: Análise dos sistemas educacionais brasileiro, estadual e municipal. Dimensão legal, política e econômica da organização e funcionamento da educação básica numa perspectiva histórico-social e dos planos educacionais em todos os níveis da educação básica.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRANDÃO, C. da F. **Estrutura e Funcionamento do Ensino**. São Paulo: Avercamp, 2004.
 LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. De; TOSCHI, M. S. **Educação escolar**: políticas, estrutura e organização 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação por uma outra Política Educacional**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BREZEZINKI, I. (org). **LDB dez anos depois**: reinterpretação sob diversos olhares. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
 MONLEVADE, J. **Educação pública no Brasil**: contos e descontos. Ceilândia/ DF: IDEA, 1997.
 SAVIANI, D. **A nova lei de educação**: trajetórias, limites e perspectivas. Campinas – SP. Autores Associados, 1997.
 SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**: o papel do congresso nacional em legislação do ensino. São Paulo: Cortez, 1987.
 SAVIANI, D. **Educação Brasileira**: Estrutura e Sistema. 8. ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2000.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301058-1/DE	Teorias Linguísticas e Alfabetização	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Os princípios básicos da Linguística como a ciência da linguagem. Abordagens linguísticas sobre o ensino da língua e suas implicações pedagógicas no processo de alfabetização. fonética, fonológica, sociolinguística, textual e enunciativa; Relação entre oralidade e escrita.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAGGIO, S. L. B. **Leitura e Alfabetização**: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
 CAGLIARE, L. C. **Alfabetização e Linguística**. 6. ed. São Paulo: Scipione, 1993.
 POERCH, J. M.; TASCA, M. (coord.). **Suportes linguísticos para a alfabetização**. 2 ed. Porto Alegre: Sagra, 1990.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALBUQUERQUE, E. B. C. de. Concepções de alfabetização: o que ensinar no ciclo de alfabetização. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**: currículo na alfabetização – concepções e princípios. Brasília: MEC/SEB, 2012. (Ano 1, unidade 1).
 CABRAL, M. da S. Um breve percurso sobre a história da linguística e suas influências na sociolinguística. **Uox**: Revista Acadêmica de Letras-Portuguesa, n. 02, 2014. Disponível em: <http://revistauox.paginas.ufsc.br/files/2014/12/8-linguistica-sociolinguistica.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.
 CARVALHO, C. de. Visão geral da linguística antes de Saussure. In: CARVALHO, C. de. **Para compreender Saussure: fundamentos e visão crítica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
 FERREIRO, E. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez / autores associados, 1986.
 KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
 NASCIMENTO, M. do. A alfabetização como objeto de estudo: uma perspectiva processual. In: ROJO, R. (Org). **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
 OLIVEIRA, F. C. de; BEZERRA, K. G. da C. S. Aquisição da linguagem: algumas reflexões teóricas. In: Congresso Nacional de Educação V. Recife. **Anais [...]**. Campina Grande/PB, Editora Realize, 2018. Disponível em: < <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/resumo.php?>

[idtrabalho=4363>Acesso](#) em 19 dez. 2018.

SANTOS, R. Aquisição da linguagem. In: FIORN, J. L. (org.). **Introdução à Linguística**. 5. ed. 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2008.

SUASSURE, F. Objeto da linguística. In: SUASSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301015-1/DE	Política e Planejamento da Educação	Disciplina	60/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórico.	Nota		

EMENTA:

Abordagem histórica e teórica das políticas educacionais no Brasil voltadas para a Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Reforma do Estado e a contribuição dos movimentos contra hegemônicos na definição, implementação e orientação das políticas educacionais. Planos e Programas educacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIANCHETTI, R. G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MARTINS, Â. M.; OLIVEIRA, C. de; BUENO, M. S. S. (orgs.). **Descentralização do Estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (orgs.). **Política e Gestão da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M. de; EVENGELISTA, O. **Política educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007

WANDERLEY, R. **Municipalização: os conselhos municipais de educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AFONSO, A. J. **Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional**. Educação e Sociedade, n. 75. Ago. 2001.

BAUER, C. (et al.). **Políticas educacionais & discursos pedagógicos**. Brasília: Liber Livro, 2007.

BRAZIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, Brasília*, DF, 23 dez. 1996.

DOURADO, L. F.; PARO, V. H. (orgs.). **Políticas públicas & educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, L. C.; AFONSO, A. J. **Reformas da educação pública: Democratização, Modernização, Neoliberalismo**. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

KUENZER, A.; CALAZANS, M. J.; GARCIA, W. **Planejamento e educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MACHADO, L. M.; FERREIRA, N. S. C. (orgs.). **Política e gestão da educação: dois olhares**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

NETO, A. C.; NASCIMENTO, I. V.; LIMA, Rosângela Novaes. **Política pública de educação no Brasil: compartilhando saberes e reflexões**. Porto Alegre: Sulinas, 2006.

OLIVEIRA, D. A. (org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MENDES, D. T. **O planejamento educacional no Brasil**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000.

PERONI, V. **Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos de 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

VIEIRA, S. L.; ALBUQUERQUE, M. G. M. **Política e planejamento educacional**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301904-1/DE	Práticas Pedagógicas Programadas II	Atividades da Prática	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática	Conceito		

EMENTA: Identificação, classificação e justificativa da identidade profissional que prepondera nas atuais atividades do pedagogo; sistematização, explicação e análise crítica das condições de trabalho, processos formativos e formas de organização dos pedagogos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BRZEZINSKI, I. Profissão Professor: Identidade e Profissionalização Docente. In: BRZEZINSKI, I. (org). **Profissão professor: Identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano, 2002.

DUBAR, C. A socialização. **Construção das identidades sociais e profissionais**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LIBANEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANTUNES, C. **Na Sala de aula**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ANTUNES, C. **Quanto vale um professor?** Reais ou imaginários, alguns imprescindíveis, outros nem tanto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

MAKARENKO, A. **Poema pedagógico**. São Paulo: Ed. 34, 2005. (Coleção Leste).

NÓVOA, A. (org.). **Vidas de professores**. 2. ed. Porto, PT: Porto, 2000.

VIGOTSKI, L. S. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (Psicologia e pedagogia).

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301902-1/DE	Estudos Acadêmicos Introdutórios III: Possibilidades Investigativas no Contexto Educativo Local	Atividades da prática	30h/02
Aplicação	Avaliado por		
Teórica-prática.	Conceito		

EMENTA: Tendências da pesquisa educacional na atualidade; universos empíricos propícios à investigação no contexto educacional local; campos temáticos ou Grupos de Estudos existentes na Faculdade de Educação, seus interesses de estudo, produções e pesquisadores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAUER M.W.; GASKELL G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes; 2002. p.189-217.

BRANDÃO, C. R. **A pergunta a várias mãos: a experiência da partilha através da pesquisa na educação**. São Paulo: Cortez, 2003.

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2001.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto, 1994.

CHARLOT, B. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área do saber. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11 n. 31.p. 07-18, Jan./ Abr. 2006.

CRESWELL, J. w. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GOHN, M. G. M. A pesquisa na produção do conhecimento. **Eccos. Revista Científica**, São Paulo, v. 7, n.2, p. 253-274, jul/dez. 2006.

NUNES, I. B.; RAMALHO, B. L. A pesquisa como recurso da formação e da construção de uma nova identidade docente: notas para uma discussão inicial. **Eccos. Revista Científica**, v. 7, p. 87-111, jan/jun. 2005.

IV - QUARTO PERÍODO

IV - QUARTO PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Curricular:	Componente	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301059-1/DE	Currículo		Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por			
Teórica.	Nota			
EMENTA: As teorias do currículo, sua relação e função na formação profissional. Pressupostos sociopolíticos e filosóficos do currículo: debates contemporâneos. Seleção, organização e distribuição do conhecimento escolar. Concepções curriculares presentes no cotidiano das práticas docentes. Propostas curriculares desenvolvidas em espaços escolares e não escolares.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC. 2017. LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). Disciplina e integração curricular : histórias e políticas. Rio de Janeiro: DP & A, 2002. MOREIRA, A. F. B. Currículo : políticas e práticas. Campinas: Papirus, 1999.				

PACHECO, J. A. **Currículo: teoria e prática**. Portugal: Porto, 2001.
SACRISTÁN, J. G. **O Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indagações sobre Currículo: Currículo e Desenvolvimento Humano** vol. 1; Educandos e educadores: seus direitos e o currículo vol.2; Currículo, conhecimento e cultura, vol. 3; Diversidade e currículo, vol. 4; Currículo e avaliação, vol.5. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.
BARRETO, E. S. de Sá (org.). **Os Currículos do ensino fundamental para as escolas brasileira**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Formação de professores)
CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. Ed. Revisada e ampliada- São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção docência em formação: saberes pedagógicos/ coordenação Selma Garrido Pimenta.)
COSTA, M. V. (org.). **O Currículo nos limiares do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.
GARCIA, R. L; MOREIRA, A. F. B. (org.). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**- 4 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio**. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
MOREIRA, A. F. B; SILVA, T.T. da (org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1997.
SILVA, T. T.da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301060-1/DE	Alfabetização e Letramento	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Aspectos históricos, sociais da alfabetização. Concepções do processo de alfabetização e as práticas que são por elas orientadas. A psicogênese da língua escrita. O processo de Letramento alfabético e os letramentos. A indissociabilidade entre a alfabetização e o letramento no acesso ao mundo da leitura e da escrita. O desafio de alfabetizar letrando.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: COLELLLO, S. M. G. Alfabetização em questão. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004. FERREIRO, E. Reflexões sobre alfabetização. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2001. SOARES, M. Alfabetização e Letramento. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2012.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BEAUCHAMP J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. do (orgs). Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensfund9anobasefinal.pdf Acesso em: 19 dez. 2018.			

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília/DF, 2017.

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FONTES, F. C. de O. As professoras alfabetizadoras e a construção dos seus saberes docentes: Experiências e percursos de formação. Encontro de pesquisa educacional do Norte e Nordeste, XXII, Natal. **Anais [...]** Natal, Editora UFRN, 2014.

FONTES, F. C. de O.; BENEVIDES, A. S. Alfabetização de crianças: dos métodos à alfabetização em uma perspectiva de letramento. Fórum Internacional de Pedagogia. V., Vitória da Conquista/BA. **Anais do V FIPEd**. Campina Grande/PB: Editora Realize, 2013.

FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler**: em três artigos que se completam. 32. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MORAIS, A. G. de. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2012.

KATO, M. **A concepção da escrita pela criança**. São Paulo: Pontes, 1988

KLEIMAN, A. (org.). **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento**: perspectivas linguísticas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SANTOS, C. F.; Mendonça, M. (orgs.). **Alfabetização e letramento**: conceitos e relações. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/22.pdf> Acesso em: 19 dez. 2018.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita**: a alfabetização como processo discursivo. 10. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

STREET, B. V. **Letramentos sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editora, 2014.

TFOUNI, L. V. **Letramento e alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1988.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301061-1/ DE	Gestão dos Processos Educativos	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA:A gestão e sua interface com as políticas educacionais. Compreensão crítica das funções, processos pedagógicos e administrativos no contexto dos sistemas e das instituições educativas. Organização do trabalho pedagógico em termos de planejamento, coordenação e avaliação dos processos educativos escolares e não escolares. Planejamento participativo e elaboração de projetos educativos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALMEIDA, L. R. de; PLACCO, V. M.N. de S. (orgs). O coordenador pedagógico e o espaço da mudança. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. BASTOS, J. B. (Org.). Gestão democrática. 4. ed. Rio de Janeiro: DP & A e SEPE, 2005. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003. MELO, M. T. L. de. Gestão educacional: os desafios do cotidiano escolar. <i>In</i>: FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, M. Â. (orgs.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006. PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 3. ed. São Paulo: Ática, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CABRAL N.; Antônio; S., T. C. Projeto Político Pedagógico como mecanismo da autonomia escolar.			

Revista Gestão em Ação. Salvador – BA, v. 7, n. 1, p. 7-23, jan/abril, 2004.

FÉLIX, Maria de Fátima costa. **Administração escolar:** um problema empresarial ou educativo? 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

FORTUNA, M. L. A. **Gestão escolar e subjetividade.** São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

HORA, D. L. da. **Gestão democrática na escola.** 13. ed. Campinas: Papirus, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. de. **Gestão Escolar Democrática:** concepções e vivências. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MEDEIROS, A. M. S. de. **Administração educacional e racionalidade:** o desafio pedagógico. Ijuí: Unijuí, 2007.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo:** democracia e patrimonialismo. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2000.

OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. **Política e gestão da educação.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político pedagógico da escola:** uma construção possível. São Paulo: Papirus, 1996, p. 11-36.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301062-1/DE	Concepções e Práticas de Educação Infantil	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: As dimensões biológica, psicossocial, histórica e cultural do conceito de criança e de infância. A percepção de criança em sua realidade educativa. Práticas relacionadas com o educar e o cuidar: abordagens sobre as diferentes linguagens (o brincar, o desenho, a música, corpo e movimento). Discussão e organização do ambiente e das rotinas pedagógicas na educação infantil que favorecem a ampliação do conhecimento de mundo, a construção da identidade e da autonomia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANGOTTI, M. (Org.) **Educação infantil:** para quê, para quem e por quê? Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

CRAIDY, C. M.; G. E. P. da S. KAERCHER. (orgs.). **Educação infantil:** pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

KULMANN J. Moisés **Infância e educação infantil:** uma abordagem histórica. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2011.

BARBOSA, C. S. **Por amor e por força:** rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Fundamental. **Referencial Curricular nacional para educação infantil.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2008.

MUNIZ, L. Naturalmente criança: educação infantil de uma perspectiva sociocultural. In: KRAMER, S.;

LEITE, M. I.; NUNES, M. F.; GUIMARÃES, D. (orgs.) **Infância e educação infantil**. Campinas/SP: Papirus, 1999 (Coleção Prática pedagógica).

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. Novos tópicos na história da educação infantil no Brasil /In: OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

WAJSKOP, G. **Brincar na Educação Infantil: uma história que se repete**. São Paulo: Cortez, 2012.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301009-1/DE	Didática	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: O objeto de estudo da didática. O processo de planejamento das ações educativas. Os componentes estruturantes de um plano. A gestão dos conteúdos e da relação pedagógica. A interdisciplinaridade e a transversalidade na organização e na ação didática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GODOY, Anterita Cristina de Souza (Org.). **Fundamentos do Trabalho Pedagógico**. Campinas, SP: Editora Alínia, 2009.

HAIDT, Regina Célia Cazaux. **Curso de Didática Geral**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2006.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

COMPLEMENTAR

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre, imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ANTUNES, Celso. **Novas maneiras de ensinar, novas formas de aprender**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

CANDAU, Vera Maria (org.). **A Didática em questão**. 17.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CANDAU, Vera Maria (org.) et al., **Rumo a uma Nova Didática**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTRO, Amélia Domingues de; CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média**. São Paulo: Pioneira, 2001.

COMENIUS, A. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 6.ed. São Paulo. Paz e Terra, 1997.

DELORS, Jaques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2003.

GANDIN, D. CRUZ, C. H. C. **Planejamento na sala de aula**. 9ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 29.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Didática: a aula como centro**. 4.ed. São Paulo: FTD, 1997.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: Como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 4ª ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003 (Guia da escola cidadã).

MORIN, Edgar. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. – 15ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MORIN, Edgar. **Os saberes necessários a educação do futuro**. 3.ed. Brasília/DF: Cortez, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**, 7. ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, I. P. A.(org.) **Repensando a didática**. 21.ed. Ver. E atual. Campinas, SP: Papirus, 2004.

SACRISTAN, J.G; GÓMEZ, A.I. P. **Compreender e transformar o ensino**. 4ªed. Porto Alegre:

Artimed, 1998.

Código: Dep. De Origem	Nome do Curricular:	Componente	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301905-1/DE	Práticas Programadas III	Pedagógicas	Disciplina	45h/03
Aplicação	Avaliado por			
Teórico-prática.	Conceito			

EMENTA: O conhecimento escolar e as características que o distinguem de outras formas de conhecimento. Problemáticas que envolvem a relação dos sujeitos/alunos e professores com o conhecimento escolar. Os processos de construção e ensino - aprendizagem do conhecimento escolar. O professor e a gestão da matéria pedagógica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALARCÃO, I. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2005.

CASTRO, A. D. de; CARVALHO, A. M. P. de (org.). **Ensinar a ensinar**: didática para a escola fundamental e média. São Paulo: CENGAGE Learning, 2001.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, A. D. F.; THERRIEN, J. O professor no trabalho: epistemologia da prática e ação/cognição situada - elementos para a análise da *práxis* pedagógica. **Revista brasileira de formação de professores**, Mariana/ MG, Vol. 1, n. 1, p.129-147, 2009. Disponível em: <http://www.facec.edu.br/seer/index.php/formacaodeprofessores>. Acesso em: 07 mar. 2019.

LIBANEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para que?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SAVIANI, D. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. In: **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia/MG, nº. 4 - jan./dez. 2005. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/SAVIANI.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

SILVA, O. G. da; NAVARRO, E. C. A relação professor-aluno no processo ensino –aprendizagem. In: **Interdisciplinar**: Revista Eletrônica da Univar, Barra do Garças-MT, n.º8 Vol.3, 2012. p. 95 -100. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/247274539/A-RELACAO-PROFESSOR-ALUNO-NO-PROCESSO-ENSINO-APRENDIZAGEM> Acesso em:07 mar. 2019.

SOUZA, S. J. e; LOPES, A. E. Fotografar e narrar: a produção do conhecimento no contexto da escola. In: **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, julho/ 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14399.pdf>. Acesso em:07 mar. de 2019.

V - QUINTO PERÍODO

V - PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301075-1/DE	Educação Especial e Inclusão	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Visão histórica da compreensão e do atendimento às pessoas com necessidades especiais. Estudo das deficiências e dificuldades, das condutas típicas e altas habilidades (superdotadas) na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Aspectos legais e o processo de inclusão social, familiar, educacional e profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL, Ministério da Educação. **Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SECADI, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacaoespecial.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.

DÍAZ, F. et al (orgs). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social:** questões contemporâneas. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/170/3/Educacao%20Inclusiva.pdf> Acesso em: 07 mar. 2019.

GOMES, R. V. B. et al. **Políticas de Inclusão Escolar e Estratégias Pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado.** Fortaleza: UFC; Brasília: MC&C, 2016. Disponível em: <http://www.proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2016/11/politicas-de-inclusaoweb.pdf> Acesso em: 07 mar. 2019.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção Cotidiano Escolar). Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf?1473202907> Acesso em: 07 mar. 2019.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva:** Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAPTISTA, C. R. (org). **Inclusão e Escolarização:** múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17/11/2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm Acesso em: 07 mar. 2019.

CHIOTE, F. de A. B. **Inclusão da Criança com autismo na educação infantil:** trabalhando a mediação pedagógica. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2015.

DELPRETTO, B. M. de L.; GIFFONI, F. A.; ZARDO, S. P. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** altas habilidades/superdotação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 10 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

DOMINGUES, C. dos A. et al. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar:** os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 3 (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil:** história e políticas públicas. São Paulo, Cortez,

2011.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301103-1/DE	Ensino de Geografia	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: O Ensino de Geografia e as múltiplas influências das correntes geográficas. Articulações entre o saber geográfico e o saber pedagógico. O conhecimento geográfico, as possibilidades de inter-relação e expressão da realidade social, com enfoque na realidade local. Visão do ser humano inserido no tempo e no espaço geográfico. Interlocução da geografia com outras áreas de conhecimento científico. Práticas pedagógicas que envolvem conhecimentos referentes a conceitos, procedimentos e atitudes no ensinar e aprender Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília/DF, 2017.
CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Ensino de Geografia:** práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.
PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (orgs.). **Geografia em Perspectiva.** São Paulo: Contexto, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA, R. D. de. PASSINI, E. Y. **O espaço geográfico:** ensino e representação. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2002.
ANDRADE, M. C. de. **Geografia:** ciência da sociedade. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** história e geografia. Brasília, MEC/SEF, 1997.
CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, 2005.
CARLOS, A. F. A. (org.) **A Geografia na Sala de Aula.** São Paulo: Contexto, 1999.
CASTELLAR, S. M. V. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Cadernos CEDES**, nº 66. São Paulo: Unicamp, mai./ago. 2005. p. 209-225.
CASTELLAR, S. M. V. (org.). **Educação geográfica:** teorias e práticas docentes. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
CASTELLAR, S. M. Vanzella. O ensino de geografia e a formação docente. In: CARVALHO, A.M.P. (Org.). **Formação continuada de professores:** uma releitura das áreas de conteúdos. São Paulo: Pioneira/Thompson, 2003.
CASTROGIOVANNI, A. C. **Geografia na Sala de Aula:** práticas e reflexões. Porto Alegre: AGB – Seção Porto Alegre, 1998.
CAVALCANTI, L.de S. **O ensino de geografia na escola.** Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.
HAMMES, C. C. O desafio de uma perspectiva interdisciplinar na construção pedagógica do conhecimento geográfico. **Educação, Ciência e Cultura.** 2007, v. 12 n. 1 p. 7 – 20.
LACOSTE, Y. **A geografia serve antes de mais nada para fazer a guerra.** São Paulo: Ática, 1988.
MANFIO, V.; SEVERO, M. D.; WOLLMANN, C. A. Educação e Geografia Escolar: os Dilemas, Desafios e o Papel do Professor na Construção do Conhecimento. In: **Revista Perspectiva Geográfica.** Santa Maria/RS. v. 11, n. 14, p. 63-73, 2016.
PONTUSCHKA N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender geografia.** São Paulo: Cortez, 2007.
PEREIRA, D. Geografia escolar: uma questão de identidade. **Cadernos CEDES** nº 39. São Paulo: UNICAMP, 1996. p 47-55
SPOSITO, M. E. B.(org.). **Livros Didáticos de Geografia e História:** avaliação e pesquisa. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.

TONINI, I. M. **Geografia escolar: uma história sobre seus discursos pedagógicos**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301102-1/DE	Ensino de História	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Noções e conceitos históricos: tempo e espaço, cultura, sujeito, fatos, memória e identidade. Aspectos teórico-metodológicos para ensinar e aprender História, por meio da articulação entre história local e história do cotidiano, regional, nacional e mundial. A história numa perspectiva interdisciplinar e a análise do livro didático.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANA, M. M.; GASPARELLO, A. M.; MAGALHÃES, M. de S.. (org.). **Ensino de história:** sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
 BITTENCOURT, C. M. F.. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
 FONSECA, S. G. (org.). **Ensinar e aprender história:** formação, saberes e práticas educativas. Campinas, SP: Alínea, 2009.
 SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione, 2004.
 SILVA, M.; GUIMARÃES, S. **Ensinar história no século XXI:** em busca do tempo entendido. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERUTTI, F.; MARQUES, A. **Ensinar e aprender história.** Belo Horizonte: RHJ, 2009.
 BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** história, geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.
 BITENCOURT, C. (org.). **O saber histórico na sala de aula.** 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
 FERREIRA, M de M.; FRANCO, R. **Aprendendo história:** reflexão e ensino. São Paulo: Editora do Brasil, 2009.
 FONSECA, S. G.; ZAMBONI, E. (org.). **Espaços de formação de professores de história.** Campinas, SP: Papyrus, 2008.
 KARNAL, L. (org.). **História na sala de aula:** conceitos, práticas e propostas. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
 MAGALHÃES, Magalhães et al. (org.). **Ensino de história:** usos do passado, memória e mídia. Rio de Janeiro: FGV, 2014.
 RÜSEN, J. **O ensino de história.** In: SCHMIDT, M.; BARCA, I.; MARTINS, E. de R. (org.). Curitiba: Ed. UFPR, 2010.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301063-1/DE	Ensino de Ciências	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Introdução à epistemologia das ciências naturais: características, princípios filosóficos e metodológicos. Histórico e evolução das ciências naturais. A didática das ciências naturais e o ensino de Ciências como prática investigativa. Objetivos e importância do ensino de Ciências Naturais na educação infantil e nas séries iniciais do ensino fundamental. Parâmetros Curriculares, temas transversais e tendências no Ensino de Ciências. A formação do professor de Ciências Naturais para a educação infantil e séries iniciais. Os conteúdos e os recursos didáticos para o ensino de Ciências. O papel da avaliação no ensino de Ciências. Práticas pedagógicas de Ciências em espaços não formais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIZZO, N. M. V. **Ciências: fácil ou difícil?** São Paulo, Editora Ática, 1998.

BORGES, R. M. R.; MORAES, R. (orgs). **Educação em ciências nas séries iniciais.** Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

CAMPOS, M. C. da C.; NIGRO, R. G. **Didática de ciências: o ensino-aprendizagem como investigação.** São Paulo: FTD, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ANGOTTI, J. A. P. O ensino de ciências naturais e a construção do conhecimento. *In: Cad.do CED.* Florianópolis: UFSC, n.17, p.41-47, 1991.

CARVALHO, A.M.P. de. **Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática.** Thompson, 2004.

CHALMERS, A. **Que é Ciência, Afinal?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

GASPAR, A. **Experiências de ciências no ensino fundamental.** São Paulo: Scipione, 1998.

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação.** Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301099-1/DE	Estágio Supervisionado I	Estágio.	165h/11
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática.	Nota		

EMENTA: Concepções de Estágio, o Estágio como pesquisa, relação teoria e prática. Estudo, análise e problematização do campo de atuação profissional. Elaboração de plano de trabalho para intervenção nas práticas pedagógicas de Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil.** Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf> Acesso em: 07 mar. 2019.

LIMA, M. S. L. **Estágio e aprendizagem da profissão docente.** Brasília: Liber Livro, 2012.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. S. T. (org.). **A práxis da formação de educadores infantis.** Rio de Janeiro. DP&A. 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARBOSA, M. C. S. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BASSEDAS, E.; HUGUET, T.; SOLÉ, I. **Aprender e ensinar na educação infantil.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC.** Brasília/DF, 2017.

GOMES, M. de O. **Formação de Professores na Educação Infantil.** São Paulo: Cortez, 2009.

(Coleção docência em formação. Série Educação Infantil).
 HOFFMANN, J. Avaliação na Educação Infantil? In: HOFFMANN, J. **Avaliação: mito e desafio.** ed. 43. Porto Alegre: Mediação, 2013.
 LIMA, M. S. L. **A hora da prática:** reflexões sobre o estágio supervisionado e ação docente. Fortaleza: edições Demócrito Rocha, 2004.
 MACHADO, P. B. **Comportamento infantil:** estabelecendo limites. Porto Alegre: Mediação, 2002.
 OLIVEIRA, Z. de M. R. de (org.). **Educação Infantil:** muitos olhares. São Paulo: Cortez, 1996.
 SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. S. T. (org.). **A práxis da formação de educadores infantis.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
 ZABALZA, M. A. **Didática da educação infantil.** Porto: Edições ASA, 2005.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301907-1/DE	Seminário Temático I	Atividades da prática	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática.	Conceito		
EMENTA: Mobilização de saberes articulados com as experiências teórico-práticas vivenciadas nos estágios supervisionados e nos componentes curriculares de ensino. Identificação e construção de problemáticas investigativas sobre o ensinar e aprender.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.			
PIMENTA, S. G. (org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez, 1999.			
TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:			
BITENCOURT, C. (org.). O saber histórico na sala de aula. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009.			
CARLOS, A. F. A. (org.) A Geografia na Sala de Aula. São Paulo: Contexto, 1999.			
CHARLOT, B. (org.). Da relação com o saber às práticas educativas. São Paulo: Cortez, 2013.			
GUIMARÃES, M. A dimensão ambiental na educação. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.			
SOUZA, R. C. de; BORGES, M. F. S. T. (orgs). A práxis da formação de educadores infantis. Rio de Janeiro. DP&A.2002.			

VI - SEXTO PERÍODO

VI - PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301065-1/ DE	Ensino de Matemática	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Objetivos e finalidades da matemática nos currículos escolares. Investigação, prática e teorização sobre objetivos, temas, conteúdos, conceitos e metodologias abordadas no ensino. Produção e uso de materiais didáticos tecnológicos no ensino de Matemática.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: D' AMBROSIO, U. Etnomatemática: arte ou técnica de explicar ou conhecer. São Paulo: Ática, 1990. KAMMI, C. A criança e o número. 11.ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1997. PANIZZA, M. (org). Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e			

propostas. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24201_12678.pdf Acesso em: 05 fev. 2018.

MAGINA, Sandra e outros. **Repensando a Adição e Subtração. Contribuições da teoria dos campos conceituais**. São Paulo: Proem, 2001.

MENDES, Iran Abreu. **Matemática e investigação em sala de aula: tecendo redes cognitivas na aprendizagem**. Natal: Flecha do tempo, 2006.

MOYSÉS, Lúcia. **Aplicações de Vygotsky à Educação Matemática**. 2.ed. São Paulo, Papirus, 2000.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0401089-1/DL	Língua Brasileira de Sinais	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Libras em contexto. Estudo das modalidades visual e gestual da comunidade das pessoas surdas. Gramática de uso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FELIPE, T. A. **Libras em Contexto**: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. MEC: SEESP, Brasília, 2001.

PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C (org.). **A Surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. p. 51-74.

PERLIN, G. **O espaço da cultura surda**. Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Acadêmica em Surdos. UNISC, 2003. Material não publicado.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PERLIN, G. **História do povo surdo**. Material elaborado para o Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização Acadêmica em Surdos. UNISC, 2003. Material não publicado.

QUADROS, R. M. de.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SILVA, M. da P. M. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus Editora, 2001.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301066-1/DE	Ensino de Língua Portuguesa	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Linguagem, língua e prática social. Concepções de linguagem e língua. O ensino da língua materna: objetivos, conteúdos e aspectos metodológicos; texto como unidade básica de ensino; oralidade, escrita, leitura e análise linguística; sistemática de avaliação; planejamento e práticas de aula em língua materna. Competências e habilidades necessárias ao professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTUNES, I. **Aula de português**: encontro e interação. São Paulo: Parábola, 2003.

OLIVEIRA, P. F. de; SAMPAIO, M. L. P.; BESSA, J. C. **Ensino, pesquisa e formação de professores de Língua Portuguesa e de Literatura** [recurso eletrônico]. Disponível em: <<http://uern.br/default.asp?>

menu=edicoes-uern> acessado: aos 10 de outubro de 2011.

TRAVAGLIA, J. C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1999.

MATÊNCIO, M. de L. **Leitura, produção de textos e a escola**. Campinas: Mercado Aberto, 1996.

SAMPAIO, M. L. P.; REZENDE, N. L. de; BONFIM, M. N. B. (org.). **Ensino de língua portuguesa: entre documentos, discursos e práticas**. São Paulo: Humanitas, 2012.

SAMPAIO, M. L. Pessoa. Texto literário e ensino: abordagens subjacentes a seleção de conteúdos em planos de professores. In: SAMPAIO, M. L. Pessoa. **Linguagem, discurso e cultura**: múltiplos objetos e abordagens. Mossoró: Queima Bucha, 2008.

SOUSA, A. P. de; BARZOTTO, V. H.; SAMPAIO, M. L. P. (org.). **Formação de professor de língua portuguesa**: quando a linguagem e o ensino se encontram São Paulo: Paulistana, 2010. v. 1. 193p.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301067-1/ DE	Literatura e Infância	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Literatura e Infância: conceitos e aspectos históricos. A diversidade dos gêneros literários numa perspectiva infantil. Literatura, leitura e formação de leitores. A presença da literatura no processo educativo: aspectos teóricos e metodológicos. A literatura como direito e prazer da criança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ABRAMOVICH, F. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997

AMARILHA, M. **Estão mortas as fadas?** Literatura infantil e prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2012.

VILLARDI, R. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARILHA, M. **Alice que não foi ao país das maravilhas**: a leitura crítica na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Tradução por Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

BARTHES, R. **Aula**. 12. ed. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.

CADEMARTORI, L. **O que é literatura infantil**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, A. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

COELHO, N. N. **Literatura Infantil**: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.

FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004

MARTINS, M. H. **O que é Leitura**. São Paulo: brasiliense, 2007.

MAROTO, L.H. **Biblioteca escolar, eis a questão!** Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

YUNES, E. (org.). **Pensar a leitura**. Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio, 2002.

YUNES, E.. A provocação que a literatura faz. In: AMARILHA, M. (org.). **Educação e Leitura**: redes de sentidos. Brasília: Liber livro, 2010.

PENNAC, D. **Como um romance**. 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PINHEIRO, H. **Poesia na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2018.

POUND, E. **ABC da Literatura**. Tradução de José Paulo Paes e Augusto dos Campos. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

SALDANHA, D. M. L. L. **O ensino de literatura no curso de pedagogia**: um lugar necessário entre o institucional, o acadêmico e o formativo. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Natal, RN, 2018, 245f. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26401>. Acesso em: 05 mar. 2019.

SALDANHA, D. M. L. L.; AMARILHA, M. O ensino de literatura no curso de Pedagogia: uma presença necessária. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 151-167, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/62735/37189>. Acesso em: 05 mar. 2019.

VILLARDI, R. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

ZILBERMAN, R. (org.). **Leitura em crise na escola**. 11.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.

ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. **Literatura e pedagogia**: ponto e contraponto. São Paulo: Global; Campinas: ALB – Associação da Leitura do Brasil, 2008.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301908-1/DE	Seminário Temático II	Atividades da prática	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica-prática.	Conceito		
EMENTA: Problemas de conhecimento nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Resolução de problemas como estratégia metodológica no ensino-aprendizagem das diferentes linguagens dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BROUSSEAU, G. Introdução ao Estudo das Situações Didáticas : Conteúdos e Métodos de Ensino. São Paulo: Ática, 2008. SACRISTAN, J. G.; GÓMEZ, A.I. Pérez. Compreender e transformar o ensino . 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. ZABALA, A. A prática educativa : como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ANDRÉ, M. O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores . 12. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. DEMO, P. Pesquisa princípio científico e educativo . 14.ed. São Paulo: Cortez, 2011. FLICK, U. Desenho da pesquisa qualitativa . Porto Alegre: Artmed, 2009. GIL, A. C. Pesquisa exploratória. In: FLICK, U. Como elaborar Projetos de Pesquisa . 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. MOTTA-ROTH, D. Produção textual na universidade . São Paulo: Parábola, 2010.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301100-1/DE	Estágio Supervisionado II	Estágio.	165h/11

Aplicação	Avaliado por		
Teórico-prática.	Nota		
EMENTA: Organização e ação didática a partir do diagnóstico dos processos educativos escolares nos anos iniciais do Ensino fundamental. O Projeto Político Pedagógico, o planejamento e a ação docente como elementos indissociáveis da prática pedagógica escolar. Materiais didático-pedagógicos e diferentes metodologias no ensino-aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. A avaliação mediadora no processo de ensino-aprendizagem.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf Acesso em: 05 mar. 2019. MACEDO, S. M. F., CAETANO, A. P. V. A ética como competência profissional na formação: o pedagogo em foco. Educação & Realidade. v.42, n.2, p. 627-648. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2175-62362017000200627&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 05 mar. 2019. PIMENTA, S. G. LIMA, M. S. L. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALMEIDA, A. M. B. de; LIMA, M. S. L.; SILVA, S. P. (orgs). Dialogando com a escola: Reflexões do estágio e da ação docente nos cursos de formação de professores. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. GODOY, A. C. de S. Fundamentos do trabalho pedagógico. Campinas SP: Alínea, 2009. KARNAL, L. Conversa com um jovem professor. São Paulo: Contexto, 2015. LIMA, M. S. L. Aprendiz da prática docente: a didática no exercício do magistério Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. LIMA, M. S. L.; SALES, J. de O. C. B. Identidade e fazer docente: dois movimentos que se cruzam. In: Aprendiz da prática docente: a didática no exercício do magistério. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Magistério). MORAES, T. S. V. de; CARVALHO, A. M. P. de. Investigação científica para o 1º ano do ensino fundamental: uma articulação entre falas e representações gráficas dos alunos. Ciênc. Educ., Bauru, v. 23, n. 4, p. 941-961, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n4/1516-7313-ciedu-23-04-0941.pdf . Acesso em: 12 jan. 2019. OLIVEIRA, J. B. A.; CHADWICK, C. Aprender e ensinar. 5 ed. São Paulo: Global, 2002. ZABALZA, M. A. O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária. São Paulo: Cortez, 2014. (Coleção docência em formação :saberes pedagógicos).			

VII - SÉTIMO PERÍODO

VII - PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301068-1/DE	Ensino de Arte	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Produção em arte: o fazer artístico e o ato de criar. Arte como linguagem e construção de sentidos. Arte como produto da História e da multiplicidade de culturas. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: AROUCA, C. A. C. Arte na escola: como estimular um olhar curioso e investigativo nos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental- São Paulo: Editora Anzol, 2012. MARTINS, M. C. <i>et.al.</i> Didática do Ensino de Arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte. – São Paulo: FTD, 1998. MODINGER, C. R.<i>et.al.</i> Artes visuais, dança, música e teatro: práticas pedagógicas e colaborações docentes. – Erechim: Edelbra, 2012. ROSA, N. S. S. Arte-educação para professores: Teorias e práticas na visitação escolar. Rio de Janeiro: Pinakothek, 2006. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC, 2017. COLI, J. O que é arte? São Paulo: Brasiliense, 2000. GRANEIRO, V.V. Como usar o teatro na sala de aula. São Paulo: Contexto 2011. PILLOT, S. S. D. (org). Reflexões sobre o ensino da arte. Santa Catarina, Joinville: Univalle, 2001. ROSSI, M. H. W. Imagens que falam: leitura da arte na escola. 4. ed. Revisada e atualizada. Porto Alegre: Mediação 2009.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301070-1/DE	Corpo, Movimento e Ludicidade	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: O homem visto como ser biopsicossocial. A corporeidade como experiência. Estudo das diferentes concepções alternativas metodológicas dos jogos e brincadeiras. Atividades práticas que possibilitem vivenciar o corpo em todos os seus movimentos ou dimensões. BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ANTUNES, C. Inteligências múltiplas e seus jogos: inteligências cinestésico – corporal. 2. ed.			

Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CUNHA, S.R. V. da (Org.). **Cor, som e movimento**: a expressão plástica, musical e dramática no cotidiano da criança. Porto Alegre: Mediação, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRANÇA, T. **Corporeidade e Lazer**. Tese de doutorado. PPGE/UFRN.2005

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da animação**. Campinas: Papyrus, 1997.

SIQUEIRA, D. da C. O. **Corpo, comunicação e cultura: a dança contemporânea em cena**. Campinas, SP: autores associados, 2006.

SOUZA, L. F. de. **Um palco para o conto de fadas**: uma experiência teatral com crianças pequenas. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008.

WAJSKOP, G. **Brincar na pré-escola**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301069-1/DE	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Os sujeitos participantes da Educação de Jovens e Adultos na sociedade. Aspectos históricos da EJA como instrumento de inclusão e seus pressupostos teórico-metodológicos. A especificidade das práticas educativas com jovens e adultos, considerando-se a orientação metodológica da relação dialética teoria-prática e da pesquisa-ação. A apropriação de saberes escolares e cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

SOARES, L. (org.) **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TFOUNI, L. V. **Adultos não-alfabetizados em uma sociedade letrada**. São Paulo: Cortez, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRANDÃO, C. R. **A Pergunta a várias mãos**: a experiência da pesquisa no trabalho do educador. V. 1. São Paulo: Cortez, 2003.

CHARLOT, B. **Os jovens e o saber**. Perspectivas mundiais. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREIRE, P. Papel da educação na humanização *in* **Revista da FAEBA**. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, ano 1, nº1 (jan/jun-1992).

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GADOTTI, M. **Educação de Jovens e Adultos**: teoria, prática e proposta. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

KLEIMAN, Â. B.; SIGNORINI, I. *et al.* **O Ensino e a formação do professor**: alfabetização de jovens e adultos. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

PICONEZ, S C. B. **Educação escolar de jovens e adultos**. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301906-1/DE	Laboratório de Monografia	Disciplina	45h/03
Aplicação	Avaliado por		
Teórica-Prática.	Nota		

EMENTA: Elaboração do projeto de Monografia, abordando, de preferência, algum(ns) aspecto(s) relevante(s) advindo das experiências vivenciadas no Curso de Pedagogia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos quantitativos, qualitativos e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DESLANDES, S. F. O Projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. de S.; GOMES, R. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. MINAYO, M. C. de S.; GOMES, S. F. D. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, M. **Como escrever teses e monografias:** um roteiro passo a passo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15287.** Projeto de pesquisa. Rio de Janeiro, 2011.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais:** evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DESLANDES, S. F.; MINAYO, M. C. de S.; GOMES, R. **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010.

GRESSLER, L. A. **Introdução à pesquisa:** projetos e relatórios. 2. ed. ver. Atual. São Paulo: LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Portalegre: Artes Médicas, Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MARQUES, M. O. **Escrever é preciso:** o princípio da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses.** 5. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

PADUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. Campinas-SP: Papirus, 2004.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301101-1/DE	Estágio Supervisionado III	Estágio.	150h/10
Aplicação	Avaliado por		
Teórica-prática.	Nota		

EMENTA: Aportes teórico-práticos para a atuação supervisionada dos futuros pedagogos. Atuação nos sistemas de ensino. Atuação nos espaços escolares e não escolares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOHN, M. da G. **Educação não formal e o educador social:** atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleções questões da nossa época; v.1)

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005. TRILLA, J. **Educação formal e não formal:** pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AGUIAR, M. A. da S. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. In: **Educação e Sociedade**, Campinas/SP, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 819-842, out. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 10 jul. 2012.

LIBÂNEO, J. C. Ainda as perguntas: o que é pedagogia, quem é o pedagogo, o que deve ser o curso

de pedagogia. In: PIMENTA, Selma Garrido. **Pedagogia e pedagogos**: caminhos e perspectivas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. P.63-100.

MACHADO, E. M. Pedagogia social: diálogos e fronteiras com a educação não-formal e educação sócio comunitária. In: **Revista de Ciências da Educação**. Ano X - N.º 18 - 1.º Semestre/2008. Disponível em: < http://www.am.unisal.br/pos/Stricto-Educacao/revista_ciencia/EDUCACAO_18.pdf >. Acesso em: 08 Jul. 2012.

MATOS, E. L. M; MUGIATTI, M. M. T. de F. **Pedagogia Hospitalar**: A humanização integrando educação e saúde. 5. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

ROZESTRATEN, Reinier, J. A. **Psicopedagogia do Trânsito**. São Paulo: EPU, 1998.

VIII - PERÍODO

VIII - PERÍODO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301072-1/DE	Tecnologias e Mediação Pedagógica	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		

Teórica	Nota		
EMENTA: A sociedade contemporânea, a educação e o uso das tecnologias. O uso das tecnologias e os processos de exclusão e de emancipação social. As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) e os desafios na formação do pedagogo. A mediação pedagógica, compreensão e uso dos audiovisuais em sala de aula: fotografia, rádio, cinema, TV, vídeo, computador, <i>softwares</i> educativos, <i>internet</i>. Experiências de Educação à Distância e do uso de audiovisuais em sala de aula.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: GRANADO, A.; ANTUNES J. L. Redes sociais para cientistas. Nova Escola Doutoral: Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa, 2014. MORAN, J. M. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papyrus, 2001. SCHAFF, A. A sociedade informática. UNESP: Brasiliense, 1995. SANCHEZ, A.; SANTAELLA, L. Da cultura das mídias à cibercultura: o advento do pós-humano. Revista FAMECOS. Porto Alegre, 2003. Disponível em: SAMPAIO, M. L. P. O papel do pedagogo na contemporaneidade. Palestra na UFCG, 2016. SANCHEZ, A.; GRANADO, A. e ANTUNES, J. L. Redes sociais para cientistas. Portugal: Nova Escola Doutoral – Reitoria da Universidade NOVA de Lisboa, 2014 VALENTE, J. (org.) O computador na sociedade do conhecimento. Campinas: Unicamp/Nied, 1999.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARAÚJO, J. C. (org.). Internet e ensino: novos gêneros, outros desafios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. ALMEIDA, M.E. B. de; ALONSO, M. Tecnologias na formação e na gestão Escolar. São Paulo: Avercamp, 2007. CARVALHO A. (org.). Novas metodologias em educação. Portugal: Porto Editora, 1995. DEMO, Pedro. Conhecimento e aprendizagem na nova mídia. Brasília: Editora Plano, 2001. FERRETTI, C. J. (org.). Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas, SP: Papyrus: 2012. KENSKI, V. M. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas, SP: 2007. MERCADO, L. P. L. (org). Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática. Maceió: EDUFAL, 2002. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro. ed. 34, 1993. MORAN, J. M. Mudanças na comunicação pessoal. São Paulo: Paulinas, 1998. NAPOLITANO, M. Como usar a televisão na sala de aula. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2008. PARENTE, A. Imagem e máquina. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. SANCHO, J. Para uma tecnologia educacional. Porto Alegre: Artmed, 1998 SETTON, M. da G. Mídia e Educação. São Paulo: Contexto, 2011.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301077-1/DE	Monografia	Disciplina	120/08
Aplicação	Avaliado por		
Teórica-Prática	Nota		
EMENTA: Estudos, leituras e fichamentos de referenciais teóricos que versam sobre o tema do trabalho monográfico; construção de trabalho monográfico.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ALVES, M. Como escrever teses e monografias: um roteiro passos a passo. 2. ed. Rio de Janeiro:			

Campus, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724. Informação e documentação - Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DA ÁREA DE APROFUNDAMENTO

ÁREA: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO CIDADÃ EM PRÁTICAS EDUCATIVAS ESCOLARES E NÃO-ESCOLARES

Disciplinas de:

- Educação em Direitos Humanos

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301093-1/DE	Educação em Direitos Humanos	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Direitos humanos e educação. A educação em direitos humanos **como** um direito fundamental e seus princípios. A conjuntura nacional e a institucionalização do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Educação em direitos humanos na sala de aula. Educação em Direitos humanos na formação do (a) educador (a). A educação em direitos humanos como tema transversal no currículo escolar, a partir da perspectiva de gênero, geração, etnia, orientação sexual, pluralidade e diversidade cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARBONARI, P. C. (org.). **Sentido filosófico dos direitos humanos**: leituras do pensamento contemporâneo. Passo Fundo-RS: IFIBE, 2006. (Coleção Filosofia e Direitos Humanos: 1)
 SANTOS, B. de S. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. Cortez Editora, 2013.
 SILVEIRA, R. M. G. et al (org.). **Educação em direitos humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
 SCAVINO, S.; CANDAU, V.M.F. (org.). Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas. Petrópolis: DP, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília-DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. 52 p.
 SCAVINO, S.; CANDAU, V.M.F. (Org.). Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas. Petrópolis: DP, 2008
 CANDAU, V. M.a et al. **Tecendo a cidadania**: oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
 CARVALHO, J. S. (et al/). Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações. In: CARVALHO, J. S. et al/. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 3, São Paulo, set/dez. 2004. p. 435-445.
 FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 31ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
 MIRANDA, N. Por que Direitos Humanos. Belo Horizonte: Autêntica 2006.
 PINSKY J.; PINSKY, C.B. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

- Educação e Movimentos Sociais

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301090-1/DE	Educação e Movimentos Sociais	Disciplina	60h/04

Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Teoria e trajetória dos movimentos sociais no Brasil. Os movimentos sociais como espaço educativo na formação da cidadania. A relação entre poder e saber no processo de construção e apropriação do conhecimento. O papel dos movimentos sociais na articulação educação não formal com o sistema formal de ensino. Tendências e perspectivas da educação dos movimentos sociais na educação brasileira atual.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ADORNO, T. W. Educação e emancipação. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCORBA, A. (orgs.). Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2000. GOHN, M. da G. Movimentos sociais e educação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da nossa época, 5). SANTOS, B. de S. (Org.). As vozes do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: GOHN, M. da G. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2006. SHIVA, V. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003. WOOD, E. M. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2006. XESUS, R. J. Pedagogia da Convivência. Porto: Profedições, 2007.			

ÁREA DE APROFUNDAMENTO: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

Disciplinas de:
- Educação do Campo
- Educação de Adultos e Cultura Popular

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301094-1/DE	Educação do Campo	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: A escola do campo no contexto do projeto neoliberal de educação. Escola do Campo: a educação como direito. Estudo das políticas públicas educacionais e sua relação com os movimentos sociais rurais. A identidade do sujeito e da escola do campo. A LDB 9.394/96 e as Diretrizes Curriculares para Educação do Campo. Particularidade e diversidade da formação do(a) educador e da escola do campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ANTUNES-ROCHA, M. I.; HAGE, S. M. (orgs.). **Escola de direito**: reinventando a escola multisseriada. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (Coleção Caminhos da Educação do campo, 2).

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo**. Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo**. Resolução CNE/CEB nº 02 de 28 de abril de 2008.

BOF, A. M. (org.) **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CALDART, R. S.; PALUDO, C; DOLL, J. (org). **Como se formam os sujeitos do campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA: NEAD, 2006.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Editora 34, 1997.

LEITE, S. C. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

(Coleção Questões da Nossa Época, v.70).

MOLINA, M. C. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

OLIVEIRA, Â. C. N. de *et.al.* **Educação para convivência com o semiárido**: reflexões teórico-práticas. Juazeiro- BA: Secretaria Executiva da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB); Selo editorial Resab, 2006.

ROCHA, M. I. A.; MARTINS, A. A. (org). **Educação do campo**: desafios para formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BATISTA, M. do S. X (org.). **Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo**: pesquisas e práticas educativas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. p. 275-301.

CARLOS, J. E.; VICENTE, D. S. S. Fundamentos jurídicos da educação do campo: rascunhos e achados de pesquisa. In: BATISTA, M. S. X. (org.). **Movimentos sociais, estado e políticas públicas de educação do campo**: pesquisas e práticas educativas. p. 25-43.

CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **"Por uma política pública de educação do campo"**. Texto-Base, GO, 2 a 6 de agosto de 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de (orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 5).

WERLE, F. O. C. **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação de professor**. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2007.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301095-1/DE	Educação de Adultos e Saberes da Cultura Popular	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: A educação de Jovens e Adultos enquanto direito da cidadania na cidade e no campo, considerando-se saberes e aspectos da educação popular. A valorização da cultura popular, memória e história de vida. Particularidades e diversidades da formação do(a)educador(a) de jovens e adultos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BARREIRO, J. Educação popular e conscientização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982. BETTO, F. Desafios da educação popular. São Paulo: CEPIS, 2000. CALADO, A. J. F. (1997). Reproblematizando o(s) conceito(s) de educação popular. <i>In</i>: GADOTTI, M. ROMÃO, J. E. (org.) Educação de jovens e adultos: teoria, prática e propostas. 8. ed.- São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2011. PRESTES, E. M. T.; MARTINS, K. M. C. 13. Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste: Educação Popular, Natal, 17 a 20 de junho de 1997. Natal: EDUFRRN.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRANDAO, C. R. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. FÁVERO O. (org.) Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60. Rio de Janeiro: Graal, 1983 FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. GADOTTI, M. ROMÃO, J. E. (orgs.) Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta. 8 ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2006. (Guia da escola cidadã; v.5). PALUDO, C. Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático e popular. Porto Alegre, RS: Tomo Editorial; CAMP, 2001. PELOSO, R. Saberes e olhares: formação e educação popular na Comissão Pastoral da Terra. São Paulo: Loyola, 2002. SANTOS, N. E também lhes ensinam a ler: a cruzada nacional de alfabetização da Nicarágua. Rio de Janeiro: Ayuri Editorial, 1990. STRECK, D. R.; EUCLIDES, R.; ZITKOSKI (org.). Dicionário Paulo Freire. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 210.			

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301126-1/DE	Avaliação Educacional	Disciplina	60h/04
Aplicação		Avaliado por:	
Teórica.		Nota	
EMENTA: A avaliação da aprendizagem, a avaliação institucional e a avaliação externa: características e especificidades. Diferentes funções da avaliação. Técnicas e instrumentos avaliativos. Elaboração de itens objetivos e discursivos. Avaliações de sistemas educacionais de cunho nacional, estadual e municipal. A avaliação externa e em larga escala e seus desdobramentos no contexto educativo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: HAYDT, R. C. C. Avaliação do processo ensino-aprendizagem. <i>In</i> : HAYDT, R. C. C.. Curso de didática geral . 8. ed. São Paulo: Ática, 2006. LUCKESI, C. C.. Avaliação da aprendizagem escolar . 19. ed. São Carlos: Cortez, 2008. VIANNA, H. M. Testes em Educação . 2. ed. Rio de Janeiro: Instituição Brasileira de Difusão Cultural - IBRASA, 1976.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AFONSO, A. J. Avaliação educacional : regulação e emancipação. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005. BAUER, A.; GATTI, B. A.; TAVARES, M. R.. Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil : Origens e pressupostos. v. 1. Florianópolis: Insular, 2013. BAUER, A.; GATTI, B. A. Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil : Implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. v. 2. Florianópolis: Insular, 2013. FREITAS, L. C. de; SORDI, M. R. L. de; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, Helena Costa Lopes de. Avaliação Educacional : Caminhando pela contramão. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. HOFFMANN, J.M. L. Avaliação – mito e desafio : uma perspectiva construtivista. 28.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301127-1/DE	Educação ambiental e o processo educativo	Disciplina	60h/04
Aplicação		Avaliado por	
Teórica.	Nota		

EMENTA: A problemática ambiental na atualidade diante dos determinantes socioeconômicos, históricos e culturais no processo de degradação ambiental. O papel da educação ambiental como estratégia de enfrentamento da crise que envolve o meio ambiente. Possibilidades teórico-metodológicas para abordagem da temática nos espaços escolar e não-escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
BATISTA, M. do S. da S. **Educação ambiental:** caminhos traçados, debates políticos e práticas escolares. *In:* CABRAL NETO, A.; MACEDO FILHO, F. D. de; BATISTA, M. do S. da S. Brasília: Liber Livro, 2010.
CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 65-71.
GONÇALVES, C. W. Porto. **Os (Des) caminhos do meio ambiente**. 12.ed. São Paulo: Contexto, 2005.
GUIMARÃES, M. (org.). **A dimensão ambiental na educação**. 6.ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.
LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.
LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

PENTEADO, H. D. **Meio Ambiente e formação de professores**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da nossa época; v. 38).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012. Dispõe sobre as **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental**. Brasília, 2012.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301083-1/DE	Educação e Cidadania da Criança e do Adolescente	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Diretrizes mundiais e nacionais dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Políticas públicas de proteção à infância e à adolescência e o Estatuto da Criança e do Adolescente. Escola como fator de garantia dos direitos e deveres da criança e do adolescente. Contribuição dos atores escolares e da família na viabilização do Estatuto da Criança e do Adolescente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Normativas internacionais. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: Conanda, 2002.

BRASIL. Estatuto da juventude. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**, e legislação correlata. 3. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. (Série legislação; n. 224).

DEL PRIORE, M. (org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011.

FERREIRA, A.L. **Havia uma sociologia no meio da escola**. Natal-RN: EDUFRN, 2004.

GROPPO, L. A. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**. São Paulo, Ano 13, n. 25, dezembro, 2004.

SACRISTÁN, J. **O Aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTOS, B. de S. (org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

TOSI, G. (org.). **Direitos Humanos, teoria e prática**. João Pessoa: Editora UFPB, 2005.

ZALUAR, A. **Da revolta ao crime S.A.** São Paulo: Moderna, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HONNET, A. **Luta por Reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais**. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

KOZEN, A. A. et al. (coord.). **Pela Justiça na Educação**. Brasília: MEC/Fundescola, 2000.

RABENHORST, E. R. **Dignidade humana e moralidade democrática**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

SINGER, P. A cidadania para todos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, J. (org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

SOUZA, R. M. **Escola e juventude**. São Paulo: EDUC, 2003.

VEIGA, C. G. A infância e a modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, L. M. (org.). **A infância e sua educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ZENAIDE, M. de N. T. et al. (org.). **A formação em direitos humanos na Universidade: ensino, pesquisa e extensão**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

Código:	Nome do Componente	Grupo:	Carga
----------------	---------------------------	---------------	--------------

Dep. De Origem	Curricular:		Horária/Crédito:
0301081-1/DE	Educação e Multiculturalidade	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Educação e diversidade cultural. Educação e os movimentos sociais. A educação e a paridade dos direitos sem discriminação de etnia, religião, opção sexual. Educação para o diálogo entre os diferentes.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CANDAU, V. M. F. Sociedade, educação e cultura (s): questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. GIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: Editora da UNESP, 1993. GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989. PÉREZ GÓMEZ, A. I. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. Brasília: MEC/SEF, Vol. 10, 1997. FORQUIN, J. C. Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. GONÇALVES, L. A. O., SILVA, P. B. G., O jogo das diferenças: multiculturalismo e seus contextos. Belo Horizonte: Autêntica, 1988. VALENTE, A. L. Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade. São Paulo: Moderna, 1999. SILVA, T. T. da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301064-1/DE	Educação para a Diversidade	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Política nacional de atenção educacional às pessoas com necessidades especiais, minorias e demais casos de negação de direitos na sociedade. A formação de professores numa perspectiva de atendimento à diversidade Prática Pedagógica e acesso ao conhecimento numa perspectiva do princípio de Educação para Todos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BERLIN, I. Estudo sobre a humanidade. São Paulo: Comp. das Letras, 2002. BOAZ, F. Antropologia Cultural. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. CANDAU, M. V. (org.). Sociedade educação e culturas: questões e propostas. Petrópolis: Vozes, 2002. GADOTTI, M. Diversidade cultural e educação para todos. Rio de Janeiro: Graal, 1992. TORRES, R. M. Educação Para Todos: A Tarefa por Fazer. Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: HALL, S. A identidade em questão e Descentrando o Sujeito. In HALL, S. Identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro, 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 (1992) pp 7-22; 34-46.			

MAGALHÃES, A. e STOER, S. **A escola para todos e a excelência acadêmica**. São Paulo: Editora Cortez, 2007.(Coleção/Série Prospectiva. Volume 8).
MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.
ROMANOWSKI, J. P; MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (orgs). **Conhecimento local e conhecimento universal: diversidade, mídias e tecnologias na educação**. Curitiba: Champagnat, 2004.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301128-1/DE	Ética Profissional do pedagogo	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Ética e educação: definição, campos epistêmicos, objetivos, diálogos, sujeitos, fundamentos e relações. Ética profissional: concepção, profissão, profissionalidade, profissionalismo e profissionalismo. Dimensões que interpenetram os campos axiológico e deontológico (código de ética), suas implicações e repercussões no âmbito dos processos de ensino-aprendizagem na formação do educador (espaços escolares e não escolares). Dilemas éticos da profissão. A prática ética profissional do pedagogo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.
SÁNCHEZ, V. A. **Ética**. Tradução de João Dell'Anna. 37.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Disponível em: http://www.record.com.br/images/livros/capitulo_Caz9ae.pdf. Acesso em: 24 mar. De 2019.
CORTINA, A. **Ética mínima**. Introdução à Filosofia Prática. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
MACEDO, S. M. F. M. **Ética, Ética Profissional e Educação**. Curitiba: CRV, 2018, v.1. (Coleção Laços e Enlaces)
MORIN, E. **O Método 6: ética**. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2017.
VEIGA, I. P.; ARAUJO, J. C. S.; KAPUZINIAK, C. **Docência: uma construção ético-profissional**. Campinas: Papirus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2003.
FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
LA TAILLE, Y. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
MO SUNG, J. DA SILVA, C. J. **Conversando Sobre Ética e Sociedade**. 10 ed. Petrópolis, Editora: VOZES, 2002.
RIOS, T. A. **Ética e competência**. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da Nossa Época; v.16).
PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. 4.ed. São Paulo: Summus, 1994, p. 75.
RIOS, T. A. **Ética e competência**. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção Questões da Nossa Época; v.16).

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301078-1/DE	Financiamento da Educação	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Financiamento para educação básica. Origem dos recursos. Programas alojados nos

sistemas e nas escolas. Fundos de Manutenção da educação. Orçamento participativo. Acompanhamento dos recursos financeiros pela sociedade através dos conselhos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MARTINS, P. de S. **FUNDEB, federalismo e regime de colaboração**. Campinas: Autores Associados, 2011(Coleção Políticas Públicas de Educação).

OLIVEIRA, R. P. de; ADRIÃO, T. (org.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**: análise da constituição federal e da LDB. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

ROSSINHOLI, M. **Política de Financiamento da Educação Básica no Brasil**: do FUNDEF ao FUNDEB. Brasília, Liber Livro, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AMARAL, N. C. **Para compreender o Financiamento da Educação básica no Brasil**. Brasília, Liber Livro, 2012.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. R. **Custo aluno-qualidade inicial**: rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global: Campanha Nacional pelo Direito à educação, 2007.

DAVIES, N. **FUNDEB**: a redenção da educação básica? Campinas: Autores Associados, 2008.

FARENZENA, N. **A política de financiamento da educação básica**: rumos da legislação brasileira Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SOUZA, D. B. de. **Acompanhamento e Controle Social da Educação**: fundos e programas federais e seus conselhos locais. São Paulo: Xamã, 2006.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301079-1/DE	Leitura, Escrita e Resolução de Problemas em Matemática	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		

EMENTA: Estudo sobre o conceito de interdisciplinaridade na construção do conhecimento escolar. A relação de impregnação mútua entre a matemática e a língua materna. A oralidade, a escrita e o desenho como recursos de comunicação nas escolas de matemática. A resolução de problemas como perspectiva da aprendizagem significativa e do conflito cognitivo para aquisição do conhecimento e do pensar matemático. Estratégias pedagógicas para desenvolver habilidades favoráveis à formulação e ao desenvolvimento de situações problema.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BICUDO, M. A. V.; BORBA, M. de C. (org.). **Educação Matemática**: pesquisa em movimento. São Paulo: Cortez, 2004.

D'AMBRÓSIO, U. **Etnomatemática**: elo entre as tradições e a modernidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

MACHADO, N. J. **Matemática e língua materna**: análise de uma impregnação mútua. 5ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

POZO, J. I. (org). **A solução de problemas**: aprender a resolver, resolver para aprender. Porto Alegre: Artmed, 1998.

RABELO, E. H. **Textos Matemáticos**: Produção, interpretação e resolução de problemas. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SMOLE, K. S. S. **Ler, escrever e resolver problemas**: habilidades básicas para aprender matemática. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SMOLE, K. S. S. **Era uma vez na matemática**: uma conexão com a literatura infantil. São Paulo: CAEM-USP, 1993.

SMOLE, K. S. S. DINIZ, M. I.; CÂNDIDO, P. **Cadernos do mathema**: do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. Porto alegre: Artmed, 2007.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301096-1/DE	Leitura, Produção de Texto e Análise Linguística	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: Estratégias discursivas para a compreensão da leitura e da produção de textos orais e escritos, com base nos diferentes gêneros textuais. Leitura, análise e discussão de textos literários e não-literários. Práticas avaliativas de leitura, produção, análise linguística, facção e refacção de textos orais e escritos. Procedimentos e atitudes. A avaliação mediadora no processo de ensino-aprendizagem.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BAKHTIN, M. (V. N. Volochinov). Marxismo e Filosofia da Linguagem. Trad. LAHUD, Michel; VIEIRA, Yara Frateschi. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992. BAKHTIN, M. (V. N. Volochinov). Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – Temas Transversais. Brasília: Ministério da Educação, 1997.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BRAIT, B. Bakhtin: outros conceitos-chave. (org.) São Paulo: Contexto, 2006. (p.10-195). BRITO, S. K.; GAYDECZKA, B.; KARWOSKI, A.M. (org.). Gêneros Textuais: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. MARCUSCHI, L A. Da fala para a escrita: atividade de retextualização. 4 .ed. São Paulo: Cortez. 2003 MARCUSCHI, L.A. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, PP. 19-38.2002 MARCUSCHI, L A. Produção Textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301129-1/DE	Literatura Infanto-Juvenil	Disciplina	60h/04
Aplicação		Avaliado por	
Teórica.	Nota		
EMENTA: Literatura Infanto-juvenil: conceitos, aspectos históricos, funções. Literatura, formação humana e transdisciplinaridade. Leitura literária: fruição, experiência estética. Contação de histórias e repertórios de leitura (narrativas, poesia, fábulas). Biblioteca e formação do leitor. <i>Andaimagem</i> e Mediação de leitura na aula de literatura.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: ABRAMOVICH, F. Literatura infantil: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1997 AMARILHA, M. Estão mortas as fadas? Literatura infantil e prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 2012. COELHO, N. N. Literatura Infantil: teoria, análise, didática. São Paulo: Moderna, 2000.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- AMARILHA, M. **Alice que não foi ao país das maravilhas: a leitura crítica na sala de aula.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- AMARILHA, M. Literatura e oralidade: escrita e escuta. In: DAUSTER, T.; FERREIRA, L. (orgs.). **Por que ler?** Perspectivas culturais do ensino de leitura. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p.89-110.
- BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas.** Tradução por Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- BARTHES, R. **Aula.** 12. ed. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 2007.
- CADEMARTORI, L. **O que é literatura infantil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CALVINO, I. **Por que ler os clássicos.** Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANDIDO, A. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, Antonio. **Textos de intervenção.** São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- COELHO, N. N. **Literatura: arte, conhecimento e vida.** São Paulo: Peirópolis, 2000b
- ECO, U. **Seis passeios pelos bosques da ficção.** Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- ECO, U. **Sobre a literatura.** Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- FARIA, M. A. **Como usar a literatura infantil na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2004.
- FREIRE, P. **A Importância do Ato de Ler: em três artigos que se completam.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- LIMA, L. C. (coord. e trad.). **A literatura e o leitor.** Textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GRAVES, M. F.; GRAVES, B.B. The scaffolding reading experience: a flexible framework for helping students get the most out of text. In: Reading. April. 1995.
- MARTINS, M. H. **O que é Leitura.** São Paulo: brasiliense, 2007.
- MAROTO, L. H. **Biblioteca escolar, eis a questão!** Do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- YUNES, E. (org.). **Pensar a leitura.** Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio, 2002.
- YUNES, E. A provocação que a literatura faz. In: AMARILHA, Marly (org.). **Educação e Leitura: redes de sentidos.** Brasília: Liber livro, 2010.
- PENNAC, D. **Como um romance.** 4. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- PINHEIRO, H. **Poesia na sala de aula.** São Paulo: Parábola, 2018.
- POUND, E. **ABC da Literatura.** Tradução de José Paulo Paes e Augusto dos Campos. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.
- SALDANHA, D. M. L. L. **O ensino de literatura no curso de pedagogia: um lugar necessário entre o institucional, o acadêmico e o formativo.** Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação. Natal, RN, 2018, 245f. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/26401>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- SALDANHA, D. M. L. L.; AMARILHA, M. O ensino de literatura no curso de Pedagogia: uma presença necessária. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 72, p. 151-167, nov./dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/62735/37189>. Acesso em: 24 mar. 2019.
- VILLARDI, R. **Ensinando a gostar de ler e formando leitores para a vida inteira.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1997.
- VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- ZILBERMAN, R. **A literatura infantil na escola.** São Paulo: Global, 2003.
- ZILBERMAN, R. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- ZILBERMAN, R. **A leitura e o ensino da literatura.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301082-1/DE	Organização da Educação Municipal	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: O município e a educação escolar. O município como instância administrativa. Plano Municipal de Educação. Organização do sistema municipal de ensino. A escola como centro da educação municipal.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BOTH, I. J. Municipalização da educação: uma contribuição para um novo paradigma de gestão do ensino fundamental. Campinas: Papirus, 1997. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.) Município e educação. São Paulo: Cortez Editora, 1993. MARTINS, Â. M.; OLIVEIRA, C. de; BUENO, M. S. S. (org.). Descentralização do estado e municipalização do ensino: problemas e perspectivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARRETCHE, M. Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro/São Paulo, Editora Revan/FAPESP, 2000. GENTILI, P. A. A; SILVA, T. T. Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. GIUBILEI, S. (org.). Descentralização, municipalização e políticas educativas. Campinas: Alínea, 2001. MOTA, A. B. R. da. A História da municipalização do ensino no Brasil. Uniso Universidade de Sorocaba. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/A%20HIST%D3RIA%20DA%20MUNICIPALIZA%C7%C3O%20DO%20ENSINO%20NO%20BRASIL.pdf Acesso em: 24 mar.2019. OLIVEIRA, C. de. <i>et al.</i> Municipalização do ensino no Brasil: algumas leituras. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. WERLE, F. O. C. (org.). Sistema Municipal de Ensino e Regime de colaboração- Ijuí: Ed. Unijuí. 2006.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301130-1/DE	Paulo Freire e a Educação	Disciplina	60h/04
Aplicação		Avaliado por	
Teórica.	Nota		
EMENTA: Bases teóricas e conceituais do pensamento freireano. Contribuições educacionais de Paulo Freire. Práticas fundamentadas e/ou inspiradas na pedagogia freireana. Paulo Freire e a Educação Popular. Paulo Freire e outros pensadores da Educação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 18. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. FREIRE, P. A educação na cidade. São Paulo: Cortez, 1995. FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. SP: Cortez .1982.			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FREIRE, P.; SHOR I. **Medo e Ousadia**. O Cotidiano do Professor. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Olho D'Água, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301131-1/DE	Prática Pedagógica em Educação Inclusiva	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórico-Prática	Nota		

EMENTA: Organização e gestão do trabalho pedagógico de atendimento as diferenças em sala de aula. Atendimento Educacional Especializado em uma perspectiva inclusiva. O ensino colaborativo em contextos de inclusão. Observação, participação e desenvolvimento de atividades pedagógicas em escolas públicas locais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AINSCOW, M. **Tornar a educação inclusiva**: como essa tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, O. et al. (orgs). **Tornar a educação inclusiva**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000184683>. Acesso em: 23 mar.2019.

CARVALHO, R. E. **Removendo Barreiras Para a Aprendizagem**: Educação Inclusiva. 8. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2009.

FRANCO, M. A. M.; GUERRA, L. B. (orgs.) **Práticas Pedagógicas em contexto de inclusão**: situações de sala de aula São Paulo: Paco, 2018, v 3.

MANTOÁN, M. T. E. (org). **Para uma escola do século XXI**. Campinas, SP: Unicamp/BCCL, 2013. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000922545> Acesso em: 23 mar.2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAPTISTA, C. R. (org). **Inclusão e Escolarização**: múltiplas perspectivas. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

BRITO, L. T. de; SANTOS, M.P. dos. Sexualidade e Inclusão no Espaço Escolar: Um Debate com Base na Perspectiva Omnilética. Revista latino-americana de Geografia e Gênero, v. 9, p. 51-71, 2018. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rllagg/article/view/10654> Acesso em: 23 mar.2019.

CARVALHO, R. E. **Escola inclusiva**: a reorganização do trabalho pedagógico. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

FIGUEIREDO, R. V. (org). **Escola, diferença e inclusão**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

LANUTI, J.E. de O. E.; MANTOÁN, M. T. E. Ressignificar o Ensino e a Aprendizagem a partir da Filosofia da Diferença. **Polyphônia. Revista de Educación Inclusiva, Chile**, v. 2, n. 1, p. 119 -128, fev. 2018. Disponível em: <https://revista.celei.cl/index.php/PREI/article/view/119-129> Acesso em: 23 mar.2019.

LUSTOSA, F.G.; MARIANA, F. B. (orgs.). **Diversidade, diferença e deficiência**: análise histórica e narrativa cinematográfica. Fortaleza: Edições UFC, 2017.

MARTINS, L. de A. R.; PIRES, G. da L.; PIRES, J. (orgs). **Inclusão escolar e social**: novos contextos, novos aportes. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

SANTOS, M. P. dos. **Ensaio sobre a Inclusão em Educação**. Curitiba: CRV, 2017. STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: Um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301080-1/DE	Projetos Pedagógicos	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica	Nota		
EMENTA: Significado, importância e tipologia de projetos pedagógicos para o espaço escolar e não escolar. A organização do currículo por projetos de ensino. Projeto de ensino como planejamento didático articulador de conhecimentos. Construção, implementação e avaliação de projetos pedagógicos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: DEWEY, J. Experiência e educação. 3. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979. HERNÁNDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 1998. CANÁRIO, R. (Org.). Inovação e projecto educativo na escola. Lisboa: Educa, 1992. VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico na escola: uma construção possível. 14. ed. Campinas: Papirus, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. das G. S. Projetos pedagógicos na educação infantil. Artmed, 2007. GARDNER, H. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. NOGUEIRA, N. R. Pedagogia dos projetos: etapas, papéis e atores. 4. ed. São Paulo: 2008. _____. Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. 7. ed. São Paulo: Érica, 2008. OLIVEIRA, A. C. de. Projetos pedagógicos: práticas interdisciplinares: uma abordagem para os temas transversais. São Paulo: Editora Avercamp, 2005. TACCA, M. C. V. R. Aprendizagem e trabalho pedagógico (Org.). Campinas, SP: Alínea, 2008. THIESEN, J. da S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Revista Brasileira de Educação, v. 13 n. 39, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n39/10.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018. VALDEMARIN, V. T. História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010. XAVIER, M. L. M.; ZEN, M. I. H et al. Planejamento em destaque: análises menos convencionais. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301098-1/DE	Relações de Gênero e Sexualidade na Educação	Disciplina	60h/04
Aplicação	Avaliado por		
Teórica.	Nota		
EMENTA: As concepções de sexualidade e de gênero e a formação humana. As propostas governamentais para a educação sexual. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Tema Transversal Orientação Sexual. Propostas pedagógicas para uma educação não sexista. Sexualidade e relações de gênero no cotidiano escolar: discursos, práticas e formação do educador.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CATANI, D. B. et al. Docência, memória e gênero: estudos sobre formação. São Paulo: Escrituras,			

2000.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2. ed. Brasília, DF: CNTE; Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

NUNES, C.; SILVA, E. **A Educação sexual da criança**. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

(Polêmicas do nosso tempo, 72).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. 17. ed. São Paulo: Graal, 2006.

FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GIDDENS, A. **A Transformação da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

JUNG, C. G. **Psicologia do inconsciente**. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Obras completas de C.G. Jung, v. 7, t.1).

MEYER, D. E.; SOARES, R. de F. R. (orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade nas práticas escolares**. Porto Alegre, RS: Mediações, 2004.

UNIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301139-1/ DE	UCE I	Disciplina/ UCE	45/03
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301140-1/ DE	UCE II	Disciplina/ UCE	90/06

Aplicação	Avaliado por
Teórica - Prática	Nota
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.	
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.	

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301141-1/ DE	UCE III	Disciplina/ UCE	60/04
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301142-1/ DE	UCE IV	Disciplina/ UCE	120/08
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301143-1/ DE	UCE V	Disciplina/ UCE	60/04
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301144-1/ DE	UCE VI	Disciplina/ UCE	105/07
Aplicação	Avaliado por		
Teórica - Prática	Nota		

EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301145-1/ DE	UCE VII	Disciplina/ UCE	60/04
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301146-1/ DE	UCE VIII	Disciplina/ UCE	120/08
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301147-1/ DE	UCE IX	Disciplina/ UCE	45/03
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301148-1/ DE	UCE X	Disciplina/ UCE	90/06
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301149-1/ DE	UCE XI	Disciplina/ UCE	45/03
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301150-1/ DE	UCE XII	Disciplina/ UCE	120/08
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
XX/ DE	UCE XIII	Disciplina/ UCE	30/02
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301151-1/ DE	UCE XIV	Disciplina/ UCE	30/02
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:**

A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.

Código: Dep. De Origem	Nome do Componente Curricular:	Grupo:	Carga Horária/Crédito:
0301152-1/ DE	UCE XV	Disciplina/ UCE	60/04
Aplicação		Avaliado por	
Teórica - Prática		Nota	
EMENTA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: A definir de acordo com as possibilidades do departamento a cada semestre.			

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M.A.S. *et al.* Diretrizes curriculares do curso de Pedagogia: disputas de projetos no campo da formação do profissional da Educação. **Educação & Sociedade**. Campinas, SP. v. 27, n.º 96, p. 819-842, out, 2006. Edição Especial.

BERNHEIM, C.T.; CHAUÍ, M.de S. **Desafios da universidade na sociedade do conhecimento**. Brasília: UNESCO, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 mar. 2019

BRASIL. **Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas [2017]. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara [2014]. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

BRASIL. **Resolução n.º 1, de 15 de maio de 2006.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, Licenciatura. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno (CNE/CP), [2006]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf . Acesso em: 10 de ago. 2012.

BRASIL. **Resolução n.º 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno (CNE/CP), [2015]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file>. Acesso em: 12 mar. 2019.

BRASIL. **Parecer n.º 5, de 13 de dezembro de 2005.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno (CNE/CP), [2005]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf. Acesso em: 22 mar.2019.

BRASIL. **Parecer n.º 3, de 21 de fevereiro de 2006.** Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno (CNE/CP), [2006]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em: 22 mar.2019.

CALAZANS, J. (org.). **Iniciação científica:** construindo o pensamento crítico. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CALVO, L. C. S.; FREITAS, M. A. Prática como componente curricular e sua implementação em sala de aula na visão de formadores de um curso de Letras. **Acta Scientiarum.** Language and Culture, Maringá, v. 33, n. 2, p. 315-327, 2011.

CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. Gestão de responsabilidade social. In: COLOMBO, Sonia Simões e RODRIGUES, Gabriel Mario. **Desafios da gestão universitária contemporânea.** Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 337-361.

CARVALHO, M. C. R. D.; SANTOS, M. M. Projeto Pedagógico do curso de Farmácia: os caminhos da mudança. In: CABRAL NETO, A. **Flexibilização curricular:** cenários e desafios. Natal: EDUFRRN, 2004.

FAZENDA, I. C. A. (org.). **Práticas interdisciplinares na escola.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** São Paulo: Paz e terra, 1979.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues *et al.* **O educador:** vida e morte. RJ: Graal, 1982.

FREIRE, Paulo. **O compromisso político do educador com a pesquisa.** Palestra proferida na Fundação Educacional Regional Jaraguense - FERJ. Santa Catarina, Jaraguá do Sul, 16 de out. 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GRACIANI, S. **Comunidade educativa e ações transformadoras**. Mesa redonda coordenada por Ricardo Costa Galvanezi. Congresso Educação e transformação social. São Paulo, 2006. CD-ROM.

FORMEPE (Pau dos Ferros). Formação, Memória e Políticas Educacionais. Pau dos Ferros: 2017. Disponível em: <http://formepe.blogspot.com/>. Acesso em: 22 mar. 2019.

IBIAPINA, I. M. L. de M. **Pesquisa Colaborativa**: investigação, formação e produção de conhecimentos. Brasília: Liber Livros, 2008.

INEP (Brasil). **Notas estatísticas**: Censo Escolar 2018. Brasília, Distrito Federal: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia/GO: Alternativa, 2004.

LUCARELLI, E. Enseñar y aprender em la universidad: la articulación teoría-práctica como eje de la innovación el aula universitaria. In: CANDAU, V. M. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LUCK, H. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MACEDO, S. M. F. **A ética, a ética profissional e a educação**. Curitiba: CRV, 2018.

MATOS, K. S. L.; VIEIRA, S. L. Formação do educador-pesquisador: desejos e possibilidades. In: MATOS, K. S. L. ; VIEIRA, S. L. **Pesquisa educacional**: o prazer de conhecer. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

MORAIS, A. Momentos históricos e avanços marcam os 50 anos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Mossoró: 2018. Disponível em: <http://portal.uern.br/blog/momentos-historicos-e-avancos-marcam-os-50-anos-da-uern>. Acesso em: 02 mar. 2019.

NASCIMENTO, D. M; ANDRADE, M. E. A reestruturação do currículo do curso de pedagogia/UERN/CAMEAM: trajetória e debates. **30ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu-MG, 2007. CD-ROM.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Pedagogia (s) da infância: reconstruindo uma *práxis* de participação. In: OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. *et al.* (org.). **Pedagogia (s) da infância**: dialogando com o passado, construindo o futuro. Porto Alegre: Artmed, 2007.

RODRIGO, M.J. Do cenário sociocultural ao construtivismo episódico: uma viagem ao conhecimento escolar mediante as teorias implícitas. In: RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. (org.). **Conhecimento cotidiano, escolar e científico**: representação e mudança. São Paulo: Ática, 1998.

ROMANOWSKI, J.; WACHOWICZ, L. Avaliação formativa no ensino superior: que resistências manifestam os professores e os alunos? In: ANASTACIOU, Léa; ALVES, Leonir. (org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville-Sc: Univalle, 2004.

SACRISTÁN, J. G. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SOUSA, A.M.C.de. Gestão acadêmica atual. In: COLOMBO, S. S. ; RODRIGUES, G.M. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 97-110.

TAVARES, S.M.N. Governança no ensino superior privado. In: COLOMBO, S. S. ; RODRIGUES, G. M. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 175-190.

THERRIEN, J.; THERRIEN, A. A racionalidade prática dos saberes da gestão pedagógica da sala de aula. In. CANDAU, V. M. (org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

THERRIEN, J. Entrevista. Revista **Vida & Educação**. Ano 3, n. 7. Fortaleza: UNDIME/Brasil Tropical, p. 14-16, jan/fev., 2006.

THERRIEN, J. Saber de experiência, identidade e competência profissional: como os docentes produzem sua profissão. **Contexto & Educação**. Unijuí: Ed. Unijuí, n.º 48, vol. 12., p. 07-36, 1997.

THERRIEN, J.; LOYOLA, F. Considerações em torno da relação entre autonomia, saber de experiência e competência docente no contexto da ética profissional. **XVI EPENN**, Aracajú: UFS, 2003. CD-ROM

THERRIEN, J.; LOYOLA, F. Experiência e competência no ensino: pistas de reflexões sobre a natureza do saber-ensinar na perspectiva da ergonomia do trabalho docente. **Educação & Sociedade**. Campinas, SP. v. 22, n. 74, p. 143-160, abr., 2001.

THERRIEN, J.; MAMEDE, M.; LOYOLA, F. Autonomia e gestão ética da matéria no trabalho docente, 2005, Cuba. **Anais [...]**. Havana, Cuba: 2005. CD-ROM.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Diretoria de Políticas e Ações Inclusivas (DAIN)**. Mossoró: 2018a. Disponível em: <http://www.uern.br/site/dain/default.asp?item=dain-apresentacao>. Acesso em: 23 mar. 2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Instrução normativa 001/2018**. Mossoró: 2018b. Disponível em: [uern.br/controladepaginas/proex-documentos-legislacao/arquivos/1165inst_normativa_curricularizacaocol.pdf](http://www.uern.br/controladepaginas/proex-documentos-legislacao/arquivos/1165inst_normativa_curricularizacaocol.pdf) Acesso em: 18 ago. 2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Missão**. Mossoró: 2015. Disponível em: <http://www.uern.br/default.asp?item=institucional-uern-missao>. Acesso em: 14 mar.2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Portal do Egresso**. Mossoró: 2019a. Disponível em: <http://portal.uern.br/egressos/> Acesso em: 22 mar.2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGE)**. Pau dos Ferros: 2019b. Disponível em: <http://propeg.uern.br/ppge/default.asp?item=ppge-apresentacao> Acesso em: 15 mar. 2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Projeto de avaliação Institucional**. Mossoró: 2016. Disponível em: <http://www.uern.br/controladepaginas/aai-plano-de-avaliacao/arquivos/2809projetoatual.pdf> Acesso em: 19 mar.2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Resolução nº 11, de 18 de novembro de 1993**. Dispõe sobre a verificação do rendimento escolar. Mossoró: Conselho Universitário da Universidade do

Estado no Rio Grande do Norte (CONSUNI), 1993. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/ciencia-sem-fronteiras-legislacao/arquivos/1634resolucao_11_93.pdf. Acesso em: 22 mar. 2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Resolução nº 45, de 05 de dezembro de 2012.** Aprova as normas de capacitação docente. Mossoró: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), 2012b. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/propeg-capacitacao-legislacao/arquivos/1627resolucao_45_2012_consepe aprova as normas de capacitacao docente da uern e re voga a resolucao_47_2010_consepe.pdf Acesso em: 19 mar.2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Resolução nº 22, de 08 de agosto de 2012.** Aprova as normas para a distribuição de carga horária docente. Mossoró: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), 2012a. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-recursos humanos/arquivos/0068resolucao_22_2012_consepe aprova as normas para distribuicao de carga horaria do cente e revoga a resolucao_13_2012_consepe.pdf Acesso em: 19 mar.2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Resolução nº 59, de 11 de dezembro de 2013.** Cria e Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante (NDE / UERN). Mossoró: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão(CONSEPE), 2013. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao_59_2013_consepe cria e regulamenta o nacleo docente estruturante nde dos cursos de graduacao da universidade do estado do rio grande do norte uern.pdf Acesso em: 14 mar.2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Resolução nº 25, de 21 de junho de 2017.** Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mossoró: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), 2017a. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-extensao/arquivos/0067resolucao_n0_2017_25_consepe regulamenta a curricularizacao das atividades de _extensao nos cursos de graduacao no ambito da uern.pdf Acesso em: 14 mar.2019.

UERN (RIO GRANDE DO NORTE). **Resolução nº 26 de 28 de junho de 2017.** Aprova o Regulamento dos Cursos de Graduação da UERN. Mossoró: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), 2017b. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/documentos-legislacao-ensino/arquivos/0065resolucao_n0_2017_26_consepe aprova o regulamento dos cursos de graduacao da uern e revoga a resolucao_n0_2014_5__consepe.pdf Acesso em: 14 mar.2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Framework for action on interprofessional education & collaborative practice.** Geneva: WHO; 2010.

APÊNDICE

- REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CURSO DE PEDAGOGIA

Título I

Da Organização Curricular

Art. 1º. O Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade de Licenciatura, destina-se a formar pedagogos para atuarem na docência da Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos e na Gestão de processos educativos em ambientes escolares e não escolares, de modo a compreenderem a complexidade do fenômeno e da prática educativa que ocorrem em diferentes âmbitos e especificidades para:

I - Atuar com ética e compromisso visando a construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - Desenvolver aprendizagens de crianças da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos;

III - Trabalhar em espaços escolares e não-escolares em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

IV - Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos;

V - Aplicar modos de ensinar diferentes linguagens de forma interdisciplinar;

VI - Relacionar as linguagens e tecnologias dos meios de comunicação aplicadas à educação;

VII - Promover e facilitar relações de cooperação entre a escola, a família, a comunidade e outras instituições educativas;

VIII - identificar problemas socioculturais e educacionais numa postura investigativa, integrativa e propositiva;

IX - Respeitar a diversidade de diferentes naturezas;

X - Desenvolver trabalho em equipe;

XI - Participar dos processos de gestão em ambientes escolares e não-escolares;

XII - Realizar pesquisas de caráter educacional;

XIII - Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XIV - Estudar e aplicar de forma crítica os preceitos legais da educação brasileira;

Art. 2º. O Curso de Graduação em Pedagogia, na modalidade de Licenciatura, dispõe de uma carga horária de 3.740 (três mil, setecentos e quarenta) horas de efetivo trabalho acadêmico, após implementação da curricularização prevista para o semestre 20102.1, distribuídas em componentes curriculares, com integralização mínima de 4 (quatro) anos letivos e máxima de 6(seis) anos, equivalentes a 8 (oito) e 12 (doze) semestres letivos respectivamente.

§ 1º Das 3.740 (três mil, setecentos e quarenta) horas que compõe o currículo pleno, 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas são direcionadas para o Núcleo de Estudos de Formação Geral;

§ 2º 765 (setecentas e sessenta e cinco) horas para o Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional;

§ 3º 200 (duzentas) horas são destinadas às atividades do Núcleo de Estudos Integradores;

§4º375 (trezentos e setenta e cinco horas) são destinadas à implementação da curricularização, por meio das Unidades Curriculares de Extensão (UCes).

Art. 3º. O curso desenvolve atividades no período noturno, estabelecendo que o número máximo de alunos por turma seja de 50 (cinquenta). Eventualmente poderão acontecer atividades nos demais turnos, incluindo sábados letivos.

Art 4º. O aluno que tiver condições favoráveis poderá adiantar componentes curriculares não havendo limite de créditos cursados por semestre letivo.

Art. 5º. O currículo pleno é formado por três Núcleos de Estudos e a Curricularização, conforme o que segue:

I - Núcleo de Estudos de Formação Geral, obrigatório e dirigido ao estudo da atuação profissional e da multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do acesso a literatura especializada, de reflexões e de ações críticas, formado pelos componentes curriculares de

1. Alfabetização e Letramento;
2. Antropologia e Educação;
3. Concepções e Práticas da Educação Infantil;
4. Concepções e Práticas de Educação de Jovens e Adultos
5. Corpo, Movimento e Ludicidade
6. Currículo;
7. Didática;
8. Educação Especial e Inclusão
9. Ensino de História;
10. Ensino de Geografia;

11. Ensino de Ciências;
12. Ensino de Matemática;
13. Ensino de Língua Portuguesa;
14. Ensino de Artes;
15. Estágio Supervisionado I;
16. Estágio Supervisionado II;
17. Estágio Supervisionado III;
18. Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
19. Fundamentos Socioeconômicos da Educação;
20. Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação;
21. Filosofia da Educação;
22. Gestão dos Processos Educativos;
23. História da Educação Brasileira;
24. Introdução à Pedagogia;
25. Língua Brasileira de Sinais;
26. Literatura e Infância;
27. Organização do Trabalho Acadêmico;
28. Pesquisa Educacional;
29. Política e Planejamento da Educação
30. Profissão Docente;
31. Psicologia da Educação I;
32. Psicologia da Educação II;
33. Sociologia da Educação;
34. Teorias Linguísticas e Alfabetização;
35. Tecnologias e Mediação Pedagógica.

II - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos das áreas de atuação profissional, obrigatório e destinado às áreas de aprofundamento profissional, cuja demanda, é estabelecida pelo projeto pedagógico mediante os contextos históricos vivenciados, formado pelos componentes curriculares de:

1. Componentes curriculares de Aprofundamento, 04 (quatro) a saber: a) Educação em Direitos Humanos; b) Educação e Movimentos Sociais (da área de Aprofundamento em Formação Cidadã em Práticas Educativas Escolares e Não-Escolares); c) Educação do Campo; d) Educação de Adultos e Cultura Popular (da área de Aprofundamento em Educação e Diversidade);

2. Componentes Curriculares Optativos:

Avaliação Educacional;
Educação Ambiental e o Processo Educativo;
Educação e Cidadania da Criança e do Adolescente;
Educação e Multiculturalidade;
Educação para a Diversidade;
Ética profissional do Pedagogo;
Financiamento da Educação;
Leitura, Escrita e Resolução de Problemas em Matemática;
Leitura, Produção de Texto e Análise Linguística;
Literatura Infanto-Juvenil;
Organização da Educação Municipal;
Paulo Freire e a Educação;
Prática Pedagógica em Educação Inclusiva;
Projetos Pedagógicos;
Relações de Gênero e Sexualidade na Educação;

3. Práticas Pedagógicas como componentes curriculares:

Estudos Acadêmicos Introdutórios I, II e III;
Práticas Pedagógicas Programadas I, II e III;
Seminários Temáticos I e II;
Laboratório de Monografia.

4. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Parágrafo único – poderão ser acrescentadas ao elenco de disciplinas optativas quaisquer outras em qualquer tempo respeitando o princípio da flexibilidade curricular e os procedimentos acadêmicos da instituição.

III - Núcleo de Estudos Integradores, obrigatório e formado por atividades livres de caráter científico-acadêmico-culturais que visam enriquecer o processo formativo do aluno como um todo e deverá ser vivenciado ao longo do curso, tais como, participação em pesquisa, extensão, eventos científicos, publicação de trabalhos dentre outras.

IV – Curricularização, obrigatória, cuja oferta foi estruturada em 15 (quinze) Unidades Curriculares de Extensão, conforme especificação no final do regulamento.

Parágrafo único – serão computadas para efeito de integralização curricular somente as atividades realizadas pelo aluno após o seu ingresso no curso.

Art. 6º. Os quadros demonstrativos da matriz curricular referentes ao fluxo, equivalências, disciplinas optativas, atividades complementares encontram-se nos anexos deste Regulamento.

Título II

Núcleo de Estudos de Formação Geral: o Componente Curricular de Estágio

Supervisionado

Capítulo I

Da Caracterização

Art. 7º. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é regulamentado pela Resolução nº 06, de 25 de fevereiro de 2015, do CONSEPE, e é uma atividade teórica instrumentalizadora da *práxis*, situando o pedagogo como um intelectual em formação e a educação como processo dialético de desenvolvimento do homem historicamente situado.

Art. 8º. O Estágio Supervisionado é caracterizado como um conjunto de atividades interdisciplinares em situações reais de trabalho tanto em espaços escolares como não escolares não se constituindo em vínculo empregatício.

Art. 9º. O Estágio Supervisionado no Curso de Pedagogia compreende as seguintes disciplinas:

I - Estágio Supervisionado I desenvolvida no 5º período com a carga horária de 165 (cento e sessenta e cinco) horas, 11 créditos;

II - Estágio Supervisionado II desenvolvida no 6º período com a carga horária de 165 (cento e sessenta e cinco) horas, 11 créditos;

III - Estágio Supervisionado III desenvolvida no 7º período com a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas, 10 créditos.

Capítulo II

Do Campo de Estágio

Art. 10. As atividades de Estágio Supervisionado relativas ao ensino serão desenvolvidas em instituições de Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, podendo-se incluir a Educação de Jovens e Adultos, prioritariamente, da rede pública (municipais, estaduais e federais) e privada, devidamente autorizadas pelos órgãos competentes.

Art. 11. As atividades de Estágio Supervisionado relativas à gestão dos processos educativos serão desenvolvidas em espaços escolares e não escolares que demandem o trabalho pedagógico, devidamente autorizadas pelos órgãos competentes.

Parágrafo único – o campo de estágio, prioritariamente, deverá ser na sede do curso e quando a sede não disponibilizar de vagas que atendam à demanda total do semestre deverão ser definidas *cidades-polos* para esse atendimento.

Capítulo III

Do Desenvolvimento das Atividades de Estágio Supervisionado

Art. 12. As atividades relacionadas aos Estágios Supervisionados são assim distribuídas:

I - O Estágio Supervisionado I envolve o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a elaboração de proposição de soluções às situações de ensinar, aprender e elaborar, executar e avaliar projetos de ensino, não apenas na sala de aula, mas também na escola e na sua relação com a comunidade.

II - O Estágio Supervisionado II consiste no desenvolvimento de práticas pedagógicas – execução de projetos - que propiciem situações e experiências práticas que aprimorem sua formação e atuação profissional, preferencialmente vinculado a sala de aula.

III - O Estágio Supervisionado III possibilita ao aluno vivenciar a construção de uma visão mais ampla de atuação na escola, na organização do ensino, na comunidade e na sociedade, tendo a flexibilidade de dar continuidade – aprofundando e ou ressignificando sua compreensão teórico-prática - no espaço escolar, ou conhecer/pesquisar outros espaços que demandem o trabalho pedagógico.

Art. 13. As atividades de orientação em sala de aula destinam-se a:

I - Discussão dos princípios básicos e a importância do Estágio Supervisionado para a formação profissional;

II - Oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a prática da docência e da gestão dos processos educativos em espaços não escolares;

III - A orientação do aluno quanto ao processo de planejamento, execução e avaliação do Estágio Supervisionado, conforme o programa do componente curricular, aprovado pela plenária do Departamento de Educação;

IV - Ao repasse pelo supervisor da caracterização do campo de estágio;

VI - Ao fornecimento dos instrumentos a serem utilizados no estágio como fichas, formulários, questionários, legislação e material bibliográfico.

Art. 14. As atividades de observação no campo de estágio destinam-se ao conhecimento da realidade do campo de estágio por meio de instrumentos investigativos que possibilitem a articulação entre ensino e pesquisa.

Art.15. As atividades de elaboração de projetos de intervenção destinam-se a intencionalidade do trabalho pedagógico a ser desenvolvido no campo de estágio de acordo com as suas etapas e cronograma definido junto ao supervisor de estágio.

Art. 16. As atividades do exercício profissional destinam-se as ações pedagógicas a serem desenvolvidas no campo de estágio na perspectiva de atuação em diferentes contextos educacionais.

Capítulo IV

Da Coordenação do Estágio

Art. 17. A Coordenação de Estágio Supervisionado é exercida por um professor que atua, há pelo menos 3 (três) anos como docente efetivo do Departamento de Educação, indicado pela Plenária do Departamento, com mandato de 04 (quatro) semestres letivos, podendo ser reconduzido, mediante aprovação da plenária do Departamento Acadêmico, por igual período.

Parágrafo único – ao professor coordenador de estágio é atribuída a carga horária de 04 (quatro) horas semanais.

Art. 18. Compete a Coordenação do Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia:

I - Seguir as orientações do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso de Pedagogia quanto à concepção, e a prática de Estágio a serem vivenciadas;

II - Cumprir as Determinações do Departamento, no que concerne ao Estágio, e que não estejam em conflito com a Atual Resolução de Estágio Supervisionado da UERN;

III - Promover a articulação entre os Supervisores Acadêmicos de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, e destes com o NDE do Curso;

IV - Planejar e organizar procedimentos e rotinas para o efetivo funcionamento do Estágio, objetivando a superação das dificuldades;

V - Realizar, junto aos Supervisores Acadêmicos de Estágio, o devido estudo dos potenciais Campos de Estágio para avaliar sua compatibilidade com o perfil desejado para o egresso, e

apresentá-los aos Departamentos para que estes deliberem a respeito de sua adoção enquanto Campo de Estágio para celebração de convênio;

VI - Organizar, junto aos Supervisores Acadêmicos de Estágio, cronogramas, exigências, fichas, e demais documentos para o discente estagiário e prazos para a realização das diversas fases da atividade de Estágio;

VII - Encaminhar dados necessários para que o Coordenador Geral de Estágio das Licenciaturas requeira junto a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UERN a celebração do Convênio entre a Universidade e as Instituições concedentes de Estágio.

VIII - Fazer relatório semestral e enviar à Coordenação Geral de Estágio das Licenciaturas, contendo informações sobre os avanços e as dificuldades encontradas para efetivação da atividade no âmbito de seu Curso, para a solicitação de providências junto aos Órgãos da Administração da Universidade, visando garantir as condições necessárias à realização do Estágio;

IX - Realizar reuniões periódicas com os Supervisores de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso e acompanhar o desenvolvimento das atividades previstas;

X - Apresentar ao Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas - FIEL e às Unidades Acadêmicas, relatórios semestrais de suas atividades;

XI - Participar ativamente das atividades do Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas - FIEL;

XII - Promover eventos, encontros, seminários e ações similares, que visem a socialização de experiências de Estágio do Curso;

XIII - Cumprir e fazer cumprir a Resolução de Estágio Supervisionado Vigente da UERN, bem como as normas específicas constantes no Projeto Pedagógico do Curso – PPCP.

Capítulo V

Da Supervisão do Estágio

Art. 19. O Estágio Supervisionado é acompanhado por um professor do curso de Pedagogia, a quem compete esclarecer aos alunos sobre o significado e os objetivos do estágio orientando sua proposta de execução.

Parágrafo único – o professor supervisor acadêmico deve, preferencialmente, ser o mesmo no acompanhamento do grupo de alunos para o desenvolvimento do estágio na Educação Infantil, nos Anos Iniciais, na Educação de Jovens e Adultos e na Gestão dos processos educativos, exceto por motivos de natureza justificável.

Art. 20. É atribuição do professor supervisor acadêmico de Estágio:

- I - Adotar uma prática de Estágio que esteja em sintonia com as orientações do Núcleo Docente Estruturante – NDE do Curso;
- II - Acompanhar, e supervisionar o discente estagiário através de visitas *in loco*; III - Executar as ações acordadas com a Coordenação de Estágio;
- IV - Orientar o discente estagiário sobre as atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio, na elaboração do plano de ação e do trabalho final, bem como acompanhar e supervisionar através de visitas *in loco*;
- V - Fornecer ao estagiário todas as informações sobre o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, suas Normas, e documentação necessária;
- VI - Cumprir carga horária prevista no PPCP para orientação teórico-metodológica;
- VIII - Manter a Coordenação de Estágio do Curso informada sobre todas as etapas do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- IX - Efetuar registros das atividades de todas as fases do Estágio no Registro Diário de Atividades, conforme sua execução;
- X - Solicitar colaboração de outros professores para orientações teóricas e práticas ao estagiário, concernentes a conteúdos e metodologias específicas das áreas de trabalho destes docentes, sempre que for necessário;
- XI - Enviar à PROEG, quando solicitado, informações sobre o Estágio Supervisionado;
- XII - Avaliar o estagiário de acordo com os critérios estabelecidos no PPCP;
- XIII - Zelar pelo bom relacionamento junto à entidade concedente de Estágio; XIV - Participar de estudos, e encontros sobre Estágio;
- XV - Participar das reuniões, dentre outras atividades, convocadas pela Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- XVI - Participar de eventos, e reuniões ampliadas promovidas pelo Fórum Integrado de Ensino das Licenciaturas – FIEL;
- XVII - Participar de eventos, encontros, seminários, e ações similares, realizados pela Unidade Acadêmica e/ou Coordenação de Estágio;
- XVIII - Outras atribuições previstas no PPCP.

Capítulo VI

Do Aluno Estagiário

Art. 21. É dever do aluno estagiário:

- I - Matricular-se no Componente Curricular de Estágio Supervisionado Obrigatório quando cumpridas as disciplinas pré-requisito;

II - Cumprir critérios de avaliação, e procedimentos previstos no Programa Geral do Componente Curricular – PGCC, e proceder avaliação contínua de suas atividades com a finalidade de aperfeiçoá-las;

III - Participar das orientações teórico-metodológicas ocorridas na UERN;

IV - Assinar Termo de Compromisso de Estágio – TCE;

V - Cumprir presença, e participação dentro da carga horária estabelecida no PPCPP, e em consonância com a Instituição Campo de Estágio, mediante cronograma apresentado previamente;

VI - Comparecer ao Estágio em condições compatíveis, e requeridas pelas circunstâncias do Estágio, e do ambiente de trabalho, conduzindo-se com urbanidade, e probidade em todas as fases do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;

VII - Elaborar, sob orientação do Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, Plano de Atividades a ser cumprido na Instituição concedente;

VIII - Manter o Supervisor Acadêmico de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório informado sobre o desenvolvimento do Estágio, e comunicar-lhe, com brevidade, a respeito de qualquer eventualidade que possa afetar as suas atividades no Campo de Estágio.

Art. 22 É direito do aluno estagiário:

I - Realizar Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, respeitando o Projeto Pedagógico de Curso - PPCP;

II - Realizar Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório em seu próprio ambiente de trabalho, desde que compatível com área e nível de formação do Curso, e acompanhado por um Supervisor de Campo de Estágio;

III - Receber da Coordenação de Estágio Curricular Supervisionado obrigatório: formulários, fichas, e demais documentos a serem utilizados no Estágio;

IV - Ser encaminhado oficialmente pelo Departamento de Educação à Instituição Campo de Estágio;

V - Receber assistência, e orientação do Supervisor Acadêmico de Estágio;

VI - Requerer à Coordenação de Estágio da Unidade, em casos especiais, devidamente justificado e comprovado, o adiamento ou antecipação, dentro do semestre letivo, do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;

VII - Recorrer à Coordenação de Estágio, mediante justificativa escrita e documentos comprobatórios, contra decisões do Supervisor Acadêmico de Estágio;

VIII - Solicitar a redução da carga horária do Estágio, nos termos da Resolução nº 06/2015;

IX - Estar segurado contra acidentes pessoais.

Parágrafo único - é vedado ao estagiário realizar o estágio sob Supervisão de outro estagiário ou executar o Estágio Supervisionado em sala de aula de outro estagiário do Curso de Pedagogia.

Título III

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de estudos das áreas de atuação profissional: dos Estudos Acadêmicos Introdutórios

Art. 23. São atividades curriculares organizadas durante os três semestres iniciais do Curso. Caracterizam-se por estudos sistemáticos e pré-estabelecidos, favoráveis à significativa vivência dos estudantes no Curso de Pedagogia, cuja finalidade está em propiciar conhecimentos que sirvam de subsídio teórico, metodológico e analítico ao seu desenvolvimento acadêmico e profissional, bem como à evolução gradativa da postura do profissional-pesquisador.

Art. 24. A carga horária semestral dos Estudos Acadêmicos Introdutórios (EAI) corresponde a: 15 (quinze) para Estudos Acadêmicos Introdutórios I, 15 (quinze) para Estudos Acadêmicos Introdutórios II e 30 (trinta) para Estudos Acadêmicos Introdutórios III. A operacionalização dar-se-á ao longo do semestre, e serão assumidos por professores do Curso que ministrem as disciplinas do semestre correspondente. No Estudo Acadêmico Introdutório I recomenda-se que o professor seja integrante da Orientação Acadêmica do Curso.

Art. 25. O cumprimento dessa atividade de caráter obrigatório ocorrerá:

- I- Pela frequência mínima de 75% da carga horária exigida a cada Estudo Introdutório;
- II- Pela obtenção do conceito satisfatório, ou seja, sem a obrigatoriedade de atribuir uma avaliação quantitativa no final de cada Estudo.

Art. 26. A carga horária destinada para o professor ministrar o componente é de 02 (duas) horas semanais.

Parágrafo único – a responsabilidade de ministrar o componente é de cada professor do período correspondente a sua oferta, exceto o Estudo Acadêmico Introdutório I.

Título IV

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de estudos das áreas de atuação profissional: das Práticas Pedagógicas Programadas

Art. 27. São atividades orientadas ao favorecimento de espaços para o ato de pesquisar e para a aprendizagem prática dos pedagogos em formação desde o primeiro ano do curso, tendo como objetivo proporcionar elementos concretos para a reflexão sobre o fenômeno educacional na sua complexidade.

Art. 28. As aprendizagens relativas à docência e à gestão do ato educativo ocorrerão no contato com uma rede de profissionais e instituições que atuam em distintos espaços de educação escolar e não escolar.

Art. 29. O aluno é concebido como colaborador aprendiz junto a outros profissionais habilitados nas seguintes funções:

I - Docência em espaços escolares e não escolares;

II - Coordenação pedagógica escolar;

III - Direção escolar;

IV - Atuação, supervisão E gestão do sistema de ensino em espaço não escolar.

Art. 30. As atividades são desenvolvidas por pequenos grupos de estudantes sendo extensiva das disciplinas que integram o 2º, 3º e 4º períodos do curso e planejadas pelo conjunto de professores do período correspondente. A carga horária para cada professor é de 02 (duas) horas semanais. No grupo de professores responsáveis pelo componente curricular, recomenda-se escolher um professor para coordenar o andamento das atividades do componente curricular, cuja função está em articular o planejamento, a execução e avaliação desta atividade com os demais colegas.

Parágrafo único – é o sistema de rodízio o meio para eleger o professor responsável pela coordenação da Prática Pedagógica Programada em cada semestre de oferta.

Art. 31. Cada Prática Pedagógica Programada terá carga horária total de 60 (sessenta) horas, sendo 45 (quarenta e cinco) horas destinadas para o aluno realizar o acompanhamento de profissionais no campo de trabalho (local ou em sua cidade de origem) e 15 (quinze) horas reservadas à apresentação da proposta de trabalho, orientação, socialização e discussão das práticas na sala de aula.

Art. 32. O aluno deve receber, do seu professor de PPP, no primeiro mês do semestre letivo, um Plano de Acompanhamento Pedagógico constando todas as orientações para o desenvolvimento de sua atividade prática.

Art. 33. A operacionalização das 60 (sessenta) horas é distribuída da seguinte forma: as 15 (quinze) horas teóricas e 45 (quarenta e cinco) horas práticas.

I - As 15 (quinze) horas teóricas (correspondente a quatro dias letivos) são operacionalizadas no horário regulamentar do Curso devendo ocorrer de forma intercalada ao longo do período letivo, podendo ocorrer, também, nos sábados letivos, sendo distribuídas da seguinte forma:

a) - 03 (três) horas para apresentação e orientação do Plano de Acompanhamento Pedagógico dos alunos;

b) - 12 (doze) horas para a socialização e discussão dos resultados advindos das Práticas Pedagógicas Programadas, com a participação de todos os professores integrantes do respectivo período.

II - As 45 (quarenta e cinco horas) práticas são organizadas a partir de leituras e estudos realizados podendo culminar em atividades pedagógicas de naturezas diversas: eventos, encontros, seminários, trocas de experiências, produções escritas, dentre outras previstas em planejamento prévio.

Art. 34. As áreas de atuação do pedagogo que devem servir de referência para o desenvolvimento das práticas pedagógicas programadas em espaços escolares e não escolares são as seguintes:

I - Educação Infantil;

II - Anos iniciais do Ensino Fundamental;

III - Educação de Jovens e Adultos;

IV - Gestão dos Sistemas de Ensino.

Parágrafo único – é recomendável que o aluno vivencie (sem a obrigatoriedade de uma ordem pré-estabelecida) três possibilidades distintas de atuação do pedagogo.

Art. 35. A avaliação dessa atividade curricular pode se constituir em diferentes instrumentos, cabendo ao conjunto de professores eleger o mais adequado de modo a formalizá-lo por meio de uma única nota ao final do semestre letivo.

Art. 36. O cumprimento dessa atividade de caráter obrigatório ocorrerá:

I - Pela frequência mínima de 75% da carga horária exigida a cada Prática Pedagógica Programada;

II - Pela obtenção do conceito satisfatório, ou seja, sem a obrigatoriedade de atribuir uma avaliação quantitativa no final de cada Prática.

Título V

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de estudos das áreas de atuação profissional: dos Seminários Temáticos

Art. 37. São atividades que visam articular os conteúdos de natureza conceitual, procedimental e atitudinal nas disciplinas dos ensinos de história, geografia, ciências, matemática, língua portuguesa e artes numa perspectiva de síntese sobre a complexidade da atuação docente.

Art. 38. As atividades desenvolvidas nos Seminários Temáticos devem ser:

- I - Situações problemas decorrentes dos conteúdos de ensino;
- II - Situações de ensino e aprendizagem que evidenciem categorias conceituais nucleares inerentes às áreas de conhecimento;
- III - Situações pedagógicas que busquem nas ideias dos clássicos respostas para suas interpretações;
- IV - Situações que estabeleçam diferenças entre o ensino de conceitos, o ensino de procedimentos e o ensino de atitudes;
- V - Situações que possibilitem a criação de variadas estratégias de ensino e aprendizagem;
- VI - Situações que permitam o exercício de práticas avaliativas;
- VII - Situações que permitam a resolução de problemas.

Art. 39. A carga horária de cada Seminários Temáticos é de 60 (sessenta) horas, sendo 15 (quinze) horas destinadas a apresentação da proposta e discussão das atividades em sala de aula e socialização dos resultados; e 45 (quarenta e cinco), à orientação, ao estudo e organização das atividades extraclasse (em grupo ou individualmente). As apresentações dos Seminários Temáticos poderão ser desenvolvidas através de atividades práticas, comunicações, painéis, pôsteres, dentre outras possibilidades pedagógicas.

Parágrafo único – Os Seminários Temáticos serão de responsabilidade dos professores do respectivo período. Recomenda-se que no grupo de professores responsáveis pelo componente curricular, escolha, em sistema de rodízio por semestre, um professor para coordenar os seminários temáticos, cuja função e a articulação do planejamento.

Art. 40. A avaliação dessa atividade curricular pode se constituir em diferentes instrumentos, cabendo ao conjunto de professores eleger o mais adequado de modo a formalizá-lo por meio de uma única nota ao final do semestre letivo. O cumprimento dessa atividade de caráter obrigatório ocorrerá:

I - Pela frequência mínima de 75% da carga horária exigida a cada Prática Pedagógica Programada;

II - Pela obtenção de resultado igual ou superior a 7,0, resultante do processo de estudo e organização das atividades extraclasse e socialização das atividades práticas.

Art. 41. A carga horária destinada a cada professor responsável pelo componente é de 02 (duas) horas semanais.

Título VI

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de estudos das áreas de atuação profissional: do Laboratório de Monografia

Art.42. São atividades que possibilitam criar espaço de discussão e troca de experiências acerca do processo de elaboração do Projeto de Monografia.

Art. 43. São consideradas duas etapas dessa atividade:

I - A primeira etapa consiste da socialização de estudos, pesquisas, participação em projetos de iniciação científica culminando com a definição do objeto de pesquisa para a monografia.

II - A segunda etapa envolve o processo de acompanhamento e orientação, pelo professor orientador, para a elaboração do Projeto de Monografia.

Art. 44. A carga horária da atividade é de 45 (quarenta e cinco) horas, na qual 15 (quinze) horas estão reservadas aos conteúdos da primeira etapa e 30 (trinta) horas estão reservadas à segunda etapa a serem cumpridas individualmente pelos estudantes em horários facultativos sob a orientação do professor.

Art. 45. As atividades e orientações gerais do Laboratório de Monografia devem ser coordenadas por um professor do Departamento. Os demais professores do Curso orientarão a construção do Projeto de Monografia dos seus respectivos orientandos, homologados em plenária Departamental no curso do 6º período.

Parágrafo único - O processo avaliativo dos estudantes será construído pelo professor de Laboratório de Monografia em parceria com o professor Orientador do Projeto de Monografia.

Art. 46. O aluno só pode efetuar matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) após ter cursado com aproveitamento satisfatório o Laboratório de Monografia por meio da conclusão do Projeto de Monografia.

Título VII

Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de estudos das áreas de atuação profissional: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

Capítulo I

Da Caracterização

Art. 47. O Trabalho de Conclusão de Curso é uma atividade obrigatória para a conclusão do curso de Pedagogia e pertencente ao **Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de estudos das áreas de atuação profissional**.

Art. 48. O Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo habilitar o aluno a utilizar metodologia científica adequada à elaboração de um trabalho monográfico que contribua para o seu desenvolvimento profissional. É componente do núcleo de aprofundamento e diversificação, de caráter obrigatório e possui carga horária de 120 horas/aula, o correspondente a 8 créditos.

Art. 49. O Trabalho de Conclusão de Curso é uma exigência curricular na formação acadêmica e profissional dos alunos e consiste no desenvolvimento de um trabalho monográfico de pesquisa, individual, estruturado e desenvolvido sobre um tema resultante de processo investigativo.

Capítulo II

Da Orientação

Art. 50. A Monografia é orientada por professores pertencentes ao quadro do Departamento de Educação.

I – Poderão ser convidados para serem co-orientadores mediante apreciação do *curriculum lattes* pelo orientador e mediante aprovação em plenária departamental, professores de outros

Departamentos Acadêmicos da UERN, professores e/ou pesquisadores que tenham titulação mínima de especialista e que sejam cadastrados em um dos grupos de pesquisa vinculado ao Departamento de Educação, alunos do Programa de Pós-Graduação em Ensino/PPGE que tenham título de especialista.

II – A co-orientação de alunos será somente em casos em que a orientação esteja sob a responsabilidade de professores efetivos do Departamento de Educação e com a anuência destes.

Art. 51. Cabe ao Professor de Monografia publicar a relação dos professores que orientarão os alunos no início de cada semestre letivo em que o componente for ofertado.

Parágrafo único – os professores designados são denominados de orientadores.

Art. 52. Cada professor orientador deve ter entre 02 (dois) ou 03 (três) alunos, podendo chegar ao máximo de 04 (quatro), sendo atribuída a carga horária de 02 (duas) horas por cada orientando.

Art. 53. A carga horária do componente curricular será distribuída entre orientação em grupo, orientação individual e estudos independentes.

§ 1º As horas de orientação são destinadas para discussão de leituras, metodologias, acompanhamento e avaliação sistemática do processo de elaboração da monografia, considerando as características individuais do aluno e as especificidades do trabalho.

§ 2º As horas para os estudos independentes são destinadas ao trabalho de levantamento bibliográfico, leituras, coleta e análise de dados e redação do trabalho.

Art. 54. Em caso de descumprimento das responsabilidades do orientador ou do orientando, em casos extremos, poderá haver solicitação de mudança entre ambos após exposição de motivos julgada pela Coordenação da Monografia.

Capítulo III

Da Apresentação

Art. 55. Os trabalhos monográficos são elaborados e apresentados pelos alunos individualmente.

Art. 56. Deve ser redigido em Língua Portuguesa e apresentado conforme as normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Art. 57. A apresentação da monografia será por meio de apresentação pública.

Capítulo IV

Da Entrega

Art 58. De acordo com a Instrução Normativa nº 01, de 29 de maio de 2018, todos os TCCs terão de ser entregues pelo autor do trabalho nas Secretarias e/ou Coordenações do Curso em que está vinculado e em DVD devidamente identificado, conforme *Normas de Padronização para TCC (Formatos Digitais)*. O autor do trabalho assinará um *Termo de Autorização*, cujo modelo é disponibilizado no site da biblioteca, em Portal correspondente da UERN. A versão digital constará de uma cópia contendo o texto completo do trabalho científico, uma cópia com extensão em PDF e outro arquivo com as partes autorizadas para a publicação, sendo de responsabilidade da Secretarias dos cursos a conferência.

Parágrafo único - deve ser entregue a versão preliminar da Monografia ao professor orientador para possíveis correções antes do trabalho ser enviado à Banca Examinadora e somente com a anuência deste poderá ser encaminhado para avaliação.

Art. 59. Os alunos cujos trabalhos obtiveram nota igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero), entregarão o TCC em DVD (cópias nos formatos indicados e cópia do termo de Autorização), mediante protocolo, em até 30 (trinta) dias após a data da defesa, e com as devidas correções indicadas pela avaliação da Banca Examinadora.

Capítulo V

Da Avaliação

Art. 60. Após a entrega dos trabalhos, a pesquisa monográfica será submetida a uma Banca Examinadora, composta por 03 (três) professores, sendo presidida pelo professor orientador. Todos terão de possuir a titulação mínima de especialista. Poderá ser convidado para a composição da Banca 01 (um) examinador externo, de outros Departamentos Acadêmicos ou de outras instituições, com formação em áreas afins com o objeto de estudo da investigação.

Art. 61. Os professores examinadores receberão os trabalhos e terão 20 (vinte) dias corridos para sua avaliação, devendo atribuir nota de 0 (zero) a 10 (dez).

Art. 62. A nota da monografia será obtida pela média aritmética simples das notas atribuídas individualmente pelos professores examinadores.

Art. 63. A nota considerada mínima para aprovação da monografia é 7,0 (sete vírgula zero), devendo:

- I - O aluno cumprir um mínimo de 75% de frequência nas horas de orientação;
- II - O aluno reprovado terá que refazer, em período posterior, seu Trabalho de Conclusão de Curso, nos termos deste regulamento, o que significa que deverá efetuar nova matrícula no referido componente curricular.

Parágrafo único - não haverá revisão da nota da monografia.

Art. 64. Na avaliação da monografia, é considerado:

- I - Pertinência, qualidade e atualidade do tema apresentado;
- II - Linguagem científica adequada à norma culta da Língua Portuguesa;
- III - Aspectos formais do trabalho.

Capítulo VI

Do professor de Monografia

Art. 65. O professor de monografia deve pertencer ao quadro efetivo Departamento de Educação escolhido por seus pares em plenária departamental, durante a distribuição de carga horária docente.

Art 66. São atribuições do professor de:

- I - Zelar pelo cumprimento destas normas, divulgando-as para os alunos inscritos no componente;
- II - Elaborar e divulgar a lista dos alunos com seus respectivos orientadores na primeira semana de início do semestre letivo;
- III - Oficializar e divulgar as composições das Bancas Examinadoras dos trabalhos monográficos;
- IV - Receber e distribuir as monografias com os membros da Banca Examinadora observando o cumprimento dos prazos estabelecidos nestas normas;

V - Receber, distribuir e entregar à secretaria da unidade toda a documentação relativa ao desenvolvimento da monografia;

VI - Encaminhar ao Colegiado do Departamento as dificuldades ou impasses eventualmente surgidos no desenvolvimento das atividades e prazos previstos;

VII - Decidir sobre a substituição do professor orientador e pedido de prorrogação de prazo ou, se necessário, remetê-los ao Colegiado.

Parágrafo único - ao professor de monografia é atribuída carga horária de 08 (oito).

Título VIII

Núcleo de Estudos Integradores

Art. 67. As atividades livres de caráter científico-acadêmico-culturais compõem os estudos integradores e são complementares à formação profissional e devem ser vivenciadas ao longo do curso totalizando um mínimo de 200 (duzentas) horas.

Parágrafo único – cabe ao aluno responsabilizar-se pelo cumprimento das horas no sentido de buscar de modo autônomo e independente a participação em atividades livres obedecendo as normas deste regulamento.

Art. 68. Os alunos devem participar de, no mínimo, 03 (três) tipos de atividades diferentes para que possa diversificar sua possibilidade de aprendizagem em espaços distintos.

Art. 69. Os tipos de atividades, os critérios de pontuação e os requisitos documentais de comprovação encontram-se no anexo 03 (três) deste regulamento.

Título IX

Curricularização das Atividades de Extensão

Art. 70. A Resolução nº 25, de 21 de junho de 2017, regulamenta a *Curricularização* das atividades de extensão nos Cursos de graduação da UERN, que são organizadas a partir do Componente Curricular nomeado *Unidade Curricular de Extensão* (UCE). De acordo com esta resolução, a UCE é componente curricular obrigatório, autônomo e elemento constante da matriz curricular dos Cursos de Graduação na UERN.

Art. 71. As atividades de extensão são obrigatórias e correspondem a, no mínimo, 10% da carga horária total do Curso, ou seja, o correspondente a 375 (trezentos e setenta e cinco horas), a fim de atender as exigências de que o total da carga horária seja múltipla de 15 horas.

Art. 72. As UCEs ofertadas obrigatoriamente, no mínimo duas, e cuja a carga horária não poderá ser menor do que 30h/a, terão de estar vinculadas aos Programas e/ou Projetos regularmente institucionalizados, em acordo com os trâmites legais previstos, na Pró-Reitoria de Extensão da UERN. Uma UCE pode possuir pré-requisito, de acordo com o estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 73. A distribuição da carga horária das 345 horas das UCEs se desenvolverá ao longo do curso. A distribuição das UCEs ao longo dos períodos, com respectivas cargas horárias corresponde a: 1º.período - 45h/a; 2º.período – 60h/a; 3º.período – 60h/a; 4º.período – 60h/a; 5º.período – 45h/a; 6º.período – 45h/a; 7º.período – 30h/a; 8º.período – 30h/a.

Art. 74. Os alunos do curso de Pedagogia poderão matricular-se em UCEs de outros cursos, dado o caráter interdisciplinar das UCEs, respeitando-se, entretanto, o limite de vagas. Ressaltando-se que as ofertas de UCEs pelo Curso de da Pedagogia, também se estenderão aos demais cursos.

Art. 75. O discente terá de se matricular regularmente nas UCEs previstas para o seu período, podendo cursar outras de seu interesse, de forma a integralizar a carga horária total prevista no PPCP e respeitando o tempo limite da integralização curricular.

Art. 76. O cadastro das UCEs respeitará o calendário Acadêmico da UERN, assim como os protocolos normativos da PROEX/PROEG/UERN.

Art. 77. A Curricularização no Departamento de Educação (DE/CAMEAM) será implementada no primeiro semestre de 2020.

Título X

Da Migração Curricular

Art. 78. A migração curricular é o ato que vincula o aluno ao cumprimento de um currículo que não é o seu de ingresso podendo ocorrer por motivo de desnivelamento do fluxo curricular e, conseqüentemente, decurso do prazo máximo de tempo no curso ou por vontade própria.

Art. 79. A migração curricular ocorre por meio do requerimento do aluno à orientação acadêmica que após análise e deferimento solicita assinatura do termo de compromisso.

Parágrafo único – cabe ao orientador acadêmico elaborar e acompanhar o plano de estudo do desenvolvimento do fluxo curricular do aluno que solicitou a migração.

Das Disposições Gerais

Art. 80. O registro da avaliação de rendimento escolar de cada componente curricular será realizado pelos professores, respeitando-se a calendarização proposta pela Universidade, e por meio da Plataforma Íntegra, devendo o aluno acompanhar os resultados de suas avaliações em Portal correspondente no site da UERN.

Art. 81. O presente regulamento entra em vigor na data de publicação da Resolução de sua aprovação e seus efeitos de aplicação obrigatórios para os estudantes ingressantes a partir do primeiro semestre letivo de 2019.

Art. 82. Os casos omissos deste regulamento serão resolvidos pela plenária do Departamento de Educação cabendo recurso às instâncias imediatamente superiores.

Art. 83. Compõe esse regulamento, os seguintes quadros explicativos: A) Matriz curricular por períodos; B) Carga horária total do curso; C) Bloco de componentes das Unidades Curriculares de Extensão; D) Equivalência dos componentes curriculares; E) Componentes curriculares sem Equivalência no Currículo Proposto; F) Composição das atividades acadêmicas relativas aos Estudos Integradores/Atividades Complementares.

A - MATRIZ CURRICULAR POR PERÍODOS DO CURSO

I – 1º PERÍODO

1º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código- componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		

0301051-1	Introdução à Pedagogia	Educação	T	60	-	60	04	-
0301055-1	Organização do Trabalho Acadêmico	Educação	T	60	-	60	04	-
0301050-1	Antropologia e Educação	Educação	T	60	-	60	04	-
0301048-1	Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação	Educação	T	60	-	60	04	-
0301049-1	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	Educação	T	60	-	60	04	-
0301900-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios I: Universo Acadêmico e Profissional	Educação	T/P	-	15	15	01	-
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	30	45	03	A definir de acordo com as possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	315	45	360	24	-

II – SEGUNDO PERÍODO

2º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301053-1	Psicologia da Educação I	Educação	T	60	-	60	04	-
0301054-1	Filosofia da Educação	Educação	T	60	-	60	04	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação
0301008-1	Sociologia da Educação	Educação	T	60	-	60	04	Fundamentos Socioeconômicos da Educação
0301012-1	História da Educação Brasileira	Educação	T	60	-	60	04	-
0301034-1	Pesquisa Educacional	Educação	T	60	-	60	04	-
0301901-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios II: Repertório de Leituras	Educação	T/P	-	15	15	01	Estudos Acadêmicos Introdutórios I: Universo Acadêmico e Profissional
0301903-1	Práticas Pedagógicas Programadas I	Educação	T/P	15	45	60	04	-
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	45	60	04	A definir de acordo com as possibilidades do

								Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	330	105	435	30	-

III – TERCEIRO PERÍODO

3º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301056-1	Psicologia da Educação II	Educação	T	60	-	60	04	Psicologia da Educação I
0301057-1	Profissão Docente	Educação	T	60	-	60	04	-
0301015-1	Política e Planejamento da Educação	Educação	T	60	-	60	04	-
0301071-1	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Educação	T	60	-	60	04	-
0301058-1	Teorias Linguísticas e Alfabetização	Educação	T	60	-	60	04	-
0301902-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios III: Possibilidades Investigativas no Contexto Educativo Local	Educação	T/P	15	15	30	02	Estudos Acadêmicos Introdutórios II: Repertório de Leituras
0301904-1	Práticas Pedagógicas Programadas II	Educação	T/P	15	45	60	04	Práticas Pedagógicas Programadas I
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	45	60	04	A definir de acordo com as possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	345	105	450	30	-

IV – QUARTO PERÍODO

4º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301009-1	Didática	Educação	T	60	-	60	04	Psicologia da Educação II
0301059-1	Currículo	Educação	T	60	-	60	04	-
0301060-1	Alfabetização e Letramento	Educação	T	60	-	60	04	Teorias Linguísticas e Alfabetização
0301061-1	Gestão dos Processos Educativos	Educação	T	60	-	60	04	Política e Planejamento da Educação
0301062-1	Concepções e Práticas de	Educação	T	60	-	60	04	-

	Educação Infantil							
0301905-1	Práticas Pedagógicas Programadas III	Educação	T/P	15	45	60	04	Práticas Pedagógicas Programadas II
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	45	60	04	A definir de acordo com as possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	330	90	420	28	-

V – QUINTO PERÍODO

5º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301102-1	Ensino de História	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0301103-1	Ensino de Geografia	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0301163-1	Ensino de Ciências	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0301075-1	Educação Especial e Inclusão	Educação	T	60	-	60	04	-
0301907-1	Seminário Temático I	Educação	T/P	15	45	60	04	-
0301099-1	Estágio Supervisionado I	Educação	T/P	45	120	165	11	Currículo Didática Pesquisa Educativa
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	30	45	03	A definir de acordo com as possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	315	195	510	34	-

VI – SEXTO PERÍODO

6º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301065-1	Ensino de Matemática	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0301066-1	Ensino de Língua Portuguesa	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	Letras Vernáculas	T	60	-	60	04	-
0301067-1	Literatura e Infância	Educação	T	60	-	60	04	-
0301908-1	Seminário Temático II	Educação	T	15	45	60	04	-
0301100-1	Estágio Supervisionado II	Educação	T/P	45	120	165	11	Estágio Supervisionado I
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de	Educação	T/P	15	30	45	03	A definir de acordo com as

	Extensão							possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	315	195	510	34	-

VII – SÉTIMO PERÍODO

7º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301068-1	Ensino de Arte	Educação	T	60	-	60	04	Didática
0301069-1	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	Educação	T	60	-	60	04	-
0301070-1	Corpo, Movimento e Ludicidade	Educação	T	60	-	60	04	-
-	Optativa	Educação	T	60	-	60	04	-
0301906-1	Laboratório de Monografia	Educação	T/P	15	30	45	03	Pesquisa Educacional
0301101-1	Estágio Supervisionado III	Educação	T/P	45	105	150	10	Estágio Supervisionado II
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	15	30	02	A definir de acordo com as possibilidades do Depart. a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	315	150	425	31	-

VIII – OITAVO PERÍODO

8º PERÍODO								
Código	Componente Curricular	Departamento de Origem	Aplicação	Carga Horária			Crédito	Pré-requisito Código-componente
			T,P,T/P	Teórico	Prático	Total		
0301072-1	Tecnologias e Mediação Pedagógica	Educação	T	60	-	60	04	-
0301093-1	Educação em Direitos Humanos (Aprofundamento em Educação e Formação Cidadã em Práticas Educativas Escolares e Não-Escolares)	Educação	T	60	-	60	04	-
0301090-1	Educação e Movimentos Sociais (Aprofundamento em Educação e Formação Cidadã em Práticas Educativas Escolares e Não-Escolares)	Educação	T	60	-	60	04	-

0301094-1	Educação do Campo (Aprofundamento em Educação e Diversidade)	Educação	T	60	-	60	04	-
0301095-1	Educação de Adultos e Saberes da Cultura Popular (Aprofundamento em Educação e Diversidade)	Educação	T	60	-	60	04	-
-	Optativa	Educação	T	60	-	60	04	-
0301077-1	Monografia	Educação	T/P	20	100	120	08	Laboratório de Monografia
XXXXXXX-X	Unidade Curricular de Extensão	Educação	T/P	15	15	30	02	A definir de acordo com as possibilidades do Departamento a cada semestre.
TOTAL	-	-	-	275	115	390 ¹⁸	26 ¹⁹	

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN (2019).

B - CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Demonstrativo da distribuição de CH total, por grupo de componentes curriculares

PERÍODO	Disciplinas obrigatórias	Práticas como componente curricular (obrigatória)	Disciplinas optativas	TCC	Est. Superv. (obrigatório)	Atividades curriculares de extensão	Atividades complementares	CH Total
1º	300	15	-		-	-	200 (Ao longo do curso)	315
2º	300	75	-		-			375
3º	300	90	-		-			390
4º	300	60	-		-			360
5º	240	60	-		165			465
6º	240	60	-		165			465
7º	180	45	60		150			435
8º	180	-	60	120	-			360
Total geral Até 2019.2	2.040	405 (Até o 7º Período)	120	120	480	-	200	3.365
Total geral com as UCES em 2020.1						375		3.365 + 375 (UCES)= 3.740

Fonte: NDE/DE/CAMEAM/UERN/UERN (2019).

C - BLOCO DE COMPONENTES CURRICULARES DE EXTENSÃO

NOME DA UCE	CARGA HORÁRIA
UCE I	45h/a
UCE II	90h/a

¹⁸ A soma total de carga horária (390) e créditos (26) leva em consideração as áreas de Aprofundamento e Diversificação em que é obrigatório o cumprimento de dois componentes curriculares por área de aprofundamento, perfazendo um total de 8CR e 120CH.

¹⁹ Ver nota 18.

UCE III	60h/a
UCE IV	120h/a
UCE V	60h/a
UCE VI	105 h/a
UCE VII	60h/a
UCE VIII	120h/a
UCE IX	45h/a
UCE X	90h/a
UCE XI	45h/a
UCE XII	120h/a
UCE XIII	30h/a
UCE XIV	30h/a
UCE XV	60h/a

Fonte: NDE/DE/CAMEAM (2019).

D - EQUIVALÊNCIA DOS COMPONENTES CURRICULARES

Equivalência entre os componentes curriculares/disciplinas para ingressantes até 2006.2

Currículo em vigor para ingressantes a partir de 2007.1			Currículo em vigor para ingressantes até 2006.2		
CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CR/CH	CÓDIGO	DISCIPLINAS	CR/CH
			0103014-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0104002-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0105002-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0201015-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0301006-1	Organização do Trabalho Científico	04/60
			0301052-1	Organização e Princípios da Pesquisa em Educação	04/60

0301055-1	Organização do Trabalho Acadêmico	04/60	0401059-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0601031-1	Metodologia do Trabalho Acadêmico	04/60
			0701091-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0703035-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0705002-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0805035-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
			0901003-1	Metodologia do Trabalho Científico	04/60
0301008-1	Sociologia da Educação	04/60	0301036-1	Fundamentos da Educação	04/60
			0702058-1	Educação, Sociedade e Cultura	04/60
0301012-1	História da Educação Brasileira	04/60	0301039-1	Organização da Educação Brasileira	04/60
0301034-1	Pesquisa Educacional	04/60	0701022-1	Metódos e Técnicas de Pesquisa Social I	04/60
			0701023-1	Métodos e Técnicas em Pesquisa Social II	04/60
0301053-1	Psicologia da Educação I	04/60	0301017-1	Psicologia da Educação	06/90
			0301018-1	Psicologia da Aprendizagem	04/60
			0301041-1	Psicologia Aplicada à Educação	04/60
			0301104-1	Psicologia da Educação	04/60
0301054-1	Filosofia da Educação	04/60	0301004-1	Filosofia da Educação I	04/60
			0702032-1	Filosofia da Educação	04/60
			0704036-1	Filosofia da Educação	04/60
0301056-1	Psicologia da Educação II	04/60	0301043-1	Psicologia de Desenvolvimento e da	04/60

				Aprendizagem da Criança	
0301058-1	Teorias Linguísticas e Alfabetização	04/60	0401056-1	Fundamentos Linguísticos para Alfabetização	04/60
0301071-1	Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	04/60	0301014-1	Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico	04/60
			0301039-1	Organização da Educação Brasileira	04/60
0301009-1	Didática	04/60	0301010-2	Didática	04/60
			0301038-1	Didática Geral,	04/60
			0301042-1	Introdução à Didática	03/45
			0501070-1	Instrumentos Metodológicos do Processo Ensinar/Aprender	04/60
			0801063-1	Didática da Matemática	04/60
0301059-1	Currículo	04/60	0301020-1	Currículo da Educação Infantil e Séries Iniciais	04/60
0301060-1	Alfabetização e Letramento	04/60	0301022-1	Processo de Alfabetização	04/60
0301062-1	Concepções e Práticas de Educação Infantil	04/60	0301016-1	Princípios da Educação Infantil	04/60
0301075-1	Educação Especial e Inclusão	04/60	0301021-1	Educação Especial	04/60
0301102-1	Ensino de História	04/60	0301025-1	Ensino de História	04/60
0301103-1	Ensino de Geografia	04/60	0301029-1	Ensino de Geografia	04/60
0301065-1	Ensino de Matemática	04/60	0301027-1	Ensino da Matemática I	05/75
0301066-1	Ensino de Língua Portuguesa	04/60	0301026-1	Ensino da Língua Portuguesa I	05/75
			0401095-1	Didática da Língua Portuguesa	08/120
0301067-1	Literatura e Infância	04/60	0401058-1	Literatura Infantil	04/60
0301068-1	Ensino de Arte	04/60	0401057-1	Arte e Educação	04/60

0301069-1	Concepções e Práticas da Educação de Jovens e Adultos	04/60	0301033-1	Educação de Jovens e Adultos	04/60
0301072-1	Tecnologias e Mediação Pedagógicas	04/60	0801073-1	Informática na Educação	04/60
			0805026-1	Informática na Educação	04/60

Fonte: PROEG/UERN (2008)

E - COMPONENTES CURRICULARES SEM EQUIVALÊNCIA NO CURRÍCULO PROPOSTO

CÓDIGO	COMPONENTES CURRICULARES	CR/CH
0301050-1	Antropologia e Educação	04/60
0301048-1	Fundamentos Socioeconômicos da Educação	04/60
0301049-1	Fundamentos Histórico-Filosóficos da Educação	04/60
0301900-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios I	01/15
0301901-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios II	01/15
0301903-1	Prática Pedagógica Programada I	03/45
0301057-1	Profissão Docente	04/60
0301902-1	Estudos Acadêmicos Introdutórios III	01/15
0301904-1	Prática Pedagógica Programada II	03/45
0301061-1	Gestão dos Processos Educativos	04/60
0301905-1	Prática Pedagógica Programada III	03/45
0301063-1	Ensino de Ciências	04/60
0301099-1	Estágio Supervisionado I	10/150
0301907-1	Seminário Temático I	04/60
0401089-1	Língua Brasileira de Sinais	04/60
0301100-1	Estágio Supervisionado II	11/165
0301908-1	Seminário Temático II	04/60
0301070-1	Corpo, Movimento e Ludicidade	04/60
0301079-1	Leitura, Escrita e Resolução de Problemas Matemáticos	04/60
0301080-1	Projetos Pedagógicos	04/60
0301078-1	Financiamento da Educação	04/60
0301083-1	Educação e Cidadania da Criança e do Adolescente	04/60

0301096-1	Leitura, produção de texto e análise linguística	04/60
0301098-1	Relações de Gênero e Sexualidade na Educação	04/60
0301081-1	Educação e Multiculturalidade	04/60
0301082-1	Organização da Educação Municipal	04/60
0301101-1	Estágio Supervisionado III	11/165
0301906-1	Laboratório de Monografia	03/45
0301093-1	Educação em Direitos Humanos	04/60
0301090-1	Educação e Movimentos Sociais	04/60
0301072-1	Tecnologias e Mediação Pedagógica	04/60
0301094-1	Educação do Campo	04/60
0301095-1	Educação de Adultos e Saberes da Cultura	04/60
0301077-1	Monografia	08/120
-	Atividades Integradoras	06/100

Fonte: PROEG/UERN (2008).

F - COMPOSIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS RELATIVAS AOS ESTUDOS
INTEGRADORES/ATIVIDADES COMPLEMENTARES

ATIVIDADES	PONTUAÇÃO COM CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE	LIMITE DE PONTUAÇÃO COM CARGA HORÁRIA POR ATIVIDADE	DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS/ EMISSÃO
ATIVIDADES DE ENSINO			
- Cursos de Língua Estrangeira	20h	Até 2 cursos – 40h	Declaração/Coordenador do Curso
- Participação em Atividades de Iniciação à Docência (PIBID, Residência Pedagógica e PIM, voluntário ou bolsista)	40h por ano	Até 3 projetos – 120h	Declaração/PROEG
- Participação em minicurso, oficina, palestra, conferência	A carga horária da atividades desde que não exceda 20h	Até 5 vezes – 100h	Declaração/Coordenador do evento
- Participação de Cursos relacionados à Educação (Cursos a partir de 30h)	20h	Até 3 vezes – 60h	Declaração/Coordenador do Curso
- Ministrante de minicurso, oficina, palestra	25h por atividade ministrada	Até 3 vezes – 75h	Declaração/Coordenador do evento
- Produção de material pedagógico (Cartilhas, vídeos, etc)	30h	Até 3 vezes – 90h	Ficha catalográfica
- Realização Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório	40h por ano	Até 2 vezes – 80h	Declaração da Instituição concedente

- Outro	10h	Até 3 vezes	Consultar Orientação Acadêmica.
ATIVIDADES DE PESQUISA			
- Participação em Evento Científico (local, regional, nacional e internacional)	20h	Até 5 vezes – 100h	Certificado/Coordenação do evento
- Apresentação de Trabalho em Evento Científico (local, regional, nacional e internacional)	30h	Até 3 trabalhos – 90h	Certificado/Coordenação do evento
- Participação em Projetos de Pesquisa (bolsista ou voluntário)	40h por ano	Até 3 projetos – 120h	Declaração/PROPEG
- Membro de Grupo de Pesquisa	20h por ano	Até 4 vezes – 80h	Declaração/Líder do grupo
- Publicação de trabalho completo em Anais de eventos científicos	40h	3 trabalhos – 120h	Capa dos Anais, primeira e última página do trabalho
- Publicação de resumo expandido em anais de eventos científicos	30h	3 resumos – 90	Capa dos anais, primeira e última página do resumo
- Publicação de resumo simples em anais de eventos científicos	20h	3 resumos – 60	Capa dos anais e resumo
- Publicações em periódicos ou capítulo de livro	40h	3 publicações – 120h	Texto com o ISSN
- Outro	10h	Até 3 vezes	Consultar Orientação Acadêmica.
ATIVIDADES DE EXTENSÃO			
- Participação em Projetos de Extensão (Bolsista ou voluntário)	40h por ano	Até 3 projetos – 120h	Declaração/PROEX
- Participação em Evento Científico (local, regional, nacional e internacional)	20h	Até 5 vezes – 100h	Certificado/Coordenação do evento
- Organização de evento científico	20h	Até 3 vezes – 60h	Certificado/Coordenação do evento
- Monitor de evento científico	20h	Até 3 vezes – 60h	Certificado/Coordenação do evento
- Participação em Eventos Artístico-Culturais	10h	Até 3 vezes – 30h	Certificado/Coordenação do evento
- Participação Ativa em Comissões Internas e Externas e/ou do Curso e em Colegiado (Curso/Campus)	20h por semestre	Até 4 vezes – 80h	Declaração/Chefia do departamento
- Representação estudantil em centro e diretório acadêmico	20h por ano	Até 2 vezes – 40h	Declaração/Diretório ou centro acadêmico
- Outro	10h	Até 3 vezes	Consultar Orientação Acadêmica.